



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

**Centro de Educação e Humanidades**

**Instituto de Letras**

**Michelli Bastos Ferreira**

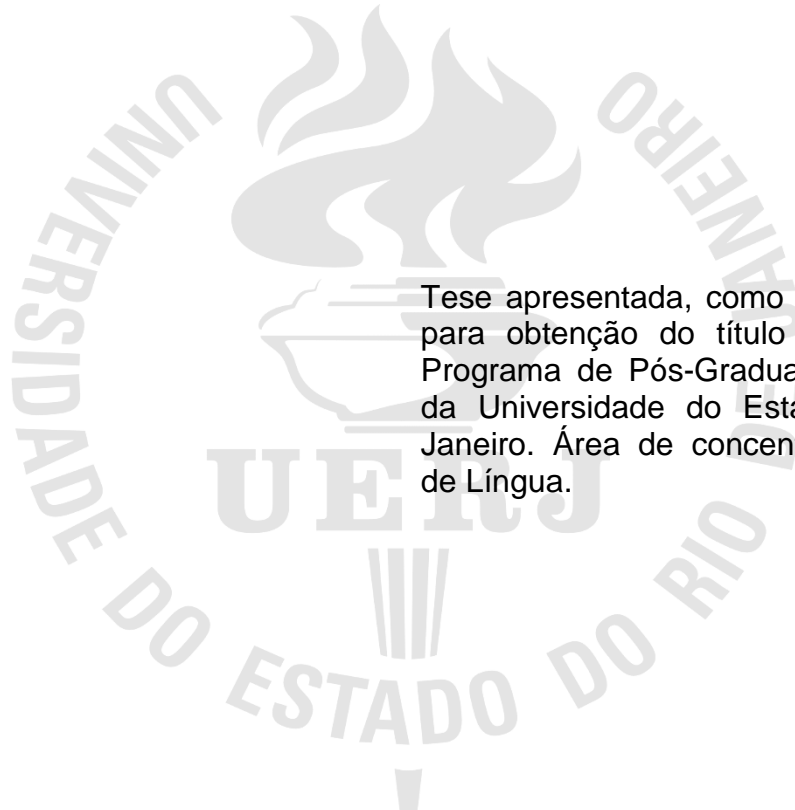
**Construções causais e explicativas  
como estratégias discursivas em textos midiáticos**

Rio de Janeiro

2018

Michelli Bastos Ferreira

**Construções causais e explicativas como estratégias discursivas em textos  
midiáticos**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientador: Prof. Dr. André Crim Valente

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

F383 Ferreira, Michelli Bastos.  
Construções causais e explicativas como estratégias discursivas em  
textos midiáticos / Michelli Bastos Ferreira. - 2018.  
272 f. : il.

Orientador: André Crim Valente.  
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,  
Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa - Sintaxe – Teses. 2. Gramática comparada e  
geral - Sintaxe – Teses. 3. Análise do discurso – Teses. 4. Redação de  
textos jornalísticos – Teses. 5. Semiótica – Teses. I. Valente, André  
Crim. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras.  
III. Título.

CDU 806.90-56

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Michelli Bastos Ferreira

**Construções causais e explicativas como estratégias discursivas em textos  
midiáticos**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 17 de setembro de 2018.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. André Crim Valente (Orientador)  
Instituto de Letras - UERJ

---

Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques  
Instituto de Letras - UERJ

---

Prof. Dr. José Carlos de Azeredo  
Instituto de Letras - UERJ

---

Prof. Dr. Fábio André Cardoso Coelho  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Patrícia Ribeiro Corado  
Instituto Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2018

## DEDICATÓRIA

Ao meu pai, o meu maior companheiro na conquista dos meus sonhos.

À minha mãe, a melhor de todas as minhas professoras, responsável por despertar em mim o interesse pela língua portuguesa.

À minha tia Eliza, grande incentivadora dos meus estudos linguísticos.

Aos meus alunos, minha maior motivação para continuar estudando.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por Sua onipresença, Luz em minha trajetória acadêmica.

Ao meu estimadíssimo orientador, Prof. Dr. André Crim Valente, exemplo de serenidade e seriedade no labor acadêmico, pela paciência, pela motivação, por todas as aulas inesquecíveis e pela orientação deste trabalho.

Aos professores da Pós-Graduação da UERJ, pelas contribuições imprescindíveis ao meu aprimoramento acadêmico.

À minha família, pelo amor e pelo apoio, que me inspiram e me incentivam.

Ao Rodrigo, pelo companheirismo tão necessário ao meu bem-estar.

Não vês que somos viajantes?  
E tu me perguntas: 'Que é viajar?'  
Eu respondo com uma palavra: 'É AVANÇAR!'

Experimenta isto em ti.

Que nunca te satisfaças com aquilo que és,  
para que sejas um dia aquilo que ainda não és.  
Avança sempre: não fiques parado no caminho.

*Santo Agostinho*

## RESUMO

FERREIRA, Michelli Bastos. **Construções causais e explicativas como estratégias discursivas em textos midiáticos**. 2018. 272 f. Tese (Doutorado em Estudos de Língua) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Esta tese apresenta, como objeto de estudo, as construções causais e explicativas do português. Propõem-se, a partir de uma pesquisa de caráter bibliográfico, reflexões sobre as relações de causa e de explicação, segundo abordagens diversas, como a da Gramática Tradicional, a da Semiologia do Discurso e a da Semântica Argumentativa. Para a análise de tais construções e a observação dos aspectos linguísticos e discursivos apontados, foram utilizados, como *corpus*, textos do gênero jornalístico opinativo, com o objetivo de verificar o contexto em que as estruturas sintáticas se apresentam e qual a sua função no discurso. O método empregado para o levantamento do *corpus* utilizado compreendeu a análise qualitativa de 27 textos de autoria de Merval Pereira, publicados no Jornal O Globo, na seção País. A coleta de dados foi realizada no período de dezembro de 2015 a maio de 2016, período em que se abordou o impeachment da presidente Dilma Rousseff, tema tratado em todos os textos. As ocorrências de construções causais e explicativas foram analisadas segundo (i) a ordenação nos enunciados; (ii) a possibilidade de deslocamento; (iii) o tempo e o modo verbais; (iv) o tipo de conector; (v) a presença de estruturas de realce; (vi) a presença de advérbios modalizadores; (vii) o modo de organização do discurso (tipo de sequência); (viii) o gênero do discurso. Percebeu-se que tais estruturas conferem maior credibilidade ao discurso e concretizam distintas estratégias argumentativas.

Palavras-chave: Sintaxe. Construções causais. Construções explicativas. Argumentação.



## ABSTRACT

FERREIRA, Michelli Bastos. **Causal and explicates constructions as discursive strategies in media texts**. 2018. 272 f. Tese (Doutorado em Estudos de Língua) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

This thesis presents, as object to analysis, causal and explicates constructions in Portuguese language. It aims, from a bibliographical research, to reflect upon the relations of cause and explanation, according to various approaches, such as Traditional Grammar, Discourse Semiotics and Argumentative Semantic. To study those constructions and to observe the linguistic and discursive aspects pointed out, a corpus of 85 texts from a newspaper opinion section was used, in order to verify the context in which syntactic structures are shown and what their function in discourse is. The method applied to compose the corpus was the selection of 27 texts written by Merval Pereira, published in O Globo, in País (Country) section. The collection of data was made from December 2015 to May 2016, a moment when the impeachment of President Dilma Rousseff was the highlight in all texts. The occurrences of causal and explicates constructions were analyzed according to: (i) the position in the statements; (ii) the possibility of displacement; (iii) verbs time and tense; (iv) the type of connector; (v) the presence of highlight structures; (vi) modality adverbs; (vii) the way discourse is organized (type of sequence); (viii) discourse genre. It was observed that those structures brought higher credibility to discourse and built distinct argumentative strategies.

Keywords: Syntax. Causal constructions. Explicatives constructions. Argumentation.

## RESUMEN

FERREIRA, Michelli Bastos. **Construcciones causales y explicativas como estrategias discursivas en textos midiáticos**. 2018. 272 f. Tese (Doutorado em Estudos de Língua) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Esta tesis presenta, como objeto de estudio, las construcciones causales y explicativas de portugués. Se proponen, a partir de una investigación de carácter bibliográfico, reflexiones sobre las relaciones de causa y de explicación, según enfoques diversos, como la de la Gramática Tradicional, la de la Semiología del Discurso y la de la Semántica Argumentativa. Para el análisis de tales construcciones y la observación de los aspectos lingüísticos y discursivos señalados, se utilizaron, como corpus, textos del género periodístico opinativo, con el objetivo de verificar el contexto en que las estructuras sintácticas se presentan y cuál es su función en el discurso. El método empleado para el levantamiento del corpus utilizado comprendió el análisis cualitativo de 27 textos de autoría de Merval Pereira, publicados en el periódico O Globo, en la sección País. La recolección de datos fue realizada en el período de diciembre de 2015 a mayo de 2016, período en el que se abordó la impugnación de la presidenta Dilma Rousseff, tema tratado en todos los textos. Las ocurrencias de construcciones causales y explicativas fueron analizadas según (i) la ordenación en los enunciados; (ii) la posibilidad de desplazamiento; (iii) el tiempo y el modo verbales; (iv) el tipo de conector; (v) la presencia de estructuras de realce; (vi) la presencia de adverbios modalizadores; (vii) el modo de organización del discurso (tipo de secuencia); (viii) el género del discurso. Se percibió que tales estructuras confieren mayor credibilidad al discurso y concretan distintas estrategias argumentativas.

Palabras Clave: Sintaxis. Construcciones causales. Construcciones explicativas. Argumentación.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Modo dissertativo .....	29
Quadro 2 -	Organização dos gêneros jornalísticos .....	57
Quadro 3-	Disposição dos gêneros jornalísticos .....	58
Quadro 4 -	Combinação de cláusulas: <i>continuum</i> unidirecional .....	103
Quadro 5 –	Variações de elo entre as orações.....	104
Quadro 6 –	Constituição do <i>corpus</i> : coleta de dados.....	158
Quadro 7 –	Constituição do <i>corpus</i> : construções de causalidade introduzidas por PORQUE.....	159
Quadro 8 –	Tipo de conector empregado nas orações causais e explicativas que constituem o <i>corpus</i> .....	169
Quadro 9 –	<i>Continuum</i> de demarcação das construções de causa e de explicação .....	170
Quadro 10 –	Correlação modo-temporal entre a oração 1 e a oração 2, introduzida pelo conector PORQUE .....	184
Quadro 11 –	Correlação modo-temporal entre a oração 1 e a oração 2, introduzida pelo conector POIS .....	185
Quadro 12 –	Correlação modo-temporal entre a oração 1, introduzida pelo conector COMO, e a oração 2 .....	185
Quadro 13 –	Frequência de focalizador em orações introduzidas por <i>porque</i> .....	187

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	20
1.1	<b>A argumentação</b> .....	22
1.1.1	<u>A argumentação: entre a razão (convencimento) e a emoção. (persuasão)</u> .....	31
1.2	<b>A Linguística da Enunciação</b> .....	35
1.2.1	<u>Os gêneros do discurso</u> .....	43
1.2.1.1	O discurso midiático e o gênero jornalístico .....	52
1.2.1.1.1	O discurso argumentativo no texto jornalístico opinativo .....	59
1.3	<b>A análise semiolinguística do discurso</b> .....	62
1.3.1	<u>Modo de organização do discurso argumentativo</u> .....	69
2	<b>PROCESSOS DE ESTRUTURAÇÃO SINTÁTICA</b> .....	74
2.1	<b>A abordagem tradicional</b> .....	75
2.2	<b>Outras abordagens</b> .....	85
2.3	<b>Construções causais e explicativas – Forma, Estrutura e Uso</b>	116
3	<b>METODOLOGIA</b> .....	153
3.1	<b>Objeto de estudo</b> .....	154
3.2	<b>Descrição do <i>corpus</i></b> .....	157
3.3	<b>Procedimentos adotados</b> .....	160
4	<b>ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	166
4.1	<b>Tipo de conector X tipo de construção</b> .....	168
4.1.1	<u>Construções que não apresentam envolvimento do enunciador</u> .....	171
4.1.2	<u>Construções que apresentam envolvimento do enunciador</u> .....	173

4.1.3	<u>Construções que ocorrem após um ato de fala</u> .....	174
4.2	<b>Ordenação das construções causais e explicativas</b> .....	177
4.3	<b>Tempo / modo dos verbos</b> .....	184
4.4	<b>Estruturas de realce</b> .....	186
4.4.1	<u>Elementos focalizadores</u> .....	187
4.4.2	<u>Orações “desgarradas”</u> .....	194
4.4.3	<u>Construções causais e explicativas após um encapsulador anafórico</u> .....	197
4.4.4	<u>Construções causais e explicativas pospostas a estruturas não oracionais</u> .....	200
4.5	<b>Construções causais e explicativas introduzidas por advérbios de dúvida</b> .....	203
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	205
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	209
	<b>ANEXOS</b> .....	215

## INTRODUÇÃO

Para comunicar-se na comunidade em que vive – interação que subjaz ao aspecto criativo da linguagem -, o ser humano reúne uma série de elementos linguísticos e extralinguísticos, a depender do objetivo pretendido. Assim, no ato de linguagem, estará sempre implícita uma intencionalidade, um *espaço de estratégias* (CHARAUDEAU, 1999), correspondentes às escolhas realizadas pelo sujeito no circuito comunicativo.

Considerando que é através da linguagem que o homem se constitui como sujeito, pode-se, ainda, denominá-la como a expressão da subjetividade. A partir disso, desloca-se a análise linguística para o que se pode chamar de *enunciação* ou, em outras palavras, “*o fato de colocar a língua em funcionamento através de um ato individual de utilização*” (BENVENISTE, 1974).

A teoria benvenistiana da representação do sujeito no discurso propõe uma abordagem linguística, formal, a fim de se identificar a presença da subjetividade na atividade linguística. A partir dessa visão, pode-se categorizar um texto quanto à subjetividade nele recorrente, pela análise de suas marcas linguísticas.

Na perspectiva de Bakhtin (2010), a comunicação só se estabelece a partir da reciprocidade dialógica e a noção de intersubjetividade pressupõe que o sujeito se constitui como tal apenas por meio de sua relação com o outro. Nesse sentido, a língua passa a ser concebida como um instrumento inserido no processo comunicativo, tal como uma atividade que ocorre entre dois protagonistas, ativos, em que a subjetividade na linguagem se efetiva na emissão e na recepção de informações.

Decorrente dessa concepção de língua, Bakhtin argumenta que o sentido do enunciado é estabelecido pela estruturação das formas e pelas relações interpessoais que se estabelecem no espaço da enunciação, pela configuração do jogo de representações entre os sujeitos participantes do ato de linguagem, quando esclarecem suas intenções comunicativas.

Consoante à proposta de Bakhtin, Oliveira (1996) argumenta que a língua está à disposição de indivíduos que a utilizam, de sorte que o indivíduo tem ciência do que dizer e da maneira como se deve fazê-lo, a partir de sua intenção comunicativa. Cabe, enfim, ao sujeito da enunciação o estatuto de fonte do sentido.

Nessa perspectiva, Koch (2004) defende que toda oração ou conjunto de orações estabelece significados. Portanto, forma e sentido são conceitos interligados e não podem ser desvinculados no estudo da linguagem. Assim, surge a necessidade de atribuir aos estudos dos processos de coordenação e de subordinação – isto é, às relações de dependência e independência entre as orações –, conquanto primordialmente recebam enfoque sintático, também uma abordagem de caráter semântico e pragmático-discursivo.

Para a autora, entre as orações que compõem um período, um parágrafo ou um texto, estabelecem-se relações de interdependência, de forma que qualquer uma delas é necessária à compreensão das demais. Pode-se dizer, ainda, que o sentido de um enunciado se deve não só ao aspecto linguístico, interno, mas também à sua significância externa, às relações estabelecidas no ato da linguagem.

A partir do momento em que se considera que o locutor, para se comunicar, utiliza componentes de dispositivo de comunicação, em função dos efeitos que visa a provocar em seu interlocutor, é necessário que se estudem as relações que se estabelecem não só entre os enunciados produzidos, como também as que se estabelecem entre eles e a enunciação. Apesar dos avanços nítidos nos estudos linguísticos em sua dimensão textual-discursiva, é reconhecível a necessidade de fazer as pesquisas progredirem no que se refere ao emprego dos conectivos interoracionais.

O que se vê, em geral, nos compêndios gramaticais, é uma proposta de análise da língua a qual tende a descrever a relação estabelecida no interior dos enunciados, em detrimento de uma visão mais ampliada da importância da articulação sintática dos períodos compostos, por meio do uso de conectivos como operadores argumentativos, para a construção e para a organização textual-discursiva.

Os estudos tradicionais, no momento em que elencam uma série de orações acompanhadas de breves definições, não possibilitam a percepção da relevância de seu emprego, por parte do estudante, para a construção do texto. Consideram-se, nesse sentido, as propriedades sintáticas, em detrimento das discursivas, o que geralmente resulta em memorizações descontextualizadas.

No estudo que ora se propõe, acredita-se que não há como desconsiderar a relação entre os aspectos sintático, semântico e discursivo em relação à articulação de orações. Quando algumas gramáticas tradicionais classificam as orações, mesmo que em âmbito sintático, já se verifica, inclusive na nomenclatura, o aspecto semântico, mas este não é explorado. Assim, a análise de orações dá-se de modo lacunar em relação à situação comunicativa em que se inserem tais sentenças, como se a análise linguística não ultrapassasse os limites da frase e não se manifestasse em uso efetivo da linguagem, em discurso.

Além disso, verifica-se, no que se refere às aulas de língua portuguesa, um problema de ordem metodológica, em relação ao tratamento dado às construções que compõem o período complexo. Os professores abordam tais orações, de modo a restringirem sua abordagem à solicitação de que os estudantes memorizem tais classificações, sem a preocupação com a lógica de seu emprego, com os significados que são veiculados por meio das escolhas do enunciador, com os impactos obtidos no processo de construção de texto. Como causas prováveis de tal problema, pontua-se a carência de um material que apresente novas possibilidades de se abordarem as orações.

Interessa-nos apresentar novas formas de investigação dos tipos de estruturação do período composto, com o propósito de auxiliar os professores de língua materna a trabalharem o assunto de forma mais eficaz com os seus alunos. Essa é, apesar de parcialmente, uma das contribuições que se espera lograr com esta pesquisa.

Nesta perspectiva, ocupa-se, neste estudo, do texto escrito, com o objetivo de apresentar os seus aspectos estruturais e as estratégias argumentativas que norteiam a organização do texto, a partir de determinadas finalidades comunicativas. Para apresentar razões ou justificativas, é preciso compor bem o discurso.



Neste cenário escrito e argumentativo, a pesquisa busca estabelecer uma análise das construções causais e explicativas do português. Segundo Neves (2000), as construções causais são aquelas que apresentam entre si uma relação causal, em sentido amplo. Ou seja, as construções causais, assim consideradas, englobam não apenas causa real, como também razão, motivo, justificativa ou explicação. No decorrer desta pesquisa, as construções de causa e de explicação poderão, desse modo, ser consideradas de acordo com a nomenclatura proposta pela autora.

Nesse contexto, a pesquisa pretende, especialmente, tratar da distinção entre as orações coordenadas sindéticas explicativas e as orações subordinadas adverbiais causais. A escolha de tais orações dá-se pela importância que assumem para a elaboração do texto escrito argumentativo.

Evidencia-se que a análise dos enunciados que as compõem depende, diretamente, do contexto discursivo em que estão inseridas. Acredita-se, nesse caso, que o tratamento do fenômeno de articulação de orações precisa articular os critérios sintático e semântico-discursivo, de modo que a explicação do funcionamento da língua deve abranger um estudo integrado de tais critérios, como já mencionado.

Para que as orações causais e explicativas sejam analisadas como diferentes estratégias discursivas que o locutor utiliza, a depender da situação comunicativa em que está inserido, buscam-se aliar perspectivas teóricas complementares, como a Semântica Argumentativa, com base em Mikhail Bakhtin, Émile Benveniste e Oswald Ducrot, e a Semiologia do Discurso, de linha francesa, proposta por Patrick Charaudeau. Todavia, a abordagem argumentativa será atrelada à proposta discursiva de Charaudeau, de sorte que a Semântica Argumentativa servirá de aparato teórico para a explicação das relações interfrásticas, quanto à estruturação dos enunciados causais e explicativos.

Parte-se do pressuposto de que nenhum texto é neutro e de que a argumentatividade, nesse sentido, é inerente à linguagem humana (Koch, 2000). Em maior ou em menor grau, o que se objetiva, no momento de interação, é ganhar a adesão do interlocutor ao discurso do enunciador.

Posto isso, a pesquisa busca

- analisar não só os processos de coordenação e subordinação, mas, principalmente, estabelecer uma distinção entre as construções causais e explicativas, levando em conta a situação comunicativa em que o enunciador se insere;
- estabelecer uma relação entre o tipo de construção (causal ou explicativa) e o *gênero do discurso* (CHARAUDEAU, *op. cit*) em que se insere;
- propor uma descrição linguístico-discursiva do gênero jornalístico opinativo a depender do perfil que apresenta: assim, o uso de construções causais e explicativas estaria relacionado ao aspecto temático e à questão ideológica do discurso.

Além da abordagem tradicional, aqui tratada, existem, na literatura especializada, estudos que já procuravam contrastar as construções causais e explicativas. No entanto, em sua maioria, distinguem essas construções com base em aspectos sintáticos.<sup>1</sup> A originalidade desta tese estaria, portanto, no enfoque sintático-discursivo do tema e na correlação estabelecida entre o uso dessas construções e o gênero jornalístico opinativo.

Para a realização da pesquisa, serão analisados textos do *discurso midiático*, buscando descrever as estratégias linguísticas e discursivas presentes no *discurso jornalístico opinativo*, as quais determinam a recorrência de cada um dos tipos de construção em tela. A seleção de textos do gênero jornalístico opinativo justifica-se pela estruturação sob a forma de sequências predominantemente argumentativas, o que justifica a incidência de relações de causa e de explicação nesse gênero. Ressalte-se que o propósito deste estudo é a língua, não as questões de ordem jornalística.

Analisa-se, nesta pesquisa, o emprego das construções causais e explicativas em textos do gênero jornalístico opinativo, assinados pelo colunista

---

<sup>1</sup> Alguns teóricos consideram, ainda, esses dois tipos de orações como estruturas de causalidade (como Paiva, 1991).

Merval Pereira, jornalista e escritor, cuja especialidade é comentar fatos políticos no cenário nacional. Todos os textos que constituem o *corpus* foram veiculados no Jornal O Globo, no período de dezembro de 2015 a maio de 2016, buscando estabelecer entre elas diferenças sintáticas e, principalmente, semântico-discursivas. O recorte temporal foi determinado pela seleção temática do impeachment da então atual presidente Dilma Rousseff, definido em função de sua grande repercussão na mídia nacional, de modo que, diante do acontecimento tão amplamente divulgado nas mídias em geral, imediatamente, fez-se a coleta dos exemplares.

Em um tratamento de ordem qualitativa, do total de textos publicados no período demarcado, escolheram-se os 75 textos cujo tema foi o impeachment da presidente Dilma Rousseff, conforme supramencionado. Dentre esses, selecionaram-se apenas os que apresentaram o conector *porque*, perfazendo um total de 27 textos, a fim de perceber melhor os casos limítrofes entre as relações de causa e de explicação, por meio do emprego do conector prototípico em língua portuguesa. Nos mesmos textos, também ocorreram outros conectores que evidenciaram as relações de causa e de explicação, os quais foram também contabilizados e comentados na Análise dos Dados.

No que diz respeito aos objetivos específicos, a análise busca, dentre outros aspectos, descrever:

- ✓ quais as características sintáticas (como a posição da construção, possibilidade de deslocamento) e morfológicas (tempo e modo verbais, por exemplo) que nos permite estabelecer uma distinção entre as orações causais e explicativas;
- ✓ quais relações entre o gênero do discurso (suas características principais) e as construções mais recorrentes;
- ✓ até que ponto o uso dessas construções está relacionado aos modos de organização do discurso;
- ✓ qual a relação entre o uso dessas construções e os atos de convencer e de persuadir;

- ✓ que relação pode ser estabelecida entre o emprego de orações causais e explicativas e os eixos temático e ideológico veiculados nos textos analisados.

No Capítulo 1, é apresentada a Fundamentação Teórica que norteia esta pesquisa. Parte-se das considerações da Retórica, no que se refere ao conceito e às estratégias de argumentação por meio da linguagem. A partir disso, consideram-se, a partir da filosofia da linguagem, os postulados da Linguística da Enunciação e da Semântica Argumentativa, a qual inclui os sujeitos presentes na enunciação e seus impactos na configuração discursiva. Por fim, é apresentada a teoria Semiollingüística do Discurso, proposta por Charaudeau (1999), e suas considerações a respeito da língua em discurso.

No Capítulo 2 desta tese, procede-se a uma revisão da literatura especializada, buscando descrever os processos de estruturação sintática, em primeiro lugar, e, em seguida, a estrutura e a função das construções causais e explicativas, de acordo com uma proposta que se vincule não só à abordagem da gramática tradicional, mas também às abordagens de cunho descritivo, funcionalista, gerativista e textual-discursivo. Procede-se, nesse caso, a uma pesquisa bibliográfica<sup>2</sup>.

O Capítulo 3 ocupa-se da apresentação do referencial metodológico deste estudo, disposta na descrição do *corpus* e nos procedimentos adotados no tratamento dos dados. A escolha dos tipos de orações em análise dá-se pela sua importância para a construção do discurso escrito e na condução do fluxo da argumentação, além de sua relevância na constituição do gênero jornalístico opinativo. Para a realização da pesquisa, serão analisados textos do *discurso midiático*, buscando descrever as estratégias lingüísticas e discursivas presentes no *discurso jornalístico opinativo*, as quais determinam a recorrência de cada um dos tipos de construção em tela.

O Capítulo 4, por sua vez, reserva-se à análise dos dados coletados e quantificados, conforme expostos no Capítulo 3. Os dados serão analisados

---

<sup>2</sup> Cumpre salientar que tratamos da abordagem tradicional e de outras visões alternativas à gramática, ilustrando a exposição com exemplos dos próprios autores e, portanto, sem a aplicação do *corpus*, neste primeiro momento.

tomando-se como base algumas variáveis, a saber: (i) posição da oração explicativa ou causal; (ii) possibilidade de deslocamento da sentença em análise; (iii) tempo e modo verbais; (iv) tipo de conector; (v) a presença de estruturas de realce; (vi) a presença de advérbios modalizadores; (vii) modo de organização discursiva; (vi) gênero do discurso.

Partindo do pressuposto de que o discurso se concretiza por meio do encadeamento das orações em esferas mais amplas, a questão que perpassa a tese é o modo como se comportam as orações causais e explicativas no texto escrito argumentativo como um todo. Dessa forma, não há, em um estudo mais atual, como analisar a língua de modo descontextualizado de seu caráter social, já que, dentre suas pretensões, está a de estabelecer a interação entre os sujeitos.

Pretende-se, enfim, alcançar uma descrição mais integrada das construções causais e explicativas, que permite evidenciar, também, a relação entre a linguagem e suas funções, mediante a descrição da língua em uso. Tais construções são determinadas por uma necessidade contextualizada de persuasão e de convencimento em um discurso bem elaborado. No momento em que se produzem tais tipos de construções, instaura-se um processo linguístico o qual reflete a necessidade de usá-las para uma finalidade determinada, como uma estratégia discursiva.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No processo de enunciação, o qual é marcado por um tempo e um espaço específicos, o sujeito do discurso exerce determinados papéis, a fim de realizar a atividade comunicativa. Dessa forma, torna-se relevante considerar, em uma análise de cunho discursivo, as noções de sujeito e de objeto do discurso, EU e TU, com o propósito de estabelecer as diferentes vozes presentes no texto e o diálogo que se materializa entre elas.

A argumentação, nesse contexto, configura-se como uma atividade que se realiza de maneira pontual / situada e nos moldes de um processo de negociação. Assim, envolve sujeitos, com papéis determinados, em cada situação, com objetivos e conhecimentos que constituem uma espécie de base comum. Entende-se, com isso, que o texto pode ocultar informações que não são veiculadas em sua superfície linguística, o que resguarda ao sentido a ideia de ser estrategicamente construído pelos sujeitos na interação.

Segundo a perspectiva bakhtiniana, em uma relação dialógica, o sujeito ativa estratégias, que precisam ser percebidas pelo interlocutor, no momento de interação. Tomando isso como base, assume-se que algumas vertentes teóricas tratam da atividade discursiva e de seus impactos na comunicação, verificando sua maior ou menor eficácia na interação verbal.

Dentro das perspectivas discursivas consideradas neste estudo, correlacionam-se, especialmente, a Linguística da Enunciação e seu desdobramento com a Semântica Argumentativa, a partir dos estudos de Mikhail Bakhtin, Émile Benveniste e Oswald Ducrot, especialmente, e a Análise Semiolinguística do Discurso, proposta por Patrick Charaudeau.

As duas visões são abordadas neste Capítulo 1, com o intuito de estabelecerem um referencial teórico que vislumbre a língua em discurso e suas funções no estabelecimento do contrato comunicativo, em uma moldura discursiva determinada. São estudados os aspectos pertinentes de cada uma das correntes teóricas, no que diz respeito à análise das estratégias discursivas que se

manifestam por meio do emprego de construções causais e explicativas, no discurso jornalístico opinativo, cujos textos coletados serão analisados no Capítulo 4.

Para tanto, em um primeiro momento, faz-se alusão aos estudos gregos de Retórica, apoiados em Aristóteles e descritos por Chaim Perelman & Lucie Olbrechts-Tyteca, dentre outros. Justifica-se a recorrência à Retórica Antiga, em razão de embasar os estudos mais atuais sobre a relação entre a argumentação e a linguagem, com a finalidade de propor uma definição e uma caracterização mais detalhada das estratégias argumentativas e da forma como se manifestam no uso da língua.

Além disso, ainda neste Capítulo 1, são descritas as características mais marcantes dos gêneros discursivos, segundo Mikhail Bakhtin e, posteriormente, de acordo com os trabalhos de Luiz Antônio Marcuschi, de modo especial, com o objetivo de propor uma reflexão sobre o gênero jornalístico opinativo, dada a sua relevância à análise dos dados coletados para este estudo.

Propõe-se, ainda, uma abordagem do modo de organização argumentativo do discurso, segundo a proposta de análise semiolinguística do discurso, apresentada por Charaudeau. Nesse momento, é considerado esse arcabouço teórico, a fim de abordar o contrato comunicativo e os protagonistas do discurso, de modo que se contemple a cena discursiva em que o texto jornalístico é produzido.

Em suma, no processo de enunciação, o falante atua como sujeito do discurso para se comunicar, e envolve outras pessoas, as quais entram em contato com o emissor de diferentes modos. O papel discursivo do sujeito, nesse enquadre, envolve posicionamentos sutis, os quais precisam ser identificados pelo interlocutor.

Nesse sentido, tanto a Semântica Argumentativa quanto a Análise Semiolinguística tratam da atividade discursiva e de seus efeitos na comunicação, observando sua maior ou menos eficácia.

## 1.1 A Argumentação

A vida em sociedade trouxe para os seres humanos um aprendizado extremamente importante: o de que não se poderiam resolver todas as questões pela força. Em contrapartida, a palavra seria a responsável por persuadir os outros a tomarem determinadas atitudes. Isso porque todo discurso funciona por meio de um método dialógico e porque todo enunciador pretende que suas posições sejam acolhidas e que o enunciatário faça dele uma boa imagem. O uso da linguagem é, então, orientado pela intenção, determinada pelo sentido do enunciado, e é essencialmente argumentativo, uma vez que conduzimos os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões com exclusão de outras.

A argumentação apresenta-se, nesse caso, como o produto linguístico-textual de uma combinação entre diferentes componentes, que pressupõe, por parte do sujeito que argumenta, elaborar, de um ponto de vista racional, uma explicação, baseando-se em experiências individuais e sociais, em um contexto espacial e temporal, com finalidade persuasiva.

Nesse contexto, todo discurso apresenta uma dimensão argumentativa, segundo Fiorin (2010, p.9), o que significa dizer que a argumentação é inerente ao homem. A argumentação objetiva, em geral, mudar a opinião do outro, através da construção de um espaço propício para tal. Por essa razão, implica a existência de argumentos que sejam voltados a um público específico, determinando o seu caráter não universal.

Koch (2004, p.19) relaciona a argumentação à noção de discurso, observando que, em todos os discursos, é veiculada uma ideologia; logo, carrega uma intencionalidade, dado que “tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões”. Com base nisso, reconhece-se a argumentatividade, em todos os textos, mesmo aqueles em que predominam sequências narrativas, descritivas ou dissertativas, corroborando, assim, com o que diz Fiorin (2010).



Fiorin apoia sua tese nos postulados de Bakhtin (2010), para o qual o dialogismo preside a construção de todo discurso. Um discurso será uma voz nesse diálogo discursivo incessante que é a história, conforme será discutido a seguir, ainda neste Capítulo. Assim, os discursos são sempre o espaço privilegiado de luta entre vozes sociais, o que significa dizer que são o lugar da contradição, porque a base de toda a dialética é a exposição de uma tese e de sua refutação. E, nesse sentido, fundamentam-se tese e refutação, por meio de justificativas e razões.

Plantin (1998), em sua abordagem argumentativa, afirma que uma das operações fundamentais da argumentação é a de que, mediante um discurso, pode-se dar a volta a outro discurso, ou ainda, tudo o que está feito mediante palavras poderá ser desfeito mediante palavras. Um dos objetivos de qualquer discurso argumentativo seria, portanto, aclarar as situações às que se aplicam sistemas heterogêneos. Nesse sentido, a todo discurso há um contradiscurso, produzido por meio de um ponto de vista distinto e projetando uma realidade diferente.

Em uma perspectiva histórica, conforme menciona Fiorin (2010, p.19), a argumentação vem sendo estudada desde a Antiguidade grega, pela Retórica Antiga, a qual continha cinco operações, discriminadas a seguir:

a) *inventio* – encontrar o que dizer (trata-se de encontrar argumentos e não de inventá-los); b) *dispositivo* – dispor o que for encontrado; c) *elocutio* – ornar com palavras; d) *actio* – atuar e enunciar; e) *memoria* – confiar à memória.

Tais etapas, na produção do discurso argumentativo, são descritas também por Plantin (1998, p.14). Sobre a *inventio*, o autor afirma que se trata da etapa argumentativa, já que, por meio do pensamento, buscam-se argumentos pertinentes para o exame de uma causa, os quais poderão ser encontrados, por exemplo, nos manuais de Retórica antiga.

Em seguida, tem-se a *dispositio*, entendida como fase em que há a ordenação, no sentido textual, dos argumentos encontrados. O autor ressalta a importância de se iniciar o discurso com o argumento mais fraco, reservando para o final da argumentação o mais contundente, capaz de lograr a decisão da parte do auditório que mais duvida.

A terceira etapa trata de uma abordagem linguística, entendida como *elocutio*, em que toda a proposta argumentativa ganha o formato de palavras e de frases. Por sua vez, as duas últimas etapas de produção da argumentação são as de memorização (*memoria*), em que se ativa tudo o que deve ser proferido ao público; e de ação (*actio*), momento mais decisivo da argumentação.

A Retórica seria entendida como a arte do discurso eficaz e constituiria, desse modo, parte da dialética, considerada, por sua vez, a lógica do que é provável ou, ainda, a arte que descreve os meios empregados na demonstração e na reputação.

Plantin (1998, p.15) afirma que a teoria antiga da argumentação não é unicamente retórica. Desde as origens, há uma visão da argumentação científica dentro do marco de uma lógica. Assim, pode-se dizer que a argumentação, em uma língua natural, associa a lógica e a retórica.

A argumentação é, para Plantin (1998), uma atividade linguística, que se relaciona a uma atividade de pensamento. Considera-se a argumentação como um fato discursivo, que se associa à prática da linguagem em um contexto. Duas opções de análise são possíveis: de um lado, entende-se que a fala sempre é necessariamente argumentativa. É o resultado concreto da enunciação em uma situação. Todo enunciado trata de atuar sobre seu destinatário, sobre o outro, trata de transformar seu sistema de pensamento. De outro lado, pode-se dizer que nem todos os discursos são argumentativos, visto que a argumentatividade precisa ser buscada em um modo de organização discursiva. É o que sugere a argumentação retórica.

A Retórica consiste no *topos*, sobre os quais se funda a aceitação geral, fundamento do que é provável e constituem parte do *inventio*. O *topos*<sup>3</sup>, por sua vez, pode ser definido como uma espécie de modelo com que muitos argumentos podem ser construídos e devem ser entendidos como princípios gerais que servem de apoio aos raciocínios, embora não se manifestem como raciocínios (cf. FIORIN, 2010, p.17).

---

<sup>3</sup> Para Ducrot (1988), que se respalda nos estudos retóricos, os *topoi* são princípios gerais que servem de apoio ao raciocínio. Não devem ser confundidos com asserções, visto que o locutor jamais se apresenta como o autor, mas estão sempre presentes em uma comunidade.

Segundo Fiorin (2010), muitos autores começam a fazer uma distinção no que era um conjunto indissociável: de um lado, havia uma teoria da argumentação, que levava em conta as operações de invenção e da disposição, em que estariam os elementos destinados a convencer e a persuadir (a topologia); de outro, havia uma teoria das figuras, que se ocupava da elocução (a tropologia, a teoria dos *tropos*) (p. 20). Então, haveria duas retóricas: a da argumentação e a dos *tropos*.

A Retórica é a disciplina responsável por iniciar e por basear os estudos discursivos no Ocidente, de modo que devem herdar a retórica no que se refere a descrever, fundamentando-se nos estudos discursivos atuais, os procedimentos discursivos os quais tornam viável ao enunciador produzir efeitos de sentido que permitem fazer o enunciatário aderir ao que foi dito; de outra, analisar o modo de funcionamento real da argumentatividade, isto é, o dialogismo presente na argumentação, do qual trataremos mais adiante, ainda neste Capítulo 1.

Fiorin (2010) pauta-se na proposta de Aristóteles, segundo a qual as provas inerentes do discurso são definidas em três espécies: (a) umas residem no caráter moral do orador; (b) outras analisam o enunciatário, como ele recebe os argumentos (disposição do auditório); (c) outras, ainda, pautam-se no próprio discurso, quando ele é demonstrativo ou parece ser.

O autor remete aos estudos clássicos de Aristóteles, ao propor a divisão dos raciocínios em necessários e preferíveis. Sobre os primeiros, diz-se que são aqueles cuja conclusão decorre necessariamente das premissas colocadas. Isto é, sendo verdadeiras as premissas, a conclusão não pode não ser válida. Tais raciocínios pertencem ao domínio da lógica e servem para demonstrar determinadas verdades. Em contrapartida, os raciocínios preferíveis são aqueles cuja conclusão é possível, provável, plausível, mas não necessariamente verdadeira, porque as premissas sobre as quais ela se assenta não são logicamente verdadeiras. Nesse sentido, os raciocínios preferíveis são estudados pela retórica e destinam-se a persuadir alguém de que uma determinada tese deve ser aceita, visto que é mais justa, mais adequada, mais benéfica.

Os argumentos são os raciocínios que se destinam a persuadir, isto é, a convencer e a comover, ambos meios igualmente válidos de levar a aceitar uma

determinada tese. A retórica apresenta-se, então, como a arte da persuasão, a qual se alcança pelo convencimento, quando se mobilizam argumentos para levar a aceitar uma tese; pela comoção, quando isso é feito insuflando o estado de espírito do destinatário, suas paixões, seus preconceitos<sup>4</sup>.

Plantin (1998, p. 23) define discurso como uma série de dois enunciados [E 1, E2]. Poder-se-ia afirmar que existe argumentação entre tais enunciados, se pudessem ser parafraseados por:

E1 motiva, justifica, legitima, defende, fundamenta  
 Permite crer, dizer, pensar que  
 Apoia, implica  
 Causa, explica, prova, demonstra E2  
 E1 se apresenta como boa razão para admitir, crer...E2  
 E1 se enuncia para, em vista de, com a intenção de fazer aceitar, fazer, fazer, fazer dizer...E2

Dessa maneira, pode-se formular a relação argumento-conclusão em uma só frase, a qual se manifesta também sob a forma de enunciados relacionados por um conector: E1, *por conseguinte*, E2. Em contrapartida, pode-se dizer que a conclusão E2 se firma sobre a base do argumento E1: E2, *visto que* E1.

A argumentação é definida, em Plantin (1998, p. 25), segundo diferentes perspectivas, a saber: cognitiva, linguística, social, da interação cooperativa, da interação polêmica. Dessa forma, tem-se uma dimensão cognitiva, de modo que argumentar significa exercer um pensamento justo. Examina-se um problema, reflete-se sobre ele, através de provas, proporcionam-se causas. A conclusão de um discurso argumentativo é uma descoberta, produz uma inovação ou, pelo menos, conhecimento.

O argumentador ativa a intuição, de modo que articula uma lógica no discurso, em uma língua que domina. Nela, expressa-se um pensamento correto, o qual também pode ser irônico, sem deixar de ser coerente. A argumentação funciona na situação, na vida cotidiana, e manifesta-se em todas as situações em que existe uma alternativa, uma possível contestação, nas situações em que é

---

<sup>4</sup> As noções de convencimento e de persuasão serão discutidas no próximo item deste Capítulo 1.

necessário justificar-se, nas quais é preciso comprometer-se na ação e se tem que tomar uma decisão justa.

Quem argumenta aprecia a análise crítica e manifesta suas capacidades no debate de ideias, no qual as opiniões são confrontadas. A discussão, por sua vez, pode converter-se em disputa e, nesse sentido, a argumentação configura-se como uma máscara de pura relação de forças: o esforço do argumentador consiste em organizar as estratégias, utilizar armas para ganhar, em um combate, com intenção de manter uma argumentação capaz de suggestionar o adversário, a quem fez perder a linha do discurso. Em linhas gerais, a argumentação é tratada como a busca da persuasão de um auditório (alocutário) pelo locutor. O alocutário precisa estar persuadido e a sua representação constitui o próprio modo de argumentar.

Guimarães (2002) considera a argumentação como uma questão de ordem linguística. Isso porque a linguagem, vista como uma ação social, apresenta a argumentação como resultado de condições de verdade e de seu caráter lógico. A linguagem, portanto, estaria associada a uma concepção de enunciação e de sentido, ou seja, a uma relação discursiva em certo momento particular<sup>5</sup>.

Garcia (2007, p.380), ao tratar da noção de argumentação, diferenciando-a do conceito de dissertação, também focaliza a figura do interlocutor. Assim, o autor afirma que, quando se argumenta, há uma visão focalizada no interlocutor, com vistas à formação de sua opinião, como leitor ou ouvinte, à medida que o sujeito comunicante o convence de que está “com posse da verdade”. O que também se torna claro na proposta de Charaudeau (2008, p.205), quando afirma que “a argumentação dirige-se à parte do interlocutor que raciocina”, destacando a função discursiva do sujeito argumentante como aquele que tenta veicular uma convicção ao interlocutor a fim de “persuadi-lo a modificar seu comportamento”.

Em um texto dissertativo, ao contrário, tem-se o propósito de apresentar, discutir ideias e opiniões, focalizando-se um sujeito que enuncia, na situação discursiva. Em resumo, diz-se que a dissertação se propõe a “expor ou explicar, explicar ou interpretar ideias”, ao passo que a argumentação pretende “convencer, persuadir ou influenciar o leitor ou ouvinte”.

---

<sup>5</sup> A concepção de enunciação será abordada mais detalhadamente quando for mencionada a Semântica Argumentativa, mais precisamente no item 1.2..

Bastos (2002, p.72), ao discutir as distinções entre argumentação e dissertação, afirma que a primeira pretende, em sua natureza, “defender certos pontos de vista e assumir determinados posicionamentos”, ao passo que a dissertação não objetiva levar ao convencimento a respeito de nada, por parte do leitor; há uma exposição por parte do autor, em que se explica um dado tema e o interpreta, porém não concretiza, ao menos como função aparente, a finalidade persuasiva.

Outros estudiosos, também professores-pesquisadores de Língua Portuguesa, apresentam definições para tais termos um tanto distintas das expostas anteriormente. Conforme defende o professor Helênio Fonseca de Oliveira, em seu artigo *Os gêneros da redação escolar e o compromisso com a variedade padrão da língua* (2003), o termo dissertação pode apresentar sentidos distintos, a depender de se tratar de um professor de português ou de um professor de outra área. Segundo o autor, na visão de um professor de Língua Portuguesa, “uma dissertação é uma ‘sequência de opiniões’ destinada a persuadir o destinatário da veracidade de uma tese” (2003, p.1). Em contrapartida, para os profissionais das outras disciplinas, “é a exposição de um tema, sem um empenho excessivo de persuadir o leitor” (2003, p.1). Nesse contexto, dissertar seria sinônimo de discorrer sobre um determinado tópico. Com vistas à exemplificação, Oliveira (op.cit.) ainda menciona: “numa prova, por exemplo, ‘questão dissertativa’ é a que determina a produção de um pequeno texto.”

A fim de abordar tipologias textuais, Travaglia (2003) define tipo textual como o modo de comunicação e constitui tipologias diversas, à medida que variam as perspectivas adotadas pelo produtor dos textos. Dentre outros tipos de texto, o autor seleciona o tipo dissertativo, sobre o qual faz as seguintes considerações:

Quadro 1 - Modo dissertativo

<b>Dissertação</b>	
Perspectiva do produtor do texto	Enunciador na perspectiva do conhecer, abstraído do tempo e do espaço.
Objetivo do enunciador	Busca-se o refletir, o explicar, o avaliar, o conceituar, expor ideias para dar a conhecer, para fazer saber, associando-se à análise e à síntese de representações.
Forma como se instaura o interlocutor	Ser pensante, que raciocina.
Tempo referencial	Simultaneidade das situações
Relação entre o tempo de enunciação e o referencial	O tempo da enunciação pode ser posterior, simultâneo ou anterior ao tempo referencial.

Fonte: Travaglia (2003) Adaptado.

Garcia (2007, p. 383) salienta que toda argumentação, essencialmente, consiste “numa declaração seguida de prova (fatos, razões, evidência)”, sob a forma de um discurso em que se vislumbra um raciocínio coerente e consistente. A base da argumentação, ao se considerar sua natureza lógica, aparece destacada pela consistência do raciocínio e pela evidência de provas – a qual é vista como a certeza advinda do raciocínio e da enumeração de fatos.

Perelman & Tyteca (2014) estabelecem que toda argumentação pretende influenciar, por meio do discurso, a intensidade de adesão de um auditório a certas teses, pressupondo, por conseguinte, a existência de um contato intelectual entre o sujeito comunicante e o auditório a que se destina. Dentre os pressupostos para que haja argumentação, de forma sucinta, estabelecem os seguintes: comunidade efetiva dos espíritos; formação de uma comunidade intelectual; e o fato de se debater uma questão determinada.

Assim como Perelman e Tyteca (op.cit.), Charaudeau (2008) também aponta as condições em que uma argumentação deve ser estabelecida. Segundo o autor, deve haver

- (i) uma proposta sobre o mundo, que suscite questionamentos em relação a sua legitimidade;
- (ii) um sujeito comunicante/argumentante, responsável por desenvolver um raciocínio e tentar apresentar uma verdade quanto à proposta sobre o mundo;
- (iii) um sujeito interpretante-alvo, a quem deve se dirigir o sujeito comunicante, com a intenção de seduzi-lo ou persuadi-lo a comungar essa mesma verdade, aceitando-a ou refutando-a.

Com o intuito de delimitar o campo da argumentação, devem-se observar a situação de comunicação, a qual compreende o entorno que envolve todo o ato (ambiente, perfil das pessoas, comunidade a que pertencem); a ética, que abrange os valores morais e os princípios que devem nortear a conduta humana; e o raciocínio, o qual é responsável por delimitar o contexto de atuação da argumentação.

É evidente que não há método claro para convencer o outro, visto que todo o fluxo argumentativo depende do contexto em que se discursa. No entanto, Breton (1999, p. 64) sinaliza que há uma estrutura argumentativa estável de base, que deve ser observada. Em primeiro lugar, deve-se determinar uma opinião, sob pena de a argumentação tornar-se confusa, se tal ideia estiver obscura. Em seguida, é preciso observar e delimitar o receptor e o contexto de recepção, indispensável no processo de identificação do receptor, que será o alvo do discurso. O terceiro passo é a seleção e a organização de argumentos que relacionem a tese do emissor e o receptor. O penúltimo procedimento é criar estratégias que interfiram no contexto de recepção, por parte do receptor. Por fim, deve-se fazer a retomada da opinião apresentada ao contexto de recepção, com argumentos coesos.

Gabriel (2006, p.193) aborda a importância do enquadramento do real no momento em que se organiza a argumentação. Tal enquadramento consiste em “estabelecer uma ordem para o mundo e convidar o receptor para participar dela”. Caso o emissor não o faça, a compreensão do seu texto não poderá ser garantida.



Como exemplo, Gabriel cita os argumentos de autoridade, nos quais o enquadramento do real é aceitável porque “quem o descreve tem autoridade para fazê-lo ou evoca alguém que tem essa autoridade, incluindo, algumas vezes, o próprio receptor”. Assim, a autora conclui que a autoridade pode ser baseada em um saber (teoria), em uma experiência (prática) ou em um testemunho (experiência pontual de uma situação).

O conceito de argumentação vincula-se, com base nos autores, à noção de discurso, observando-se que, em todos os discursos, há um posicionamento do sujeito enunciador, por meio do qual se veicula uma ideologia. Além disso, a linguagem é dotada de intencionalidade, na medida em que se tenta influir sobre o comportamento do interlocutor, induzindo-o a compartilhar as mesmas ideias ou atitudes. Dessa maneira, a argumentatividade se faz presente em todos os enunciados linguísticos, mesmo naqueles em que predominam outros modos de organização discursiva.

#### 1.1.1 A argumentação: entre a razão (convencimento) e a emoção (persuasão)

Desde a Grécia Antiga, já é sabido que o homem não se constitui apenas de razão, mas também de emoções ou paixões, o que se permite concluir que, para influenciar o outro, seriam necessárias estratégias de raciocínio, livres da condição de subjetividade, e de persuasão, marcadas pela busca de sedução do outro, por meio de movimentos da psicologia. A retomada do discurso clássico faz-se necessária pelo fato de este ter sido o espaço cultural e linguístico em que se observou a preocupação com o domínio da expressão verbal. Nesse sentido, admite-se que, no contexto clássico, a palavra é analisada não apenas como componente linguístico, mas como discurso, tal como se procede nos estudos atuais de caráter discursivo.

Etimologicamente, a palavra persuasão vem do latim "*persuadere*", "*per* + *suadere*". O prefixo "*per*" significa de modo completo, "*suadere*" que equivale a aconselhar (não impor). Assim, o ato de persuadir deve levar em conta as

expectativas, as emoções do interlocutor, usando processos suscetíveis de sensibilizar, apelando à subjetividade e à simpatia. Por outro lado, a palavra convencer provém da forma latina “*convincere*”, “provar que algo é verdadeiro ou não”, de *com*, “junto”, mais *vincere*, “dominar, prevalecer, vencer”. O ato de convencer pressupõe levar o interlocutor a admitir uma tese através de um raciocínio lógico e racional. A argumentação deve convencer pela própria coerência interna, por meio, dentre outros, de métodos de raciocínio lógico (indução, dedução, dialética), e não pela refutação direta da tese contrária.

Objetivando abordar a trajetória dos estudos de argumentação e das estratégias persuasivas na linguagem, Charaudeau<sup>6</sup> (2008, p. 202) afirma que, a partir de 50, a psicossociologia interessou-se por estudar as mensagens persuasivas e, nesse enquadre, o estudo da linguagem deu lugar ao estudo da produção discursiva, isto é, o condicionamento do contexto em que se estabelece o contrato comunicativo e dos mecanismos de recepção da fala persuasiva.

Charaudeau (2008, p.206), em se tratando de tradição filosófica e linguística, por meio da qual se recupera uma história da argumentação, ao considerar a perspectiva do sujeito comunicante / argumentante, afirma que argumentar é uma atividade discursiva que prioriza buscar racionalidade, em que se pressupunha uma “técnica demonstrativa de dizer a verdade” de um lado; e influência, a qual se propunha considerar técnica de cunho expressivo, de outro.

Assim, para o autor, a racionalidade está relacionada a uma “busca por um ideal de verdade”, ao passo que a influência tende a um “ideal de persuasão”. Desde a Antiguidade, fazia-se, enfim, a distinção entre o que pertence ao raciocínio e o que pertence à persuasão, em que se observa a consideração da psicologia humana e os subsídios que oferece para que argumentador seja capaz de comover o outro.

Segundo Abreu (2009, p.25), “argumentar é a arte de convencer e persuadir”<sup>7</sup>. Nessa perspectiva, o convencimento pontua-se como uma manifestação de gerenciamento da informação, a partir do momento em que se fala à razão do outro, por meio de demonstrações e de provas. Dito isso, cumpre ressaltar que o ato de convencer é entendido como a construção de algo no campo das ideias, fazendo

---

<sup>6</sup> Os postulados de Charaudeau serão apresentados, mais detalhadamente, no item 1.3..

<sup>7</sup> Grifos nossos.

com que o interlocutor passe a pensar como o sujeito comunicante / enunciador. Por outro lado, diz-se da persuasão tratar-se de uma espécie de gerenciamento da relação, à medida que se fala à emoção do outro. Nesse contexto, enquadra-se o plano das emoções, em uma estratégia de sugestionamento ou de sensibilização do outro ao agir. Enfim, persuadido estará aquele que realizar algo desejado pelo sujeito enunciador.

Nas palavras do autor, argumentar é, pois, em última análise,

a arte de, gerenciando informação, convencer o outro de alguma coisa no plano das ideias e de, gerenciando relação, persuadi-lo, no plano das emoções, a fazer alguma coisa que nós desejamos que ele faça. (p.26)

O autor ainda discorre sobre a distinção entre convencimento e persuasão, ilustrando sua abordagem por meio de exemplos. Nesse sentido, expõe que se pode convencer alguém e não conseguir persuadi-lo, apresentando o fato de que se pode convencer um filho de que estudo é importante, embora isso não seja determinante para que ele pare de negligenciar suas tarefas escolares. Ou, ainda, podemos citar o fato de que alguém pode ter condição financeira favorável à compra de um automóvel luxuoso, porém não se sente convencido a realizar tal compra.

Koch (2004, p. 17), apoiando-se nos estudos de Perelman, ressalta que a argumentação pode ser caracterizada como um ato de persuasão, uma vez que objetiva “provocar ou incrementar a ‘adesão dos espíritos’ às teses apresentadas ao seu assentimento”. Em contrapartida, o ato de convencer relaciona-se à razão, por intermédio de um raciocínio lógico, cujas conclusões decorrem de premissas, e de provas objetivas. Isso faz com que seja capaz de alcançar um “auditório universal” (todo ser racional), devido ao seu caráter demonstrativo e atemporal.

O ato de persuadir, por sua vez, remete-se à ideia de vontade, de “sentimento dos interlocutores”, por meio de argumentos plausíveis e verossímeis e tem caráter subjetivo, temporal, dirigindo-se, pois, a um “auditório particular”. O ato de convencer conduz, segundo Koch, a certezas, enquanto o ato de persuadir permite que o interlocutor seja capaz de realizar inferências que podem levá-lo à adesão aos argumentos apresentados.

Abordando as distinções entre convencimento e persuasão, destacam-se Perelman & Tyteca (2014, p.30), quando sinalizam que, se for considerado em função de suas dimensões pragmáticas, o ato de persuadir posiciona-se como superior em relação ao ato de convencer. Em contrapartida, tomando-se como base o caráter racional, o qual é determinante para a adesão de um auditório, o ato de convencer, também associado à noção de convicção, é superior ao ato de persuadir.

Os autores evidenciam que o ato de convencer relaciona-se a uma racionalidade e pauta-se no raciocínio, a fim de que, desse modo, o receptor acolha os argumentos do outro de forma objetiva. Por outro lado, o ato de persuadir limita-se a provas de caráter afetivo e pessoal. O objetivo do emissor não é apenas o de que o receptor concorde com a tese proposta, mas que também passe à ação, de modo que se preocupa com os impactos ou efeitos da argumentação. A distinção conceptual entre persuasão e convicção, enfim, pode ser aclarada pela distinção entre ação / vontade e inteligência / razão.

Ao serem apresentadas as características do modo argumentativo de organização do discurso, a distinção entre os atos de convencer e de persuadir será novamente abordada, no que diz respeito à proposta da Análise Semiolingüística do Discurso. Ressalte-se que tal distinção torna-se relevante, a partir do momento em que está relacionada à intenção do emissor no discurso e na seleção das estruturas lingüísticas que irão materializar tal intenção argumentativa.

Segundo Pauliukonis (2007), em um ato de linguagem, os protagonistas do discurso envolvem-se em um processo de persuasão, ou de convencimento, como foi abordado. Baseando-se em tal princípio, é evidente que cada emissor, a fim de que seja aceito, precisa reforçar a verdade ou a validade do seu discurso, visto que a sua linguagem não traduz o real, mas “uma configuração lingüística da realidade”.

Segundo a análise semiolingüística do discurso, o mundo a significar, realidade extralingüística ou o “real”, é apresentado através de textos ou de fragmentos textuais, selecionados segundo uma ideologia ou uma intenção comunicativa, a qual precisa ser reconhecida pelo receptor para ser compreendida.

A construção de um texto ocorre, então, por meio de dois processos: uma seleção de elementos lingüísticos e uma operação de organização textual. Em

conjunto, englobam as estratégias comunicativas, apreendidas pelo sujeito interpretante, sob pena de não se realizar a interação, em caso contrário.

Nesse contexto, quanto à seleção e ao emprego de construções causais e explicativas em um ato de linguagem, objeto de estudo desta pesquisa, importa destacar que as causais aliam-se ao objetivo de convencer o receptor, ao passo que as explicativas voltam-se mais à intenção de persuadir tal interlocutor.

Isso porque as primeiras referem-se a uma relação objetiva entre dois fatos, ocorridos em momentos distintos no tempo, em que uma causa corresponde ao fato anterior, enunciado na oração subordinada. Em contrapartida, a construção explicativa não ocorre com o intuito de relacionar dois fatos, mas é buscada *a posteriori*, e configura a causa do ato ou da atitude do locutor ao produzir seu enunciado, o que gera seu julgamento sobre o fato exposto. Daí associar-se a uma interpretação diagnóstica, o que justificaria o seu efeito persuasivo.

## 1.2 A Linguística da Enunciação

A Linguística da Enunciação, advinda dos estudos, especialmente, de Benveniste (1974), instaurou a problemática enunciativa, por oposição a uma linguística como estudo da língua em seu aspecto formal. A linguística das formas compreende uma concepção de língua como um objeto estruturado e apresenta como objetivo a descoberta de regras internas a essa estrutura. A configuração de tal objeto de estudo determinou o enquadramento da Linguística como ciência autônoma, mesmo que tenha excluído as questões enunciativas, as quais só devem ser tratadas ao entendermos a língua em uso.

Segundo Oliveira (1996, p. 127), os esquemas clássicos propostos para explicar o processo comunicativo consideram que comunicar consiste em transmitir uma mensagem entre um emissor e um receptor, por meio de um código, através de um canal. É desse modo que se manifesta o esquema de comunicação de Jakobson. Tais propostas pressupõem uma autonomia de sujeitos interlocutores em relação à mensagem veiculada e uma unidirecionalidade de transmissão, que se

limita ao direcionamento emissor-receptor, entendido como um elemento passivo e limitado a compreender o emissor.

Em contrapartida, o nível da enunciação compreende o nível da produção do enunciado. Refere-se, também, à presença do sujeito nesse enunciado. Isso consiste em entender o discurso como a enunciação em que o sujeito, ao apropriar-se da língua, deixa, no discurso, marcas que podem ressaltar sua presença ou fazê-la apagar.

Tais reflexões sobre questões enunciativas datam da Antiguidade. A Retórica de Aristóteles, como já fora mencionado no item 1.1., previa três elementos fundamentais: o *enunciador*, o *assunto* sobre o qual se fala e o *enunciatário*, todos sustentados na consideração da situação de enunciação. O sujeito, em tal contexto, pode apresentar-se como agente discursivo, com o propósito de convencer seu auditório.

Oliveira destaca os estudos de Aristóteles, os quais focalizavam questões como a força argumentativa dos enunciados e o seu poder de persuasão. Tais fatores implicam a enunciação em processo, considerando-se a relação entre os sujeitos participantes e o contexto discursivo na sua acepção mais ampla.

A teoria da enunciação proposta por Benveniste abrange as categorias de pessoa, tempo e espaço, de modo que enfatiza que alguns elementos linguísticos só fazem sentido quando o enunciador toma a palavra. Assim, o Eu e o Tu se constituem no ato de dizer (a enunciação), em um tempo (*hic* - aqui) e em um espaço (*nunc* - agora). O conhecimento da língua associa-se à situação da enunciação, entendida como a apropriação da língua por um ato individual.

Assumem relevância os estudos de Benveniste, Ducrot e Bakhtin, os quais, na medida em que admitem que a língua seja um conjunto de signos, recuperam os elementos da fala, os quais escapam às sistematizações próprias da linguagem. Benveniste (1970, p.84) define a enunciação como “um processo de apropriação do sistema formal da língua pelo enunciador, o qual enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos”. Assim, ganha espaço relevante o sujeito locutor no processo comunicativo e objetiva apontar sua inserção nos enunciados que ele emite.

Ressalte-se, nesse sentido, que o sujeito da enunciação é um sujeito linguístico, por ser a representação daquele que fala e, dessa forma, deve apresentar as categorias de pessoa, tempo e lugar. É sempre um EU, que, tendo como referência um TU, age, em meio à enunciação, no espaço do aqui e do agora, como já se mencionou acima. Assim, a enunciação, em suma, deveria ser compreendida como: (i) instância de mediação entre a língua e a fala. (ii) instância do EU (ego) – AQUI (hic) – AGORA (nunc); (iii) instância logicamente pressuposta pelo enunciado.

Barthes (1984, p.182) aclara que Benveniste funda a “teoria da interlocução”, por meio da qual a linguagem se baseia na relação entre os participantes EU - TU, presentes no ato enunciativo. O homem, nesse sentido, constrói sua identidade por meio da linguagem e, apropriando-se da língua, toma ciência de si e configura-se como sujeito do seu dizer.

Ducrot (e Anscombre), discípulo de Benveniste, defende que a argumentatividade está inscrita no funcionamento da própria língua, e não provém, portanto, da situação de uso linguístico. Ducrot (1987) compreende a frase como “uma entidade linguística abstrata” e o enunciado como “a ocorrência particular, a realização *hic et nunc* da frase”. Assim, distingue significação e sentido: a primeira, entendida como valor semântico atribuído à frase; o segundo, ao atribuído ao enunciado.

Para o autor, devem interessar ao linguista apenas o que está no enunciado, e não as condições externas de sua produção. O sentido do enunciado é a forma como se manifesta no ato de enunciação, a imagem que pretende impor ao interlocutor. A descrição semântica do enunciado, nesse caso, configura-se como um recurso à enunciação.

Ressalte-se, ainda, que, para Ducrot (1988), a teoria da argumentação<sup>8</sup> baseia-se em duas ideias fundamentais: (a) a ideia de que existe um valor

---

<sup>8</sup> Em *Polifonía y argumentación*, publicado por Ducrot em 1988, o autor apresenta as duas primeiras etapas da teoria da argumentação da língua, a saber, forma padrão da teoria e teoria dos *topoi* argumentativos. Segundo a concepção tradicional de argumentação, um sujeito falante apresenta um argumento (um fato, baseado em uma razão), o qual funciona como justificativa para se obter uma conclusão. Nesse caso, o fato implica a conclusão por meio da lógica e nunca por meio da língua. Assim, o fluxo argumentativo ocorreria independente da língua. Para o autor, no entanto, não haveria

argumentativo situado em um nível semântico mais profundo que o ato de argumentação; (b) a ideia de que esse valor se fundamenta na mobilização dos *topoi* graduais, susceptíveis de receber duas formas típicas recíprocas.

Na teoria dos *topoi*, o valor argumentativo das palavras é o responsável pela direção argumentativa do discurso. São palavras do autor:

“A significação de certas frases contém instruções que determinam a intenção argumentativa a ser atribuída a seus enunciados: a frase indica como se pode, e como não se pode argumentar a partir de seus enunciados.” (1988, p.18)

No que diz respeito aos *topoi* argumentativos, pode-se dizer que são dotados de certas propriedades:

(a) são entendidos como “**universais**”, visto que se apresentam como se fossem partilhados por uma coletividade – são comuns, pelo menos, ao enunciador e ao destinatário;

(b) são **gerais**, aplicáveis a inúmeras situações, as quais extrapolam o momento em que se fala;

(c) são **graduais**, traço que permite a passagem à conclusão, em uma espécie de articuladores de mudança de escala. Se o valor argumentativo apresentado em uma escala cresce, o outro também crescerá.

Nessa vertente, o valor argumentativo dos enunciados relaciona-se à existência de um enunciador que argumenta. A fim de que o ponto de vista por ele apresentado possa ser considerado argumentativo, são necessárias duas condições: (i) servir para justificar uma determinada conclusão, implícita ou explícita no enunciado; (ii) postular a noção de *topos*, fundamental à teoria.

O valor argumentativo dos enunciados, intermediário entre o argumento e a conclusão, seria entendido como parte constitutiva deste enunciado, orientando-o

---

a implicação entre o fato e a conclusão, porque, para ele, “a argumentação está na língua”. A distinção, portanto, proposta por Ducrot em relação à forma padrão da teoria está no fato de que esta abordava a argumentação a partir dos enunciados. A teoria dos *topoi* argumentativos, por outro lado, define o ato de argumentação a partir dos sujeitos enunciadore, com o intuito de identificar o caráter argumentativo dos diferentes pontos de vista apresentados no enunciado.



em direção à conclusão. O aporte teórico que sustenta a utilização dos princípios argumentativos (*topoi*) permite sua classificação como Semântica Argumentativa, guiada às questões da enunciação, aqui contemplada.

A noção de *topos*, proposta por Ducrot, é fundamental para que se compreenda o dialogismo, uma vez que, se o emissor não partir de um dado em comum para veicular uma informação, não haverá possibilidade de ser compreendida, por mais simples que se estabeleça. Isso porque a especificidade de cada situação dificultaria a percepção do interlocutor.

Em suma, para Ducrot e Anscombre (1994, p. 217), é o *topos* que garante o encadeamento argumentativo como uma espécie de ponto de articulação entre a língua em si e o discurso argumentativo. Nesta pesquisa, o *topos* seria o discurso jornalístico. Os *topoi* levantados vão se referir, desse modo, ora a uma crença mais geral, ora a uma crença mais específica deste ambiente em que o discurso se efetiva.

Consoante a isso, aborda-se a proposta do dialogismo linguístico de Bakhtin (2010), tratada no item 1.2.2., a qual também se ocupa dos estudos da língua em uso, em enunciação, em substituição ao estudo da língua desprovida de contextualização.

Em geral, no estudo das estruturas de uma língua, observa-se uma análise que se pauta, fundamentalmente, na descrição do conteúdo microtextual - dos elementos frasais. No entanto, sabe-se que os enunciados de um texto não podem ser analisados somente sob este ângulo, uma vez que não basta apenas buscar o conteúdo do enunciado, mas, sobretudo, as inter-relações que se estabelecem no momento da enunciação, ou seja, uma análise que se propõe a esclarecer os aspectos discursivos das proposições de um texto – o caráter macrotextual.

Dentro dessa perspectiva, é que se pode afirmar que *a significação de um enunciado reside menos no que ele diz, do que a orientação que dá ao discurso (...)* *Descrever um enunciado é descrever aonde ele nos conduz*” (Ducrot, 1997). Assim, percebe-se que o sentido das proposições deve ser obtido a partir da junção entre a macrossintaxe e a microssintaxe discursiva. A partir dessa análise conjunta,

podemos construir, então, um valor discursivo, que contempla os aspectos semânticos, discursivos e pragmáticos - dos enunciados de um texto.

Nesse sentido, a Semântica Linguística de Ducrot, conhecida como Semântica Argumentativa ou da Enunciação, dá conta de uma abordagem macrotextual, que verificaria o enunciado além do componente estável – o caráter microtextual - nas relações estabelecidas dentro do componente textual. Charaudeau (2008, p. 202) ratifica a proposta de Ducrot, em que se sugere uma subdivisão da abordagem do fenômeno argumentativo, ao alocar em uma instância o raciocínio linguístico – confrontado com as linguagens formais, a partir da observação de semelhanças e diferenças – e, em outra instância, o estudo da argumentação, como orientação discursiva e como forma de agir sobre o outro.

No que se refere à articulação de orações, abordagens como as de Ducrot (1997) apresentam outros tipos de relações produzidas nesse esquema sintático. Assim, sinaliza que, dentro do processo de subordinação, tal como proposto pela abordagem da gramática tradicional, é possível distinguir relações distintas quanto à natureza e quanto à organização.

Apresenta, de um lado, a noção de predicado complexo, isto é, “um predicado elementar sobre o qual atuaram diferentes operadores, quer pela fusão de predicados elementares, quer de predicados elementares e de orações, podendo essas possibilidades combinarem-se mutuamente.” (p.11) Esse predicado caracteriza as frases ligadas, verdadeiras subordinadas do ponto de vista semântico, ao contrário do que ocorre com as que se relacionam por coordenação semântica. Vejam-se os exemplos:

(131) Pedro (tema) veio, para que Tiago partisse (comentário).

(132) Pedro veio (tema), de modo que Tiago partiu (comentário).

Em (131), tem-se uma frase ligada com predicado complexo e, em (132), um caso de coordenação semântica. No caso das frases ligadas, a intenção do enunciador é apontar para a relação existente entre as duas orações. No caso da coordenação semântica, “não se afirma a relação entre dois fatos, mas apenas enunciam-se os dois fatos, introduzindo o segundo por intermédio de sua ligação com o primeiro” (KOCH, 1995, p.11). Há uma sucessão de proposições, em que a

primeira funciona como tema da segunda. No caso (131), ao contrário, tem-se um enunciado único, resultante de um único ato de enunciação.

No estudo de Ducrot, considera-se a conjunção com um papel predominantemente argumentativo, entendidas como recursos ou componentes semânticos, pelos quais os interlocutores sinalizam a orientação argumentativa que dão a suas falas, por meio da construção de sentido atribuída à proposição da língua. Assim, propõe que se introduza um “componente retórico” nos modelos destinados a explicar o uso da linguagem. Esse modelo deveria ocupar-se do sentido do enunciado em uso, isto é, em uma situação de comunicação (cf. FIORIN, 2010, p. 16).

O componente retórico não é algo que se acrescenta ao componente semântico, mas dele faz parte. Segundo Fiorin (2010, p.16),

a postulação de um componente retórico “pressupõe que as circunstâncias da enunciação são mobilizadas para explicar o sentido real de uma ocorrência particular de um enunciado, somente depois que uma significação tenha sido atribuída ao próprio enunciado, independentemente de qualquer recurso de contexto.”

Fiorin (2010) afirma que é lugar-comum na Linguística atual a afirmação de que a argumentatividade é intrínseca à linguagem humana. Portanto, todos os enunciados são argumentativos. Consoante à proposta de Ducrot e Anscombe, Fiorin (2010) destaca que a argumentação seria o estudo das orientações semânticas dos enunciados e dos encadeamentos que as expressam. Para os autores, o conceito de argumentação é distinto do conceito de discursivização, entendida, por sua vez, como estratégia discursiva com a finalidade de persuadir um auditório (enunciatário).

Infere-se, portanto, que se todo enunciado orienta para determinada conclusão e essa orientação faz parte do sentido, a argumentação é um fato da língua e não de discurso. Desse modo, um locutor realiza uma argumentação, no momento em que apresenta um enunciado E1 (ou um conjunto de enunciados) destinado à ideia de se defender um outro (ou conjunto de outros) E2. O sentido de

um enunciado comporta como parte integrante, constitutiva, essa forma de influência que é denominada força argumentativa. Significar, para um enunciado, é orientar.

Para a pragmática integrada, a argumentação é o encadeamento dos enunciados, que conduz a certa conclusão. Seu domínio preferencial é o estudo dos conectores que realizam esse encadeamento. Além disso, estuda a orientação argumentativa dos enunciados, bem como os *topoi*<sup>9</sup> que estão na base dos encadeamentos, realizados na superfície dos conectores.

Segundo Fiorin (2010), as teorias do discurso, quaisquer que sejam, não se podem limitar a uma microanálise linguística, mesmo que, eventualmente, possam utilizá-la. O sentido do texto é criado no jogo interno de dependências estruturais e nas relações com o que está fora dele. Assim, tais teorias do discurso devem levar em conta dois aspectos: (i) a organização das unidades discursivas transfrásticas; e (ii) no modo de funcionamento real do discurso, em seu caráter dialógico.

Ilari (2015, p. 339) sinaliza que a Semântica Argumentativa se opôs a analisar o sentido das línguas naturais com base em modelos lógicos, mas considerando o envolvimento recíproco dos interlocutores, sendo visíveis, na estrutura linguística que produzem, os reflexos dessa função. Assim, expressões como “até”, “já”, “ainda”, em alguns de seus empregos, não se limitam a demonstrar um estado de coisas, mas a avaliar certos argumentos, em vista de possíveis conclusões. Por isso, essas palavras são consideradas orientadoras do discurso, já que sinalizam o peso que as sentenças em que tais elementos se veiculam detêm enquanto argumentos para determinadas conclusões.

O enfoque argumentativo no estudo das construções sentenciais, subordinadas ou coordenadas, é relevante para apontar as estratégias discursivas que determinam a forma como explícita ou implicitamente as orações relacionam argumentos a conclusões.

---

<sup>9</sup> Para Anscombe (1995, p.39), *topoi* são princípios gerais que servem de apoio aos raciocínios, mas não são raciocínios. São modelos com que muitos argumentos podem ser construídos. Para Ducrot (1988, p. 163), descreve, em termos argumentativos, os elementos semânticos apresentados pelos diferentes enunciados. O ponto de vista de cada enunciador consiste em convocar, a propósito de um estado de coisas, um princípio argumentativo, o *topos*, o qual permite extrair “o argumento do estado de coisas para justificar tal ou qual conclusão”. Os *topoi* atuam no ponto de articulação entre a língua e o discurso, como já foi mencionado.

### 1.2.1 Os gêneros do discurso

Sabe-se que há uma série de variedades de teorias de gêneros na literatura especializada. No entanto, é importante frisar que, dentre elas, as que priorizam a forma ou a estrutura estão em segundo plano, se comparadas àquelas que se ocupam de observar e de estudar o aspecto dinâmico, social, interativo e cognitivo dos gêneros, os quais, por sua vez, evitam um tratamento classificatório e estrutural. Não se pode deixar de considerar que os gêneros são essencialmente flexíveis e variáveis, como a linguagem o é.

Bakhtin (2010) defende que todas as esferas da atividade humana estão ligadas ao uso da linguagem. Desse modo, o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana.

Para Bakhtin, o modo de funcionamento real de todo discurso é o dialogismo, de modo que um discurso é sempre um discurso sobre outro discurso e, dessa maneira, todos os discursos são argumentativos, pois todos eles fazem parte de uma controvérsia e são uma reação responsiva a outro discurso.

Bakhtin argumenta que

“Um enunciado concreto é um elo da cadeia na comunicação verbal de uma dada esfera. As fronteiras desse enunciado determinam-se pela alternância dos sujeitos falantes. Os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem autossuficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o caráter. O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado numa esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera (a palavra resposta está empregada aqui em sentido lato); refuta-os, confirma-os, completa-os, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles. (p.316)

O autor sugere que o enunciado ocupa uma posição definida numa dada esfera da comunicação verbal relativa a uma dado problema, a uma dada questão etc. Nossa posição não pode ser determinada sem correlacioná-la a outras posições.

A relação dialógica entre os enunciados constitui uma relação de sentido que se estabelece na comunicação verbal. Dois enunciados, dispostos em dada relação de sentido, estabelecerão uma relação dialógica. Isso remete à ideia de heterogeneidade discursiva, proposta pela Análise do Discurso de linha francesa, conforme sinalizado por Fiorin (2010, p. 120). A heterogeneidade da linguagem relaciona-se ao fato de que o discurso não se constrói com base em uma realidade das coisas, mas sobre outros discursos, o que faz pressupor uma relação com o conceito de dialogismo, proposta por Bakhtin.

A propriedade dos enunciados é refletir condições específicas e as finalidades de cada esfera de comunicação, não só por seu conteúdo temático e pelo estilo da linguagem, mas também por sua construção composicional. Assim, conteúdo temático, estilo e construção composicional ligam-se no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação (p. 262).

Cada enunciado produzido pelo falante é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos de enunciados com estrutura relativamente estável, os quais Bakhtin denomina *gêneros do discurso*. Devido a tal individualidade dos enunciados, podem também refletir a individualidade do falante ou daquele que escreve, admitindo ter um estilo individual. Isso só não ocorre de modo tão evidente nos gêneros do discurso que requerem uma forma mais padronizada (ex.: documentos oficiais, ordens militares).

Nessa perspectiva, o autor sinaliza que tais gêneros apresentam-se de modo heterogêneo; no entanto, ressalta a importância de um estudo dos seus aspectos comuns, a saber, os que se pautam na sua natureza verbal (linguística). Tal fato não ocorreu na Antiguidade, ocasião em que os estudos pautavam-se primordialmente na especificidade artístico-literária dos gêneros, encobrendo-se a sua natureza linguística geral.

Para Bakhtin, o trabalho de investigação científica dos gêneros discursivos deve operar em relação ao material linguístico concreto (enunciados escritos e orais), inseridos nos mais diversos campos da atividade humana e da comunicação

(contexto sociointeracional), de onde devem ser coletados os fatos linguísticos a serem analisados. Nesse caso, o autor evidencia que

“o desconhecimento da natureza do enunciado e a da relação entre as peculiaridades das diversidades de gênero do discurso em qualquer campo da investigação linguística deformam a historicidade da investigação e debilitam as relações da língua com a vida.” (pp. 264 -265)

A língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos, que tornam possível que ela seja realizada e é também dessa maneira que a vida se insere na língua. Desse modo, Bakhtin esclarece que os enunciados e seus tipos, entendidos como gêneros discursivos, são “correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (p. 268).

A língua teria, nesse sentido, em seu uso real, considerada em sua totalidade concreta, viva, a propriedade de ser dialógica. Não se trata, porém, apenas de interações face a face. Convém esclarecer que há interação interna da palavra, a qual é alterada pela palavra do outro, podendo, até mesmo, ser a palavra do outro. Em suma, o que é diálogo no discurso vai além da relação lógica e semântica, e alcança as posições dos sujeitos sociais e conferem pontos de vista acerca da realidade.

Apontando a distinção entre as abordagens de caráter linguístico e discursivo, cada uma a seu modo, Bakhtin aponta para o fato de que a gramática (e o léxico) se distingue substancialmente da estilística. No entanto, nenhum estudo gramatical deve prescindir de observações e de incursões estilísticas. Assim, gramática e estilística convergem e divergem em qualquer fenômeno concreto de linguagem, visto que qualquer escolha de uma determinada forma gramatical pelo falante é um ato estilístico.

Justifica-se o estudo da natureza dos enunciados e dos gêneros discursivos pelo fato de permitir a compreensão de modo mais correto da natureza das unidades da língua enquanto estrutura ou sistema – as palavras e as orações.

Bakhtin aclara sobre cada enunciado ser considerado um “elo da corrente complexamente organizada de outros enunciados” (p. 272). Enquanto a oração é entendida como unidade da língua, o enunciado é entendido como unidade da

comunicação. O envolvimento e a alternância dos sujeitos do discurso é o que emoldura a oração e a converte em enunciado pleno.

Segundo o autor, a oração, enquanto unidade da língua, carece de algumas propriedades, a saber:

“não é delimitada de ambos os lados pela alternância dos sujeitos do discurso; não tem contato com a realidade; não tem relação imediata com enunciados alheios; não dispõe de plenitude semântica nem capacidade de delimitar a posição responsiva do outro falante.” (p. 278)

Assim, o que se propõe estudar é o híbrido de oração (de natureza linguística) e de enunciado (de unidade de comunicação discursiva).<sup>10</sup> Em cada enunciado, o ouvinte sente, abrange e interpreta a intenção discursiva ou vontade discursiva do falante, que determina o todo do enunciado, o seu volume ou as suas fronteiras. Os participantes imediatos da comunicação, guiados pela situação e pelos enunciados antecedentes, depreendem a intenção comunicativa, nesse sentido.

A vontade discursiva do falante se materializa, no discurso, por meio da seleção do gênero do discurso. Tal escolha, com toda a sua individualidade e subjetividade, é motivada pela especificidade de um dado campo da comunicação discursiva, por considerações semântico-objetais (temáticas), pela situação concreta da comunicação discursiva, pela composição pessoal dos seus participantes.

O gênero do discurso configura-se, desse modo, por meio de formas relativamente estáveis<sup>11</sup> e típicas de construção do texto, as quais permeiam todo o ato comunicativo. Isso ocorre de forma natural em um contexto interacional, de maneira que todos aprendem a moldar o discurso em forma de gêneros e, quando ouvimos o discurso alheio, já identificamos o gênero (p.283).

Nessa perspectiva, o falante domina não só as estruturas da língua nacional (a composição vocabular e a estrutura gramatical) que lhe são obrigatórias, mas

---

<sup>10</sup> A ausência de uma teoria elaborada do enunciado como unidade de comunicação discursiva redundaria em uma distinção imprecisa da oração e do enunciado e frequentemente total confusão entre os dois. (p.279)

<sup>11</sup> Marcuschi (2005, p.23) ressalta que, para Bakhtin era mais importante frisar o “relativamente” do que o “estável”. No entanto, para muitos estudiosos, mostrou-se mais relevante apontar a noção de estabilidade, essencial para a forma, mas, do ponto de vista enunciativo e do enquadre histórico-social da língua, a noção de relatividade parece sobressair, se comparada aos aspectos formais.



também as formas de enunciado com as quais se deve apresentar em qualquer ato de comunicação, ou seja, os gêneros do discurso. Estes, por sua vez, caracterizam-se por serem mais mutáveis, flexíveis, plásticos; entretanto, para o indivíduo falante, eles têm significado normativo (p. 285).

Segundo Bakhtin (2010),

“quanto melhor dominamos os gêneros tanto mais livremente os empregamos, tanto mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade, refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular de comunicação; em suma, realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso.” (p. 285)

Baseando-se nisso, pode-se admitir que, quando o falante seleciona um determinado tipo de oração, não o faz apenas para uma oração, isto é, não o escolhe apenas por considerar o sentido que veicula determinada oração. Ao contrário, escolhemos um tipo de oração como ponto de vista do enunciado inteiro que se apresenta à sua imaginação discursiva e determina a sua escolha. Por meio da oração, entendida como unidade da língua, não é possível que o falante vislumbre uma posição responsiva. Tal capacidade é advinda da configuração da oração como um enunciado pleno, em discurso, portanto.

Estudando-se a oração isolada de contexto de uso, trata-se de uma expressão linguística compreensível no que se refere ao seu significado linguístico e seu papel possível no enunciado. No entanto, não ocupa uma posição responsiva em relação a uma posição isolada, se não sabemos que o falante disse com essa oração tudo o que objetivou dizer. A escolha dos meios linguísticos e dos gêneros do discurso é determinada pelas ideias do sujeito do discurso (autor) centradas no objeto e no sentido.

Os gêneros textuais, ou gêneros do discurso, para Marcuschi (2005, p. 24), devem ser compreendidos como “rotinas sociais de nosso dia a dia”, visto que são “formais culturais e cognitivas de ação social corporificadas de modo particular na linguagem”. Tomando como base Bakhtin, Marcuschi afirma que toda a manifestação linguística se dá como discurso, o qual não seria, entendido como enunciado, um ato isolado e solitário.

Marcuschi (2005, p. 28) retoma os estudos de Bakhtin, afirmando que

Para Bakhtin, gêneros do discurso e atividades são mutuamente constitutivos. Em outras palavras, o pressuposto básico da elaboração de Bakhtin é que o agir humano não se dá independente da interação; nem o dizer fora do agir. Numa síntese, podemos afirmar que, nessa teoria, estipula-se que falamos por meio de gêneros no interior de determinada esfera da atividade humana. Falar não é, portanto, apenas atualizar um código gramatical num vazio, mas moldar o nosso dizer às formas de um gênero no interior de uma atividade.

A teoria dos gêneros serve, em um sentido mais amplo, para a percepção de como o funcionamento da língua é dinâmico e, mesmo que se expresse em textos, nunca deixa de se renovar nesse processo. Marcuschi (2005) chega à conclusão de que não se deve priorizar a classificação dos gêneros, por não ser viável catalogá-los; além disso, o importante é a ação social que se implementa por meio desses gêneros, os quais constituem uma espécie de gramática social, entendida pelo autor como uma gramática da enunciação; por fim, os gêneros são paradigmas de heterogeneidade enunciativa.

Bazerman (2005, p.47), em relação à intencionalidade de utilização dos gêneros, argumenta que “usamos o gênero para demarcar o tipo de mundo em que entramos em cada texto, para identificar os tipos de atividades, para reconhecer os tipos de jogos em ação aos quais precisamos para ficar atentos”. Assim, todo sujeito depende de gênero, ainda que implicitamente, na “nossa invocação dos procedimentos interpretativos e avaliativos que consideramos apropriados a cada texto, segundo seu tipo”.

O caráter histórico dos gêneros permite que se associe o conceito de gênero a um fato social, real, na medida em que as pessoas o tomam como real e na medida em que essa realidade social e psicológica influencia a compreensão e o comportamento dos indivíduos, dentro do contexto comunicativo como eles a percebem.

Luckmann (1992) afirma que a função fundamental dos gêneros comunicativos na vida social é de organizar, rotinizar e condicionar as soluções para problemas comunicativos que se deem no cotidiano. Nos estudos linguísticos, a preocupação em acionar a linguagem em uso e em analisar o discurso promove

uma importância maior aos estudos dos gêneros textuais como meio de se associar os aspectos linguísticos à situação comunicativa.

Bazerman focaliza, dentro dessa perspectiva, a organização social e as relações de poder que se veiculam por meio dos gêneros. Nesse sentido, os textos produzidos encaixam-se em atividades sociais estruturadas e relacionam-se com outros textos anteriores que influenciam a atividade comunicativa e a organização social.

A partir daí, pode-se ressaltar que o autor não admite a definição de gênero textual como um conjunto de elementos puramente textuais, mas considera o papel social dos indivíduos no uso da linguagem e no processo de construção de sentidos. Considerando-se que é por meio dos gêneros que os seres humanos formatam as atividades sociais, os gêneros textuais poderão ser definidos como “fenômenos de reconhecimento psicossocial que são parte de processos de atividades organizadas” (Bazerman, 2005, p.31).

Dell'Isola (2007) define gêneros textuais como práticas sócio-históricas para agir sobre o mundo e constituir-lo por meio da linguagem. Pretendem interpretar as ações humanas em qualquer situação discursiva, além de organizá-las e estabilizá-las. Segundo Dell'Isola (2007), Bazerman é influenciado por Bakhtin e assume uma visão histórica de gêneros, preocupando-se com a compreensão do funcionamento social e histórico.

No que tange, ainda, à definição de gênero textual, Bronckart (1994, p. 12) argumenta que os gêneros constituem ações de linguagem que exigem do enunciador uma série de decisões, a saber, a escolha do gênero adequado ao contexto discursivo e à intenção comunicativa, a decisão e a aplicação que poderá alterar a forma destacada ou recriá-la.

Bazerman, Dell'Isola e Bronckart são autores que baseiam suas reflexões e concepções de gênero textual, fundamentando-se no conceito de gênero proposto por Bakhtin (1977, p. 292), segundo o qual “cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso o que chamamos gêneros do discurso”. Cumpre ressaltar, nesse caso, que, embora se considere a estrutura estável dos gêneros, os falantes podem alterar a estrutura

composicional e o estilo de tais gêneros textuais, o que evidencia a relação entre linguagem e estruturas sociais.

Além dos autores estudados, Schneuwly e Dolz (2004) também fundamentam sua análise dos gêneros segundo a posição bakhtiniana de que, a fim de tornar viável a comunicação entre os seres humanos, toda sociedade constrói formas de textos, entendidos como gêneros textuais, os quais funcionam como intermediários entre o enunciador e o destinatário. Para se compreender como os gêneros se associam a uma situação de comunicação concreta, é relevante analisar o contexto de uso da língua.

Segundo Coutinho (2004), os gêneros devem ser entendidos segundo dois aspectos:

- (a) em sua condição de gestão enunciativa, que consiste na seleção dos planos de enunciação, modos discursivos e tipos textuais; e
- (b) na composicionalidade, que compreende a identificação de unidades e sub-unidades textuais que remetem à sequenciação, ao encadeamento e linearização textual.

Coutinho (2004) afirma que as noções de texto<sup>12</sup> e discurso são aspectos complementares da atividade enunciativa. O texto (plano da esquematização) é entendido como objeto de figura; o discurso (plano da enunciação) é o objeto do dizer, “prática linguística codificada, associada a uma prática sócio-institucional historicamente situada” (p.21). O uso da linguagem no plano discursivo, para o autor, não pode ser associado apenas no plano da codificação-decodificação, mas se trata de uma configuração global.

Em uma proposta de análise de base discursiva, destaca-se o estudo de Charaudeau, o qual embasa sua definição de gênero a partir da articulação de três níveis: as formas textuais, a organização do discurso e as coerções situacionais determinadas pelo contrato de comunicação — conceito abordado no próximo item.

---

<sup>12</sup> A noção de texto aqui considerada é a proposta por Koch & Travaglia (1991, p.10): “unidade linguística concreta – perceptível pela visão ou audição – que é tomada pelos usuários da língua – falante, escritor ou ouvinte, leitor -, em uma situação de interação comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente de sua extensão”.

Para o autor, no entanto,

“as características dos discursos dependem essencialmente de suas condições de produção situacionais nas quais são definidas as coerções que determinam as características da organização discursiva e formal; os gêneros de discurso são ‘gêneros situacionais’” (2004, p. 251).

A situação de comunicação, dentre todos os demais, é o critério primordial para a definição de gênero textual. Conforme postula Maingueneau, também sob um viés mais discursivo, o discurso é passível de alterações no decorrer do tempo e constitui-se como o reflexo das características da própria sociedade que o constrói. Assim, avalia-se uma sociedade a partir do tipo de discurso que ela produz, uma vez que, em sua estrutura linguística, vislumbram-se os sujeitos posicionados em um tempo e um lugar ancorados na sociedade em que se insere e em sua dimensão histórica.

Com o intuito de compreender o discurso, Charaudeau considera o contrato de comunicação, em cuja estruturação atuam, os quais devem identificar não só as permissões como também as restrições dos sistemas de constituição do discurso jornalístico, capazes de apontar os elementos que definem o gênero. Conforme defende Charaudeau (2006, p.68):

“o necessário reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca linguageira nos leva a dizer que eles estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência”<sup>13</sup>.

No item seguinte, será descrito, mais especificamente, o discurso midiático e o gênero jornalístico, com o intuito de caracterizar este último quanto à estruturação,

---

<sup>13</sup> Charaudeau (2006) procede a uma detalhada exposição ou sistematização sobre os elementos constitutivos do contrato de comunicação, dotado de dados externos e internos. Os primeiros, relacionam-se à situação de troca entre os sujeitos falante e destinatário e compreendem quatro condições: a) uma condição de identidade, a qual determina os sujeitos interactantes que trocam informações; b) uma condição de finalidade, em que se destaca a intencionalidade discursiva; c) uma condição de propósito, em que é necessário identificar do que se trata a comunicação; d) uma condição de dispositivo, que considera as condições de produção do discurso, bem como as técnicas e suportes utilizados. Por fim, os dados externos do contrato do contrato comunicativo resumem-se a identificar: “quem diz e para quem”, “para quê se diz”, “o que se diz” e “em que condições se diz”.

ao estilo e à finalidade comunicativa, a fim de aclarar a seleção dos textos que constituem o *corpus* deste estudo.

#### 1.2.1.1 O discurso midiático e o gênero jornalístico

Baseando-se na proposta de análise semiolinguística de Charaudeau (2006), o presente item da pesquisa visa a esclarecer as características do discurso midiático, apresentando as suas especificidades contratuais e estratégicas. Entende-se a mídia, responsável por veicular informação, como uma instância socialmente privilegiada de comunicação. Nesse enquadre, o discurso midiático materializa-se no ato de informar, ou seja, no ato de transmitir, por meio de recursos linguísticos, um saber presumivelmente desconhecido pelo interlocutor.

Como se sabe, o ato de linguagem é emoldurado por uma situação<sup>14</sup> de comunicação específica, o que permite reconhecer a associação entre aspectos internos (circuito do dizer) e aspectos externos (circuito do fazer).

Segundo Charaudeau (2006), no que diz respeito à construção do sentido, o ato de informar compreende a circulação de um saber entre os protagonistas do discurso, que se encontram em assimetria, visto que um porta o conhecimento (o informador) e o outro posiciona-se como o responsável por receber, compreender e interpretar a informação, tornando-se também um conhecedor. Entende-se que, a partir desse processo, transforma-se um “mundo a significar” em um “mundo significado”, apropriando-se de categorias linguísticas capazes de *descrever*, *narrar* e *comentar* os fatos.

A construção do mundo descrito, narrado, comentado no discurso da informação não corresponde a uma representação linguística de uma realidade diretamente encontrada no mundo a descrever, contar, comentar. No entanto, como todo ato de linguagem, a informação fundamenta-se na relação dialógica com o

---

<sup>14</sup> Não se pode desconsiderar que a situação de comunicação é construída pelos sujeitos envolvidos no ato de discurso, em relação ao que projetam sobre o mundo, sobre os acontecimentos, sobre si e sobre o outro.

interlocutor, isto é, a construção da informação é condicionada pela situação de troca.

Sabe-se que as diferentes formas de se abordar o mesmo acontecimento (relatando, comentando ou provocando) consistem em estratégias de encenação discursiva variadas responsáveis por posicionar a instituição midiática, atribuindo-lhe grau maior ou menor de credibilidade, e variado potencial de captação. As mídias, nesse sentido, por meio de tais estratégias de encenação discursiva, conferem sua identidade, inseridas em um contrato de comunicação específico.

Como em qualquer ato de comunicação, a comunicação midiática circunscreve o ato informativo a um contrato que põe em relação instâncias de produção e de recepção da informação (atores), com pretendidas intenções comunicativas determinadas, as quais objetivam veicular certos acontecimentos (propósito) e restritas a determinadas circunstâncias (dispositivo). (cf. CHARAUDEAU, 2006, p.150)

O propósito do discurso midiático é organizado a partir de categorias linguísticas que organizam o discurso de maneira descritiva, narrativa ou argumentativa. Tais modos de organização discursiva e as categorias linguísticas que lhe são correspondentes são determinados pelas orientações cabíveis a cada situação da comunicação midiática, as quais se listam a seguir, apoiando-se em Charaudeau (2006, p. 251):

- (A) Relatar o acontecimento – todo acontecimento é construído por fatos e ações dos atores nele implicados (fato relatado) e também por palavras, declarações e demais ações verbais dos atores da vida pública (dito relatado), de modo que seu modo de organização predominante é o descritivo e o narrativo;
- (B) Comentar o acontecimento – trata-se de explicar o porquê e o como do acontecimento relatado através de análises e pontos de vista. Essa explicação pode incidir sobre o fato relatado ou sobre o dito relatado e sua organização discursiva é prioritariamente argumentativa;

(C) Provocar o acontecimento – por meio de tribunas de opinião, entrevistas ou debates, provoca-se o confronto de ideias, que podem se realizar em qualquer um dos modos de organização discursiva.

O discurso da informação institui-se pelos diversos tipos de efeitos de verdade colocados em cena no ato informativo, em detrimento da veracidade dos fatos que pretende reproduzir. Dessa forma, para além da busca da verdade, esse tipo de discurso objetiva a credibilidade, a validação do que é dito.

Assim, o ato de comunicação informativo, mais do que o mero objetivo de descrição da verdade, ressalta a circulação de um saber (de conhecimento ou de crença) baseado em valores e em efeitos de verdade, todos elaborados socialmente e modulados discursivamente em função das razões de transmissão da informação, dos atores envolvidos na situação de troca e dos meios utilizados para tal fim.

Segundo Charaudeau (2006, p.28),

“[...] Se a situação de comunicação midiática desse diretamente instruções de forma, todos os jornais, mais ou menos, se pareceriam. Se eles são diferentes, é em razão da escolha das formas (ao mesmo tempo reveladoras de certos posicionamentos). Mas, se eles são reconhecidos, ao mesmo tempo, como jornais de informação, é porque eles respeitam o essencial das restrições de descrição e de comentário dos acontecimentos, através de uma encenação discursiva que utiliza procedimentos de ordem narrativa, descritiva ou argumentativa adequados”.

A informação midiática se constitui como um gênero discursivo definido pela relação das especificidades da instância enunciativa (interior e exterior à mídia), do modo discursivo (relatar, comentar, provocar), do conteúdo temático (político, esportivo, cultural, etc) e do dispositivo (rádio, TV, impresso). São essas peculiaridades também que determinam a tipologia textual variada dentro do gênero de informação midiática.

O espaço do evento enunciativo dado pelo jornalismo deve ser observado do ponto de vista institucional, e não somente a partir da perspectiva da ação individual do jornalista.



Como instituição social, o jornalismo cumpre um papel social específico, não executado por outras instituições. A instituição jornalística conquistou historicamente uma legitimidade social para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas. (FRANCISCATO, 2005, p. 167)

Um dos precursores do estudo dos gêneros no jornalismo brasileiro, José Luiz Beltrão (1980), descreve as diversas finalidades dos textos jornalísticos, veiculados entre as décadas de 60 e 70, as determinações para a identificação dos seguintes gêneros: (a) informativo, em que se inserem a notícia, a reportagem, a história de interesse humano e a informação pela imagem; (b) o interpretativo, relacionado à reportagem em profundidade; e (c) o opinativo, composto pelo editorial, o artigo, a crônica, a opinião ilustrada e a do leitor.

Com base na concepção de que os gêneros como categorias mutáveis no tempo e no espaço, Marques de Melo (1985) sugere uma atualização dos postulados de Beltrão, apoiando-se nas produções brasileiras dos anos 80, de modo que exclui o gênero interpretativo e reconfigura os demais, a saber, informativo e opinativo, atribuindo-lhes os seguintes subgrupos: no primeiro, listam-se a nota, a notícia, a reportagem e a entrevista; e no segundo, o editorial, o comentário, o artigo, a resenha, a coluna, a crônica, a caricatura e a carta.

Medina (2001) propõe a divisão dos gêneros jornalísticos em quatro grandes grupos: (a) Informativo – em que há o relato dos fatos objetivamente; (b) Interpretativo – em que ocorre a interpretação dos fatos, além de se veicular a informação; (c) Opinativo – em que se dá a expressão de um ponto de vista a respeito de um ou mais fatos; (d) Entretenimento – em que há informações com a finalidade de distrair os leitores.

Benetti (2008) afirma que o jornalismo é um gênero discursivo, o qual se constitui na moldura de um gênero particular e deve ser entendido sempre dentro de um contexto discursivo específico. Maingueneau (2007, p.141), por sua vez, afirma ser comum atribuir ao gênero um caráter formal, como um conjunto de propriedades estilísticas, como também “define as condições de utilização dos textos que pertencem a ele”.

Silva (2011) apresenta características do gênero jornalístico quanto à função sociocomunicativa, estilo verbal, estrutura composicional e conteúdo. Assim, apresenta as diferentes vertentes de análise do gênero, a saber, as que se enquadram nos parâmetros da Teoria da Comunicação e aquelas que se vinculam à Linguística Textual.

Assim, o gênero jornalístico, definido pela Teoria da Comunicação, leva em consideração o leitor e não apresenta critérios de ordem linguístico-composicional. Isso significa que tais estudos não revelam os elementos básicos caracterizadores do gênero, em sua dimensão textual, quais sejam elementos de conteúdo temático (tema), estilo, estrutura composicional. O caráter textual dá lugar ao estilo, por exemplo.

Silva (2011, p.47-50) apresenta uma série de considerações e definições sobre o discurso jornalístico, as quais são discriminadas a seguir:

“1- Os gêneros jornalísticos são formas que os jornalistas buscam para se expressar. Seus traços definidores estão, portanto, no estilo, no manejo da língua. (Garguevich)

2- Os gêneros jornalísticos são formas de expressão jornalísticas que definem pelo estilo e assumem expressão própria pela obrigação de tornar a leitura interessante e motivadora. (Devitat)

Jornalismo noticioso (crônicas, colunas, entrevistas, reportagem, editorial, artigo e notícia) e jornalismo literário (ensaio, biografia, conto, histórias verídicas ou conto da vida real) (Maria Júlia Sierra)

Notícia básica (a que concede a virtude da objetividade), notícia de interesse humano, entrevista, biografia popular, notícia interpretativa (subjetividade), reportagem especializada, colunas, reportagem investigativa e reportagem de campanha. (Hohenberg)

Notícias correntes, crônicas especiais, nota de interesse humano, notícias sociais (englobando pessoas, notas breves, entretenimento e coluna social; ilustrações (fotografia, caricaturas, mapas e diagramas) e editoriais. (Johnson Harris)

Nota informativa, entrevista, crônica, reportagem, gráficos (fotos, caricaturas, mapas, tiras cômicas), colunas, artigos, testemunhos, resenhas, críticas, polêmica ou debate, campanhas, titulação e folhetins. (Garguevich)

Duas vertentes de classificação: 1- a reprodução do real, através do qual o jornalista comunica os fatos noticiosos (jornalismo informativo); 2. Leitura do real (jornalismo opinativo), que significa identificar o valor do atual e do novo na conjuntura que nutre e transforma os processos jornalísticos.” (José Marques Melo)

Coimbra (1993, p.9) aborda os trabalhos da Área de Comunicação que destacam a figura do leitor e, conseqüentemente, a situação e os objetivos da comunicação.

“Os estudos do texto jornalístico têm dado ênfase quase que exclusivamente à ligação dele com o contexto. Tem valorizado apenas a sua 1ª face. Isto parece natural, dada a natureza essencialmente política (voltada para a *polis*) da atividade jornalística, dentro da qual o texto – como o som ou a imagem – é um instrumento.” (COIMBRA, 1993, p.9)

As classificações podem, em algumas propostas, colocar sob o mesmo prisma de análise elementos que provêm de naturezas distintas. É o que se observa quando se considera as colunas como um gênero jornalístico. No entanto, na concepção de Silva (2011), entende-se que as colunas não são textos, mas espaços, lugares físicos previamente determinados para a publicação de um gênero.

Em Bonini (2003), tem-se a classificação de Beltrão e Melo para os gêneros do jornal:

Quadro 2- Organização dos gêneros jornalísticos

BELTRÃO	MELO
<b>a) Jornalismo Informativo</b>	<b>a) Jornalismo Informativo</b>
1. notícia	1. nota
2. reportagem	2. notícia
3. história do interesse humano	3. reportagem
4. informação pela mensagem	4. entrevista
<b>b) Jornalismo Interpretativo</b>	<b>b) Jornalismo Opinativo</b>
5. Reportagem em profundidade	5. editorial
<b>c) Jornalismo Opinativo</b>	6. comentário
6. editorial	7. artigo
7. artigo	8. resenha

8. crônica	9. coluna
9. opinião ilustrada	10. crônica
10. opinião do leitor	11. caricatura
	12. carta

Fonte: Melo (1985, 1992) e Beltrão (1969, 1976, 1980) *apud* Bonini (2003, p.7)

Chaparro (1998) propõe outra classificação, já que entende que os paradigmas informação – opinião não são opostos, visto que a opinião do jornalista está sempre presente em seu texto, mesmo que implicitamente.

#### Quadro 3- Disposição dos gêneros jornalísticos

GÊNERO COMENTÁRIO		GÊNERO RELATO	
Espécies Argumentativas	Espécies Gráfico-artísticas	Espécies Narrativas	Espécies Práticas
Artigo	Caricatura	Reportagem	Roteiros Indicadores
Crônica	Charge	Notícia	Agendamentos
Cartas		Entrevista	Cartas – consulta
Coluna		Coluna	Orientações úteis

Fonte: Chaparro (1998, *apud* Bonini, 2003)

Chaparro diz que a narração e a argumentação estão na base do gênero jornalístico e os gêneros relato e comentário definem ambas perspectivas, respectivamente.

No senso comum, os textos jornalísticos são textos publicados em jornais e em revistas e ainda podem ocorrer nos telejornais. O problema de tal definição é que nem tudo o que é veiculado em jornais e revistas é jornalístico.

Marcuschi (2003), em uma abordagem de caráter textual-discursivo, argumenta que todo gênero se concretiza em um suporte, o qual influencia em sua constituição. O suporte é entendido como “um *lôcus* físico ou virtual com formato

específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto”.

Segundo o autor, todo suporte dispõe de uma materialidade, um formato específico e serve para fixar o texto e torná-lo acessível. Assim, são critérios de análise das categorias de texto encontradas nos jornais e revistas:

1. O fato de pertencerem à comunidade jornalística discursiva. Isso significa que os textos jornalísticos devem ser produzidos por um profissional especializado, que possui um objetivo público comum, a saber, informar sobre acontecimentos. Tais textos produzem gêneros específicos para o alcance desse objetivo<sup>15</sup>;

2. O fato de o jornal ou revista funcionar como suporte.

As Teorias da Comunicação, por fim, não representam base sólida e não oferecem critérios de ordem linguística de composição social dos gêneros do jornal. Para que um gênero pertença ao jornalismo, segundo essa visão, algumas condições são elencadas: (a) pertencer à comunidade discursiva jornalística; (b) ser produzido por um jornalista, profissional que conhece os gêneros específicos dessa esfera da atividade social e humana.

#### 1.2.1.1.1 O discurso argumentativo no texto jornalístico opinativo

Segundo Charaudeau (2008, p. 78), o texto é uma manifestação material (verbal ou semiológica) da encenação de um ato de comunicação, em um contexto, segundo uma finalidade. Nesse caso, admite poder haver coincidência entre os Gêneros Textuais e o Modo de Organização Discursiva, a partir da qual essa

---

<sup>15</sup> No primeiro critério, estão implícitos os seis parâmetros de Swales (1990) para a delimitação de uma comunidade discursiva, a saber: 1 – uma comunidade discursiva possui um conjunto de objetivos públicos comuns; 2 – possui mecanismos de intercomunicação entre seus membros; 3 – usa seus mecanismos de participação primeiramente para fornecer informações e “feedback”; 4 – utiliza e, portanto, possui um ou mais gêneros no desenvolvimento comunicativo de seus objetivos; 5 – além de gêneros próprios, uma comunidade adquire um léxico específico; 6 – uma comunidade discursiva possui membros iniciantes com um grau adequado de conteúdo relevante e capacidade discursiva. (cf. Silva, 2011)

organização se estabelece. A Imprensa é um contexto de onde saem os gêneros jornalísticos opinativos, organizados a partir de uma sequência mista ou híbrida, tanto descritiva quanto argumentativa. Nesses gêneros, encontram-se o editorial e a coluna, textos em que se inclui a apresentação de comentários e análises.

Marcuschi (2002) compreende o editorial no domínio discursivo midiático, que se caracteriza pelas estratégias ou pelos procedimentos linguísticos que objetivam a argumentação. Em relação aos fatores que justificam o agrupamentos de alguns gêneros em uma única instância é o fato de que utilizam o mesmo suporte, a saber, a mídia; além disso, apresentam uma prática discursiva em comum.

Ressalte-se, ainda, que tais gêneros se distinguem uns dos outros, por suas peculiaridades, apesar de serem tratados em um mesmo plano ou domínio discursivo. Daí poderem ser abordados como parte de um discurso jornalístico – no caso dos editoriais, em uma instância menor.

Assim, os editoriais constituem um gênero jornalístico argumentativo, cujo propósito comunicativo é orientar o leitor por meio da exposição de um ponto de vista do veículo ou do editor, indivíduo responsável pela publicação. Trata-se, portanto, de um texto de caráter opinativo, no qual há a predominância do modo de organização argumentativo, além do modo enunciado, que perpassa todos os outros tipos de sequência textual. No gênero editorial, percebem-se indícios linguísticos por meio dos quais se revelam estratégias persuasivas utilizadas pela imprensa, com o intuito de sugerir o público-alvo de uma posição político-social determinada. No entanto, não se consegue precisar, em alguns casos, se, na verdade, essa tomada de posição é do jornal ou do editor.

Em geral, a função do jornalismo é informar, explicar e conduzir o interlocutor, como nos editoriais; nesse sentido, prioriza-se a objetividade, que passa a ser considerada a característica prototípica. Entretanto, o discurso do enunciador é marcado por uma subjetividade e, por meio dessa “voz”, procura-se convencer o público-alvo, o sujeito destinatário, idealizado pelo enunciador.

Em relação à estrutura do gênero editorial, Silva (2011, p. 77), ao traçar um percurso histórico do gênero em tela, argumenta que, ainda que, em alguns textos, perceba-se certa flexibilidade ou versatilidade, uma vez que podem ser

apresentados com ou sem rigor organizacional ou esquemático – nota-se que há uma estratégia organizacional bastante recorrente, inclusive nas versões iniciais do editorial jornalístico, a saber:

“→ Título: síntese da ideia desenvolvida no texto; a princípio com ocorrência irregular;  
→ Introdução: formulação da ideia que originou a matéria;  
→ Discussão: apresentação de argumentos e contra-argumentos acerca da questão em debate;  
→ Conclusão: direcionamento da opinião dos leitores por meio de exortações, apelos, constatações etc.”

Devido a essa forma organizacional (apresentação de ideia, argumentação e conclusão), o editorial é um gênero bastante explorado na escola, a fim de desenvolver a capacidade discursiva do aluno.

Silva (op.cit.) também destaca a questão da disposição gráfica do editorial no suporte jornal, afirmando que existe um local específico para o texto de opinião no jornal, o que torna mais fácil a identificação do gênero. Em Silva (2011), tem-se que, quando veiculados em revistas, os editoriais podem ser designados por *cartas do editor* ou *do redator*. Nesses casos, pode apresentar forte teor de merchandising, o que o distingue do protótipo de editorial jornalístico, com viés mais opinativo.

Charaudeau (2005) aclara que, para que se materialize um discurso jornalístico, torna-se imprescindível que o sujeito enunciador (comunicante), na condição de jornalista, não se limite a descrever o acontecimento, mas, ao contrário, desenvolva um propósito em três etapas:

- (a) Problematização das proposições acerca do mundo, com vistas à elaboração de argumentos favoráveis ou contra;
- (b) Elucidação das provas objetivas que apontam os motivos que fizeram surgir os fatos, atribuindo a eles suas circunstâncias e suas implicações;  
e
- (c) Atribuição de um juízo de valor, com caráter avaliativo sobre o ponto de vista expresso.

Ainda que não seja desconsiderada a subjetividade do discurso, nota-se que, nos editoriais, há um teor de objetividade maior do que em outros textos jornalísticos, como um anúncio publicitário, por exemplo. A presente pesquisa pretende analisar as ocorrências de construções causais e explicativas nesse gênero jornalístico midiático opinativo, a fim de associar tais escolhas linguísticas e estruturais à argumentação de base objetiva ou subjetiva presente nos textos em análise, no período em que foram escritos.

### 1.3 A análise semiolinguística do discurso

Segundo Charaudeau (2005), a teoria semiolinguística do discurso parte do pressuposto de que há uma comunicação entre seres psicológicos e sociais (psicossociais), que se realiza por meio de uma linguagem verbal. Tal corrente teórica pretende estudar textos escritos em que se manifestam impasses de ordem política, social, histórica, em tempo e em contexto definidos e específicos.

Destaca-se, a propósito, que os estudos em Análise do Discurso não se limitam ao material linguístico ou ao texto, em uma moldura discursiva em que se observam emissor e receptor; em contrapartida, entende que os participantes do ato de linguagem representam um grupo maior de sujeitos e, por esse motivo, apresentam um repertório linguístico-discursivo marcado pelo grupo social a que pertencem.

A proposta de análise discursiva pretende extrapolar o texto e suas características meramente estruturais, com o intuito de atingir uma macroestrutura que o envolve e o constitui como um texto específico. Quando se trata de discurso, entende-se que há um sujeito que enuncia em algum momento e em alguma situação específica, dotado de uma intencionalidade, materializada em texto.

O texto, entendido como um ato do discurso, é um eficiente instrumento para a apreensão da realidade. Trata-se de uma forma de comunicação interativa, subordinada a certas condições específicas da situação, tais como a identidade dos



participantes, a finalidade do ato, a cumplicidade e o reconhecimento dos papéis recíprocos do Eu emissor e do TU interagente. (PAULIUKONIS, 2007)

Assim considerado, torna-se possível identificar, no texto, as intenções comunicativas dos sujeitos que se projetam no discurso. Segundo Pauliukonis (2007), entre os parceiros do ato de linguagem, há uma “lógica das ações”, capaz de formular as regras convencionais, as quais correspondem a um saber compartilhado ou “lugares comuns” de um grupo social.

O texto instaura-se como uma realização linguística dentro de um contexto social e histórico. Reconhece-se, desse modo, que toda linguagem está atrelada a uma realidade psicossocial e que as circunstâncias situacionais do discurso são as responsáveis pela construção do sentido global de um texto. Enfim, só se interpreta o fenômeno interativo da linguagem por meio de textos a partir da análise da dimensão sócio-psico-linguística dos participantes e toda a moldura sociocultural discursiva em que se efetiva.

Para além da finalidade de informação, todo texto é um instrumento de atuação sobre um receptor, de modo que apresenta dinamicidade e cunho argumentativo. Focaliza-se, assim, o texto como um espaço de interação de estratégias, em que cada um deve reconhecer o papel do outro. O contrato de comunicação textual exige, portanto, negociação e cumplicidade.

É preciso, por parte do interpretante, reconhecer que o seu interlocutor tem o objetivo que o torna digno de ser escutado, entendido como o Projeto de Fala do EU. O direito à palavra apoia-se em três condições: (a) o reconhecimento do saber do falante (suas crenças, por exemplo), (b) do poder comunicar (legitimidade da palavra) e (c) do saber fazer (credibilidade do sujeito).

Charaudeau (1992, p. 635) esclarece que comunicar define-se por “pôr em cena um projeto de comunicação, ou seja, é proceder à encenação desse projeto”. Conclui-se, a partir disso, que comunicar é proferir um discurso, em dado momento, em dado lugar, através do uso de estratégias discursivas. A linguagem, por sua vez, materializa-se em um texto construído a depender das regras de “ordenamento” dos elementos linguísticos, capaz de veicular um sentido.

Etimologicamente, tem-se: *semio-*, de “*semiosis*”, o que corresponde ao fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem por meio de uma relação forma-sentido, por intermédio de um sujeito intencional; linguística, para dar destaque à matéria principal da forma – a das línguas naturais. A Semiolinguística, portanto, fundamenta-se na articulação das dimensões psicossociológicas envolvidas em um ato de linguagem com as dimensões propriamente linguísticas. (PAULIUKONIS, 2007)

Charaudeau (2005) propõe a teoria semiolinguística do discurso, a qual objetiva, fundamentalmente, focalizar e analisar as relações sociodiscursivas e interpessoais dos integrantes do ato do discurso, permitindo, assim, uma interação entre as esferas linguística e situacional<sup>16</sup> (PAULIUKONIS, 1999). Para o autor, os fatos de linguagem relacionam-se a alguns outros fenômenos psicossociais: a ação e a influência.

Nesse sentido, a construção psico-socio-linguageira do sentido dá-se por meio da intervenção de um sujeito, que, para construir a intercomunicação, precisa ter três tipos de competência (situacional, comunicacional e discursiva). Com base nisso, consideram-se três níveis a compor um enunciado:

- (i) o **situacional**, que corresponde à esfera externa e, ao mesmo tempo, constitui o espaço de restrições do ato da linguagem. Trata-se do espaço no qual se prevê o objetivo da interação, a identidade dos participantes do ato linguageiro e o domínio do saber envolvido na troca linguística;
- (ii) o **comunicacional**, que abrange as estratégias de dizer (falar/escrever) em função da situação comunicativa; e
- (iii) o **discursivo**, lugar de intervenção do sujeito falante/enunciador, no qual se enquadra a realização do texto, nos parâmetros de legitimidade, credibilidade e captação do ato discursivo.

---

<sup>16</sup> A teoria pressupõe que todo ato de linguagem está enquadrado em uma situação e, dessa forma, configura-se como um fazer-dizer: o *fazer* é o lugar da instância situacional (espaço que ocupam no momento de interlocução); o *dizer*, por sua vez, é o lugar da instância discursiva (encenação da qual participam os atores-seres da palavra). (PAULIUKONIS, 2007)

Dessa forma, pode-se dizer que a Semiologia pretende analisar o significado dos aspectos linguísticos do texto, entendendo-o como o produto, inclusive, de sua significância externa e das relações estabelecidas no ato da linguagem. Para tanto, o sujeito comunicante, que se insere em uma moldura discursiva determinada, revelará, por meio de suas escolhas linguísticas, sua própria finalidade, identidade, propósito comunicativo, o que lhe tornarão possível a construção de sua própria (i) legitimidade, (ii) credibilidade e (iii) captação, pré-requisitos tratados a seguir.

A legitimidade do sujeito corresponde à posição que ele ocupa nos domínios do saber (espaço dos discursos de verdade e de crença) e do poder (espaço da autoridade). Por sua vez, a credibilidade, construída pelo sujeito, pretende demonstrar o saber fazer do emissor em se tratando de suas pretensões comunicativas: **informar**, **persuadir**, **seduzir** ou **incitar**.

Cada um dos propósitos comunicativos listados é tratado por Charaudeau e definido da seguinte maneira: (a) **informar** consiste em fazer o outro saber; (b) **persuadir** seria fazer o outro crer, destacado por Charaudeau como o que está no domínio da racionalidade ou da argumentação. Não se trata de informação nova necessariamente, mas convencer o interlocutor de que determinado fato ou tese é verdadeiro; (c) **seduzir** define-se por fazer com que o receptor tenha prazer por meio da seleção de estruturas linguísticas que ativem um estado emocional de satisfação; (d) **incitar**, por último, corresponde a fazer o outro agir segundo a forma estabelecida no discurso, por meio de estratégias discursivas.

A captação ocorre em contextos nos quais não se evidencia uma relação de autoridade no sujeito. Nesse caso, não se utiliza necessariamente uma estratégia retórica lógica, mas que apresenta uma força argumentativa em uma situação discursiva específica e, portanto, com argumentos convincentes na perspectiva do interlocutor.

Com tais pré-requisitos, o sujeito está, em princípio, pronto a estabelecer comunicação com seu interlocutor. Todavia, para que seja construído o sentido, é necessário haver a compreensão, por parte do sujeito, de que está inserido em um contexto discursivo específico.

Segundo Charaudeau (*op. cit.*), o ato de linguagem pressupõe uma encenação (*mis en scène*), na qual os participantes interagem com base em um *contrato comunicativo*, envolvendo, portanto, uma situação de comunicação. Segundo o autor, o discurso é entendido como um "jogo comunicativo", que se instaura entre a sociedade e suas produções linguísticas em situações comunicativas. Trata-se de uma espécie de "parâmetro implícito nas expectativas compartilhadas sobre o modo de funcionamento dos vários tipos de encontros linguageiros". (PAULIUKONIS, 2007)

O contrato comunicacional, conforme fora mencionado, para que seja estabelecido, deve ser determinado por dois tipos de sujeitos de linguagem: os parceiros, interlocutores, entendidos como seres psicossociais, sujeitos de ação, dotados de intenções, os quais se denominam *sujeito comunicante* e *sujeito interpretante*. Além desses, tem-se os seres discursivos, protagonistas, os sujeitos de fala, que são o *sujeito enunciador*, sujeito produtor da fala, uma espécie de recriação discursiva do sujeito comunicante; e o *sujeito destinatário*, o qual é idealizado a partir de uma intenção discursiva.

Essa relação contratual de comunicação prende-se a uma *intencionalidade* dos sujeitos na troca linguística. Além disso, eles devem estar inseridos em determinada *situação*, que vai definir o ato de linguagem em sua função e finalidade comunicativa (PAULIUKONIS, 2005, p. 24), para que a ação discursiva -- dependente da *identidade*<sup>17</sup> desses parceiros e resultado de um *desejo de influência* do sujeito comunicante – ocorra.

Infere-se, portanto, que o contrato comunicativo é determinado tanto pelas particularidades de cada situação de comunicação (dados internos), quanto pelas regularidades comportamentais dos indivíduos: identidade, finalidade, propósito e dispositivo (dados externos). Compreende-se que os dados internos são estritamente discursivos, e a partir dos dados externos se dividem as expectativas dos comportamentos linguageiros, a saber: de locução, relação e tematização.

Para Pauliukonis (2007), o espaço de *locução* define-se como o ambiente em que o locutor deve justificar a tomada palavra, conquistar seu direito de fala e

---

<sup>17</sup> A *identidade* corresponde às especificidades sociais, culturais, psicológicas e econômicas características de cada um dos protagonistas do discurso.

identificar o destinatário do seu discurso. Em seguida, estabelece-se o tipo de *relação* entre os protagonistas do discurso (inclusão, exclusão, agressão ou convivência). Por último, o espaço de *tematização* envolve o modo como se organiza o tema da troca.

Existem contratos de comunicação de diferentes naturezas, a depender do gênero textual em que determinado discurso se materialize. Por exemplo, no gênero jornalístico opinativo, o *ethos* (construção de uma imagem) dos interlocutores constrói-se a partir do que eles apresentam e não do que representam, visto que se depreende das marcas que evidenciam na enunciação. Assim, o sujeito enunciador deve transparecer credibilidade, por meio de confiabilidade e de competência no momento do ato de linguagem, a fim de que alcance legitimidade situacional e/ou institucional.

No contexto de um editorial, por exemplo, pretende-se convencer o público leitor, por meio um discurso de caráter “racionalista” sobre determinado ponto de vista, a partir de uma argumentação que o convença do que se aborda. No gênero jornalístico opinativo, devido ao seu teor predominantemente argumentativo, o principal objetivo é, em alguns casos, convencer o leitor pela argumentação e, em outros, conquistar o leitor com o poder de persuasão. Procura-se, nesse contexto, fazer crer.

Entende-se, com base na teoria semiolinguística do discurso, que todo texto apresenta uma força argumentativa, mesmo que existam outros distintos modos de organização discursiva: o modo *descritivo*, o modo *narrativo*, o modo *argumentativo* e o modo *enunciativo*, que permeia os demais. Segundo Charaudeau (op.cit.), cada um deles contribui, mesmo que de maneira diferente, para corroborar a argumentação do enunciador na defesa de sua tese.

Considera-se o modo *descritivo* de organização do discurso aquele cujo objetivo é proporcionar ao enunciador o contato com o cenário em que uma determinada ação se reproduz por meio da linguagem e os sujeitos participantes da ato de linguagem. Nele, todos os enunciados relatam ocorrências simultâneas e, portanto, sem que seja possível perceber um fluxo temporal entre as ações.

Sobre o modo *narrativo* de organização do discurso, cumpre dizer que apresenta uma sucessão (cronológica ou não) de fatos reais ou imaginários, relatando progressivas mudanças de estado que ocorrem através do tempo. Nesse caso, não há um congelamento das ações, como ocorre no modo descritivo, mas há uma relação de anterioridade / posterioridade entre os fatos, de modo que não se pode alterar a sequência dos enunciados sem interferir no sentido global do texto.

Já o modo *argumentativo* de organização do discurso é o que evidencia a argumentação de um texto, demonstrada por meio de características linguísticas concretas. Nas sequências em que há o predomínio argumentativo, ocorre a exposição de justificativas claras de hipóteses com base em determinados argumentos, o estabelecimento de relações lógicas (como as construções causais, por exemplo) entre os argumentos e contra-argumentos, exemplificações e o encaminhamento de conclusões. Um texto que, normalmente, tem como base esse modo de organização discursivo é, como já se disse, um editorial de jornal.

Todo o texto, em certa medida, apresenta marcas do modo enunciativo de organização discursiva. Isso porque se considera a existência de um sujeito enunciador, identificável pelas marcas linguístico-discursivas. Baseando-se nisso, a pesquisa busca apontar o mecanismo de uso das construções causais e explicativas, a escolha do enunciador por uma ou outra construção, a presença do sujeito nos editoriais analisados, observando tais variáveis como marcas enunciativas no gênero estudado.

Considerando, novamente, a proposta de classificação dos modos de organização discursiva nos moldes de Charaudeau (op.cit.), infere-se que se pode verificar mais de um tipo de sequência. O que determina a organização de um texto é a sua finalidade situacional, já que o que rege um ato de linguagem é a intencionalidade a partir da qual ele se constitui, segundo condições particulares de produção. Por fim, combinam-se as sequências a partir das estratégias discursivas a que o texto se submete.

A Análise Semiolinguística do Discurso, em suma, estuda a relação entre linguagem, sentido e interação social. Nessa perspectiva, estudam-se os sentidos,

que se instauram no imaginário social e que perpassam as relações dos indivíduos de um grupo social.

### 1.3.1 Modo de organização do discurso argumentativo

Os modos de organização discursiva ou tipos de sequência por meio dos quais se constituem os textos, nos moldes de Charaudeau, são entendidos como um diversificado conjunto de procedimentos postos em vigor no momento em que se pratica um ato linguageiro. O uso desses procedimentos é determinado pela finalidade do ato comunicativo, considerada pelo sujeito enunciador, e pode se materializar por meio de quatro formas / tipos: enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo, conforme elencados na seção anterior.

Todos os modos de organização discursiva, de acordo com o proposto pela análise semiolinguística do discurso têm a função de explicitar as regras que determinam a forma como o material linguístico se organiza no discurso. Tais regras se relacionam imediatamente à finalidade comunicativa do emissor. A língua, o texto e a situação<sup>18</sup> de comunicação aparecem, nessa vertente, de modo bastante relacionado: a primeira, por ser o material verbal usado na comunicação; o segundo, por ser o resultado final do processo de comunicação; e a última, por ser a moldura física e social em que se inserem os sujeitos da comunicação.

Os modos de organização discursiva, tal como propostos por Charaudeau, relacionam-se diretamente à organização das categorias da língua com finalidades discursivas bem estabelecidas a fim de se obter o resultado pretendido no ato comunicativo, através do texto.

---

<sup>18</sup> Gabriel (2006) propõe uma distinção entre os conceitos de situação e de contexto. Segundo a autora, a situação envolve elementos externos, dentre os quais a observação do perfil dos participantes envolvidos no ato comunicativo, o tipo de canal de transmissão que se estabeleceu, a relação contratual, as características sociais e psicológicas dos participantes. Por outro lado, o contexto configura-se como um ambiente textual de uma palavra, interno ao ato de linguagem.

É nesse sentido que, a partir de uma finalidade comunicativa e de um modo de organização do discurso, é possível construir um mundo referencial ou uma espécie de encenação do mundo real (nos termos do autor, *mise en scène*).

Charaudeau define o modo enunciativo como aquele que aclara a posição do sujeito em relação ao interlocutor, ao seu próprio discurso e a outros existentes. É o que perpassa todos os outros modos, por meio de intervenções e alguns comandos, por exemplo. É por meio do modo descritivo que se permite materializar a existência das coisas, por meio da nomeação, localização e qualificação de modo subjetivo e particular. O modo narrativo, por sua vez, prioriza a sequência ou fluxo de ações e de eventos nos quais esses seres estão envolvidos. Por fim, o modo argumentativo permite organizar, a partir de uma vertente racionalizante para sugerir ao interlocutor, as relações de causalidade que se instauram entre essas ações, apropriando-se de diversos procedimentos que recaem sobre o encadeamento e o valor dos argumentos (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008). É desse último modo de organização discursiva que nos ocuparemos nesta seção.

Charaudeau (2008, p. 201) introduz sua abordagem sobre o modo argumentativo, destacando o fato de que este exige um tratamento muito mais complexo, se relacionado, por exemplo, ao modo narrativo de organização discursiva. Tal posicionamento justifica-se por conta de o modo narrativo considerar sempre uma realidade “visível e tangível”, ao passo que o modo argumentativo se relaciona com “um saber que tenta levar em conta a experiência humana”, por intermédio de certas estratégias de raciocínio ou de pensamento. Nessa perspectiva, anula-se uma argumentação, por razões de seu próprio fundamento ou de sua validade; no entanto, embora possa ser considerada “inexata” ou “inventada”, não se pode anular uma narrativa.

O autor considera que a argumentação, fenômeno de linguagem, não está no âmbito das categorias da língua, mas da organização do discurso. Assim, não se limita a uma sequência de frases ou de proposições ligadas por conectores lógicos, visto que o aspecto argumentativo de um discurso encontra-se frequentemente no que está implícito. Para Charaudeau (2008, p.205), “a argumentação dirige-se à parte do interlocutor que raciocina, ainda que seja para obter o mesmo resultado”.



Isso porque o argumentador apropria-se de uma convicção e de uma explicação que objetiva persuadir e modificar o comportamento do interlocutor.

Desse modo, para que haja argumentação, é necessário que exista:

- (i) uma proposta polêmica sobre o mundo, a qual suscite questionamento quanto à sua legitimidade;
- (ii) um sujeito engajado em relação a tal questionamento, o qual desenvolva um raciocínio a fim de estabelecer uma verdade sobre a proposta;
- (iii) um outro sujeito, alvo da argumentação, de quem se espera compartilhar tal verdade (aceitando-a ou refutando-a).

Logo, a argumentação delinea-se de modo triangular: nela haverá um sujeito comunicante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo.

No texto argumentativo, o emissor busca a racionalidade e a influência sobre o outro. A racionalidade diz respeito à busca de um ideal de verdade para os fenômenos do mundo, a partir de suas próprias percepções ou a partir das percepções coletivas que lhe são transmitidas. A influência, por sua vez, é entendida como a busca de um ideal de persuasão sobre o outro, por meio do discurso.

Nessa perspectiva, Charaudeau (op.cit.) ressalta que se deve ter cuidado ao tratar a definição de argumentação, a fim de que não se chegue a dois extremos, considerados a seguir: (a) tratar a argumentação apenas em sua dimensão racional, em que se verificam algumas lógicas de raciocínio; (b) julgar que o único impasse da comunicação humana seja fazer com que o outro venha a aderir e ingressar em seu próprio “universo de discurso”, visto que se fariam necessárias estratégias de sedução e de persuasão que tenderiam a se confundir.

Além disso, Charaudeau (2008, p.206) afirma que argumentar é uma atividade que inclui numerosos procedimentos, mas o que distingue dos demais é a sua finalidade racionalizante, o que faz com que o discurso seja marcado por uma lógica e um princípio de não contradição. Isso o distingue dos modos Narrativo e Descritivo, os quais são marcados por uma finalidade descritiva e mimética das percepções do mundo e das ações humanas.

No que tange à ordem do argumentativo, entende-se a argumentação como o resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes que dependem de uma situação que assume uma finalidade persuasiva.

O modo argumentativo constitui a mecânica que permite produzir argumentações sob essas diferentes formas. Esse modo permite a construção de explicações sobre asserções feitas acerca do mundo, em uma dupla perspectiva de razão demonstrativa e de razão persuasiva.

Sobre a razão demonstrativa, cumpre dizer que se baseia em um mecanismo que busca estabelecer relações de causalidade diversas, por meio dos sentidos das asserções, pelos tipos de validação e pelos tipos de ligação. Pauta-se na lógica argumentativa, a qual se organiza através de elementos de base, que são a asserção de partida (premissa), a asserção de chegada (conclusão) e a asserção de passagem entendida como a que autoriza a relação argumentativa entre as duas anteriores e em que se percebem as inferências, as provas, os argumentos.

Na asserção de passagem, o *topos* se manifesta, de modo que funciona como apoio ao raciocínio tanto do emissor quanto do receptor. Isso porque ele constitui as informações acionadas a fim de que se compreendam as informações veiculadas no discurso.

As asserções podem se relacionar por conjunção, oposição, restrição, mas a forma principal com que se manifestam é a relação de causalidade. Para Charaudeau (1992, p. 789), a relação argumentativa, que é basicamente uma relação de causalidade, organiza-se da asserção de partida (A1) em direção à asserção de chegada (A2), passando pela asserção de passagem.

A razão persuasiva, por sua vez, baseia-se em um mecanismo que busca estabelecer a prova com o auxílio de argumentos que justifiquem as propostas a respeito do mundo, e as relações de causalidade que unem as asserções umas às outras. A argumentação, nesse viés, envolve outros aspectos além do raciocínio lógico. No centro da argumentação persuasiva, está o emissor, responsável por identificar tudo o que envolve a situação comunicativa, a fim de traçar estratégias para se chegar ao outro. Além disso, a partir das informações sobre o mundo, deve formular a sua tese, fundamental para que haja argumentação.

A razão demonstrativa e a razão persuasiva, em certa medida, associam-se à distinção estabelecida entre os atos de convencer e de persuadir, já estudados. Nesse caso, as construções de causa e de explicação também podem ser comparadas e analisadas a partir dessa perspectiva, como se pode conferir no Capítulo 4, reservado à análise dos dados.

## 2 PROCESSOS DE ESTRUTURAÇÃO SINTÁTICA

Segundo Koch (1995, p. 9), um dos temas mais recorrentes na literatura especializada, seja em perspectiva estrutural-gerativista, seja de cunho semântico-funcional ou, ainda, de caráter pragmático-textual tem sido o da articulação entre orações no texto. A autora ressalta a busca, por parte dos estudiosos, de determinação do grau de interdependência entre as orações de um período, do tipo de vínculo estabelecido entre elas, e das relações semânticas e discursivas que se veiculam por meio de tal articulação.

Neste capítulo, objetiva-se proceder a uma revisão da literatura especializada, no sentido de abordar os processos de estruturação sintática, dentre os quais destacam-se a coordenação e a subordinação, e, dentro dessa perspectiva, apontar peculiaridades do comportamento sintático e semântico de orações que constituem o período composto.

Para tanto, pretende-se focalizar não só a proposta tradicional de estudo da língua, a se realizar no item 2.1., pautadas nos compêndios gramaticais de cunho prescritivo-normativo, mas também outras abordagens, alternativas à tradicional, como as de cunho descritivo e funcionalista, dentre outras, baseadas em uma reflexão mais voltada a uma concepção de língua em uso, as quais serão contempladas no item 2.2..

No que tange ao modelo de estruturação sintática por subordinação, serão estudadas, especialmente, as orações de caráter adverbial, dado que serão contempladas neste estudo as orações subordinadas adverbiais causais, em cotejo com as orações coordenadas explicativas. Casos de correlação e de justaposição, entendidos também como processos de organização sintática, serão descritos e analisados, à medida que forem abordados pelos autores estudados.

Por fim, as distinções entre as orações subordinadas adverbiais causais e as orações coordenadas explicativas serão tratadas de modo mais detalhado no item 2.3., no qual serão discutidas as características gramaticais, sintáticas, semânticas e pragmáticas que essas sentenças assumem no enunciado em que são veiculadas.

## 2.1 A abordagem tradicional

Estudos de caráter tradicional realizados sobre a articulação de orações, em geral, restringem-se a uma apresentação de classificações sintáticas ou sintático-semânticas, sem, muitas vezes, atentar para a inter-relação discursiva existente entre os diferentes tipos de orações. Além disso, a análise da articulação das orações dá-se, em muitos casos, nos limites da frase, isolada de seu contexto situacional, desprezando, assim, uma análise mais detalhada do seu papel na coesão e na organização discursiva.

Em outras palavras, a relação de causalidade, na qual se enquadram as construções causais e explicativas do português, ocorre atrelada à dimensão sintática, pautada no estudo dos elementos conjuntivos e da estrutura oracional. Dessa forma, tem-se uma visão dicotômica entre coordenação e explicação, e subordinação e causa. De fato, tal associação não se manifesta de modo incongruente; todavia, a descrição tradicional adota um critério estanque para descrever tal relação.

Com o propósito de proceder a uma revisão bibliográfica, a fim de visualizar o modo como gramáticas normativas tradicionais vêm abordando os mecanismos de estruturação sintática de coordenação e de subordinação e, por conseguinte, as relações de causa e de explicação por meio de tais construções, reuniram-se, neste item 2.1., os postulados teóricos, dentre os quais os defendidos por gramáticos tradicionais mais atuais, como Azeredo (2008), Bechara (2005, 2005a). Além deles, abordaram-se outros gramáticos, cujas publicações são anteriores aos primeiros, tais como Cunha & Cintra (2001), Kury (2006) e Rocha Lima (2003). Convém ressaltar que alguns outros gramáticos, como Said Ali (1965) e Mateus et alii (2003), esta última de base gerativista, serão contemplados apenas no item 2.3., a fim de tratarem, especificamente, da distinção entre as construções causais e explicativas.

Azeredo (2008) define os processos de coordenação e de subordinação, tomando como base o fato de que toda estruturação sintática é permeada pelo princípio de combinação das unidades livres, quais sejam palavras, sintagmas,

orações. Assim, diferem-se coordenação e subordinação, por conta de a primeira consistir na combinação de duas ou mais unidades livres, sintaticamente equivalentes; e a segunda combinar duas unidades livres, geralmente de classes diferentes, de modo que uma delas sirva de base à construção e a outra seja sua expansão. Isso se verifica em exemplos em que a análise se dá no período simples, como em (1) “Comprei *frutas*”<sup>19</sup> (p.149), em que se observa um sintagma verbal (SV) e um sintagma nominal (SN). O SV serve de base, ao passo que o SN serve de expansão para o sintagma referido.

Azeredo define a oração como a maior unidade da estrutura gramatical de uma língua; de natureza autônoma, portanto. Em relação ao seu viés pragmático, diz-se que a oração pode ocorrer no discurso, realizando um ato enunciativo completo, independente de qualquer segmento verbal precedente ou subsequente. No entanto, ressalte-se que não é suficiente produzir um enunciado para cada ideia ou fato que se queira informar.

Há, para o autor, “sempre uma intenção de sentido na origem de qualquer articulação de duas unidades de informação no discurso” (p.293). Em algumas ocorrências, tais intenções deixam-se transparecer por meio dos próprios conteúdos veiculados; em outras ocasiões, são necessárias conjunções para explicitar essa intenção comunicativa.

Definem-se coordenação e subordinação como dois processos de construção sintática. O primeiro, também entendido como *parataxe*<sup>20</sup>, une partes do texto que mantêm identidade de forma e de função. O segundo, considerado *hipotaxe*, liga partes do texto de função e forma distintas, em uma questão de hierarquia de constituintes. Em outras palavras, na coordenação, admite-se que as duas partes estão no mesmo nível e que a presença de uma independe da presença de outra; na subordinação, estão em níveis distintos, já que uma deve ser a base à qual se liga a outra parte, considerada complemento ou termo adjacente (p.294).

A subordinação é evidenciada na superfície sintática por meio de termos

---

<sup>19</sup> Todos os exemplos apresentados no Capítulo 2 serão extraídos das obras estudadas. Tais exemplos aparecerão enumerados, de acordo com a sequência com que forem mencionados ao longo do texto.

<sup>20</sup> Os conceitos de parataxe e hipotaxe serão detalhados no item 2.2, o qual prevê a abordagem de proposta funcionalista.

subordinantes, os quais indicam *funções novas*, no sentido de que a unidade que, por meio dele, subordina-se à outra, ganha uma nova função sintática, em uma estrutura oracional hierarquicamente superior. Antes, porém, a oração subordinada, na ausência do elemento subordinante, seria constituída de elementos básicos à estrutura da oração, tais como sujeito e predicado.

Uma oração subordinada é, nesse sentido, um “sintagma derivado” (p.298), que, por sua vez, tem a propriedade de ocupar o lugar de um substantivo, de um adjetivo ou de um advérbio em outra oração, considerada *superordenada* ou *principal*. O transpositor, ou termo subordinante, tem o papel de enquadrar a oração por ele introduzida em uma classe específica: **substantiva**, se o transpositor for conjunção integrante; **adjetiva**, se o transpositor for pronome relativo; e **advérbio**, caso o transpositor seja uma conjunção subordinativa ou adverbial.

Azeredo (2008) aborda a oração justaposta, como aquelas anexadas sem vínculo sintático. Assim, combinam-se orações independentes do ponto de vista sintático para a expressão de atos discursivos diferentes do mesmo enunciador ou atribuídos a enunciadores diferentes. E, em seguida, demonstra algumas ocorrências de orações coordenadas independentes, em que, por exemplo, o conteúdo da segunda oração pode ser um efeito do conteúdo da primeira (p. 299) ou o conteúdo da segunda oração pode justificar o conteúdo da primeira (p. 300). São exemplos do autor:

(2) “Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, *estavam cansados e famintos*.” (RAMOS, 1981, p.9)

(3) “...hoje não há passageiro que não esteja lutando contra o relógio: *todos querem estar em casa à meia-noite*.” (GABEIRA, 1982, p. 142)

A relação de sentido pretendida pelo enunciador pode, no entanto, vir explícita por meio de um elemento conector, como a intenção de esclarecimento, que se evidencia por meio de uma conjunção explicativa, como no exemplo:

(4) “O navio deve estar mesmo afundando, pois os ratos já começaram a abandoná-lo.” (VERÍSSIMO, E. 1975, p.59)

Em relação aos conectivos, Azeredo agrupa-os em três tipos: (i) aditivos e alternativos; (ii) adversativos; (iii) conclusivos e explicativos.

Sobre o último grupo, em que se situam as orações coordenadas explicativas, as quais são objeto de estudo desta pesquisa, menciona-se que os adjuntos conjuntivos, como “portanto” e “logo” expressam uma relação distinta da que expressa o conector MAS, visto que aqueles “introduzem uma oração que exprime a continuação lógica do raciocínio iniciado com a oração anterior:

(5) “As águas baixaram um pouco; *logo* (ou *portanto*), já podemos atravessar.”

Caso a ordem das orações fosse invertida, o raciocínio formulado deveria ser veiculado por meio de conectores explicativos, como *porque* e *pois*: (6) “Já podemos atravessar, *pois* (ou *porque*) as águas baixaram um pouco.”

Assim sendo, as conjunções *portanto* e *logo* introduzem a conclusão a que se chega a partir de um fato ou de uma ideia. Tais conjunções introduzem essa ideia e esse fato, iniciando um argumento para uma tese ou opinião ou, ainda, uma atitude expressa na oração anterior. (p.308)

Por outro lado, as orações subordinadas adverbiais são entendidas como aquelas que apresentam um posicionamento flexível em relação à oração base. São consideradas acessórias, propriedade dos adjuntos adverbiais, e tornam-se “relevantes ao discurso pela informação que acrescentam no texto” (p.323), ou ainda, pela sua importância na organização lógica do raciocínio. Azeredo comenta o fato de que algumas conjunções estão a serviço da construção do raciocínio coerente e lógico e, portanto, são recorrentes em textos dissertativos de opinião, o que será abordado com mais detalhamento no item 2.3..

No que tange à noção de causalidade, Azeredo enquadra as causais, as consecutivas, as finais e as condicionais, segundo a lógica, dentro dessa relação. Além disso, pondera que, do ponto de vista discursivo,

“causa e efeito não é um valor inerente a um fato na sua relação com o outro, mas uma possibilidade de sentido segundo a necessidade de compreensão – e de verbalização – do evento que se está testemunhando.” (p.323)

A causa é sinalizada por meio das conjunções *porque*, *pois*, *como* e *já que*.



Em relação à mobilidade posicional, Azeredo alerta para o fato de que algumas conjunções se posicionam antes ou depois da oração principal. Nesse sentido, *porque* está sempre em posição posposta, ao contrário do **como**, sempre anteposto à oração com a qual se relaciona, *já que* pode aparecer antes ou depois da oração principal.

Dentre as causais, apenas as iniciadas por *porque* admitem ser precedidas pela inclusão de um *focalizador* ou *de realce*, como *só, até, mesmo, justamente*, entre outros. Sobre o emprego de conectivos, como *visto que, visto como, uma vez que, dado que, na medida em que, porquanto*, Azeredo associa-os a um uso próprio à variante formal da língua, especialmente em registros escritos.

Ainda sobre a mobilidade sintática e a ordem com que se apresenta, a oração causal anteposta à principal “exprime um fato que o locutor presume já conhecido do interlocutor.” (p.325) Isso significa que a causal, quando usada dessa forma, atua discursivamente como uma evidência que não fica sujeita à contestação do interlocutor, o que poderia sugerir a atribuição a essa construção de maior força argumentativa. No item 2.3., voltaremos a tratar dessas construções, segundo os postulados de Azeredo (2008).

Bechara (2005) aborda o conceito de período composto, colocando-o como *grupos oracionais* ou *orações compostas*. Nesse enquadre, sinaliza o fato de algumas orações funcionarem, no período, como meros substantivos, adjetivos ou advérbios, o que lhes confere a classificação, na oração complexa, de orações subordinadas **substantivas, adjetivas e adverbiais**. Serão subordinadas, então, as orações que passarem a uma camada inferior da constituição sintática e, nesse contexto, funcionarem como membro de outra oração, o que caracteriza o fenômeno de *hipotaxe* ou *subordinação*.

Em contrapartida, consoante à proposta de Azeredo, tem-se um grupo constituído por orações sintaticamente independentes, pertencentes à mesma camada gramatical, o que caracteriza a *parataxe* ou *coordenação*. Nesse caso, as orações são combinadas a outras, a fim de formarem *grupos oracionais* ou *períodos compostos*, em que se percebem orações que possuem todos os termos sintáticos na relação predicativa.

A ordem de tais orações coordenadas no período é, em geral, livre, embora, em alguns casos, seja necessário observar a disposição natural dos conteúdos de pensamento veiculados. Assim, a ordem se faz rígida em contextos, como em

(7) “Ficou noivo em fevereiro e casou-se em junho”, demarcados pela noção de temporalidade.

As coordenadas podem-se manifestar *justapostas* ou *assindéticas*, como nos casos em que veiculam noção de causa-explicação, pelo fato de ser possível depreender tal relação semântica a partir do conteúdo veiculado na sequência textual. Isso permite alternar a menção de justapostas e orações sindéticas no texto.

Bechara trata, quanto à estruturação da oração complexa, do conceito e da funcionalidade do *transpositor*, entendendo-o como parte de uma oração, não com a função de unir duas orações, mas com a propriedade de, por meio dele, transpor uma unidade de camada superior (nível oracional) a uma unidade de camada inferior (constituente de uma oração). Por meio dessa abordagem, critica-se a denominação *oração composta* ou *período composto*, em prol da nomenclatura *orações complexas*, em virtude de apresentarem “termos determinantes complexos, representados sob forma de outra oração” (pp. 339-340).

No que se refere às orações **adverbiais**, Bechara as reparte em dois grupos:

- (i) o primeiro, em que configuram as subordinadas adverbiais propriamente ditas, porque exercem função própria de advérbio ou locução adverbial. Em tal grupo, encontram-se as causais, as quais facilmente podem ser substituídas por advérbios ou locuções adverbiais, que exprimem a mesma circunstância;
- (ii) o segundo abrange dois tipos específicos de adverbiais: as comparativas e as consecutivas.

Em relação ao uso de transpositores nas orações adverbiais, Bechara destaca a constituição de algumas locuções conjuntivas, dentre as quais a causal *porque* (por + que), impropriamente consideradas locuções pelo fato de serem formadas a partir de estruturas com elementos sintáticos de funções diferentes. Assim, em *porque*, teríamos a junção da preposição, a qual resguarda o valor

circunstancial de que se reveste a subordinada e o transpositor *que*, responsável por levar a estrutura oracional a exercer função em um plano inferior, como termo ou membro de outra oração, como ocorre no uso:

(8) O advogado não o defendeu porque o réu só mentiu no depoimento.

Para Bechara, o transpositor *que* pode se unir, além da preposição, a um advérbio, configurando com ele uma única estrutura de caráter conjuntivo, como se percebe em ocorrências como “já que”, causal, em que o significado originário do advérbio pode apresentar-se alterado, conforme (9) “Já que todos saíram, desisto do negócio.”, em que *já que* passa a ter valor de causa, embora o advérbio *já* tenha, sozinho, valor semântico de tempo.

Outras palavras (advérbio ou substantivo adverbializado), segundo o gramático, podem ter valor de preposição, o que também representa caso de *hipotaxe*, como em (10) em virtude de doença = por doença. Em casos como este, ao colocar-se um transpositor *que*, a oração introduzida assume caráter adverbial, conforme se vê em

(11) Em virtude de que era o mais saudável, dispôs a trabalhar pelo grupo.

Também vale acrescentar o que Bechara menciona a respeito das formas participiais, flexionadas no masculino singular, as quais se juntam a orações transpostas por meio da partícula **que**, o que origina transpositores complexos de orações adverbiais, como se vê em *visto que*:

(12) “Nada resolveu o problema, visto que não houve entendimento prévio das partes em litígio.”

Bechara (2005, p.115) aborda a propriedade enfática das conjunções coordenativas e subordinativas, quanto à expressão de nossas ideias, e as agrupa em (i) simples e enfáticas; e (ii) correlatas. Assim, (13) “Estudas *ou* brincas” seria exemplo de conjunção simples; (14) “*Ou* estudas *ou* brincas” seria exemplo de forma correlata; (15) “*Como* os sábios não adulam os povos, *também* estes os não promovem.” é exemplo de estrutura enfática, por meio do advérbio que é veiculado na oração principal.

Quando Bechara descreve as orações explicativas, deixa claro que “não se traçam linhas rigorosas entre os dois campos de ideias” (p.121), de modo que se deveria abolir tal distinção:

“São frágeis os critérios de pausa, dentro do texto escrito, e fora do alcance do falante comum a comparação com o inglês **for** e **because**, com o francês **car** e **parce que**, com o alemão **denn** e **weil**. E os alicerces desta comparação estremeceem quando se vê, nos escritores, **car** ao lado de **parce que** sem que se note qualquer vestígio de distinção” (p.121)<sup>21</sup>

No entanto, defende-se, neste estudo, que tal distinção entre construções causais e explicativas revela-se imprescindível do ponto de vista discursivo, especialmente, já que revela estratégias argumentativas distintas por parte do sujeito enunciador, conforme veremos no Capítulo 4.

Cunha & Cintra (2001, p. 594), no que se refere à composição do período, afirmam que as estruturas *coordenadas* são autônomas, independentes, isto é, cada uma tem sentido próprio. Além disso, não funcionam como termos da outra oração, nem a eles se referem: “apenas uma pode enriquecer com o seu sentido a totalidade da outra”.

Em contrapartida, em um período composto por subordinação, tem-se que

- (i) a oração principal contém a declaração principal do período – definição criticada por vários estudiosos da linguagem (cf. Seção 2.2) - e não exerce função sintática em outra oração do período;
- (ii) a subordinada exerce função sintática na oração principal e, portanto, não apresenta autonomia gramatical.

---

<sup>21</sup> Lobo (2000) cita a tradição francesa e alemã, as quais contemplam o grupo das coordenadas explicativas – causais. E acrescenta que, no francês, não são nítidas as distinções entre causais e explicativas; todavia, na língua alemã, existe uma propriedade sintática responsável por possibilitar tal distinção, a saber, a posição do verbo. Em orações encabeçadas por DENN (pois), o verbo ocorre na segunda posição, tal como ocorre em frases não dependentes. Por outro lado, em orações encetadas por WEIL (porque), o verbo ocorre em posição final, tal como em estruturas de subordinação em geral. Em síntese, DENN teria um caráter coordenativo, ao passo que WEIL seria subordinativo. Em francês, a mobilidade posicional seria o fator distintivo entre as conjunções causais e explicativas. A conjunção CAR é a única conjunção a que se atribui o estatuto coordenativo causal devido à impossibilidade de anteposição da oração introduzida por tal conector. Para a autora, em qualquer dos casos, o número de conjunções coordenativas explicativas (uma em cada língua) contrasta com o que é considerado nas gramáticas portuguesas.

Kury (2004) admite três classificações para as orações que compõem o período composto: **independentes, principais e subordinadas**.

Em relação às **independentes**, pode-se enquadrá-las no período composto por coordenação, já que têm sentido por elas mesmas e, poderiam, cada uma delas, constituir um período, como em (16) “Aqui estou, aqui vivo, aqui morrerei.” (Machado de Assis)

Denomina-se período composto por subordinação “quando haja nele uma oração PRINCIPAL (grifo do autor) e uma ou mais SUBORDINADAS, isto é, dependentes dela” (p. 63). Kury (2004) ressalta que a denominação principal é relativa, pois quer dizer “regente”, isto é, que apresenta uma oração dela dependente. Nesse sentido, é possível encontrar ocorrências linguísticas em que uma oração subordinada tenha outra dependente dela, em relação à qual é principal.

Para ilustrar, Kury exemplifica, por meio do trecho seguinte, com posterior análise: (17) “Não permita Deus que eu morra Sem que desfrute os primores Que não encontro eu cá.” (Gonçalves Dias). São palavras do gramático:

No poema, verifica-se que a oração “que eu morra” é subordinada à 1ª (“Não permita Deus”), sua principal; mas é, ao mesmo tempo, principal (de segundo grau) em relação à 3ª (“sem que desfrute os primores”), subordinada a ela e que, por sua vez, é principal (de terceiro grau) com referência à última. Poder-se-á, pois, para maior clareza, falar em principal de 1º, 2º, 3º graus, etc. O conjunto constitui uma oração complexa. (KURY, 2004, p.64)

Rocha Lima (2003), por sua vez, reconhece apenas os processos de coordenação e de subordinação como característicos da estruturação sintática do período composto, entendido como aquele formado por duas ou mais orações. (p.259)

Para definir *coordenação*, considera a “comunicação de um pensamento em sua integridade”, por meio de construções gramaticalmente independentes, limitando a sua classificação ao nome das conjunções que a iniciam, quando sindéticas. O gramático resguarda um tópico apenas para tratar da ordenação das orações

coordenadas, orientadas, por sua vez, pelo sentido e pela lógica dos fatos que veiculam. Denomina-se *coordenada culminante* a oração que antecede a outra, como ponto de partida para o pensamento.

No período composto por subordinação, entretanto, há uma oração *principal* e outra *dependente*, que, por sua vez, tem seu papel como um dos termos da oração principal, configurando-se com funções próprias de substantivos, adjetivos e advérbios, o que determinará a sua classificação em oração subordinada substantiva, adjetiva ou adverbial, a depender de sua natureza sintática.

Além de tais classificações, Rocha Lima (2003, p.262) apresenta a subdivisão em *desenvolvidas* ou *explícitas*, *reduzidas* ou *implícitas* e *justapostas*, tomando como base a *forma* e o *modo* como se articulam com a oração principal. As primeiras apresentam o verbo em sua forma finita e são introduzidas por conjunção, pronome relativo ou pronomes e advérbios interrogativos, no caso das interrogativas indiretas. As segundas apresentam o verbo em uma de suas formas infinitas ou nominais: o infinitivo, o gerúndio ou o particípio. Por fim, as justapostas unem-se umas às outras sem a presença do elemento conectivo e apresenta forma de “oração independente”.

Neste item 2.1., procedeu-se a uma revisão bibliográfica dos compêndios gramaticais, os quais sinalizam uma visão tradicional de abordagem linguística e serão abordados em outros momentos desta pesquisa. Assim, infere-se que

- (i) As relações entre as orações são tratadas segundo as noções de coordenação e de subordinação. Nesse contexto, consideram-se independentes as orações que não se encaixam no interior de uma oração principal; e dependentes, as orações encaixadas na oração principal, exercendo função própria de um constituinte no lugar do qual se opera tal encaixe;
- (ii) Alguns gramáticos apresentam uma definição de coordenação e de subordinação, apoiando-se em critério semântico, quando definem as orações coordenadas, por exemplo, período em que as orações apresentam-se “cada uma com sentido próprio” (CUNHA; CINTRA

- (2001)) ou estruturas em que, cada uma das orações “têm sentido por elas mesmas” (Kury (2004));
- (iii) Rocha Lima (2003) comenta a ordem das orações coordenadas, orientadas e determinadas, nesse caso, pelo sentido e pela lógica que veiculam;
  - (iv) Azeredo (2008) e Bechara (2005), gramáticos de orientação tradicional mais atuais, apresentam definição mais respaldada em critério sintático se comparado ao semântico, visto que caracterizam as subordinadas como as que obedecem a uma questão de hierarquia entre partes de texto, as quais não mantêm identidade de função. Sugerem a denominação *hipotaxe* para tal caso, e *parataxe*, para casos de coordenação, conforme orientação funcionalista de análise linguística.

## 2.2 Outras abordagens

Associam-se outras abordagens de estudos linguísticos, como as de base funcional e gerativista, as quais são alternativas ao modelo tradicional, já abordado no item anterior. Esses trabalhos são resenhados a seguir, com o intuito de apontar diferentes olhares sobre o objeto de estudo deste trabalho. Além disso, propõe-se a referência a outras pesquisas anteriores, as quais se ocuparam das construções causais e explicativas do português, com o propósito de ser evidenciada a necessidade de complementação dessas investigações, o que justifica o estudo que aqui se propõe realizar.

Vogt (1978) critica a abordagem tradicional de descrição das construções subordinadas causais e coordenadas explicativas, no que se refere à insuficiência de critérios de ordem puramente sintática para a descrição de tais estruturas:

“Neste sentido é que estas conjunções constituem ‘operadores argumentativos’, isto é, marcadas de subjetividade, e o seu estudo deverá contribuir para mostrar a importância das intenções dos falantes na organização do discurso e na sua estruturação como texto.” (p.60)

Em conformidade com Vogt, Travaglia (1986) argumenta que a independência sintática não pressupõe independência semântica, mencionando a noção de “falsa coordenação”, segundo a qual a união de enunciados pode resultar coordenada sob o viés de análise sintática, mas “psicologicamente subordinada”, o que compreende a interdependência semântico-pragmática.<sup>22</sup>

Assim, Neves (2000), Perini (2003) e outros autores apresentam estudos que se baseiam no uso efetivo da linguagem, o que contribui para a compreensão da dinamicidade linguística e de sua adequação a novas possibilidades de uso, em função da criatividade linguística do falante e do contexto sociointeracional em que se insere.

Reúnem-se, neste item 2.2, alguns autores e suas contribuições ao estudo das relações sintáticas que se dão na constituição do período composto em português, dentre os quais se podem citar Carone (2005, 2005a), Castilho (2003), Castilho & Elias (2012), Duarte (2007), Garcia (2007), Neves (2000), Perini (2003), Rodrigues (2004, 2007) e Sautchuk (2010).

Carone (2005), em *Morfossintaxe*, trata resumidamente dos processos de coordenação e de subordinação das estruturas sintáticas. Afirma, em relação à subordinação de orações, que a oração subordinada não se articula com outra oração do mesmo período, considerada esta em sua totalidade, mas *contrai* uma relação de interdependência com um termo de outra oração. Segundo a autora, ao considerarmos tal relação binária, temos uma observação do momento *sui generis* da estruturação sintática, que, por sua vez, “é a constituição de um par de functivos em que um elemento de nível inferior (um termo de oração) é o functivo central a que se articula, como marginal, em elemento de nível superior (uma oração)”. (p.91)

Entende-se, a partir de tal descrição, que, para que ocorra essa aparente ruptura da hierarquia, a oração subordinada precisa passar por um processo de *miniaturização*, que lhe permite tornar-se um membro de outra oração. Em última

---

<sup>22</sup> Tal posicionamento é elucidado, ainda neste Capítulo, por outros autores da literatura especializada.



instância, as duas orações são uma só, pois a subordinada passa a ser apenas um termo de outra oração, mesmo que conserve, em termos sintáticos, sua estrutura oracional<sup>23</sup>.

Sobre o processo de coordenação, Carone pontua que, em tal mecanismo de estruturação sintática, duas orações, ambas tomadas em sua totalidade, relacionam-se entre si. Assim, só por meio da coordenação é que teremos **relação entre orações**, e que só é composto o período formado por estruturas oracionais coordenadas. A autora refuta o fato de algumas abordagens defenderem que a coordenação relaciona orações independentes, e que o nexos entre elas é apenas lógico, com as variantes semânticas das conjunções. Na opinião de Carone (2005), tal definição é condenável, visto que (i) abdica a sintaxe em favor da lógica; e (ii) a subordinação também estabelece relações lógicas por meio de conectores (causalidade, por exemplo).

Assim, sintaticamente, o que se deve observar e comprovar é que, na coordenação, os functivos são duas orações; e, na subordinação, são uma oração e um termo de oração.

Ainda com o mesmo viés de abordagem sintática, em *Subordinação e Coordenação: confrontos e contrastes*, Carone (2005a) problematiza os modelos de estruturação sintática e busca lançar uma série de impasses relacionados à definição e à caracterização desses procedimentos.

A partir da intertextualidade explícita com a menção de parte da obra de Lewis Carroll, a autora ilustra o problema da confusão existente entre estruturas coordenadas e subordinadas, com a reprodução de parte de um diálogo da narrativa:

“ \_ **Por que o senhor está sentado aí tão sozinho?** - indagou Alice sem querer iniciar uma discussão.  
 \_ Ora essa, **porque não tem ninguém aqui comigo!** – gritou Humpty-Dumpty. \_ Pensou que eu não saberia responder essa, hein? Pergunte outra.

<sup>23</sup>Nesse contexto, Galichet (1971) disserta que a denominação complexo associa-se a tal tipo de período; e a denominação de composto, àquele em que ocorre a coordenação de orações.

(CARROLL, Lewis. *Através do espelho e o que Alice encontrou lá*. Trad.: de Sebastião Uchoa Leite. 2 ed. Rio de Janeiro, Fontana-Summus, 1977. p.192)

Nessa perspectiva, a autora debate a respeito da confusão gramatical ou sintática advinda do uso de um conector em específico, a saber, *porque*, entendido como conjunção fonética e fonologicamente idêntica, empregada para veicular causa ou explicação, o que determina o ruído de comunicação entre os personagens, por conta do uso de uma *coordenada explicativa*, em vez de uma *subordinada causal*, por parte do personagem, conforme era esperado pela interlocutora Alice. Faz-se necessário entender, nesse caso, que, do ponto de vista sintático, não pode ser considerada uma única conjunção, mas conjunções diferentes.

Retoma-se a ideia de que as relações estabelecidas entre os elementos constituintes das orações são entendidas como as funções que contraem, nos moldes de Hjelmslev (1968). Assim, os elementos das orações, definidos como *functivos*, articulam-se entre si por relações de dependência – as funções. Dentre os tipos de função, definem-se três possibilidades: (i) **solidariedade**, ao qual se pode aliar o processo de predicação; (ii) **seleção**, próximo do que se reconhece por subordinação; e (iii) **combinação**, a que será associada ao processo de coordenação de estruturas.<sup>24</sup>

Em relação à coordenação, Carone aponta para a estruturação da coordenação com base em associações de caráter paradigmático, “visto que todos os membros de um mesmo paradigma poderiam, hipoteticamente, comutar com aquele que está presente em um ponto da cadeia sintagmática”. (p.20)

Nesse contexto, a autora cita Tesnière (1969), a fim de comprovar a ideia de que existe identidade funcional entre os termos coordenados, de modo que a

---

<sup>24</sup> Carone destaca, conforme outros autores aqui tratados, o problema ou lacuna de descrição gramatical no que diz respeito ao tratamento de modelos de estruturação sintática, tais como coordenação e subordinação, ser realizado geralmente em relação ao período composto. Ao contrário, o processo de subordinação, por exemplo, pode ser analisado em uma estrutura sintática simples, quando palavras se ligam a fim de formar sintagmas, e estes se articulam a fim de formar orações. Mais que isso, morfemas e fonemas organizam-se, também, sob forma hierárquica. No entanto, o presente estudo pauta-se na análise e na exposição no nível sintático.

coordenação possa ser entendida como um processo de desdobramento de um termo, que se vê, assim, em face de um peculiar “alter ego”. Quando tal desdobramento atinge o verbo, núcleo ou centro da oração, surgem duas orações coordenadas.

Sobre os instrumentos linguísticos ou gramaticais responsáveis por sinalizar e instaurar no texto a coordenação, tem-se dois tipos de morfemas: um segmental (a conjunção) e uma suprasegmental (a pausa, aliada à entonação), os quais se combinam no enunciado. Nesse contexto, a autora aclara a respeito do uso das explicativas, conclusivas e adversativas, precedidas por forte pausa; com as demais, porém, a pausa existe, embora seja imperceptível aos ouvidos.

Carone (2005, p. 24) conclui, então, que a coordenação é dotada das seguintes características:

- 1- Os elementos coordenados têm a mesma função sintática;
- 2- Os elementos coordenados pertencem a um mesmo paradigma;
- 3- A coordenação forma sequências abertas, não sintagmas;
- 4- Coordenam-se tanto orações como termos de uma oração.

É interessante observar que, quando se analisa o fenômeno da coordenação de estruturas sintáticas, verifica-se que a identidade funcional dos elementos coordenados só pode ser verificada a partir da análise da hierarquia sintática e, portanto, da subordinação. Assim, para a autora, dois objetos diretos seriam coordenados em relação a um verbo; assim como dois adjuntos adnominais, a um nome.

Carone também sinaliza o fato de que a coordenação é um fenômeno que ocorre na estrutura sintática em relação à função que os constituintes desempenham. Portanto, coordenam-se elementos que admitem a mesma função sintática no enunciado. Por outro lado, não se coordenam formas, ao contrário do que preveem muitos estilistas, os quais defendem a ideia de paralelismo sintático e, desse modo, são taxativos ao afirmarem que as estruturas, ao se coordenarem, também devem apresentar a mesma forma.

Carone (2005a) ressalta, nos moldes de Tesnière, a diferença entre os fenômenos de *junção* e de *translação*, que se dão com as estruturas coordenadas. Assim, junção seria um fenômeno quantitativo, cabível às coordenadas do tipo

aditivas e alternativas, ao passo que as demais - explicativas, conclusivas e adversativas – seriam associadas ao fenômeno qualitativo de translação. Isso porque as categorias gramaticais das primeiras são distintas, já que permitem aumentar-lhes os termos ao infinito, “acrescentando a todos os seus núcleos um número teoricamente ilimitado de núcleos da mesma natureza” (p.28).

Em relação às demais, percebe-se um procedimento sintático que determina uma relação binária entre as estruturas. Qualquer conjunção explicativa, conclusiva ou adversativa, “ao acrescentar uma expansão a um termo preexistente, cria um novo par, que também se fecha, à maneira do sintagma formado por subordinação” (p.29).

Tal fenômeno é observado por meio do exemplo (18) “Deus é bom, mas justo.”, em que se percebe uma sequência A – Deus é bom e uma sequência B – Mas justo, articuladas de modo binário e fechado. Ao se incluir um outro elemento coordenado em tal estrutura, como em (18a) “Deus é bom, mas justo **e severo**”, estaria igualmente fechado o par, visto que irá formar com a sequência B uma única porção de texto, contrapondo-se a “bom”, presente na sequência A.

As conjunções explicativas, conclusivas e adversativas são, assim, dotadas de um aspecto retrojetivo, por meio do qual a conjunção dirige o leitor a um processo de retomada no texto, para a informação veiculada anteriormente, o que impede o prosseguimento de uma cadeia infinita de elementos coordenados. Com isso, têm-se pares fechados, estruturas binárias, o que não se pode atribuir às estruturas aditivas e alternativas.

Em um ou outro grupo, no entanto, prevê-se que

“as frases coordenadas organizam-se em pares; cada um destes constitui uma nova unidade, que pode combinar-se com outra; esta, por sua vez, pode ser um par simples ou um par previamente formado.” (p.31)

No que tange à identificação dos pares, Carone ressalta que deve ser feita com base não apenas na natureza da conjunção, mas também no conteúdo significativo que a frase apresenta no contexto.

Ao abordar a articulação de orações, a autora pontua que a subordinação, se comparada à coordenação, é o procedimento mais coerente e constitui etapa necessária à compreensão do outro. Isso pode ser comprovado pela propriedade de se relacionar palavras e, a partir delas, constituir-se os sintagmas. Em seguida, pautando-se na relação entre estes, constrói-se a oração, para posteriormente, enquadrar-se a coordenação em estruturas já formadas em relação binária de dependência e hierarquia.

A autora relembra ser muito frequente a associação das relações lógicas à coordenação, ao passo que à subordinação restaria estabelecer apenas relações gramaticais. A autora aproveita para refutar tal ideia, mostrando que, ao contrário, a relação lógica por excelência, a de causa e efeito, é expressa de forma mais óbvia nas relações de subordinação, as quais são mais recorrentes na língua, ao se tratar de ordenar logicamente os pensamentos.

Auerbach (*apud* CARONE, 2005a, p. 46) demonstra a relação entre uso da língua e formas de cultura. O filólogo afirma serem as estruturas subordinadas as mais recorrentes na literatura da Antiguidade Clássica, à mentalidade lógica de gregos e romanos, relacionando-a à mentalidade não lógica de judeus e de cristãos, o que levaria a uma produtividade maior de estruturas coordenadas. Nesse sentido, o autor busca enfatizar que o tipo de pensamento que se apresenta no falante preside à escolha das estruturas linguísticas que seriam mais adequadas à sua expressão.

As relações de causalidade, condicionalidade e consequência estão presentes nos textos gregos por conta da organização dos fatos segundo uma lógica de temporalidade, com que conceberam a história, seguindo uma linha horizontal, em que as relações lógicas são aclaradas por meio de estruturas sintáticas textuais. Isso prova que as relações lógicas não são privilégio da coordenação, visto que encontram na subordinação uma forma talvez até mais adequada, para Carone (2005a, p.47).

O fenômeno de inserção de uma oração em outra, por meio do processo de subordinação nem sempre é evidente, como em uma relação de causa e efeito entre dois fatos. Em vista disso, são as conjunções que tornam explícita tal relação,

inserindo uma oração em outra, como em (19) “Pedi demissão. Não suportava o chefe.” e (19a) “Pedi demissão *porque* não suportava o chefe.”

Nos termos de Carone, as conjunções inserem orações subordinadas, de maneira que admitem a propriedade de “impor a uma oração o comportamento de um advérbio” (p.51), o que gera a construção adverbial. Nesse caso, a conjunção subordinativa assume a propriedade de transferir à condição de termo a oração com que se articulam, porque, incidindo sobre o verbo (e, por conseguinte, sobre a oração), atribui-lhe um valor de advérbio.

Em relação às orações coordenadas, cumpre ressaltar que tais construções sintáticas apresentam características distintas daquelas constituídas por subordinação. Dentre as distinções possíveis, podem-se citar as seguintes:

- (a) “não estruturam internamente a oração;
- (b) não comportam a translação, fenômeno que pode alterar qualitativamente um enunciado-sintagma subordinado;
- (c) não transferem uma oração de maneira a conferir-lhe o valor de substantivo, adjetivo ou advérbio;
- (d) não inserem uma oração em outra;
- (e) não reduzem uma oração a um termo da outra.” (p.55)

Inferese, a partir das colocações apresentadas neste item, que o sistema linguístico é dotado de combinações sintáticas distintas, em prol do estabelecimento de recursos para o falante formular seu pensamento, por meio de relações lógicas, argumentativas e semânticas. Há mecanismos capazes de organizar e verbalizar a complexidade de suas intenções discursivas, os quais estão disponíveis na sintaxe da língua.

No item 2.3, em que serão abordadas as distinções entre as construções causais e explicativas, as discussões de Carone (2005, 2005a) serão retomadas, a fim de se expor o comportamento sintático da conjunção *porque*, em diferentes contextos e modelos de estruturação linguística e sintática.

Castilho (2003) distingue os tipos de ligação *sentencial* – termo que se opõe à abordagem tradicional, a qual considera *oracional* tal ligação estrutural dos

enunciados, a partir da análise de algumas ocorrências linguísticas, dentre as quais se verificam as seguintes:

- (20) O professor falou e o aluno saiu.
- (21) O aluno falou quando o professor saiu.
- (22) Não pagou, foi para a cadeia.

Nota-se que os períodos acima são constituídos de mais de um núcleo verbal, contendo, desse modo, mais de uma sentença. No último exemplo apontado, há uma pausa, sinalizada por vírgula, cuja relação estabelecida pode ser interpretada como de causa, explicitável pela paráfrase:

(22a) Foi para a cadeia **porque não pagou**.

Em (20), é possível observar que a inversão da ordem não implica agramaticalidade ou um enunciado semanticamente inviável: (20a) O professor saiu e o aluno falou. Em (21), tem-se um caso de construção em que, ao se inverter a ordem, origina-se uma construção marcada, o que determina uma ocorrência gramatical, porém não corrente na língua.

Por fim, no exemplo (22), ao inverter-se a ordem dos elementos constituintes, tem-se uma construção duvidosa, o que comprova o fato de as sentenças serem estruturadas de formas diferentes, em cada um dos casos. Na análise proposta para o exemplo apontado pelo autor, não se admite a existência de uma construção explicativa, como em (22a) Não pagou, **porque foi para a cadeia**.

No enunciado apresentado em (20), conclui-se que as sentenças são reversíveis, nos termos de Castilho (2003), o que significa afirmar que nenhum termo da segunda sentença está subcategorizado ou ligação por adjunção (coordenação) a algum termo da primeira, sendo que cada uma constitui um ato de fala. Pode-se dizer, dessa forma, que ambas apresentam o mesmo nível: são estruturas *independentes* ou *coordenadas*.

Em (21), a sentença “quando o professor saiu” é um Adjunto do sintagma verbal “falou”, o que se comprova pela possibilidade de substituição de tal sentença por um sintagma preposicionado que funciona como adjunto adverbial: (21a) O aluno falou naquele momento. Ao tomar-se como base tal análise, conclui-se que as

sentenças de (21) constituem um único ato de fala, oposto ao que se vê em (20), e, portanto, são consideradas *dependentes* ou *subordinadas*.

Embora o presente estudo não se ocupe de construções correlatas, cumpre ressaltar o seu caráter peculiar de estruturação sentencial, o qual pressupõe relação de interdependência sintático-semântica, como em (23) O aluno falou tanto que ficou rouco. A expressão “tanto” atua como intensificadora da ação designada pela forma verbal “falou”, de modo que não se poderia retirá-la, sob pena de alterar o sentido e a estrutura da oração.

Para Castilho (2003), há três tipos de ligação intersentencial: **coordenadas**, **subordinadas** ou **correlatas**, as quais constituem as sentenças ditas *complexas*, entendendo-se por essas as construções formadas por um ou mais sentenças que funcionam como constituintes de uma unidade maior, estruturando-se tais constituintes coordenada, subordinada ou correlatamente.

As sentenças complexas são abordadas, na literatura especializada, de forma não pacífica, para o autor, pelo fato de nem sempre a correlação ser considerada, o que leva à seguinte proposta de classificação das sentenças complexas:

- (1) **Sentenças complexas estruturadas por justaposição:** “uma sentença se articula à outra, sem qualquer nexos conjuncional. São aqui reunidas as Justapostas e as Assindéticas” (p.131), como foi analisado em (22);
- (2) **Sentenças complexas estruturadas por coordenação:** “uma sentença se coordena à outra por meio de nexos conjuncionais. Como há uma relação de interdependência entre elas, não é adequado considerar a primeira como a ‘principal’, o que já foi comentado por outros autores, como Bechara (2005). Afinal, cada elemento coordenado têm natureza sintática idêntica à dos demais elementos. Um elemento coordenado não modifica o outro, em virtude de não lhe dar qualquer contribuição semântica (p. 131), como em (20);
- (3) **Sentenças complexas estruturadas por encaixamento** são aquelas em que uma sentença está encaixada num constituinte da outra – (24) “Disse que o aluno não vinha”. Nesse caso, verifica-se uma subordinada



substantiva. O encaixamento deu-se no sintagma nominal anterior, estabelecendo-se uma relação de expansão, como em (25) “O aluno *que chegou*”, em que identificamos uma subordinada adjetiva ou relativa. Nesse enquadre, define-se Sentença Matriz aquela sentença que contém o constituinte gerador da dependência: no primeiro caso, o verbo (disse); no segundo, o nome (aluno). O segmento matriz é, então, um termo superordenado, modificado semanticamente pelo elemento subordinado. Castilho (2003) critica o termo “principal”, pelo risco de denotar “pensamento principal”, verbalizado por essa sentença;

- (4) **Sentenças complexas estruturadas sem encaixamento:** uma sentença está em relação de adjunção com outra, como em (21) O aluno falou quando o professor saiu. As sentenças adverbiais encaixam-se nesse tipo de dependência;
- (5) **Sentenças complexas estruturadas de tal forma que a primeira sentença figura uma expressão correlacionada como outra expressão,** constante da sentença seguinte, como em (23) o aluno falou **tanto que** ficou rouco. O autor destaca o fato de as estruturas correlatas verbalizarem atos de fala diferentes, mas com relacionamento recíproco.

Para efeitos didáticos, o autor apropria-se da teoria dos conjuntos, a fim de orientar a análise das sentenças segundo a teoria dos conjuntos. Assim, entender-se-ia que as sentenças *independentes* constituiriam conjuntos autônomos; as *dependentes*, conjuntos inseridos em outro conjunto, hierarquicamente superior, e as *interdependentes* são conjuntos que se interpenetram (cf. p.132).

Castilho & Elias (2012) também abordam a estrutura das sentenças complexas, definindo-as como aquelas que apresentam mais de um verbo, como “conjuntos de sentenças simples.” (p.347)

A partir da análise da mesma construção como (22) “Não pagou, foi para a cadeia.”, chegam à conclusão de que, em casos de estruturas oracionais que se dispõem lado a lado na sentença, tem-se sentenças complexas justapostas, como também se vê em outros casos, como (26) “Escreveu, não leu, o pau comeu”. Por outro lado, em (27) “O aluno entrou quando o professor saiu.”, identifica-se uma

sentença complexa conjuncional. Nesse sentido, seria papel da palavra-conjunção ligar sentenças simples, a fim de constituir uma sentença complexa.

As três formas de constituição do período complexo, descritas dentre outras pelos autores, apresentam, segundo eles, algumas peculiaridades, conforme comprovaram por meio de “testes” sintáticos. No primeiro caso de sentença justaposta, pode-se inverter a ordem em que se apresenta, o que leva a um enunciado gramatical e semanticamente aceitável, mesmo que a construção apresente outro sentido, como visto em Castilho (2003): (20a) “Foi para a cadeia, não pagou.” Nesse caso, percebe-se que o enunciado “foi para a cadeia porque não pagou”, de modo distinto do que ocorre em “Não pagou, foi para a cadeia.”, corresponde a uma sentença do tipo “quem não paga vai para a cadeia”. No segundo caso, a inversão da sentença dá origem a uma construção inaceitável, como em: (26) \*O pau comeu, não leu, escreveu. No terceiro caso, por fim, pode-se originar uma construção marcada, ou “semanticamente mais expressiva” (p.349), como na conjuncional: (27a) “Quando o professor saiu o aluno entrou.”.

Tal análise comprova que as construções analisadas são estruturadas sintaticamente por meio de mecanismos distintos. Em (22a) “Foi para a cadeia, não pagou.”, em que a ordem das sentenças é reversível, deduz-se que estão em mesmo nível de hierarquia sintática, o que as define como estruturas **independentes** ou **coordenadas**.<sup>25</sup>

Em contrapartida, em ocorrências como (26a) \*O pau comeu, não leu, escreveu, a ordem das sentenças não é reversível, o que permite concluir que não se trata de sentenças que estão no mesmo nível, já que a ordem é mais rígida. Então, tem-se uma estrutura **dependente** ou **subordinada**.

Além dessas estruturas, os autores também se ocupam das estruturas **interdependentes** ou **correlatas**, entendidas como aquelas em que uma sentença se correlaciona com outra, de tal forma que, caso se suprima o nexos conjuncional presente em uma delas, a paráfrase não se torna possível: (23) “O aluno falou **tanto que** ficou rouco.”, em que a sentença “que ficou rouco” se relaciona com “falou tanto”, não podendo haver omissão da forma “tanto”, como em (23a) “O aluno falou

---

<sup>25</sup> As definições já foram apresentadas por Castilho (2003), neste mesmo item.

que ficou rouco.”.

Valente (1998, p.84), em seu artigo intitulado Estudos de Correlação (em J. Oiticica e outros autores), salienta que Oiticica assume posição de destaque nos estudos sobre os processos de estruturação sintática, especialmente pelo fato de que, de forma adversa aos estudos linguísticos de sua época, apresenta o processo de correlação e de justaposição, dentre os que constituem o período. Em Manual de Análise, argumenta da seguinte forma:

Sendo tidas, em geral, como casos especiais da subordinação, cousa inadmissível, pouco se têm ocupado as gramáticas e os Métodos com as correlações, dificultando intensamente o estudo da análise... Insisto, pois, na necessidade de considerar a correlação processo de composição do período diferente da coordenação e da subordinação.

Mais adiante, em Teoria da Correlação, o autor ratifica sua posição. Ressalte-se que a Nomenclatura Gramatical Brasileira não inclui a correlação, entendida como um processo sintática de interdependência entre as orações.

Valente (1998) aponta que, em Manual de Análise, José Oiticica, após ilustrar com exemplos a coordenação e a subordinação, por meio do período "tal era o pai, tal é hoje o filho", caracteriza-se a correlação. Em casos como o que fora exemplificado, as orações são independentes semanticamente, mas se vinculam por uma relação comparativa, sob a forma de "paralelismo" na apresentação dos dois conceitos. Esse paralelismo se materializa linguisticamente pela anteposição do mesmo termo "tal" a cada uma das sentenças. Denomina-se, nesse caso, "correlação", e as duas orações se dizem "correlatas". "Tal", nesse exemplo, assume-se como o termo "correlativo".

Para Oiticica, o essencial de sua Teoria da Correlação reside nos seguintes pontos:

- a) uma comparação de igualdade;
- b) uma adição introduzida em cada frase por termos independentes ("não só... mas também"), dos quais, caso seja mencionado o primeiro, força-se à menção do segundo;
- c) de uma relação de causa e efeito tal, que, a partir da menção de um termo intensificador da primeira, a segunda, iniciada por "que", torna-se obrigatória.

Castilho & Elias (2012) discutem e criticam a designação “principal”, muito recorrente nos compêndios gramaticais, para a designação da sentença que veicula a informação mais relevante do período, tomando como base o fato de que, nas subordinadas substantivas, a informação principal ser veiculada na sentença subordinada. Por conta dessa inviabilidade semântica da nomenclatura, atribui-se a esse tipo de oração o caráter de *matriz* ou *nuclear*, o que parece mais razoável para os autores, para as sentenças em que as substantivas e as adjetivas se encaixam ou estão em adjunção. As adverbiais, nesse contexto, adjungem-se à matriz, como seu adjunto.

Convém ressaltar que o termo principal, na descrição gramatical, refere-se a questões de ordem sintática, de modo que se trata de um conceito estrutural, relacionado à posição que a unidade oracional ocupa na arquitetura do período. Interferências de ordem semântica não deveriam ser, portanto, determinantes para a alteração desse tipo de análise.

No que se refere às subordinadas, enumeram-se três processos de marcação gramatical para tais sentenças complexas, tais como: (i) conjunções subordinativas; (ii) morfemas do modo subjuntivo; (iii) formas nominais do verbo.

Sobre a relação entre “subjuntivo” e “subordinada”, os autores apontam para a estruturação dos termos por meio do prefixo **sub-**, o qual designa algo que está “embaixo de”, ou seja, são os que promovem a ordenação da sentença debaixo de outra ou, em sentido mais específico da subordinação, debaixo da sentença matriz. Para tanto, tem-se o “subjuntivo” como o modo verbal prototípico das estruturas subordinadas, e o termo “subordinadas” para designar um tipo oracional, subdividido em **substantivas, adjetivas e adverbiais**.

Em relação às últimas, ressalte-se que verbalizam informações adicionais em relação ao que se veicula na oração matriz, que, por sua vez, resguarda a estrutura principal da sequência. As sentenças adverbiais funcionam em adjunção, conforme já visto, ao verbo da sentença matriz, configurando-se com algumas tipologias classificatórias, como em (28) “Ficarei **porque Maria vem**”, em que a adverbial expressa uma causa em relação à ação designada pela forma verbal da oração matriz.

As sentenças adverbiais são dotadas de “propriedades semânticas homogêneas (apresentam uma informação adicional)” (p.372); porém, apresentam propriedades sintáticas distintas (não se estruturam do mesmo modo, segundo se comprovou por meio de testes em (20), (21) e (22)).

Os autores propõem um teste de focalização, possível a qualquer construção que funcione como adjunto adverbial, em que, por meio das partículas “somente” e “é que”, seria possível identificar os constituintes sentenciais. Ao procederem ao teste, no entanto, torna-se evidente que o comportamento sintático das sentenças é heterogêneo.

Por exemplo, **causais**, **condicionais**, **temporais**,  **finais** e **proporcionais** poderiam ser focalizadas; por outro lado, **comparativas**, **concessivas**, **consecutivas** e **conformativas** não poderiam ser e, portanto, não seriam consideradas adverbiais prototípicas.

Isso determina a existência de um *continuum* entre as adverbiais: de um lado, estariam as mais bem estruturadas, as quais passaram pelo teste; de outro, aquelas reprovadas, “considerando que estas não estão suficientemente estruturadas.” (p.373) Isso se mostra nas ocorrências: (27a) “Ficarei **somente** porque Maria vem. (27b) “Ficarei **é** porque Maria vem.” e (27c) \*“(Ficarei **somente** embora Maria não venha.” (27d) \*“(Ficarei **é** embora **que** Maria não venha.”.

Os autores não traçam comentários sobre as coordenadas explicativas, especialmente, senão se ocupam das aditivas e das adversativas. No entanto, no tópico destinado a tratar das sentenças complexas subordinadas, resguardam um item para abordar a subordinada causal. Assim, listam algumas conjunções que introduzem tal relação semântica: **porque** (entendida como a conjunção prototípica de causalidade no português brasileiro), **desde que**, **como**, **que**, **já que**.

A partir dos exemplos, demonstra-se que a preposição **por** e locuções prepositivas, como **devido a** + **infinitivo** concorrem com as conjunções listadas anteriormente:

(28) É uma concepção falsa, **porque** supôs que eles atribuíam uma alma a objetos e plantas.

(28a) É uma concepção falsa, **por** supor que eles atribuem uma alma a objetos e plantas.

(28b) É uma concepção falsa, **devido a** supor que eles atribuem uma alma a abjetos e plantas.

Duarte (2007) atenta para a estruturação sintática por meio de termos predicadores. Assim, no período simples, os termos predicadores verbais e nominais projetam a estrutura da oração, isto é, selecionam os seus argumentos. No que se refere à estruturação do período, a autora apresenta os responsáveis por tal organização sintática: a *subordinação* e a *coordenação*.

Sempre resgatando a tradição gramatical, Duarte critica o fato de a subordinação e a coordenação nem sempre serem tratadas por muitas gramáticas pedagógicas no período simples, mas, ao contrário, sempre analisadas quando o objeto de estudo é a oração complexa, o período composto, o que consiste em uma falha da tradição gramatical.

Como exemplo, Duarte (2007) menciona

(29) As duas turistas de Lisboa chegaram e os dois rapazes brasileiros partiram;

(30) As duas turistas que chegaram de Lisboa e (que) ficaram em minha casa saíram com dois rapazes brasileiros.

No exemplo (29), as orações são coordenadas entre si, ou ainda, são independentes sintaticamente; em (30), as orações são subordinadas a um outro constituinte, em relação ao qual exercem a mesma função de adjunto adnominal.

Quanto à organização, a estrutura subordinada é caracterizada como a que apresenta um termo que exerce função sintática em outro, o que determina a sua “dependência sintática” ou “subordinação sintática”. Por outro lado, *coordenadas* seriam as estruturas que não desempenhassem função sintática em outra, ou que seriam “independentes sintaticamente umas das outras”, de modo que um não seja constituinte de outro. Para a autora, o conhecimento dessas relações de estruturação sintática permite perfeita ideia da arquitetura do período.

Em relação às orações adverbiais, constata que, assim como os argumentos e adjuntos adnominais (modificadores dos nomes) podem surgir sob a forma de oração completiva – substantiva - ou relativa - adjetiva, assim também os adjuntos adverbiais podem assumir uma estrutura oracional, com comportamento não uniforme.

A partir dos exemplos a seguir, a autora comenta tal estruturação sintática:

- (31) O mendigo morreu de frio.
- (32) O mendigo morreu porque passou muito frio.
- (33) Como passou muito frio, o mendigo morreu.

Os termos grifados acima manifestam-se com a função de adjunto adverbial de “morreu”, os quais não foram selecionados pelos verbos, mas consistem em termos que se unem a eles a fim de expressar uma circunstância de causa em relação à ação de morrer. No exemplo (31), tem-se um adjunto adverbial de causa; nos exemplos (32) e (33), tem-se um período composto por subordinação, com oração posposta ou anteposta à principal. Além dessas formas, as orações adverbiais podem aparecer na forma reduzida de infinitivo, gerúndio ou particípio.

Rodrigues (2004) esclarece que a sintaxe ocupa-se com a combinação das palavras para construir sintagmas, os quais, por sua vez, combinam-se para construir orações e essas se combinam, a fim de construir sentenças complexas. Portanto, a sentença, a qual se torna objeto de estudo da sintaxe, é um somatório das propriedades fonológicas, sintáticas e semântico-informacionais.

Sobre as propriedades fonológicas, cabe afirmar que toda sentença constitui-se de um grupo de palavras que possui entoação própria; em relação às propriedades morfológicas, diz-se que nas sentenças relacionam-se dois constituintes básicos; o sintagma nominal (SN) e o sintagma verbal (SV); por fim, no que se refere às propriedades semântico-informacionais, tem-se o fato de que toda sentença constitui uma unidade de comunicação.

Conforme Rodrigues (2004, p 42), o núcleo da sentença, ou o elemento que a organiza, é o verbo. Nesse contexto, entende-se por predicado a função gramatical

ou sintática desempenhada pelo SV na sentença. O verbo é, então, o predador mais importante nesse nível de análise oracional. O predicado é entendido como a função sintática da sequência de constituintes formada pelo predador e pelos seus argumentos internos, ou seja, aqueles que fazem parte do sintagma verbal. Caracterizada a sentença, pode-se proceder à análise da oração complexa, seguindo o mesmo modelo.

Rodrigues (2007) discorre sobre os processos sintáticos de estruturação do período complexo, segundo a tradição gramatical, em que apenas a coordenação e a subordinação são tratadas como processos de articulação entre períodos compostos.

A autora aponta para o fato de a tradição do século XIX ter estabelecido a dicotomia *parataxe versus hipotaxe*, segundo a qual “a parataxe incluía todos os tipos de justaposição e a hipotaxe, todos os tipos de dependência.” (p.226) No século XX, Hopper & Traugott (1993), em perspectiva funcionalista, apropriam-se dessas noções, a fim de estabelecerem graus de integração na perspectiva da gramaticalização, e acrescentam as estruturas subordinadas como uma terceira categoria.

Norteadado pelo paradigma funcionalista, pode-se cotejar a tradição gramatical, com as propostas baseadas na análise funcionalista, como as de Matthiessen e Thompson (1988), Hopper e Traugott (1993) e Halliday (1974), com o intuito de apontar que as relações entre as orações com base na dicotomia coordenação e subordinação precisa ser revista.

Hopper e Traugott (1993) revisitam os pares subordinação/coordenação e parataxe / hipotaxe. De acordo com os autores, que seguem a orientação de Givón (1979),

“a combinação de cláusulas pode ser considerada do ponto de vista de um contínuo unidirecional: da justaposição relativamente livre à combinação sintática e morfológica dentro dos limites da estrutura da gramaticalização amplamente interpretada.” (1993, p. 169)

A análise proposta pela teoria funcionalista da linguagem prevê a



gradualidade dos processos de articulação de cláusulas. De acordo com o que apresentam, o período complexo, o qual, sob um viés sintático, é uma unidade que apresenta mais de uma cláusula, o qual poderia ser distribuído ao longo de um *continuum* com três demarcações – parataxe, hipotaxe, subordinação, em que cada uma tem a sua posição definida pelo grau de integração sintática e de (inter) dependência semântico-discursiva, conforme se pode visualizar no quadro 1, a seguir:

Quadro 4- Combinação de cláusulas: *continuum* unidirecional

<b>Parataxe</b>	>	<b>Hipotaxe</b>	>	<b>Subordinação</b>
- encaixamento		- encaixamento		+ encaixamento
- dependência		+ dependência		+ dependência

Fonte: Hopper e Traugott (1993, p. 170)

Quanto à parataxe, entende-se que se trata do ponto inicial do *continuum*, o qual diz respeito às relações paritárias entre orações sintaticamente autônomas. A hipotaxe, por sua vez, apresenta grau intermediário de integração sintática e configura uma relação em que há um termo nuclear e um termo periférico, em orações com noções hierárquicas distintas. Sobre a subordinação, convém esclarecer que ocupam a margem direita do *continuum* e revela o maior grau de dependência no encaixamento sintático das orações envolvidas no arranjo estrutural.

No que tange à mudança linguística, os autores salientam que “a formação inicial de uma cláusula complexa envolve a combinação de uma estrutura integrada com dois núcleos separados e autônomos que são mutuamente relevantes” (Hopper e Traugott (1993, p. 169). A nova construção é mais complexa, visto que se constitui por duas subpartes. A seleção de elementos nucleares e marginais da sentença complexa é baseada em estratégias retóricas.

Quanto à estruturação, o período complexo pode ser constituído por um

núcleo e um ou mais núcleos adicionais ou de um núcleo e uma ou mais “margens”. Orações (ou cláusulas) relativamente dependentes que não podem manifestar-se sozinhas na constituição do período, mas que apresentam graus diferentes de dependência.

Hopper e Traugott (1993) explicitam as variações do elo entre as orações que compõem o período complexo, segundo o processo de junção. Examine-se o quadro abaixo:

Quadro 5- Variações de elo entre as orações

<b>Parataxe</b>	<b>Hipotaxe</b>	<b>Subordinação</b>
<b>(independência)</b>	<b>(interdependência)</b>	<b>(dependência)</b>
núcleo		margem
integração mínima		integração máxima
elos maximamente explicitados		elos minimamente explicitados

Fonte: Hopper e Traugott (1993, p.171)

Há traços semelhantes entre os fenômenos de parataxe e de subordinação, visto que compartilham a propriedade de dependência, a qual consiste em admitir uma cláusula dentro de uma sentença. Em contrapartida, distinguem-se quanto ao encaixamento: somente a oração subordinada consiste em um argumento oracional de outra oração.

O encaixamento consiste em propriedade meramente estrutural, o que não se observa em se tratando da (inter) dependência, que tende a se tratar de uma propriedade híbrida, referindo-se à (não) integração sintática e semântico-pragmática. Associam-se, dessa forma, à subordinação os casos de encaixamento; à hipotaxe, no entanto, estariam reservados os casos de (inter) dependência.

Esta pesquisa estuda os casos que vão da parataxe à hipotaxe, quando se

ocupa das coordenadas explicativas e das subordinadas causais. O encaixamento, entendido como propriedade morfossintática explícita, não se revela nos dados deste estudo. Desse modo, interessa-nos descrever os critérios cabíveis à explicação da (inter) dependência, propriedade que mostra os aspectos fronteiros entre os padrões paratáticos e hipotáticos.

Halliday (1994) estabelece a distinção entre parataxe e hipotaxe. Segundo a concepção do autor, hipotaxe consiste em uma relação entre um elemento dependente e seu dominante. Por outro lado, parataxe configura-se como uma relação entre elementos cujo estatuto é igual: um iniciando e outro continuando a sequência. Matthiessen e Thompson (1988) remetem a Halliday (1994) e se valem do rótulo “hipotaxe de realce”, considerado mais coerente para os autores do que subordinação, para se referirem às cláusulas adverbiais.

Com base nos critérios semânticos e posicionais, os autores afirmam que as denominadas orações adverbiais não constituem instâncias de subordinação. Tais construções sintáticas ou orações agregam-se a um conjunto de orações e não apenas a uma oração-núcleo, o que impede que seja identificada a sentença da qual seriam um constituinte.

A abordagem funcionalista prioriza a investigação do texto como unidade semântica e entende a linguagem como instrumento de comunicação. Assim, em outro estudo, Rodrigues (2004) destaca que os autores supracitados defendem a ideia de que os conectores (marcadores de combinação das cláusulas ou orações) têm o uso motivado pela intenção de provocar clareza e possibilidade de transmissão da informação aos falantes, oferecendo, nesse sentido, pistas aos ouvintes, com o intuito de que os últimos interpretem as construções linguísticas no meio em que estão inseridos.

Procedendo à definição, *parataxe* implicaria independência relativa, isto é, a ligação entre as orações depende apenas do sentido e da relevância da relação entre elas. *Hipotaxe*, por sua vez, consistiria em uma relação de dependência entre um núcleo e suas margens, mas não encaixamento da margem em um constituinte do núcleo. Por fim, subordinação seria definida pela dependência completa entre núcleo e margem(ns) e, portanto, encaixamento de toda margem em um constituinte

do núcleo. (p. 227) <sup>26</sup>

Existem três tipos de orações que se estabelecem na margem, a saber:

- 1- As **completivas** (ou substantivas) – que funcionam como sintagmas nominais;
- 2- As **adjetivas** (também chamadas relativas) – que funcionam como modificadoras de nomes;
- 3- As **adverbiais** – que atuam como modificadoras de sintagmas verbais ou de orações inteiras.

Hopper & Trougott (1993), ao caracterizarem as cláusulas, afirmam que estas consistem de um verbo e de argumentos desses verbos, expressos sob a forma de nomes lexicais, pronomes ou afixos pronominais. O período complexo, por sua vez, em uma definição sintática, deve ser entendido como uma unidade constituída de mais de uma cláusula, ou seja, pode ser formado por um núcleo ou mais núcleos adicionais, ou de um núcleo e uma ou mais margens. Entende-se por núcleo a cláusula que pode se manter sozinha na estrutura sintática e margens, as cláusulas relativamente dependentes, que não podem ficar sozinhas, por atuarem como constituintes de mesma oração, mas que exibem diferentes graus de dependência.

Tradicionalmente, conforme a Nomenclatura Gramatical Brasileira, a coordenação é um processo em que as orações são independentes do ponto de vista sintático, caracterizando-se pelo fato de acarretarem paralelismo de funções ou de valores sintáticos idênticos, por meio da utilização (ou não) de elementos conectores, denominados conjunções coordenativas.

A subordinação, por sua vez, é entendida como “um processo de hierarquização de estruturas”, cujas orações envolvidas são dependentes sintaticamente e, nesse caso, a subordinada “não subsiste por si mesmo, sem a

---

<sup>26</sup> Ressalte-se que, no que se refere às noções de parataxe e hipotaxe, não se observam distinções entre a abordagem tradicional e a abordagem funcionalista, uma vez que Bechara (1999) e Azeredo (2008) também mencionam tais nomenclaturas, em conformidade com os estudos funcionalistas.

principal” (p. 227). Trata-se de um processo em que se pressupõe uma oração subordinada, constituinte de outra, entendida como principal. Tal relação é caracterizada por desigualdade de funções e de valores sintáticos.

Distinguem-se os dois processos por conta da dependência ou da independência do ponto de vista sintático, embora nem sempre a independência de ordem semântica seja observada no momento de análise das estruturas. Trata-se de uma autonomia de função, não de sentido.

Assume-se a possibilidade, segundo Rodrigues (2007), de existir coordenação gramatical e subordinação psicológica, tal como já foi observado por alguns gramáticos, como Bechara (2005). Para tanto, analisa duas ocorrências de período complexo, a fim de demonstrar a distinção entre autonomia sintática e autonomia semântica:

(34) O mundo inteiro revoltado acompanha a guerra do petróleo pelos noticiários da TV, ouve os comentários pela rádio e lê nos jornais as matérias sobre os ataques das forças aliadas.

(35) Entrei no ônibus, sentei-me e felizmente o motorista saiu no horário previsto.

Em (34), vários acontecimentos são enumerados, de modo que é possível alterar a ordem, sem que haja prejuízo semântico, o que torna possível a conclusão de que tanto pode haver autonomia sintática quanto semântica entre as orações constituintes da sequência.

Em (35), por outro lado, não se torna viável a comutação da sequência em que as orações ocorrem, pelo fato de haver uma sequência provável para que as ações transcorram no tempo, o que evidencia uma autonomia sintática, mas não semântica. Diz-se que, nesses casos, há coordenação sintática e subordinação semântica, já que ocorre uma relação de dependência de sentidos entre as orações que compõem o período.

Rodrigues (2004) ocupa-se da análise das orações adverbiais, dentre as que constituem o período complexo. Nesse sentido, aponta para o impasse existente na classificação da subordinação adverbial.

Para tanto, consideram-se Mateus *et alii* (2003), que distinguem três tipos de construção de subordinação, dentre os quais se encontra a relação de subordinação adverbial, a saber: construções *com encaixe*, construções *sem encaixe* e construções *de graduação e de comparação*. Nas construções de encaixe, enquadram-se as construções de complementação (subordinadas substantivas) ou de relativização (subordinadas adjetivas). No segundo, tem-se a subordinação adverbial, que abrange as causais, condicionais, finais, concessivas e temporais. Por fim, as orações comparativas, as consecutivas, as conformativas e as proporcionais, também por razão de apresentarem estruturas de correlação.

Rodrigues cita, ainda, Gili Gaya (1990, *apud* Rodrigues, 2004), o qual apresenta uma abordagem distinta da subordinação adverbial, classificadas em espanhol em três grandes grupos:

- 1- **Orações de caráter circunstancial:** aquelas que expressam as relações fundamentais de espaço (lugar), tempo e modo;
- 2- **Orações que expressam relações quantitativas e que correspondem aos advérbios de quantidade e de comparação:** orações comparativas e consecutivas;
- 3- **Orações de relação causativa:** aquelas que se unem a principal por meio de conjunções ou frases conjuntivas; orações condicionais e concessivas.

Segundo Sautchuk (2010, p.161), uma única oração pode constituir um período único – simples -, ou “um conjunto de orações pode organizar-se entre si de maneira mais ou menos dependente, contraindo entre elas relações de dependência sintática ou constituindo unidades apenas semanticamente dependentes - o composto”.

No período composto, as orações podem apresentar comportamentos distintos: nenhuma delas contraindo qualquer função sintática em relação à outra, apesar de formarem um conjunto semanticamente organizado; ou tornando orações sintaticamente dependentes de outra, além de eleger qual delas irá conter a ideia relevante do período. Ao primeiro comportamento descrito, associa-se a ideia de

coordenação de orações e, ao segundo, subordinação.

No processo de coordenação, pode-se encontrar uma oração justaposta à outra, sem conjunção, ou por meio de conjunções coordenativas. Tal relação entre orações pressupõe um paralelismo de funções e valores sintáticos idênticos entre elas, de modo que não há necessidade de realçar “determinada ideia ou a um conjunto de ideias em um período composto nem de o sentido de uma oração exigir o de outra oração” (p.163).

A autora analisa o exemplo (36) “Meu pai desprezou o conselho do caboclo e o resultado foi uma praga de abóboras”, destacando as duas orações que o compõem. Assim, sobre a segunda sentença “e o resultado foi uma praga de abóboras”, a autora afirma que, embora seja introduzida pelo conector E, considerado prototípico de adição, existe forte dependência semântica entre os enunciados: a primeira oração indica uma causa; a segunda, uma consequência.

Isso comprova o fato de a análise sintática não poder se pautar em classificações mecânicas, apenas por meio da lista decorada de conectivos que as iniciam. Assim, mesmo estabelecendo uma soma de fatos, o período composto sugere que, entre eles, exista uma relação lógica de causa e efeito, com base no conhecimento de mundo do interlocutor. Ressalte-se, nesse sentido, que a metodologia de memorização dos conectores, adotada por muitos professores, deve-se dar de forma consciente e contextualizada, como um facilitador ou suporte para a construção do conhecimento, a fim de ampliar o repertório de articuladores sintáticos.

Por outro lado, há períodos em que se percebe que não existe autonomia ou independência sintática entre as orações que o compõem. Nesses casos, não significa apenas tornar uma oração sintaticamente dependente da outra, mas cabe marcar a oração principal, ou aquela que sempre estará com o “sentido incompleto ou semi-incompleto, necessitando de aditivos sintáticos” (p.164). Para demonstrar a dependência sintática, a autora considera um exemplo de período composto, do qual se extraiu um fragmento, em que há uma subordinada causal, objeto de estudo do presente trabalho: (37) “Pedi-lhe - que esquecesse tudo – que me perdoasse – que eu era um doido” (p.164)

A oração “Pedi-lhe” é a única que não se inicia por conectivo e, nesse e em qualquer outro período em que houver subordinação, será considerada a oração principal. No entanto, não se pode afirmar que apresenta autonomia semântica, porque contém um verbo que exige dois complementos obrigatórios, a saber, objeto direto e indireto. Conclui-se que a oração seguinte “que esquecesse tudo” funciona como o objeto direto e que a terceira oração “que me perdoasse” apresenta correspondência morfossintática com a anterior, equivalendo-se em função de objeto direto. A quarta oração “que eu era um doido” não funciona como a segunda e a terceira, porque não atua como complemento verbal, mas indica uma circunstância de causa, equivalendo a um adjunto adverbial: porque era um doido.

Assim, as orações subordinadas manifestam-se de forma distinta no enunciado. Isso porque devem equivaler, nos moldes da autora, a funções sintáticas peculiares ao tipo de sintagma que estão representando no período composto. As orações adverbiais, nesse quesito, correspondem a um sintagma adverbial, contraindo as funções sintáticas autorizadas pela base ou natureza morfológica desses enunciados. A circunstância expressa pelas subordinadas adverbiais “encerra uma ideia, uma condição particular ou acidental que acompanha um fato” (p. 173).

Ao analisar, por exemplo, uma oração principal como “Os pássaros cantam”, a autora demonstrou que é possível acrescentar circunstâncias, usando sintagma, como “de alegria”, ou “porque estão alegres”, empregando estrutura oracional subordinada, a fim de veicular a razão com que a ação designada pelo verbo ocorre.

É relevante demonstrar a importância de expressar, por meio da oração subordinada, a ideia circunstancial que veicula, em detrimento de apenas classificar a oração adverbial ou qualquer outra. No discurso escrito, tal explicitação de conectores ou operadores lógicos é importante para aclarar a ideia e expressá-la de modo adequado e eficiente.

Em uma proposta mais textual-discursiva, a autora acrescenta o uso adequado do paralelismo sintático, envolvendo estruturas subordinadas, a fim de tornar o texto mais coeso e claro ao leitor, além de atribuir a ele um tom estilístico de elegância. O fenômeno de paralelismo sintático, que prevê a boa construção de



frases, prega a simetria sintática, ou seja, “para ideias similares, devem corresponder estruturas similares” (p.178). No que se refere ao período composto por subordinação, por exemplo, uma oração reduzida deve estar paralela a outra reduzida, ou ainda, uma oração desenvolvida deve estar paralela a outra oração desenvolvida.

Para tanto, lança o exemplo: (38) Paulo estava aborrecido porque perdeu a hora do dentista e por sua amiga ter ido ao colégio sem ele.

Ao analisarmos o período, é fácil perceber a ausência de simetria entre as orações subordinadas que integram o período: “porque perdeu a hora do dentista” e “por sua amiga ter ido ao colégio sem ele”. Para que fosse recuperado, a autora propõe duas alterações: na primeira, a coordenação entre as subordinadas determinaria a construção “porque perdeu a hora do dentista e porque a amiga foi ao colégio sem ele”; na segunda, seriam consideradas reduzidas as duas: “por ter perdido a hora do dentista e por sua amiga ter ido ao colégio sem ele”.

A habilidade de obedecer à simetria das construções sintáticas revela o conhecimento do falante a respeito da sintaxe de sua língua e, conseqüentemente, da própria língua.

Perini (2003) aponta para a tradição gramatical, afirmando haver duas maneiras de “inserir constituintes dentro de outros constituintes: a subordinação e a coordenação.” (p.129) Assim, alude ao fato de que tal dicotomia ainda é lacunar e não consegue descrever todos os fatos linguísticos, senão poder atuar como ponto de partida para a conceituação e para a exposição.

Entende-se por subordinação o processo de “montagem de orações complexas” (p.130), caracterizado pelo fato de uma oração (subordinada) fazer parte de um termo de outra (oração principal). A coordenação, por sua vez, é o segundo dos processos principais de montagem de orações complexas. Duas estruturas oracionais são coordenadas quando são sintaticamente independentes ou equivalentes. Assim, nesse caso, não se pode chamar de principal nenhuma das orações do período, visto que tal termo se aplica apenas a contexto em que há subordinadas.

Interessante destacar que, para o autor, nos casos de subordinação, frequentemente, uma das orações tem uma forma especial que nunca, ou só muito raramente, ocorre isolada: orações de subjuntivo, gerúndio e infinitivo são sempre subordinadas. Na coordenação sem subordinação (os dois processos podem existir em um período denominado misto), ao contrário, as orações têm a mesma estrutura que teriam se ocorressem isoladas.

Perini (2003) ainda destaca o fato de existirem tais processos de estruturação sintática no período simples, que são formas alternativas do que se vê nos períodos complexos. Para exemplificar, o autor cita algumas classes de palavras, as quais podem ocorrer coordenadas, tais como advérbios (“demorada e pacientemente”) e verbos (“vi e venci”). Além disso, exemplifica a subordinação em orações simples, como em “a filha do vizinho”, tem-se um sintagma nominal, “o vizinho”, fazendo parte de um SN maior, “a filha do vizinho”, típico caso de subordinação.

Em se tratando de período composto, Perini (2003) questiona a definição de oração principal, usualmente empregada na análise sintática. Sendo as orações entendidas como aquelas que não apresentam autonomia ou que funcionam como termos de outra oração, cabe à oração principal a propriedade de denotar uma parte da oração (amputada de um de seus elementos constituintes, o qual configura a oração subordinada).

Nesse sentido, Perini argumenta que a oração principal de um exemplo como (39) “Titia disse que nós desarrumamos a casa” seria “titia disse que nós desarrumamos a casa” e a subordinada seria “nós desarrumamos a casa”. Tal partição torna visível o fato de que uma oração subordinada é parte da principal, de modo que evitaria maiores explicações para o princípio de que a oração “titia disse” admitiria objeto direto, quando tal elemento não se evidencia no enunciado.

Tal como já se afirmou, a denominação “principal” não se revela, na descrição gramatical, cabível a critérios de ordem semântica, mas a critérios sintáticos, por meio dos quais deve ser sustentada. A sentença é subordinada em relação à estrutura e não ao significado que sugere, portanto.

Para o autor, as subordinadas são caracterizadas por marcas linguísticas (p.137), capazes de tornar possível a sua identificação. Uma oração com todos os

seus constituintes preenchidos por sintagmas não oracionais não pode ser principal; e uma oração que apresente apenas um termo preenchido por sintagma oracional constitui uma oração principal. Isso determinaria a distinção entre orações subordinadas e principais, na maioria dos casos. No entanto, a língua dispõe de elementos morfológicos e sintáticos, dotados de propriedades semânticas – e, portanto, não dispensáveis -, característicos do processo de subordinação, mesmo que não configurem parte das orações subordinadas.

Para tanto, Perini (2003, p.139) propõe a listagem das marcas explícitas da subordinação: conjunções (subordinativas); relativos; marcas de interrogativa indireta; desinências de modo subjuntivo; desinências de gerúndio e de infinitivo.

Ao discorrer sobre as marcas da subordinação, Perini comenta que a propriedade que possuem decorre da possibilidade de transformar sintagmas a partir de orações. À guisa de exemplificação, cita-se o fato de uma oração cujo verbo está sob a forma de gerúndio poder funcionar como sintagma adverbial (p.138).

Sobre as conjunções, aponta-se a função de inserção de uma oração (a subordinada) dentro de outra oração (a principal), reservando a nomenclatura “conjunção” apenas às conjunções subordinativas da gramática tradicional, de modo que as conjunções coordenativas são abordadas pelo autor como coordenadores.

Definem-se as conjunções subordinativas como itens léxicos que, quando antepostos a uma oração, constituem com ela um sintagma o qual é um termo de uma oração maior, na hierarquia sintática. Opõem-se as conjunções subordinativas adverbiais e as conjunções integrantes: as primeiras devem, de modo distinto, ser aquelas “que, seguidas de uma oração, formam um ‘sintagma adverbial’” (p.139), ou seja, atuam como adjunto circunstancial, atributo ou adjunto oracional. Assim, as conjunções se associam a uma oração e exercem com ela a mesma função que seria atribuída a um sintagma não oracional, como se pode perceber em (40) O menino morreu de frio e (41) O menino morreu porque sentia frio.

As expressões “de frio”, não oracional, e “porque sentia frio”, oracional, exercem, na estrutura sintática, a mesma função de adjunto circunstancial. Algumas conjunções introduzem tipos específicos de sintagmas. No caso do conector

“porque”, pode-se dizer que não introduz sintagma nominal com função de sujeito, objeto direto, por exemplo, senão sintagmas adverbiais.

Garcia (2007, p. 42), ao tratar do encadeamento sintático por meio de processos de subordinação e de coordenação, vincula à primeira a correlação, como sua variante; e à segunda, a justaposição, seguindo os moldes do ensino brasileiro, embora deixe claro que a justaposição pode perpassar os dois processos de estruturação sintática.

O autor também reconhece que as coordenadas devem ser entendidas como estruturas paratáticas, dado o paralelismo funcional entre as orações que constituem o período composto, as quais devem apresentar as mesmas características gramaticais e sintáticas. A coordenação seria, por fim, um processo de encadeamento de ideias e suas conjunções, a saber, coordenativas, relacionam ideias ou pensamentos com “um certo grau de travamento sintático por assim dizer mais frouxo do que o das subordinativas” (p.42). Desse modo, acrescenta que as coordenadas são estruturas independentes do ponto de vista sintático, mas nem sempre independentes do ponto de vista semântico, tal como já foi sugerido por outros autores apresentados nesta Tese. (p. 45)

Assim, o autor explica que as conjunções coordenativas que exprimem explicação ou motivo, por exemplo, não ligam orações de mesma natureza, o que se comprova com o fato de que as orações coordenadas por elas encabeçadas não apresentam autonomia sintática. Por isso, estão alocadas no limite entre a coordenação e a subordinação, de modo que se pode adotar a ideia de existir coordenação gramatical, mas subordinação semântica. Há períodos, nesse caso, que são aparentemente coordenados: (42) “Não fui à festa do seu aniversário: não me convidaram.” O período (42) não apresenta conector e as orações que o constituem aparecem separadas por pausa na fala e dois-pontos na escrita: tem-se um caso de justaposição. Também em ocorrências como essa não se observa autonomia de sentido da segunda oração, cuja dependência é sinalizada pelo emprego do sinal de pontuação (dois-pontos). A oração complexa poderia ser reescrita da seguinte forma: (42a) Não fui à festa do seu aniversário porque (pois) não me convidaram.

Em relação ao paralelismo estrutural e à coordenação, a igualdade de funções sintáticas, observada entre sequências coordenadas, nem sempre corresponde a uma igualdade de formas. As estruturas não ficam comprometidas, caso não apresentem paralelismo; no entanto, para o autor, do ponto de vista estilístico, estruturas em que se observa o paralelismo são mais aceitáveis. (p.53) Tal observação se estende às estruturas subordinadas, como em: (43) “Não saí de casa por estar chovendo e porque era ponto facultativo”, em que se coordenam uma oração reduzida e uma oração desenvolvida. Seria preferível que as duas construções causais apresentassem a mesma estrutura: “por estar chovendo e por ser ponto facultativo” ou “porque estava chovendo e porque era ponto facultativo”.

Por outro lado, na subordinação, também chamada *hipotaxe*, o paralelismo que ocorre nas coordenadas é inexistente e, portanto, não há igualdade de funções e de valores sintáticos entre as orações que compõem o período. Há, nesse sentido, uma hierarquização de estruturas, segundo a qual há o estreitamento do vínculo entre as sentenças, visto que uma oração sempre depende de outra. Uma oração subordinada não subsiste sem o apoio da oração principal, porque exercem papel sintático na principal, funcionando como um fragmento de frase.

Sobre a oração principal, Garcia (2007) afirma que quase sempre veicula a informação principal do período, seja por constituir o núcleo da comunicação (fator semântico), seja por desencadear as demais orações do período (fator sintático), o que é questionado por outros autores aqui estudados. No entanto, aponta o lado controverso de que a ideia mais importante do período pode ser veiculada pela oração subordinada, especialmente nos casos em que for substantiva ou adjetiva.

As adverbiais, ao contrário, devem veicular informações de caráter acessório ou secundário, dada a sua natureza. Em certas ocorrências, porém, pode-se dizer que a oração subordinada constitui condição ou circunstância indispensável à eficácia comunicativa da oração principal. (p.65)

A seleção da oração principal em um período complexo se dá de forma proposital, já que o ponto de vista do locutor e a situação comunicativa funcionam como suas diretrizes. A simples coordenação de elementos, em que se pressupõe homogeneidade de estruturas sintáticas, com funções equivalentes, não permitiria

estabelecer a verdadeira relação entre os fatos enunciados, tampouco realçar o que seria mais relevante, segundo tal ponto de vista. Caberia apenas à subordinação essa possibilidade.

Quanto à posição da oração principal no período subordinado, destaca-se sua concepção “frouxo” ou “tenso”, proposta por Garcia (2007), a depender da maneira como ocorrem na sentença. A posição da oração principal pode ser motivada, além dos fatores gramaticais ou sintáticos, por razões que envolvem fatores de ordem pragmática, inspirados na lógica do raciocínio e pelo propósito de atribuir à frase máxima expressividade. Uma das “normas” ou condicionamentos para a posição da oração principal seria o critério da relevância: em primeiro lugar, estaria o constituinte oracional que se queira destacar, no período.

Garcia apresenta, ainda, a relevância dos estudos de análise sintática para auxiliar o estudante a melhorar a organização de sua frase. Isso seria possível, quanto às subordinadas, a partir de um trabalho que focalizasse a finalidade com que se quer expressar algo ou sua noção ou, ainda, impressão, para a forma ou expressão linguística que se pretende, sob a forma de um exercício de busca pelos termos ou orações capazes de traduzir o objetivo comunicativo do locutor.

Associa-se a isso a ideia de que “aprender a escrever é aprender a pensar” (p. 77), o que faz pressupor que o estudante deve dispor de padrões de estruturas frasais diversos, a fim de expressar a mesma ideia e sua relação com outras. Nesse contexto, insere-se o padrão sintático a partir do qual se insere a circunstância de causa e seus moldes de expressão na língua.

### **2.3 Construções causais e explicativas – Forma, Estrutura e uso**

Objetiva-se, neste item, expor algumas distinções estabelecidas entre as construções de causa e de explicação do ponto de vista da Gramática Tradicional (doravante, GT) e de outras abordagens de orientação linguística, como a descritiva,

a gerativista e a funcionalista.

Na tradição gramatical, discriminam-se cinco tipos de estruturas oracionais coordenadas, entre as quais se enquadram as explicativas e nove tipos de estruturas de subordinação adverbial, entre as quais aparecem as causais. A leitura que as gramáticas propõem sobre tais estruturas resulta em um impasse, no que se refere à sua abordagem semântica e à escolha dos conectores de um e de outro grupo, por exemplo.<sup>27</sup>

Com tal fim, examinaram-se as obras de Azeredo (2008), Bechara (2009), Rocha Lima (2003); Luft (1996); Cunha & Cintra (2001). Outras obras também foram estudadas, a saber: Azeredo (2010), Bechara (2005a), Fonseca (2010), Garcia (2007), Henriques (2015), Kury (2006) e Said Ali (1965). Como propostas alternativas de estudo linguístico, utilizaram-se obras, como as de Carone (2005), Ilari (2015), Lopes (2004), Mateus *et alii* (2003) e Neves (2000), Neves e Braga (2016) e Paiva (1991).

A combinação dos critérios está presente no estudo e na identificação das orações causais e explicativas, no tratamento que essas construções recebem nos compêndios gramaticais. Prioriza-se, nesse contexto, o critério sintático na distinção das orações denominadas coordenadas sindéticas explicativas e subordinadas adverbiais causais ou, ainda, adotam-se critérios semânticos para resolver problemas sintáticos. A distinção entre as noções de causa e de explicação não é devidamente aclarada nas gramáticas tradicionais, de forma que não se torna simples classificar tais orações como causais ou explicativas.

Said Ali (1965, p. 221) distingue as conjunções coordenativas das conjunções subordinativas e, nesse contexto, afirma que as primeiras estabelecem paralelismo sintático entre duas orações e as últimas seriam aquelas “que apresentam uma oração como elemento integrante ou modificativo de outra, isto é, dão-lhe o caráter de substantivo ou de advérbio”. O autor deixa clara a dificuldade de se estabelecer distinção entre tais elementos conectores, especialmente em relação às partículas causais, em que figura *porque* ora como coordenativo ora como subordinativo, enquanto outras conjunções, como *visto que*, *já que*, *como* são sempre do tipo

---

<sup>27</sup> Cunha & Cintra (2001) listam os mesmos conectores para os dois grupos: causais e explicativas.

subordinativas.

Azeredo (2008) acredita que o processo sintático por excelência seja o da subordinação, visto que é um meio pelo qual se provê de função as unidades que constituem os sintagmas e os sintagmas que constituem as orações.

Dessa maneira, demonstra que, na estruturação sintática por subordinação, “uma unidade de categoria X posiciona-se sob o domínio de uma unidade de categoria Y” (p.49). Por outro lado, a coordenação consiste em associar duas ou mais unidades do mesmo nível hierárquico, preservando-lhe a natureza ou a função. Tal distinção permite a conclusão de que a subordinação é um processo necessariamente intraoracional, ao passo que a coordenação perpassa todos os níveis, associando palavras, sintagmas, orações. A coordenação pode ser entendida como um fenômeno antes discursivo que sintático, daí a classificação associação discursiva *strictu sensu* – que se dá no domínio da oração - e a associação discursiva *lato sensu* – que se dá além da oração.

Azeredo (2008) esclarece que, tradicionalmente, é comum identificar unidades coordenadas com unidades independentes e unidades subordinadas com unidades dependentes, o que pode parecer, para uns, uma distinção puramente sintática, mas, para outros, deve se relacionar ao sentido.

Assim como já vimos em Sautchuk (2010), também Azeredo faz menção ao que afirma Garcia (1976), quando lembra que este último denomina “falsa coordenação” o que ocorre em enunciados como (44) “O dia estava muito quente e eu fiquei logo exausto”. Segundo Garcia, há coordenação apenas em relação à forma, não em relação ao conteúdo, pois a conjunção e não está interligando enunciados que designam dois fatos separados ou independentes, mas entre eles existe uma coesão íntima, uma relação de causa e efeito. Nesse contexto, só se pode tratar de independência no contexto em que houver autonomia de função e de sentido (cf. p.19).

Cumprido aclarar que, para Azeredo (2010), entendendo-as como conceitos gramaticais, a distinção entre coordenação e subordinação tem uma razão de cunho formal –funcional, o qual inclui a “posição hierárquica das unidades associadas e o



lugar dos instrumentos dessa associação” (p.51). Nesse sentido, estabelece critério sintático para a distinção entre fenômenos sintáticos.

Ao tratar da noção de causalidade e, dessa forma, tem-se uma abordagem da subordinação adverbial causal, várias observações de Azeredo (2005) merecem destaque. Assim, em uma relação de causalidade, o conteúdo proposicional da oração subordinada é tomado como a razão ou o motivo – real, admitido, suposto ou hipotético – do conteúdo da oração matriz ou oração base.

Em exemplos, como (45) “O barco virou porque ventava muito”, a oração subordinada veicula um motivo real; em (46) “Ela não casou com ele porque o amasse, mas por imposição da família”, tem-se um motivo suposto, o que se permite concluir que a noção de causalidade abrange uma série de peculiaridades semânticas e pragmáticas.

Nem sempre, uma oração base ou principal declara um fato, mas pode configurar a expressão de vários outros “atos de fala”, como “perguntar”, “inferir”, “pedir”, “ordenar”. Nesses casos, a oração subordinada adverbial é entendida como a razão ou o motivo desses mesmos atos. Daí a sua produtividade em textos organizados no modo argumentativo (cf. SAID ALI, 1965).

Aos exemplos (47) “Já que ela prefere a solidão, vamos deixá-la só” e (48) “Já é chegado o inverno, porque as folhas começam a cair”, cabem as seguintes paráfrases: (47a) Já que ela prefere a solidão, **proponho que** a deixemos só e (49) Como as folhas começam a cair, **concluo que** o outono já é chegado.

Nesses casos, o ato de fala é explicitado na forma verbal, o que evidencia que, em (d), o enunciado contém uma inferência (já é chegado o outono) e sua razão. O autor ressalta que “a queda das folhas” não é a causa da “chegada do outono”, mas a razão da inferência. A inferência, a ordem, o pedido, a pergunta são algumas das modalidades que compõem o significado total das frases, ao qual são referidas as orações adverbiais.

Quanto à estruturação, nas orações causais, o verbo assume, em geral, a forma indicativa; no entanto, com a conjunção “como”, pode ocorrer indicativo ou subjuntivo. É exemplo do autor:

(50) “**Como já era de noite (ou “fosse noite”)**, decidimos encerrar a reunião”. (p.101)

O subjuntivo apresenta ampla produtividade linguística e, por conseguinte, preferência do falante quando se nega uma causa em favor de outra, explícita no enunciado, ou implícita. Vejam-se as ocorrências:

(51) “Ela não se casou com ele **porque o amasse**, mas por imposição da família.”

(51a) “Ela se casou com ele, **não porque o amasse**, mas por imposição da família.”

Não se pode desconsiderar, no tratamento da relação de causalidade, o princípio da “força argumentativa” dos conectores, o que determina a sua escolha pelo falante, por meio da qual controla os acontecimentos ou intervém neles através do discurso. Em relação aos conectores causais, a escolha entre COMO e PORQUE, além da consequente mobilidade oracional, parecem obedecer ao princípio de força argumentativa:

(50) “**Como já era noite (ou “fosse noite”)**, decidimos encerrar a reunião.

(50a) Decidimos encerrar a reunião **porque já era noite**.

A causa é realçada em (51a), assim como é possível ser realçada por meio da expressão “só”:

(50b) “**Só** decidimos encerrar a reunião, **porque já era noite**”

(50c) “Decidimos encerrar a reunião **só porque já era noite**.”

No capítulo VI, em que se ocupa da Coordenação, especialmente, o autor, em comunhão com os postulados da gramática tradicional, evidencia os cinco tipos de coordenação: aditiva, alternativa, adversativa, explicativa e conclusiva. Os conectores que tais construções apresentam, no entanto, permitem subdividi-las em dois grupos, em razão de suas peculiaridades distribucionais: os três primeiros tipos

de um lado; os dois últimos, de outro. Como afirma Azeredo, apenas o primeiro grupo coordena estruturas subordinadas, como se vê em

- (52) É estranho que ele tenha vindo aqui e não me tenha procurado
- (53) É estranho que ele tenha vindo aqui mas não me tenha procurado
- (54) É claro que ele virá pessoalmente ou mandará alguém em seu lugar

Um outro modelo de agrupamento pressupõe as peculiaridades de ordem enunciativa ou pragmática: de um lado, tem-se “e”, “ou”; de outro, “mas”, “pois” e “logo”. Os dois últimos explicitam a interpretação do locutor sobre a relação entre os dois fatos, entendendo-os como operadores argumentativos, detalhados neste estudo, por meio do viés coordenativo explicativo; por outro lado, os dois primeiros são considerados conectores autênticos. O conector “mas”, nesse caso, tem dupla natureza.

Azeredo (2010), convém acrescentar, define oração adverbial como um “sintagma adverbial criado por transposição de uma oração” (p. 222). Entende-se, pois, que as orações adverbiais funcionam principalmente como adjuntos de outras orações, o que justifica a sua capacidade de mobilização posicional no período em que ocorre.

Em se tratando de mobilidade ou de posicionamento dessas construções que funcionam como adjuntos adverbiais, no período complexo, cumpre ressaltar, segundo o autor, que “exprime um quadro de referência mental (nas palavras do autor, “ponto de vista”, “campo temático”, “modalidade”) em relação ao qual se deve considerar a validade do conteúdo da oração principal”. (p.223) Tal motivação determinaria a posição anteposta da oração subordinada, em relação à principal.

Vejam-se os exemplos:

(55) Voltamos da festa a pé porque não havia mais ônibus àquela hora.

(55a) Como não havia mais ônibus àquela hora, voltamos da festa a pé.

No exemplo (55), a informação nova é a causa. Já a segunda frase indica que a inexistência de condução é uma informação implícita, conhecida, usada como justificativa de uma decisão, que é a novidade do enunciado: voltar da festa a pé.

Azeredo comenta a classificação semântica das orações adverbiais, dentre as quais inclui as causais, e apresenta aspectos que distinguem e, em certa medida, aproximam tais construções de outras, como as condicionais.

A partir da análise do par de sentenças:

(55b) Como não haverá mais ônibus de madrugada, voltaremos da festa a pé.

(55c) Se não houver mais ônibus de madrugada, voltaremos da festa a pé.

As duas orações sublinhadas acima expressam um conteúdo informacional comum, o qual seria a inexistência de ônibus. Tal informação funciona como causa ou argumento para o conteúdo da oração principal: voltar da festa a pé. A distinção entre as duas situa-se na postura do enunciador, visto que, na primeira sentença, a inexistência do ônibus é tratada como uma realidade; na segunda sentença, como hipótese.

Azeredo, nessa perspectiva, apresenta a relação de causalidade como qualquer relação de causa e efeito entre duas orações. E, assim como faz Bechara (*op.cit.*), enumera as conjunções causais propriamente ditas, destacando “porque, pois, como e já que”, por serem as mais usuais, segundo o autor. Em seguida, trata das propriedades sintáticas de cada uma delas, observando que “porque” e “pois” são conjunções que comumente introduzem a oração causal que vem após a principal. “Como”, em contrapartida, introduz a oração causal que precede a principal e “já que” introduz, por sua vez, a oração adverbial anteposta ou posposta à oração principal.

São exemplos do autor (p.225):

(56) Já que as estradas estão interditadas, o socorro às vítimas será feito com helicópteros.

(56a) O socorro às vítimas será feito com helicópteros, já que as estradas estão interditadas.

(56b) Decidimos voltar da festa a pé, porque não havia mais ônibus de madrugada.

Ainda sobre o valor semântico e, de certo modo, pragmático desempenhado pelas conjunções causais, Azeredo alerta para o fato de que apenas “porque” pode ser precedida de um vocabulário de realce ou, nos termos do autor, “focalizador” (p.324), como só, até, mesmo, justamente etc.

(56c) Decidimos voltar da festa a pé, até porque não havia mais ônibus de madrugada.

Conforme o autor, as conjunções “visto que, visto como, uma vez que, dado que, porquanto” são conectivos próprios do uso formal da língua, especialmente, da modalidade escrita. E salienta que, em posição anteposta em relação à principal, a oração causal exprime um fato já conhecido pelo interlocutor. Sendo assim, esse tipo de causa é utilizado como uma evidência que não fica sujeita à sua contestação, o que nos permite concluir que atua como um “balizador de compreensão” (p. 325)

Sobre as construções explicativas, Azeredo as caracteriza pela introdução de um argumento para uma tese (opinião) ou uma atitude expressa na oração anterior, por meio dos conectores “pois” e “porque”, como se pode conferir no exemplo a seguir:

(57) [Tínhamos obrigação de ganhar o jogo] **(opinião)**, [pois nossa equipe estava mais preparada] **(argumento)**.

Bechara (2009, p. 478) sinaliza que a gramática tradicional estabeleceu, entre os conectores coordenativos, as conjunções causais - explicativas, além das conclusivas. O gramático afirma que se trata de unidades “que manifestam esses valores de dependência interna, semelhantes às orações subordinadas, mas no nível de sentido do texto.” Consideram-se unidades transfrásticas, porque ultrapassam os limites de fronteira das orações.

Em *Lições de Português pela análise sintática*, Bechara (2005) apresenta a oração subordinada adverbial em relação à sua propriedade sintática, a saber, adjunto adverbial da oração principal à qual se liga. Nesse contexto, elenca as orações subordinadas adverbiais conectivas, ou seja, aquelas introduzidas pelo conector ou, nos termos do autor, pelas conjunções subordinativas adverbiais.

Assim, classifica-se como oração subordinada adverbial causal, “quando a subordinada exprime a causa, o motivo, a razão do pensamento expresso na oração principal” (2005, p. 138). Listam-se os seguintes conectivos causais: que (=porque), porque, como, já que, uma vez que (com o verbo no indicativo), desde que (com o verbo no indicativo).

São exemplos do autor (2005, p. 139):

(58) Saiu cedo porque precisou ir à cidade.

(58a) Como está chovendo, transferiremos o passeio.

(58b) Desde que assim quiseram, vão arrepender-se.

Bechara ressalta que a língua moderna só utiliza o conector *como* com valor semântico causal quando a oração subordinada estiver em posição anteposta à oração principal.

Em relação às construções coordenativas, o autor aponta que as conjunções coordenativas explicativas denotam que “a 2ª oração explica a razão de ser da primeira” (2005, p.121). Em seguida, o gramático lista as principais conjunções: que (=porque), porque, pois (no início da oração), porquanto.

(59) Venha cedo, porque desejo conversar com você.

(60) Que Deus o ajude, pois a empresa que você pretende realizar é difícil.

É importante destacar que, na visão do gramático, as explicativas *porque* e *que* aparecem normalmente depois das orações imperativas e optativas. É alerta para o fato de que não se deve confundir as conjunções explicativas com as partículas e locuções explicativas dos moldes de “a saber”, “isto é”, “por exemplo”,

que não se enquadram nas classes de palavras estabelecidas pela gramática tradicional.

Por fim, Bechara (2005, p.121) sugere que seria melhor abolir a distinção entre as coordenadas explicativas e as subordinadas causais, por não se traçarem “linhas rigorosas de demarcação” entre os dois campos semânticos, além de serem frágeis os critérios de pausa, dentro do texto escrito. Nesta tese, no entanto, defende-se que é necessário estabelecer distinções entre as construções causais e explicativas, por conta de servirem a distintos propósitos discursivos.

Segundo o gramático Rocha Lima (2003, p.274), as orações subordinadas causais distinguem-se das orações coordenadas explicativas, já que as primeiras configuram uma relação de causa-consequência entre uma oração matriz (ou principal) e outra dependente. Rocha Lima ainda admite que as causais apresentam maior mobilidade sintática, em virtude de, sobretudo, serem precedidas de uma pausa curta (se comparada à pausa das explicativas), ou, inclusive, de não necessitarem de pausa.

(61) Porque economiza (ou economize) no verão, a formiga não receia o inverno.

(62) A formiga não receia o inverno, porque economiza (ou economize) no verão.

Em contrapartida, no que tange às explicativas, o gramático afirma que essas sentenças “encerram a justificação do que se disse na oração anterior” (2003, p. 275) e, assim sendo, a ordem torna-se mais inflexível ou rígida. Segundo o autor, acrescenta-se, ainda, o fato de as explicativas serem separadas da oração antecedente por uma pausa mais longa, marcada pelo ponto-e-vírgula, ou mesmo o ponto simples.

Luft (1996), além das peculiaridades já consideradas em Rocha Lima (2003), com vistas à distinção entre as explicativas e as causais, ainda afirma que as construções causais não permitem a omissão do conector, enquanto as explicativas a tornam possível. Enunciados como (63) ‘Não veio está doente’ (1996, p. 175) são

tratados como agramaticais. Além disso, o gramático aborda a possibilidade de substituição do conector *porque*, nas construções causais, caso haja o deslocamento da oração causal para a posição inicial da construção.

Cunha & Cintra (2001), além da definição apresentada também pelos outros gramáticos, admitem que algumas conjunções subordinativas, como o *porque*, podem receber classificações distintas. Desse modo, o seu valor estará condicionado ao contexto comunicativo em que estão inseridas e, nesse sentido, há a possibilidade de ambiguidades, por conta de circunstâncias fronteiriças.

Fonseca (1993), em seu estudo sobre as funções sintáticas e semânticas do adjetivo em português, contempla tal classe gramatical como um epíteto – que constitui, em suas palavras, “um extensor do sintagma nominal”, equivalente em enunciado relativo. Por outro lado, afirma ser conhecida a distinção corrente entre “enunciados relativos” e “enunciados relativos explicativos”.

Assim, na construção: (64) A jovem, que dançou toda a noite, estava esgotada”, o segmento atualizado como enunciado relativo apresenta uma incidência dupla – sobre o sujeito e o predicado do enunciado que o abarca, sendo que a relação segmento relativo – predicado é vista como partindo do primeiro para o segundo, ao que corresponde, nos termos já acima expostos, um nexos, explicativo, de causa (ou, na formulação conversas, de consequência). Observe:

(64a) A jovem, que dançou toda a noite, estava esgotada.

(64b) A jovem, porque dançou toda a noite, estava esgotada.

(64c) A jovem dançou toda a noite; por isso, estava esgotada.

A explicação delineada no segmento relativo é regularmente uma explicação de causa (ou, na formulação conversas, de consequência).

Segundo Fonseca (1993), o movimento explicativo parte regularmente do aposto e orienta-se para / sobre o predicado do enunciado.

(65) O Porto, capital do trabalho, não compreende bem a vida lisboeta.



(65a) O Porto, porque é a capital do trabalho, não compreende bem a vida lisboeta.

(65b) Porque é a capital do trabalho, o Porto não compreende bem a vida lisboeta.

Como se pode verificar no exame das ocorrências acima, o valor explicativo projetado pela construção relativa explicativa é de natureza causal.

Kury (2006, p. 85) explicita algumas formas de apresentação das orações adverbiais, as quais funcionam sempre como adjunto ou complemento adverbial da oração principal de que dependem. Assim, discrimina três modos de manifestação sintática: desenvolvidas (conexas ou justapostas) e reduzidas (de infinitivo, de gerúndio, de participio).

As desenvolvidas conexas começam por uma conjunção ou locução conjuntiva subordinativa circunstancial (não integrante), clara ou elíptica, que não exerce função sintática na oração. São exemplos do autor:

(66) “A minha energia no estudo não diminuiu, como era de esperar”. (Lima Barreto)

(67) “Porém, como quer que o pai lhe falecesse, e a mãe contrariasse a projetada formatura, ...” (Camilo Castelo Branco)

Na 2ª oração causal, que está coordenada à 1ª, suprimiu-se a locução que já aparecera nesta. Daí a classificação elíptica.

As orações desenvolvidas sem conjunção apresentam dois tipos: puramente justapostas, mais raras ((68) “Há quanto tempo não o vejo!”); introduzidas por advérbio com função dentro da oração subordinada ((69) “Onde me espetam, fico.”).

As reduzidas, em contrapartida, apresentam o verbo na forma nominal de infinitivo, de gerúndio ou de participio. As reduzidas de infinitivo são sempre regidas

de preposição com valor circunstancial, como em: (70) “Fazia um calor de torrar os miolos”, em que a preposição sinaliza um valor consecutivo.

O autor propõe a seguinte classificação para as subordinadas adverbiais, segundo as circunstâncias que exprimem: causais, comparativas, concessivas, condicionais, conformativas, consecutivas, finais, locativas, modais, proporcionais e temporais. As locativas e as modais não figuram na relação da NGB, no entanto.

Nesse enquadre, as orações causais equivalem, para Kury, a um adjunto adverbial de causa e podem ocorrer nas formas desenvolvida ou reduzida.

No que se refere às **orações causais desenvolvidas**, o autor ocupa-se da descrição das desenvolvidas conexas, como aquelas introduzidas por conjunção ou locução conjuntiva causal, cujo tipo é **porque**, (pois, como, porquanto, pois que, uma vez que, visto que, visto como, por isso que, já que, como quer que, etc.), como se verifica em: (71) “Como fosse acanhado, não interrogava a ninguém.”)

A menção dos conectores causais é seguida por algumas observações pontuais de Kury (op.cit.), o qual explicita que a conjunção “como” só se emprega quando a oração subordinada se antepõe à principal (p.88) e que alguns escritores do passado, como Camilo Castelo Branco, usam com certa frequência a construção “como quer que”, no lugar de “como”: (72) “e, como quer que o padre respondesse..., o arcebispo acudira dizendo...”. A conjunção com valor causal “que” é menos usual nas ocorrências da língua e a locução “posto que”, no português moderno, fixou-se com valor concessivo, de modo que não apresenta valor causal, a despeito de raros exemplos em contrário.

Sobre **as orações causais sem conectivo**, Kury destaca que podem aparecer justapostas à sua principal, sem auxílio da conjunção, de modo que, em alguns casos, pode-se notar uma conjunção causal elíptica no enunciado: (73) “Ninguém reparou em mim: todos andavam como pasmados.”. Ou, ainda, em um segundo tipo, nem sempre abordado pelos manuais, a oração causal pode ocorrer puramente justaposta e iniciada por uma palavra intensiva (tão, tamanho): (74) “Ainda que tivesse escondido o infame objeto, emudeceria, tão apavorado me achava.” (Graciliano Ramos)

No que tange às **orações causais reduzidas**, destacam-se dois tipos: as reduzidas de infinitivo e as reduzidas de gerúndio, sobre as quais Kury (op.cit.) afirma serem as primeiras introduzidas por preposição, como **por** (a mais recorrente), *de*, *com*, *em*, *visto*, e por locuções prepositivas como *por causa de*, *em consequência de*, *em vista de*, *em razão de*, *à força de*, etc. Dentre as ocorrências sinalizadas por Kury (p.89), cita-se (75) “Devia fazer-nos abatimento, visto sermos bons pagadores” (Said Ali).

As reduzidas de gerúndio, por sua vez, menos observadas na língua, são abordadas pelo autor, por meio da menção de apenas dois exemplos, dos quais se extrai o seguinte: (76) “Não obtendo resultado, fustigou-o com a bainha da faca.” (Graciliano Ramos)

Kury (2006, p.89) reserva um tópico para a abordagem da distinção entre as orações causais e explicativas. Segundo o autor, as orações podem apresentar algumas dificuldades de distinção pelo fato de as orações independentes explicativas, quando sindéticas, serem introduzidas por conjunções coordenativas que também podem ter valor de subordinativas causais, como se observa em *que*, *porque*, *pois*, etc.

Com finalidades didáticas, enumera cinco aspectos distintos em que tais construções são divergentes, os quais serão entendidos como artifícios de efeito prático, detalhados a seguir:

1. A oração subordinada adverbial apresenta a mesma função sintática de um adjunto adverbial, o que não ocorre com a coordenada explicativa, entendida como oração independente do ponto de vista sintático. Partindo desse pressuposto, é razoável proceder à substituição da oração desenvolvida iniciada com *que*, *porque*, *pois*, por outra equivalente, reduzida de infinitivo, iniciada pela preposição *por*. Se isso for possível, sem que haja qualquer alteração semântica ou estranhamento, é sinal de que a oração é subordinada adverbial;

2. Do ponto de vista gráfico, a oração explicativa, dada a sua independência sintática, admite pausa forte, que se pode iniciar por dois-pontos ou ponto-e-vírgula, o que pode parecer forçado ou impossível para as causais;

3. O conectivo, nas construções explicativas, pode ser substituído por dois-pontos e, portanto, configurar-se elíptico no enunciado, sem prejuízo de clareza ao texto, o que, em princípio, não corre com construções causais;

4. Em maior frequência, a oração que antecede uma explicativa apresenta verbo no imperativo, indicando futuro, o que vale cotejar os exemplos seguintes, propostos por Kury (p. 90): (77) “Não chores, porque estou a teu lado.” (explicativa); (78) “Não chores porque estou a teu lado (causal), porque não te farei mal (explicativa).”; (79) Chorava porque a mãe não estava a seu lado” (causal);

5. Na sua maioria, as orações causais introduzidas por *que*, *porque* e *pois* podem ser substituídas por equivalentes com os conectivos *como* (no início do período), *uma vez que* e análogos, o que não é possível que ocorra com as orações explicativas.

Kury ratifica a aplicabilidade desses critérios, mas assegura que se deve levar em consideração o fato de que as subordinadas adverbiais causais sempre funcionarão como adjuntos adverbiais de causa, em relação à oração principal ou matriz, à qual estejam relacionadas.

Henriques (2005) sinaliza o fato de que, em uma análise de cunho sintático, estuda-se o relacionamento que as orações mantêm entre si no período. Desse modo, as orações relacionam-se por dependência (subordinação) ou independência sintática (coordenação). No estudo do período composto, não se pode tratar da análise de uma oração de forma isolada, mas da análise, nas palavras de Henriques (2005), do “relacionamento entre orações”.

Assim, apresenta as coordenadas, tal como propõe a gramática tradicional, nas classificações sindéticas e assindéticas e, sobre as primeiras, menciona, dentre outras, as explicativas, cuja conjunção-base é POIS.

(80) Nosso avô perdera a memória, **pois** contava o mesmo caso todo dia.  
(p.101)

Além de apresentar a conjunção POIS, o autor observa que haverá oração explicativa (com a conjunção que = porque), se a primeira oração possuir verbo no imperativo, como já havia sido observado por Kury (2004).

(81) Some daqui, **que** o assunto não é da sua conta.

Sobre a distinção entre as construções explicativas e causais, verifica-se que a distinção entre ambas é mais clara no aspecto semântico (a oração explicativa é sempre a consequência da oração A) ou no seu caráter fonológico (a entonação da oração A é ascendente e termina por pausa).

(82) O carro tem algum problema, pois está soltando fumaça. (explicativa)

(83) O carro está soltando fumaça, pois tem algum problema. (causal)

Em (82), tem-se, na oração coordenada explicativa, uma consequência (está soltando fumaça) do que se diz na oração assindética anterior (o carro tem algum problema). Infere-se que o que temos na oração explicativa é uma interpretação diagnóstica para o fato de o carro apresentar algum problema. No segundo caso, tem-se um motivo, uma razão para o fato de soltar fumaça, que, por sua vez, é o impacto ou a consequência do que se veicula na oração causal.

Carone menciona os estudos de Vogt (1978, *apud* Carone, 2005, p. 69), já abordados no item anterior, sobre as conjunções **pois**, **porque** e **já que**, as quais envolvem os processos de subordinação e coordenação. Antes disso, detalha a respeito dos dois modelos de estruturação sintática, por meio da seguinte distinção: ao processo de subordinação, atribui a propriedade de, por meio da conjunção subordinativa, realizar a translação de um verbo, impondo o caráter subalterno da sua oração de termo de outra oração; ao processo de coordenação, no entanto, caberia a função de, por meio de uma conjunção coordenativa, relacionar uma oração a outra, sem que as duas tenham seu valor oracional ameaçado (uma não seria parte da outra).

Dito isso, a autora procede à descrição do trabalho de Vogt (*apud* CARONE, 2005), utilizando para tal, conforme o autor, estruturas entendidas como espécie de

pró-formas, em que as orações relacionadas são entendidas como P e Q. Assim, seriam apresentados “blocos”, como: “*p pois q*”, “*p já que q*”, “*p porque q*”. Com a estruturação de tais grupos de orações, procede a uma série de testes, a saber: (i) negação; (ii) interrogação; (iii) encadeamento (subordinação do bloco a outro verbo); (iv) quantificação. Em todas as operações de teste que realiza, Vogt busca questionar se há subordinação ou coordenação; em outras palavras, busca observar se há possibilidade de “conservação” do bloco ou “ruptura do bloco”.

O exemplo utilizado por Vogt é interessante para a investigação que o presente estudo propõe, já que utiliza a conjunção **porque**, no exemplo: (84) Pedro irá à sua casa porque prometeu. Carone altera o exemplo para “ao colégio”, a fim de sanar a ambiguidade trazida pelo possessivo.

O primeiro teste, então, determina a alteração da construção para a forma interrogativa, como em: (85) “Pedro irá ao colégio porque prometeu<sub>?</sub>” Nesse caso, pode-se obter uma análise que leve em conta a ruptura do bloco (Pedro irá ao colégio<sub>?</sub>) e a sua promessa, nesse contexto, não garante a sua ida; ou uma análise que considere a integridade do bloco, sem rupturas (A causa da ida de Pedro ao colégio será a promessa que ele fez<sub>?</sub>). A primeira possibilidade de interpretação proposta leva à conclusão de que o período é composto por coordenação, ao contrário do que se vê na segunda interpretação, em que há uma conexão lógica causal.

Quando se faz uma interrogação nuclear, como em “Por que Pedro irá ao colégio<sub>?</sub>”, tem-se um adjunto adverbial de causa como resposta, o qual apresenta forma de oração subordinada adverbial causal: “Porque prometeu”. Tem-se, para Carone, uma palavra “vazia” – Por que – que leva a uma resposta “cheia”, a qual preenche o conteúdo lacunar na interrogativa e que pode ser classificado como uma parte, um termo da oração subordinante.

No entanto, quando se faz uma interrogação total ou conexional, o período assume a forma: “Pedro irá ao colégio porque prometeu<sub>?</sub>”. Nesse contexto, a dúvida não se instaura sobre o elemento circunstancial (advérbio interrogativo, no caso), mas sobre a própria conexão causal – porque – e por isso abrange todo o enunciado. Os dois fatos são conhecidos e não questionados: “Pedro irá ao colégio” e “ele

prometeu”. O que se interroga é se o segundo é o motivo que determina a ação primeira. Uma pergunta “cheia”, portanto, que leva a uma resposta “vazia”, como “sim” ou “não”.

Na análise das duas possibilidades, torna-se clara a ideia de que, sintaticamente, temos duas estruturas distintas: um período composto por coordenação e um período composto por subordinação. A oração subordinada, nesse sentido, incorpora-se à oração subordinante como um termo de tal, e esse conjunto forma o período, a que remete Vogt quando trata de “conservação do bloco”. Em contrapartida, no caso de coordenação, consideram-se dois blocos independentes que se relacionam, e tais operações sugeridas não atingem a todos, mas a apenas um dos blocos, o que determina “ruptura do bloco”.

Procedimentos práticos, como o anterior, são capazes de estabelecer, por meios sintáticos, a distinção entre causais e explicativas, introduzidas pelo conector **porque**.

Outra proposta recai sobre a transformação negativa das estruturas descritas. Tomando como exemplo a construção (86) “Pedro não irá ao colégio porque choveu”. O que se observa é que a negação incide sobre o fato de ter prometido ser a causa para o ato de ir ao colégio. Assim, teríamos: (87) “Pedro irá ao colégio não porque prometeu, mas por outro motivo.”

Quando, porém, a oração passa à forma (88) “Pedro não irá ao colégio, porque prometeu.”, a interpretação é alterada por conta de uma pausa maior e a negação incide sobre a primeira oração. O fato de Pedro ir ao colégio é negado e, em seguida, acrescenta-se uma justificativa para tal (ele prometeu não ir).

Ao se distinguirem causais e explicativas, importa considerar que a causa é “anterior ao fato”, e a explicação é buscada *a posteriori*. A explicativa deve ser entendida como uma interpretação diagnóstica, “uma avaliação qualitativa, porém, não é estritamente sintática”. A partir disso, pode-se afirmar que a construção explicativa não exprime uma causa referencial daquilo que é veiculado na oração a ela coordenada e mencionada anteriormente na sequência textual, mas “a causa do ato ou da *atitude* do locutor ao produzir seu enunciado. Em outras palavras, não é a causa do *dictum*, mas do *modus* do falante, visto que gerou o seu julgamento sobre

o fato exposto.” (p.73) Nesse quesito, é que as explicativas também apresentam importância na consideração do teor argumentativo dos textos.

Entende-se o “modus” do falante como a maneira que apresenta no ato de fala, o qual revela a sua intencionalidade discursiva, expressa por formas verbais como “digo, juro, acho, sei, constato, ordeno e outros”, como no exemplo a seguir: (89) “Eu acho que a moça vai viajar porque vi seu passaporte ontem.” Nesse caso, a oração introduzida pela conjunção **porque** é a causa do verbo ilocucional “acho”, que se traduz como um argumento selecionado pelo locutor para corroborar sua concepção ou suspeita de que a moça vai viajar e não como um argumento para o fato de que ela vai viajar.

Lopes (2004), em proposta de base funcionalista, estuda as construções causais iniciadas por *pois*, *porque* e *que*. Apresenta, nesse sentido, duas classes para essas construções: (a) as que veiculam a causa propriamente dita, quando a relação causal ocorre como uma asserção; e (b) as que sugerem a causa explicativa, quando a causa é apresentada como conteúdo pressuposto.

Neves (2006), conforme os postulados funcionalistas de análise linguística, retoma Halliday e Hasan (1976, *apud* NEVES, 2006), a fim de abordar a noção de conjunção, a qual, segundo os autores, consiste em um “processo textual (coesivo)”, “uma relação semântica” por meio da qual se torna explícita a relação entre a sequência textual anterior e a sequência textual posterior ao enunciado (p.223). Ressalte-se que tais elementos não se configuram como coesivos por si mesmos, mas indiretamente, tendo em vista que o seu significado decorre da presença de outros elementos discursivos. Como exemplo, Neves aponta as relações temporais ou causais, estabelecidas ou marcadas por meio de um advérbio, como em (a) e (b) e por uma forma verbal, como em (c) e (d):

(90) E os dois meteram-se pelo atalho juncado de muricis florando. **Pouco depois**, deixavam de ouvir os gritos lancinantes de Sinhá Andresa.

(91) Na variedade magnesiana, o processo é mais lento e, **consequentemente**, a produção de calor é menor, assim como o aumento de volume.



(92) Houve um acordo entre o Estado – que dizia que os consumidores foram enganados – e a fábrica de flocos de aveia. **Seguiu-se** um megaestudo financiado pela Quacker, analisando todas as pesquisas pró e contra o uso de aveia.

(93) A exuberância daquela saudação, **violentando** a serenidade do ambiente da casa do fazendeiro, **causou** certa surpresa a Jenner.

Classificam-se as conjunções em quatro tipos: **aditiva** (incluindo alternativa), **adversativa**, **causal** (incluindo razão, propósito, consequência, resultado) e **temporal**. As quatro relações estabelecidas pelas conjunções podem ser analisadas em relação ao conteúdo do que está sendo dito (função experiencial da linguagem) como no desenvolvimento da argumentação (relação, nesse caso, com a função interpessoal da linguagem).

Em uma análise de cunho funcionalista, Neves propõe a observação e estudo da língua em função, em atividade, e não meramente a organização estrutural dos enunciados em superfície. Assim, avalia-se o enunciado linguístico do ponto de vista textual, pragmático, informacional, interacional. É comum entre os autores revisados por Neves a inclusão de categorias pragmáticas na análise gramatical das orações complexas. O funcionalismo, quando trata das orações complexas, busca questionar a dicotomia coordenação *versus* subordinação, especialmente em contextos em que a relação entre as orações é determinada por razões de não integridade sintática, ou em que não se observa uma oração como subparte de outra estrutura oracional.

Neves comenta a análise superficial da sintaxe, proposta por gramáticos tradicionais, em que se biparte a classificação das orações em coordenadas, nas quais se observa independência sintática, ou seja, uma oração não desempenha função sintática em outra com a qual se constitui a frase; e em subordinadas, em que se observa a proposição de uma oração principal com um (ou mais de um) de seus termos expressos sob forma oracional. Nesse enquadre, as orações adverbiais atuam como adjuntos adverbiais das orações com que se relacionam de forma dependente ou subordinada.

Tal conceito tradicional de subordinação, em que se tem uma oração exercendo função sintática em outra, é questionado por estudiosos da linha funcionalista. Neves menciona Givón (1979, *apud* NEVES, 2005, p.227), o qual

defendia que as orações adverbiais tinham o papel predominante de “marcar o “fundo” na organização discursiva”. Na mesma linha, Chafe (1984, *apud* NEVES, 2005) mostrava que uma oração adverbial também poderia servir de pista, no fluxo da informação. Para Dik (1978 *apud* NEVES, 2005), as orações adverbiais são entendidas como satélites, estruturas opcionais, as quais incidem sobre a predicação já estabelecida no enunciado, ou ainda, em níveis superiores, como o da proposição ou o do ato de fala.

Halliday (1985, *apud* NEVES, 2005) propõe agrupar coordenadas e subordinadas em blocos enunciativos complexos, definidos como (a) um sistema tático, que remeteria à interdependência entre os elementos, e que se resolve em parataxe e hipotaxe; e (b) um sistema lógico-semântico, que se refere à relação entre os processos, desvinculada do modo de organização e de estruturação do enunciado.

No sistema tático, há uma estrutura em que se observa uma relação de simples ‘continuação’ entre elementos que se articulam um após o outro (parataxe) e um sistema caracterizado pela relação de ‘dominação’ entre um elemento modificador “dependente” e um modificado, “dominante”, o que evidencia a hipotaxe. O sistema tático aqui abordado não comporta as estruturas do tipo encaixadas, entendidas como aquelas cuja estrutura oracional não constitui um ato de fala, mas constitui parte da estrutura do sintagma. As relações de hipotaxe, convém esclarecer, são aquelas dependentes de outra, mas não estruturalmente integradas em outra, ou seja, não são seus constituintes.

Matthiessen & Thompson (1988, *apud* NEVES, 2005) levantam significativas questões sobre a maneira como as orações se estruturam em uma frase complexa, no momento em que afirmam não ser possível analisar o grau de interdependência das orações (parataxe e hipotaxe), considerando apenas o nível interno à frase, mas a partir de suas funções discursivas. Assim, a combinação das orações adverbiais está relacionada à função retórica do discurso, ou ainda, é na interação que se resolve a atribuição de um caráter nuclear ou satélite (suplementar) às partes. Quando produz um texto, o usuário da língua tende a “projetar sua expectativa de julgamento do leitor ou ouvinte sobre a nuclearidade ou a suplementaridade das partes”, sob a forma de um procedimento cognitivo (p.230). Estudos como esse

demonstram que as orações adverbiais, ao contrário do que ocorre com as substantivas e adjetivas restritivas, não se enquadram à condição de “encaixamento”.

Neves (2005) menciona um *continuum* na hierarquia de integração das orações, o que invalida a consideração de uma estrutura rígida em que se destacam, de um lado, a coordenação e, de outro, a subordinação, como já abordado na Seção anterior. Para a proposta funcionalista, não existe oração totalmente independente de seu contexto oracional imediato e há uma relação de iconicidade entre a integração das orações e a integração dos eventos. Por exemplo, em se tratando da ordenação das orações hipotéticas adverbiais, que em geral se dá de modo livre, o autor enfatiza que, quando antepostas ou intercaladas, servem ao propósito de reorientação temática, geralmente marcando rupturas temáticas no discurso.

A anteposição também pode ser interpretada como uma maneira de negociação entre falante e ouvinte, seguindo determinadas finalidades interacionais. Para o autor, os efeitos da posição de uma construção adverbial em relação à nuclear devem ser entendidos em nível pragmático-discursivo. Neves relembra alguns estudos, como os de Thompson (1985) e Ramsay (1987), os quais demonstram que a anteposição “promove coerência pragmática com o discurso”; no entanto, a posposição limita-se ao que se expressa na oração nuclear. (p.235).

Neves também destaca, em relação à ordenação das estruturas adverbiais oracionais, os estudos de Thompson e Longacre (1985, *apud* NEVES, 2005), os quais “estendem a todas as orações adverbiais a característica de atuar como tópico” (p.235). Em viés contrário, percebe-se que a posposição das orações adverbiais determina um efeito pragmático-discursivo diferente, já que, de modo recorrente, os satélites adverbiais atuam como acréscimo ou adendo a qual o falante recorre por não haver incluído essa porção de texto ou seguimento em seu planejamento de fala (cf. Chafe, *apud* NEVES, 2005, p.235)

Conclui-se que as combinações oracionais do tipo adverbiais ampliam o escopo de análise e alcançam o discurso, já que não se limitam ao nível do conteúdo, mas envolvem a compreensão dos níveis proposicional e conversacional,

ou de atos de fala. Algumas construções adverbiais, como as causais, condicionais, temporais, por exemplo, apresentam alto grau de independência organizacional e alcançam, por conseguinte, “relevo informativo” (p.236).

Neves aponta García (1994 *apud* NEVES, 2005), quando trata da noção de causalidade, e afirma que, segundo o autor, uma relação de causalidade pode apresentar-se de formas distintas na língua, ao se verbalizar por meio da articulação de duas orações, a depender da necessidade e das conveniências do falante em determinada situação de interação. Dentre consecutivas, condicionais e finais, cita a **oração causal**, “baseada em **pressuposição** e, portanto, centrada no **falante**, para quem a **forma** prevalece sobre o **sentido**” (p.240), como se vê em: (94) Como falava para um mundo de acácios, para uma época de acácios – ninguém percebeu o óbvio ululante.”

Sobre a organização dos enunciados e o processo de gramaticalização, Neves (2005) aborda a articulação oracional e, nesse contexto, estuda a natureza das conjunções, entendidas como elementos usados na estruturação de sentenças complexas. Afirma que muitos deles estão envolvidos em processos de gramaticalização, o que determina diferentes pontos de escala em relação aos mecanismos sintáticos que operam em direção ao “estatuto de conjunção” (p.258).

Há um grande número de elementos conectivos na hipotaxe adverbial, não perceptíveis em outros casos, como nas orações substantivas e nas adjetivas restritivas, o que comprova sua natureza distinta. Não houve gramaticalização de conjunções integrantes nem de locuções conjuntivas integrantes, por exemplo.

Por outro lado, Neves demonstra que as locuções conjuntivas de expressão causal são distribuídas em três grupos de bases lexicais, seguidas de um transpositor (a partícula *que*), que define a locução como conjuntiva, a saber: (i) **base participial**: *visto que, dado que*; (ii) **base preposicional**: *desde que, por isso que, por causa que*; (iii) **base adverbial**: *já que, uma vez que, tanto mais que*.

Todas essas bases fornecem elementos satélites em todos os casos, isto é, nunca exercem função de termos nucleares, formadores diretos de predicação. Cumpre destacar que o advérbio é o protótipo desses satélites.

Neves (2000), quando trata de construções causais, destaca o **porque** como o conector mais usado na expressão desse tipo de relação semântica. Além dele, destaca outras conjunções, como *pois*, *como*, *porquanto* e *que*, além de locuções conjuntivas, como *já que*, *visto que*, *dado que*, *desde que*, *visto como*, *uma vez que* (de bases adverbiais ou participiais), *pois que* (constituída por conjunção), *tanto mais que* (com elemento de intensificação), *por causa de que* e *por isso que* (formadas por preposição + nome ou pronome).<sup>28</sup>

No que se refere às relações expressas por meio dos conectores causais, em sentido mais estrito, destacam-se a relação de causa-consequência ou causa-efeito, entre dois eventos. (p. 804) Tais relações se dão entre estados de coisas ou predicções e, portanto, veiculam “causa real”, “causa eficiente” ou “causa efetiva”. A relação causal implica, nesse caso, subsequência temporal do efeito em relação à anterioridade da causa. Ressalte-se, porém, que a causa efetiva entre eventos não precisa envolver tempo, mas pode relacionar estados de coisas não dinâmicos, como em (95) “Mas o caso americano é sui generis porque não há partidos políticos no país.”

Em outros contextos, é nítido que as construções que expressam causa não se relacionam com eventos, a partir de tipos de causalidade efetiva. Mas raramente se referem a simples situações de um mundo, podendo, nesse sentido, (i) veicular relações marcadas por julgamento do falante, crença ou conhecimento; ou (ii) expressar relações entre um ato de fala e a expressão da causa que motivou esse ato linguístico.

Nesse último caso, em específico, a tradição gramatical considera coordenação, por não se articularem simples orações, mas períodos, delimitando-se atos de fala distintos. Dessa forma, haveria uma coordenada explicativa, ao invés de uma subordinada adverbial causal, para a oração que exprime causa. Isso porque, em uma relação de causalidade entre atos de fala, não se pode dizer que exista uma causa efetiva. Tem-se, assim, uma relação mais frouxa do que uma relação

---

<sup>28</sup> Traçam-se algumas observações sobre alguns conectores causais, a saber: (i) Desde que, com valor causal, foi condenado pela GT, mas já vem sendo aceito por muitos gramáticos; (ii) a locução *pois que* tem uso mais literário; (iii) a locução *por causa que* pertence a um registro distenso.

verdadeiramente causal, o que a aproxima de uma explicação. Tal aspecto de frouxidão é comprovado com pausas, marcadas por sinais gráficos na escrita.

Quanto à ordem, Neves (2000, pp. 808-809) destaca que a construção causal, quando posposta, confere uma informação nova ao texto e, por essa razão, apresenta valor informacional. Os casos em que as construções são iniciadas por “porque” em anteposição, servem à focalização, por correlação ou por clivagem, como se vê em (96) “Ou **porque** sentisse necessidade..., ou **porque** o seduzisse a calçada larga...” e em (97) “Foi **porque** éramos tecnologicamente adiantados que aprendemos a ganhar terra ao mar.”

A maior parte das conjunções e das locuções conjuntivas causais apresentam-se sempre pospostas; no entanto, as introduzidas por “como” são sempre antepostas. Em relação à distribuição informacional das últimas, aproximam-se das construções condicionais, de modo que é possível afirmar que a causal assenta preferencialmente a noção sobre a qual o falante assenta a porção seguinte (informação nova) de seu discurso. Enfim, a oração encabeçada pelo conector COMO encerra uma informação partilhada, consensual e funciona como apoio para a progressão informativa que a oração principal realiza.

Sobre o caráter informativo das construções causais introduzidas por “porque”, tem-se que (i) constitui informação nova; (ii) a proposição constante da oração principal apresenta-se geralmente como não nova. E, por serem, em geral, pospostas, estabelece-se uma relação não icônica, já que primeiro se evidencia o efeito (oração principal) e só depois se anuncia a causa (oração causal).

São consideradas por Neves (2000, p. 815) construções causais como aquelas em que se verifica uma relação causal (*lato sensu*), o que abrange as coordenadas explicativas. Dessa forma, causa é entendida como justificativa, razão, motivo ou explicação. Existem construções causais de diferentes perfis e que se dão entre (i) predicções (estados de coisas); (ii) proposições (fatos possíveis); (iii) enunciados (atos de fala).

Neves aponta a dificuldade de distinção entre explicativas e causais, mas esclarece que a explicação relaciona camadas diferentes, a saber: (i) em (98) “Sei, **porque** eu mesmo plantaria um cajueiro ou um imenso pé de fruta-pão.”, o falante

explica por que deseja praticar determinada ação; e em (99) “Tem paciência, **que** a sala está cheia e é preciso atender a todos.”, o que se percebe é que o falante explica por que emitiu determinado enunciado, ou praticou determinado ato de fala.

Quanto ao modo verbal com que se apresenta a construção causal, Neves (2000, p. 818) argumenta que, em geral, são marcadas por verbos no indicativo. As iniciadas pela conjunção “como” podem trazer verbo no subjuntivo e aquelas introduzidas por “porque” podem apresentar verbo no indicativo, quando expressam causa real, como em (100) “E jamais nos livraremos dela (...) porque **fomos** incapazes de organizar o trabalho em benefício de todos...” ou verbos no subjuntivo, se expressam causa possível, mas não efetivada, logo não factual, como se vê em (101) “Ou porque **sentisse** necessidade de, primeiro, tomar um pouco de ar, ou porque o **seduzisse** a calçada larga e bem arborizada da Alameda Ibiruna, pôs-se a caminhar a passos lentos.”

Há duas contribuições no trabalho de Neves (2000): (I) trata, de forma detalhada, de um amplo repertório de conectores causais no português contemporâneo; (II) aborda do ponto de vista semântico-pragmático as construções causais, em que se analisam as relações de causa entre predicções (estado de coisas), proposições (fatos possíveis) e enunciados (atos de fala).

Neves e Braga (2016) também estudam as conexões causais, em se tratando de discurso oral. Focaliza-se o critério semântico-pragmático, considerando diferentes domínios funcionais e cognitivos em que a relação de causalidade pode ocorrer. As autoras consideram que a ordenação dos enunciados causais está sob a influência de aspectos discursivos, ao estudarem a relação entre o tipo de conector e a posição dos enunciados causais. Nesse caso, consideram-se conectores tópicos os que veiculam informações velhas ou pressupostas e remáticos os que veiculam informação nova no discurso. O tipo de relação expressa pela cláusula causal determina a sua ordenação na sentença: em nível proposicional ou dos atos de fala, o segmento causal tende a vir em posição posposta, o que será verificado no momento de Análise dos Dados, coletados para este estudo.

Paiva (1991) ocupa-se dos enunciados causais, com o intuito de descrever a sua organização sintagmática, por meio de uma perspectiva funcional-discursiva.

Propõe uma abordagem da ordenação das construções causais do tipo causa-efeito e efeito-causa como produto da interferência de fatores discursivos, como a distribuição da informação e a continuidade tópica. Nesse sentido, a autora aclara que a construção **X, então Y** assume papel de coesão textual, visto que retomam informações já mencionadas na sequência textual e garantem, com isso, a continuidade tópica. Por outro lado, uma construção como **Porque X, Y**, em que a posição anteposta da construção é entendida como um “hiato discursivo”, dado que provoca uma ruptura tópica, o que permite ser considerada informação nova na sequência textual. (p.209)

Garcia (2007), no que se refere à distinção entre causais e explicativas, aponta que as últimas, introduzidas por **pois** ou **porque**, relacionam orações de maneira que a segunda oração do período configure um motivo ou explicação (razão, justificativa) do que se declara na primeira. Nesse momento, evidencia que, devido à afinidade semântica entre as duas noções de motivo e causa, as conjunções **porque**, coordenada explicativa, e **porque**, subordinativa causal, são muito confundidas.

A área semântica de causa, para Garcia (2007), é representada, em geral, pelas orações adverbiais causais, mas há muitos casos em que se vê, no vocabulário da língua, palavras como substantivos, conjunções, verbos, preposições e locuções, responsáveis por veicular esse valor semântico:

**Substantivos:** motivo, razão, explicação, pretexto, mola, desculpa, móvel, fonte, mãe, raízes, berço, base, fundamento, alicerces, germe, embrião, semente, gênese, o porquê, etc;

**Verbos:** causar, gerar, originar, produzir, engendrar, parir, acarretar, provocar, motivar, etc;

**Conjunções:** porque, pois, por isso que, já que, visto que, uma vez que, porquanto, etc;

**Preposições e locuções:** a, de, desde, por, per; por causa de, em vista de, em virtude de, devido a, em consequência de, por motivo de, por razões de, à míngua de, por falta de, etc.” (p.78)

Além disso, a circunstância de causa pode ser expressa por meio de adjuntos adverbiais de causa, introduzidos por preposição: (102) “Muitos morrem de fome por causa do egoísmo de alguns.” As orações reduzidas de gerúndio, geralmente, apresentam valor causal: (103) “Sabendo que você só chegaria depois das dez



horas, não vi necessidade de apressar-me; assim como as reduzidas de infinitivo, introduzidas pela preposição por: (104) “O jornalista acabou sendo preso, por se negar a prestar depoimento.”

Em relação à posição no período, as orações causais podem se apresentar antepostas à oração principal, posição em que ganham maior relevo discursivo e em que devem ser introduzidas pela conjunção “como”: (105) “Mas, como os policiais não traziam mandado de prisão assinado por juiz competente, o jornalista resistiu à intimação.”

Garcia (2007) aponta a seleção da forma verbal adequada para a oração causal, que poderá se apresentar no indicativo (“como não traziam”) ou no subjuntivo (“como não tivessem trazido”, “como não trouxessem”), o que é mais comum na língua culta.

Além da anteposição das orações, o destaque das subordinadas causais também se dá por conta do auxílio de partículas como “é que” ou “foi porque”, dotadas de certa ênfase: (106) “Se não recebi cartas suas, é que você não escreveu, e, se você não escreveu, foi porque não quis.”

A justaposição e a simples conexão, por meio de uma conjunção aditiva, por exemplo, também podem indicar relação causal, como em: (107) “O dia estava muito quente e eu fiquei logo exausto.” ou (108) “Não fui à festa do seu aniversário: não me convidaram.”

Há três casos, ainda, elencados por Garcia, em que se observa a relação circunstancial de causa:

- 1) **Exclusão de uma causa:** (109) “Foi preso não por ser culpado, mas por se negar a prestar depoimento”;
- 2) **Gradação entre causas:** (109a) “Foi preso não tanto por ser culpado, quanto por se negar a prestar depoimento”;
- 3) **Causa (motivo, explicação) notória:** (109b) “Foi preso, pois se negou a prestar depoimento (a escolha do conector POIS determina que a causa é conhecida, que ninguém deve ignorá-la.”

A escolha do conector POIS, no terceiro caso, justifica-se pelo fato de que o conector sempre indica que determinado fato ou ato provoca normalmente outro, em uma relação habitual. Assim, é sabido que todos os que se negam a prestar depoimento estão, de acordo com a lei, sujeitos à prisão. Isso constitui a causa notória, o que permite a conclusão de que, por trás do uso de POIS, há sempre um resíduo de raciocínio silogístico.

Ilari (2015) estuda as conjunções e, assim como faz em outros capítulos, referentes a outras classes de palavras, verifica que as funções desempenhadas pelas conjunções também podem ser compartilhadas por construções baseadas em palavras de outras classes. Para tal, considera exemplos de causais, a fim de demonstrar seu comportamento sintático, semântico e discursivo.

Para o autor, a tradição gramatical formatou algumas características para as conjunções, a saber:

- (i) sua função conectiva, aplicando-se à sentença, o que as diferencia das preposições;
- (ii) seu caráter externo à sentença a que se integra, no sentido de não exercer função sintática na oração, o que a distingue dos pronomes relativos;
- (iii) o tipo de conjunção é determinado pelo tipo de relação entre as sentenças que relaciona: assim, caso se relacionem entre si por coordenação, será considerada conjunção coordenativa;
- (iv) a classificação de uma conjunção subordinativa também decorre da classificação dos termos da sentença em termos integrantes ou circunstanciais, e dos conectivos que introduzem em integrantes e circunstanciais.

Assim, a proposta tradicional de descrição linguística, considera que

- (i) toda sentença expressa um estado de coisas e a função da conjunção seria explicitá-lo; e
- (ii) nexos de causa, por exemplo, dependem do uso de conjunções subordinativas para expressá-lo.

Após a observação de dados de fala, Ilari (2015, p. 322) verifica que a relação de causa pode ser manifesta por uma série de outros elementos linguísticos, em concorrência com o conectivo de subordinação esperado, o **porque**:

- a) **A construção de causa como argumento interno da sequência:** a locução “em função de” pode ser substituída pela preposição “por”;
- b) **A expressão de causa mediante verbos:** causar, provocar, mudar com, são verbos que conseguem ligar causa e consequência no enunciado;
- c) **Mediante um anafórico, em função de complemento de causa:** a expressão “por isso” é um caso de preposição + pronome anafórico, que significa “em função de”, e a ideia de causa fica reduzida à preposição.
- d) **Uso de substantivos indicando causa ou motivo:** causa, motivo, fator, são substantivos que remetem à expressão de causa, o que aponta para a necessidade de haver, no texto, elementos gramaticais capazes de apontar o nexo entre dois estados de coisas;
- e) **Implicação, intermediada pela noção de relevância:** o nexo causal, nesses casos, pode se dar de forma implícita, como na ocorrência: (110) “ela põe o TAMPO:: que ela sabe que existe”, em que o primeiro “que” é um pronome relativo, e deriva, por implicatura, um valor causal para a sentença subordinada.

Ilari (2015, p. 324) constata a dificuldade de conceituar a relação de causa, de modo estanque. Isso porque tal relação envolve uma anterioridade no tempo e condição. Isso torna possível ao locutor observar uma relação cronológica entre dois fatos, implicar que eles se relacionam causalmente. Além disso, a causa pode ser formulada por meio de uma condição, mas tal mistura entre noções de tempo, causa e condição se dá no plano do conteúdo veiculado na sentença complexa. Em relação às conjunções, tem-se também uma pluralidade de aplicações e de relações estabelecidas, que resulta da confusão entre o *dictum* (relação objetiva entre os fatos) e o *modus* (relação entre momentos de uma argumentação).

Desse modo, a palavra “porque” pode assumir um valor tipicamente argumentativo, em paralelo a um valor denotativo definido sobre a realidade externa à linguagem, o que determinaria o uso de causais e de explicativas. Outro exemplo é o do conector “então” que, em muitos casos, anuncia não só uma consequência

factual, mas também uma conclusão do falante. Posto isso, é comum deduzir que a distinção sintática entre os processos de coordenação e de subordinação não apresenta seu correspondente óbvio em nível semântico.

Ilari (2015, p. 327) aponta a Semântica Argumentativa e seu desdobramento teórico em relação ao conector “porque”, resumindo suas conclusões:

1. “sujeita à negação, *porque* é conjunção subordinativa; fora do alcance da negação, é sempre conjunção explicativa (coordenativa);
2. *Porque* é conjunção subordinativa quando faz parte do *dictum* e coordenativa quando fornece evidências para um *dictum*.”

Convém lembrar que a conjunção POIS, coordenativa explicativa, não pressupõe a negação, e é usada para justificar uma afirmação, não para relacionar causalmente dois fatos relatados.

Tome-se como exemplo a ocorrência destacada por Ilari (2015, p. 327): (111) “João não voltou ao médico porque tinha piorado muito da gripe.”, em que

- (i) a conjunção **porque** será considerada subordinativa, se a construção desconsidera a piora como causa de voltar ao médico;
- (ii) o **porque** será subordinativo, se a piora da gripe for a causa de não voltar ao médico;
- (iii) será o **porque** coordenativo, se a segunda oração do período for interpretada como uma “evidência que o locutor alega para afirmar sua convicção na verdade da primeira sentença, podendo a conjunção ser substituída por **pois**”.

Com o objetivo de estudar as conjunções sob um viés semântico, Ilari (2015) apontou três testes ou operações semânticas distintas com a sentença subordinada causal, a fim de definir suas propriedades características.

O primeiro critério para o teste é a possibilidade de permitir **estruturas clivadas**, com a utilização do operador “é... que...”, fenômeno em que se divide a sentença em tema e rema, e apresenta como pressuposta a informação veiculada na oração iniciada pelo “que”. Para tanto, o autor sugere o exemplo (112) “Vou fazer um vestido maravilhoso porque preciso me vestir. No caso das causais introduzidas

pelo conector “como”, a clivagem não é possível, embora seja com outros conectores, como “porque” e “porquanto”.

O segundo critério investiga a **compatibilidade com a negação** e chega à conclusão de as orações com “porque” podem ser negadas, ao contrário do que ocorre com aquelas formadas pela conjunção “pois”. Em (113) “Não viajou porque queria ver os pais”, duas interpretações são possíveis; em contrapartida, em (113a) “Não viajou, pois não queria ver os pais” remete-se a uma única interpretação.

O terceiro critério é a **possibilidade de restrição, precisão, focalização**, no sentido de verificar se é possível aplicar à conjunção advérbios como “só”, inclusive”, “exatamente”. As causais permitem tal uso, como se comprova em (114) “Trabalha porque precisa = Trabalha só porque precisa”.

Quanto à ordem em que aparecem no período, as causais precisam ser investigadas em relação a modificações em diferentes níveis do texto, ao se alterar a sua posição na estrutura do período. Tais modificações alteram o tipo de processamento informacional que ele orienta até as suas condições de verdade. Assim, a ordem é relevante para usos como (115) “O jogo não se realizou porque choveu.”, se comparado à (116) “Choveu porque o jogo não se realizou.” Embora não sejam comentadas, pelo autor, as duas estruturas-exemplos, pode-se inferir que, no primeiro caso, tem-se uma subordinada causal e, no segundo, uma coordenada explicativa, em virtude de ocorrer a menção de um dado empírico e uma interpretação apenas diagnóstica, respectivamente.

Por fim, Ilari (2015, pp. 354-355) oferece, sob a forma de tabela, uma série de distinções de ordem semântica entre as conjunções estudadas, das quais se destacam, para o presente estudo, as suas considerações sobre as conjunções **pois** (explicativa) e **porque** (causal), a partir da análise de duas ocorrências:

(117) “ele vai tentar usar essa criação...que ele é capaz de fazer... para garantir a caça... **pois** ele é capaz de criar algo que se pareça muito com aquele animal que está correndo lá fora”;

(118) “não é só *porque* eu preciso me vestir que eu vou fazer um vestido:: maravilhoso... ou que eu vou bordar... uma:: tela para pendurar em casa *porque* eu preciso aquecer a casa... NÃO... é porque eu acho bonito.”

Assim, o autor conclui que a conjunção **pois** não aceita clivagem, negação, restrição nem alteração de ordem na sentença; não estabelece pressuposição; por outro lado, obedece à lei do encadeamento e exprime argumentatividade; seu uso afeta o “modus”. Por sua vez, a conjunção **porque** aceita clivagem, negação (salvo alguns casos), restrição e alteração de ordem na sentença, estabelece pressuposição, afeta o modus, obedece à lei do encadeamento e sua argumentatividade é questionável.

Mateus *et alii* (2003), ao tratarem a subordinação adverbial, priorizam o critério sintático em relação aos demais critérios, especialmente o semântico. Nessa perspectiva, englobam, nesse tipo de subordinação, as orações condicionais, causais, finais, concessivas e temporais.

As orações adverbiais são compreendidas como constituintes sintáticos cujas estruturas caracterizam-se pelas seguintes propriedades:

(i) **acomodam clivagem**, como se pode comprovar em (119) “É porque comeu muito chocolate que o João ficou mal disposto”. É interessante mencionar o fato de que algumas subordinadas adverbiais causais, como as introduzidas por *visto que* e *como* são incompatíveis com processos sintáticos que envolvem focalização, como é o caso da clivagem;

(ii) **a possibilidade de ocuparem diferentes posições na frase** (inicial, medial e final), como se vê nos exemplos<sup>29</sup>: (120) “Se a economia e o mercado forem regulados, poderão contribuir para um mundo mais justo”; (120a) “A economia e o mercado contribuirão para um mundo mais justo se forem regulados”; (120b) “A economia e o mercado, se forem regulados, contribuirão para um mundo mais justo”. A questão da mobilidade é a característica estrutural que consiste em um dos traços mais importantes para a distinção entre as coordenadas e as subordinadas;

---

<sup>29</sup> Apenas neste item, os exemplos selecionados não veiculam relação semântica de causa ou de explicação.

(iii) **As orações subordinadas adverbiais não são argumentos do predicado principal.** Tal característica é comprovada por meio da possibilidade de se fazer uma interrogação com o verbo fazer ou acontecer, seguido da oração subordinada adverbial e responder com outra oração, como se vê no exemplo: (121) “A Maria não trouxe as compras porque estava cansada”; (121a) “O que é que a Maria fez porque estava cansada?”; (121b) “Não trouxe as compras”;

(iv) **Em geral, as orações subordinadas adverbiais têm a mesma distribuição dos advérbios, de sintagmas adverbiais e preposicionais não argumentais:** (122) “O João ficou maldisposto porque comeu chocolate”; (122a) “O João ficou maldisposto por causa do chocolate”;

(v) **Possibilidade de interpretação correferencial do sujeito nulo da oração subordinada relativamente ao SN sujeito da outra oração,** fato que evidencia a natureza de adjunto da oração subordinada adverbial: (122b) “Porque [-] comeu muito chocolate, o João ficou maldisposto”. Essa característica sintática determina a distinção entre coordenadas e subordinadas, visto que, se houver um sujeito nulo na primeira oração coordenada do período, ele não pode ser interpretado como correferente do SN sujeito da outra oração: (123) “[ - ] dançou toda a noite e a Maria cantou”. Importa destacar, também, que, quando a oração subordinada adverbial se encontra à direita, o seu sujeito não pode correferir com um sujeito nulo ou pronominal da oração matriz: (123a) “[ - ] ela dançava, quando a Maria cantava”.

De modo especial, ao abordarem as orações causais, Mateus *et alii* (2003) afirmam que as orações causais exprimem uma relação de dependência semântica entre duas proposições, A e B.

Dentre os valores semânticos que se enquadram na designação de causalidade, inclui-se a relação de causa – consequência, em que A é uma causa de B e B é uma consequência de A, se A for uma condição suficiente de B. Isso pode ser verificado em ocorrências como: (124) “Houve seca em Portugal em 1981, porque não choveu.”

Outro valor semântico é o de motivo, razão: (125) “O João foi ao cinema, porque não lhe apetecia estudar” ou (126) “comprei uma prenda para a menina, porque vai fazer anos”. Nesses casos, o “ir ao cinema” e o “comprar uma prenda”

não são necessariamente efeitos de “não apetecer estudar” e de “comprar uma prenda à menina”.

Segundo Mateus *et alii* (2003, p. 711), a fim de que se estabeleça uma relação de causalidade “pura” entre duas proposições, A e B, têm de verificar-se três condições:

- (1) “B pertencer ao mundo relacionado por A;
- (2) Os conteúdos das duas proposições verificam-se no mundo real, no intervalo de tempo relevante;
- (3) A e B devem estar linearmente ordenadas no tempo, ou seja, se o estado de coisas descrito em A tiver lugar em um intervalo de tempo, o estado de coisas descrito em B só pode ser um conseqüente de A se tiver lugar em um intervalo de tempo posterior ao intervalo de tempo de A”

A oração subordinada causal pode, em certos enunciados, exprimir o que é logicamente um resultado e não a causa e, nesse contexto, a relação temporal descrita em (3) não se verifica em ocorrências como: (127) “Choveu, porque as ruas estão molhadas”.

Mateus *et alii* (2003) enfatizam que é importante distinguir entre a causa “de re” e a causa “de dicto”: “de re” quando a relação de causa – efeito corresponde ao que se passa na realidade objetiva, como em (1); “de dicto” quando a relação de inferência é estabelecida pelo sujeito enunciador, como visto em (125) e (126).

Quanto às formas de expressão da causalidade, segundo Mateus *et alii* (2003, p.712), temos como as mais usuais:

- (i) **duas orações finitas com ordem B conector A ou conector A, B;** neste caso, a oração A, a subordinada causal, pode ser iniciada pelos seguintes conectores: *porque, como, pois que, uma vez que, visto que, já que, dado que*. Tais conectores iniciam oração no modo indicativo em qualquer tempo finito;
- (ii) **Orações causais infinitivas**, iniciadas por “por causa de”, “devido ao fato de”, “por”: (124a) “Por não ter chovido em Portugal em 1981, houve seca”;



(iii) **Orações causais sem conectores, gerundivas ou participiais:**  
 (124b) “Não tendo chovido em Portugal em 1981, houve seca”; (128) “Magoadado, o miúdo começou a chorar”;

(iv) **As orações condicionais reais ou factuais exprimem igualmente uma relação de causa (condição suficiente) – consequência**, como já vimos no tópico anterior. Comparem-se os exemplos: (129) “O narciso pertence ao reino vegetal, porque é uma flor”; (129a) “Se o narciso é uma flor, (então) pertence ao reino vegetal”;

(v) **O nexos de causa – efeito pode ser expresso por uma conclusiva, com a ordem A, conector B**. Neste caso, a oração B pode ser iniciada pelos conectores logo, assim, portanto, por isso, por consequência, por conseguinte, consequentemente e comporta o modo indicativo, em qualquer tempo finito diferente do infinitivo flexionado: (124c) “Não choveu em Portugal em 1981, por isso houve seca” e (129b) “O narciso é uma flor, portanto pertence ao reino vegetal”. Precisamente porque a ordem das proposições não pode ser invertida, pode-se dizer que tais construções são coordenadas e, por conseguinte, distinguem-se das subordinadas causais: (124d) \* “Por isso houve seca em Portugal, não choveu em 1981”;

(vi) **As orações explicativas iniciadas por pois, que (comum no registo literário) exprimem nexos de causalidade entre proposições, mas a impossibilidade de inversão aponta para a coordenação:** (129c) “O narciso pertence ao reino vegetal, pois é uma flor” e (129d) “\*Pois o narciso é uma flor, pertence ao reino vegetal”;

(vii) **Construções do tipo participiais introduzidas por visto – dado:**  
 (130) “Dada essa circunstância – visto isso, a vindima vai ser boa”.

Em relação à mobilidade posicional, nas subordinadas adverbiais causais, a ordem linear da oração antecedente e da oração consequente depende da estrutura temática e do padrão de distribuição da informação.

Quando se estabelece uma relação de dependência semântica entre duas proposições A (oração causal) e B (oração principal), Mateus *et alii* (2003) esclarecem que três situações podem ser observadas relativamente aos acontecimentos partilhados (ou não partilhados) por locutor e alocutário: (a) A é uma

informação nova e B, conhecida = B, pausa, A; (b) A é uma informação conhecida e B, uma nova = A, pausa, B; (c) Toda a informação é nova = B, sem pausa, A.

Para ilustrar, respectivamente cada uma dos casos acima, tem-se: (124e) “O João está maldisposto, porque comeu muito chocolate; (124f) “Porque comeu muito chocolate, o João está maldisposto”; (124g) “O João está maldisposto porque comeu muito chocolate”. Ressalte-se que conectores como *dado que* e *visto que* estão preferencialmente associados à expressão de informação conhecida.

Neste item 2.3, foram detalhadas as propriedades, especialmente, as de ordem sintática e semântica, apresentadas pelas construções causais e explicativas, em português. Ademais, traçaram-se alguns comentários, à luz da linguística funcional, a respeito da dimensão pragmático-discursiva que abrange tais escolhas linguísticas pelo falante.

### 3 METODOLOGIA

O aporte teórico que norteia esta pesquisa combina necessariamente a abordagem das potencialidades envolvidas no sistema linguístico e a concretização de tal sistema nas seleções sugeridas pelo sujeito enunciador. A semiolinguística prevê que a significação discursiva decorrem dos componentes linguístico e situacional, isto é, da interação entre o material verbal e o material psicossocial, conforme se verificou no Capítulo 1.

Nesse sentido, o estudo das construções causais e explicativas e o modo como se dá a materialização dessas relações semânticas fundamenta-se na incidência dessas construções em tipos de sequências predominantemente argumentativas.

Nesta pesquisa, o estudo das construções de causa e de explicação compreende não apenas a descrição dos componentes estruturais que tais construções sintáticas apresentam no plano linguístico, mas também a explicitação dos sentidos que veiculam no discurso argumentativo, entendendo-o como situação concreta de uso da língua, demarcadas por um contexto.

Assim, pretende-se compreender a relação entre língua e discurso, a partir da análise do comportamento sintático, semântico e discursivo das construções causais e explicativas, além de suas implicações no discurso jornalístico opinativo.

Embora a análise dos dados coletados nos textos selecionados não enfatize aspectos quantitativos, porque nos interessa considerar apenas os usos predominantes, algumas observações dessa ordem em relação ao *corpus* devem ser feitas, no Capítulo 4, especialmente ao serem analisadas as variáveis apontadas na Seção 3.3..

Com o propósito de determinar os sentidos das construções causais e explicativas marcadas linguisticamente pela presença do conector e seu papel na constituição do texto argumentativo, parte-se do pressuposto de que essas construções constituem escolhas disponíveis pelo enunciador de textos em língua portuguesa e que cada uma delas representa um repertório de traços semânticos que a particulariza em relação à outra.

### 3.1 Objeto de estudo

Em todo texto, a depender da intencionalidade discursiva, estabelecem-se relações argumentativas, as quais determinam, por exemplo, a apresentação de motivos, justificativas, razões. Linguisticamente, é por meio do uso dos operadores argumentativos que tais relações são estabelecidas. São eles que promovem a progressão de ideias e a tessitura do texto, determinando, nesse sentido, a sua orientação discursiva.

Segundo Charaudeau (1992, p. 495), entende-se por relação lógica aquela em que se relacionam proposições sobre o mundo, de sorte que a existência de uma esteja dependente da existência de outra(s). A noção de causalidade, em especial, as manifestadas por meio de construções causais e explicativas, aqui abordadas, inclui-se nesse tipo de relação.

Ademais, é muito recorrente a atribuição de causas ou conseqüências a alguns fatos, as quais resultam de julgamentos de valor ou não são totalmente lógicas. Ainda se podem destacar os casos em que se apresenta, como causa de um fato, algo que ocorreu em um período de tempo anterior. Em outros casos, uma causa pode ser confundida com o que constitui meramente uma explicação ou justificativa. Não se trata de relações lógicas, senão uma nova enunciação que se desdobra, em relação de encadeamento, sobre a primeira.

Observe os exemplos a seguir:

(133) A TV parou de funcionar porque<sup>30</sup> faltou energia elétrica.

(134) Choveu bastante porque a calçada está molhada.

No primeiro enunciado de (133), propõe-se uma relação do tipo lógico, visto que a sentença introduzida pelo conector *porque* funciona como um argumento baseado em fatos empíricos, passíveis de comprovação científica. É sabido por

---

<sup>30</sup> Tradicionalmente, o conector **porque** se analisa como um introdutor de argumentos. Um conector é uma palavra de relação e de orientação que articula as informações e as argumentações de um texto. Especialmente, um conector põe a informação do texto ao serviço da intenção argumentativa global que apresenta. (cf. Plantin, 1998, p. 112)

todos que, em virtude de não haver energia elétrica, os televisores não podem se manter ligados. Utiliza-se, nesse caso, a estratégia de argumentação / convencimento, por meio de uma relação causal entre duas sequências textuais, dois enunciados.

No segundo enunciado – exemplo (134), diferentemente do que se observa no exemplo (133), há uma relação de explicação. É possível verificar que choveu pelo fato de a calçada estar molhada. Trata-se de um julgamento ou uma interpretação pessoal, a qual não poderia apresentar comprovação científica ou matemática, conforme ocorre no exemplo (133). Isso porque, no momento em que se propõe uma explicação e selecionam-se argumentos, considera-se a subjetividade. Esta contribuiu para a argumentação / persuasão, uma vez que se baseia em estratégias de sedução por parte do sujeito comunicante. Val (1999) distingue as duas ocorrências acima, (133) e (134), como uma “textualização por conexão causal” e uma “interpretação diagnóstica”, respectivamente.

Outra distinção no que se refere às construções causais e explicativas encetadas pelo conector *porque* pauta-se na presença mais sutil do sujeito-enunciador nas primeiras, se comparado a sua presença na segunda. Desse modo, a oração que precede a explicação configura uma tese a respeito de algo ou uma ordem, o que não se observa nas orações causais, as quais são vinculadas a uma consequência, estabelecendo uma relação mais lógica. Observe os exemplos seguintes:

(135) Vá à sala do diretor, porque ele precisa falar com você.

(136) São Paulo é uma capital muito violenta, porque há um alto índice de assaltos todos os anos.

Nos dois enunciados acima, há uma relação de explicação introduzida pelo conector *porque*. Neles, verifica-se a presença - de certo modo, marcante - de um sujeito comunicante ou enunciador, que, por sua vez, evidencia um posicionamento sobre algum assunto, como se confere em (136), ou se torna presente por meio da instituição de uma ordem, como no exemplo (135). Seria inviável atribuir tal característica à relação causal.

A noção de argumento é outro aspecto a se considerar na distinção desses dois tipos de construções interfrásticas, a saber, causais e explicativas. Nas construções explicativas, apenas a sentença introduzida pelo conector *porque*, a qual corresponde ao segundo segmento do período, deve ser tratada como argumento. Por outro lado, quando tratamos das construções causais, isso não ocorre. Vejam-se os exemplos a seguir:

(137) [Vou viajar], [porque preciso coletar dados para uma pesquisa].

A primeira sequência do exemplo (137), destacada acima, consiste em uma afirmação, uma tomada de posição do sujeito-enunciador diante de uma situação. Assim, a construção explicativa busca fundamentar tal posicionamento, sendo, portanto, um argumento para a tese veiculada no primeiro segmento do período.

(138) [Parou de beber] [porque ficou doente].

Nesse caso, uma oração funciona como termo participante de outra, de forma que não se podem separar.

Por fim, quando há uma relação de causa-consequência entre duas porções de texto (enunciados), ainda se deve considerar que, sempre para uma mesma tese, ou ordem, podemos atribuir várias explicações, Observem-se os exemplos a seguir:

(139) Quero continuar em meu quarto, porque me canso de andar na rua.

(140) Quero continuar em meu quarto, porque preciso estudar.

(141) Quero continuar em meu quarto, porque necessito ficar só.

Os períodos destacados em 139-141 ratificam o que fora destacado acima: a uma tomada de posição, é possível atribuir várias explicações.

Em uma relação de causa-consequência, não é possível elencar diversas causas para uma única consequência, a não ser que variem os contextos discursivos, como ocorre em

(142) Deixou de fumar porque ficou doente.

(143) Deixou de fumar porque morreu.

(144) Deixou de fumar porque acabou o cigarro.

Tornar-se-ia difícil coordenar essas sentenças causais enumeradas em um único contexto situacional ou discursivo, como se percebe nos exemplos 142-144.

A pesquisa ocupa-se das relações de causa e de explicação as quais se dão por meio de elementos conjuntivos. Prioriza-se a seleção de enunciados em que se observou o emprego do conector *porque*, presente em todos os exemplos desta Seção. No entanto, embora, nesta Seção, só ocorram exemplos com o conector prototípico de causa e de explicação, convencionou-se abordar, também, os outros elementos conjuntivos presentes nos textos em análise, os quais também veiculam tais relações semânticas. Dentre eles, destacam-se *pois*, *já que*, *uma vez que* e *como*, conectores que foram encontrados na coleta dos dados desta pesquisa e que serão analisados no próximo Capítulo.

### 3.2 Descrição do corpus

Pretende-se, ao final da Análise dos Dados, além dos objetivos já propostos na Introdução deste estudo, contribuir para a descrição do português padrão contemporâneo, por meio da análise do emprego de orações subordinadas causais e de orações coordenadas explicativas, no gênero do discurso midiático jornalístico opinativo. Para tanto, procedeu-se à coleta de dados no site do Jornal O Globo, cujos textos foram veiculados no período de dezembro de 2015 a maio de 2016.

Pretende-se, a partir dos textos, analisar o contrato de informação midiático proposto por Charaudeau, por meio da análise de estratégias empregadas pelos textos do gênero jornalístico opinativo. Optou-se por eleger o Jornal O Globo, por ser uma instituição midiática com ampla e relevante circulação no território nacional, com amplo número de tiragem.

Ressalte-se que se almeja uma pesquisa baseada em dados linguísticos coletados em situações reais de uso, e não em formulações teóricas abstratas e descontextualizadas. O arsenal teórico oferecido pela Análise do Discurso auxilia a análise da língua em sua dimensão sociointeracional, sob uma perspectiva

qualitativa, em especial, e quantitativa, no sentido de se apresentarem os caminhos para uma análise de cunho qualitativo.

As relações de causalidade, dentre as quais se estudam as causais e as explicativas, como vimos apontando ao longo deste trabalho, apresentam-se como uma importante estratégia retórica direcionada à argumentatividade. Os contextos linguísticos em que as relações de causa e de explicação se configuram com mais intensidade referem-se justamente a sequências argumentativas. Portanto, trata-se da motivação para o estudo a partir de textos do gênero jornalístico opinativo, já que acreditamos encontrar nesse gênero, argumentativo por natureza, um maior número de ocorrências do fenômeno sob análise.

Os textos coletados abordam o mesmo tema, a saber, o processo de impeachment de Dilma Rousseff; na ocasião, ainda no cargo de presidente da República. Selecionaram-se, mais detalhadamente, os textos produzidos pelo colunista Merval Pereira<sup>31</sup>, na seção País, os quais tratavam do mesmo eixo temático, apresentado acima.

Dentre os textos publicados pelo autor, os que apresentaram o tema totalizaram 75 textos de autoria de Merval Pereira, assim discriminados no período de tempo considerado neste estudo:

Quadro 6- Constituição do *Corpus*: coleta de dados

<b>Coleta de Dados</b>	Dezembro de 2015	Janeiro de 2016	Fevereiro de 2016	Março de 2016	Abril de 2016	Mai de 2016	<b>Total de textos</b>
Textos de autoria de Merval Pereira	14	7	3	15	20	16	<b>75</b>

Com a seleção dos dados, procedeu-se a um recorte temporal de seis meses, totalizando os 75 textos coletados; entretanto, do total de textos selecionados,

<sup>31</sup> Merval Pereira participa do Conselho Editorial do Grupo Globo. É membro das Academias Brasileira de Letras, Brasileira de Filosofia e de Ciências de Lisboa. Recebeu os prêmios Esso de Jornalismo e Maria Moors Cabot, da Columbia University. (Fonte: blogs.oglobo.globo.com)



apenas 27 textos apresentaram relação causal ou explicativa introduzidas pelo conector *porque*, os quais foram coletados para a constituição do *corpus* de análise. Tem-se, desse modo, a seguinte distribuição de textos com construções de causalidade introduzidas pelo conector *porque*, no *corpus*:

Quadro 7- Constituição do *Corpus*: construções de causalidade introduzidas por PORQUE

Coleta de Dados	Dezembro de 2015	Janeiro de 2016	Fevereiro de 2016	Março de 2016	Abril de 2016	Mai de 2016
Textos em que se encontram construções introduzidas por PORQUE	3	4	0	2	9	9

A seleção dos textos em que houve o emprego do conector *porque* deve-se ao fato de ser a conjunção prototípica em língua portuguesa na configuração das construções causais e explicativas conectivas, além de ser passível de uso fronteiro entre uma e outra relação semântica.

Entende-se que esse é um número suficiente para se estabelecer a prioridade a determinados modos de seleção e a incidência de construções causais e explicativas nos textos opinativos. Para facilitar o trabalho com os textos, convencionou-se identificá-los de acordo com uma numeração de 1 a 27, a partir da data de publicação.

Nas citações do material linguístico encontrado no *corpus*, procede-se a uma identificação que obedece aos seguintes critérios: (i) enumera-se o texto, conforme a apresentação nos Anexos; (ii) apontam-se o autor e o jornal; (iii) acrescenta-se a data de publicação.

### 3.3 Procedimentos adotados

Analisam-se, especialmente de modo qualitativo, os dados coletados nesta Tese, a partir da demonstração exemplar de alguns textos que compõem o *corpus*, apresentados sob a forma de fragmentos no desenvolvimento da Análise dos Dados, mas integralmente disponíveis nos Anexos.

Em função da relação de causa ou de explicação, são determinadas, após um primeiro contato com os dados, variáveis linguísticas e / ou extralinguísticas responsáveis pelo uso dessas construções no discurso. A fim de contribuir como um caminho para se chegar à análise de cunho qualitativo, faz-se um levantamento quantitativo de cada uma das variáveis apresentadas a seguir<sup>32</sup>:

#### (i) Posição da oração causal ou explicativa

Como se observou no Capítulo 2, a partir das abordagens de cunho tradicional e outros, as orações coordenadas explicativas só aparecem em posição final de um enunciado; no entanto, as subordinadas causais apresentam maior mobilidade posicional, de modo que podem ocorrer, tanto no início, quanto no meio, como em posição final do período. Assim, esse fator será importante para compreendermos que, a depender da posição em que a oração causal esteja, a intenção discursiva poderá mudar, conforme se aborda no Capítulo 4, em que se dá a Análise dos Dados.

Observe:

(145a) Não fiz os exercícios, uma vez que estava doente.

(145b) Como estava doente, não fiz os exercícios.

Em (145a), o locutor apresenta a causa como um fato desconhecido pelo interlocutor: *não fiz exercícios* tem como causa *porque estava doente*, que é um fato

---

<sup>32</sup> No Capítulo de Análise dos Dados, a ordem com que se consideram as variáveis apontadas pode ser alterada.

novo. Já em (145b), essa estruturação indica que a causa já é conhecida pelo interlocutor. Normalmente, ao se apresentar a causa conhecida em primeiro lugar, justifica-se a consequência esperada, a qual não pode ser negada ou questionada, por essa mesma razão (PAULIUKONIS, 2007).

A mobilidade posicional está associada ao princípio da força argumentativa, inclusive veiculada pela seleção do tipo de conector que introduz a causa ou a explicação, no período complexo. Assim, no tratamento das possibilidades de deslocamento da oração, determinando a posição anteposta ou posposta, é necessário avaliar de que modo a posição está relacionada ao tipo de conector, o que é apresentado no Capítulo 4.

A organização sequencial das construções causais e explicativas (anteposição ou posposição) é determinada tanto pelo tipo de proposição relacional quanto pela função discursiva emergente das sentenças, de modo que não se pode afirmar que a posição das orações em tela é arbitrária. Essa é uma observação relevante, já que a maioria dos compêndios tradicionais, quando discorrem sobre a posição das construções de causa e de explicação, não aclaram as razões possíveis para uma determinada tendência (de anteposição ou de posposição)<sup>33</sup>.

## **(ii) Possibilidade de deslocamento**

Também é bastante comum nas gramáticas fazer-se referência ao fato de a oração explicativa não ter possibilidade de deslocamento (146b), ao passo que a oração causal tem essa mobilidade sintática (147c).

(146a) Choveu porque o chão está molhado.

(146b) \* Porque o chão está molhado, choveu.

(147a) Chorou o dia inteiro porque estava com muita dor.

(147b) Chorou, porque estava com muita dor, o dia inteiro.

(147c) Porque (como) estava com muita dor, chorou o dia inteiro.

<sup>33</sup> Consideram-se, neste trabalho, apenas a posposição e a anteposição, em detrimento da sentença intercalada, a qual ocorre em apenas um dos textos, em uma análise preliminar dos dados coletados. No entanto, a ocorrência da estrutura intercalada será comentada na Análise dos Dados.

Segundo Mateus et alii (2003), a questão da mobilidade oracional é a característica estrutural que consiste em um dos critérios mais relevantes para a distinção entre as construções causais e explicativas.

Tem-se, neste caso, uma abordagem predominantemente sintática, visto que a noção de interdependência entre a oração causal e a oração principal, cujo caráter define-se como não argumental da primeira em relação à segunda, é o que determina maior deslocamento no interior do período complexo. Segundo Azeredo (2008), as orações causais são adjuntos em relação à principal com a qual se relacionam e, segundo o autor, seria essa a justificativa para a mobilidade posicional que admitem.

As orações explicativas dão-se em posição apenas posposta, visto que veiculam uma interpretação sobre algum ponto de vista enunciado na oração coordenada, que se dá anteriormente, na sequência textual.

### **(iii) Tempo / Modo verbais**

Uma outra característica normalmente utilizada para diferenciar essas orações é o modo verbal. Geralmente, quando o verbo da primeira sentença está no imperativo, a oração é explicativa (148a). Já quando o verbo não está no imperativo, há também a possibilidade de haver uma construção causal. Percebe-se, portanto, que essa característica evidencia nossa ideia inicial de que, em orações explicativas, a presença do *sujeito enunciador* é ainda mais nítida. E o uso de verbos no imperativo (que indicam ordem, sugestão) indica uma maior interação entre o locutor e o interlocutor, o que poderia ser um indício de subjetividade explícita.

(148a) Corra, porque sua mãe está vindo.

(148b) Correu porque não queria encontrar sua mãe.

Nos textos coletados, entretanto, em virtude de serem do gênero jornalístico opinativo e não manterem explicitamente uma relação de interlocução imediata com

o leitor, não são identificados casos em que a oração explicativa manifeste-se, em discurso, em decorrência de uma construção com verbos na forma imperativa.

Assim, as orações causais e explicativas são mormente marcadas pelo uso do modo indicativo. Segundo Neves (2000), as orações introduzidas por *porque* podem apresentar verbo no modo indicativo, quando designam *causa real*, ou no modo subjuntivo, quando expressam *causa possível* (e, portanto, não factual).

Também são investigados aqui a seleção dos tempos verbais e o propósito comunicativo pretendido pelo locutor, ao formular uma causa ou uma explicação, em seu discurso.

#### **(iv) Tipo de conector**

Com esse fator, além de procurarmos saber quais os conectores mais e menos frequentes em cada tipo de construção, também se pode visualizar de que forma o tipo de conector promove efeitos discursivos diferenciados. Observe:

(149a) Uma vez que estava doente, não fiz os exercícios.

(149b) Não fiz os exercícios, pois estava doente.

Em (149a), mostra-se como as locuções conjuntivas (visto que, já que, uma vez que, posto que) e as locuções adverbiais (por causa de, devido a) permitem que a causa seja apresentada como algo conhecido do interlocutor, como algo compartilhado.

Por outro lado, em (149b), o uso do conector *pois* também apresenta a razão / motivo apresentada por todos. Por ser algo conhecido, só que de forma consensual, notória, é aceito por todos (PAULIUKONIS, 2007).

Segundo Azeredo (2010), por meio da análise do comportamento dos conectores, é possível prever estratégias discursivas, visto que controlam os acontecimentos ou intervêm neles por meio do discurso. Nesse sentido, são investigados os comportamentos sintáticos, semânticos e discursivos dos conectores *porque*, *pois*, *como*, *já que* e *uma vez que*, os quais foram encontrados no *corpus*.

Parte-se do pressuposto de que maioria das construções causais dá-se em posição posposta, posição entendida como padrão ou canônica, exceto os casos em que forem introduzidas pelo conector *como*, sempre antepostas à oração principal. A posição anteposta reflete intenção discursiva distinta da posição posposta, o que também será evidenciado no momento de Análise dos Dados.

Por fim, as explicativas, introduzidas por *pois*, ocorrem sempre em posição posposta, já que, nos termos de Azeredo (2010), revelam a interpretação sobre a relação entre dois fatos; em outras palavras, primeiro enuncia-se uma opinião ou uma atitude do enunciador e, em segundo plano, enuncia-se o argumento que visa à sustentação de tal opinião.

#### **(v) Tipo de sequência (modo de organização do discurso)**

Com esse grupo, é possível associar o tipo de construção ao tipo de sequência (narrativa / descritiva / dissertativa). Vejam-se os exemplos a seguir:

(150a) Choveu, porque o chão está molhado.

(150b) O chão está molhado porque choveu.

Segundo Oliveira (s/d), em (150a), por exemplo, *ter chovido* é um fato (pelo menos, o enunciador acredita nisso), mas alguém o pode pôr em dúvida e questioná-lo, acarretando a necessidade de comprovação, isto é, de argumentação. Logo, *Choveu* é uma tese que precisa de defesa e a oração *porque o chão está molhado* é uma explicativa. Por outro lado, em (150b), a conjunção é subordinativa, pois está introduzindo a causa da consequência de “o chão estar molhado”. Encontra-se aqui uma relação lógica de causalidade, em que se tem uma causa como condição necessária e suficiente.

Com isso, para o autor, nas sequências em que se pretende argumentar de modo lógico, demonstrando que os fatos se sucedem cronologicamente e, portanto, que cada efeito ou impacto ocorre por conta de um motivo ou uma razão, há mais relação de causa. Assim, utiliza-se uma relação causal do tipo lógico para representar essa sucessão de fatos, mesmo que isso não seja enunciado de modo

icônico e o efeito acabe por ser mencionado antes da razão que o determina (posição posposta da oração causal).

Em contrapartida, nas sequências argumentativas que se voltam a estratégias de caráter mais persuasivo, baseados em interpretações diagnósticas, em que a função da conjunção é introduzir argumentos que decorram de um juízo de valor sobre algo, há maior incidência de construções do tipo explicativas. Sabe-se que argumentar e, de modo geral, justificar com argumentos o que se apresenta como tese. Isso justifica a presença recorrente de construções explicativas nos textos do gênero jornalístico opinativo selecionados.

#### **(vi) Gênero do discurso**

Ao analisar textos do gênero jornalístico opinativo, busca-se confirmar que há construções causais e explicativas em tais contextos, dada a sua finalidade argumentativa. No entanto, parte-se da hipótese de que serão encontradas orações explicativas em maior recorrência, dado o caráter argumentativo, marcado por um teor subjetivo, dos textos selecionados para análise.

Pretende-se verificar os contextos linguísticos que motivam a escolha de uma forma por outra, observando-se as principais estratégias discursivas marcadas linguisticamente e, também, as não marcadas linguisticamente, como o contrato comunicativo e o aspecto temático e ideológico do discurso.

#### 4 ANÁLISE DOS DADOS

Esta pesquisa ocupa-se da análise do discurso jornalístico, abordado no Capítulo 1 deste trabalho. Sabe-se que esse tipo de discurso apresenta ora um caráter informativo, por meio de textos cujos gêneros podem ser definidos como notícia, nota, reportagem e entrevista; ora um viés opinativo, em que se enquadram gêneros como editorial, comentário, artigo, resenha, crônica, caricatura, carta e coluna. Este último é o gênero cujos textos compõem o *corpus* de onde se extraíram os dados analisados neste Capítulo 4.

Os textos do gênero jornalístico opinativo, no que tange à estrutura das mensagens, observam-se dois aspectos bem demarcados: em primeiro lugar, pontua-se a noção de *autoria*, ou seja, a presença de um sujeito que emite a opinião sobre um fato ou acontecimento; em segundo lugar, tem-se uma *angulação*, entendida como uma perspectiva temporal ou espacial a partir da qual se atribui coerência à opinião que se enuncia no texto.

Nos moldes de Melo (2003, p.29), o jornalismo opinativo

(...) reage diante das notícias, difundindo opiniões, seja as opiniões próprias, seja as que lê, ouve ou vê. Nesse sentido, assemelha-se à instituição do fórum na Grécia Antiga, atuando [...] como formadora de opinião.

Nesse contexto, institui-se o gênero *coluna*, com caráter argumentativo, visto que pretende suggestionar o interlocutor por meio de seu discurso persuasivo. Trata-se de um gênero que admite a configuração em quatro tipos distintos:

- (i) os que conservam uma estrutura *padrão*, em textos que pretendem abordar assuntos editoriais de menor importância;
- (ii) os que são entendidos como *miscelânea*, cujo padrão se mostra de modo variado, podendo atingir um teor sarcástico ou humorístico;
- (iii) os que se baseiam em fofocas e pessoas; e, por fim,



- (iv) os que tratam dos bastidores da política, subtipo a que se associam os textos coletados para este estudo, os quais abordam o mesmo tema político: impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Segundo Melo (2003, p. 140), a coluna “procura trazer fatos, ideias e julgamentos em primeira mão, antecipando-se à sua apropriação pelas outras seções dos jornais, quando não funciona como fonte de informação”. Partindo disso, propõe-se, neste Capítulo, uma abordagem sobre o emprego de construções causais e explicativas em textos argumentativos desse gênero jornalístico opinativo.

Assim, a análise das 79 (setenta e nove) construções de causalidade conjuntivas, presentes no *corpus*, compreende alguns momentos bem demarcados:

- No primeiro item, a saber, 4.1., será abordado o comportamento sintático, semântico e discursivo das construções, no discurso argumentativo, em relação ao tipo de conector que apresentam. Em especial, as construções de causalidade introduzidas por conectores serão estudadas em relação ao tipo de causa que veiculam, em uma espécie de *continuum*, que parte das causais marcadas por relações do tipo lógico, sem envolvimento do interlocutor, passando pelas causais em que se percebe um envolvimento do enunciador (fenômeno mental), até o limite das explicativas, marcadas por relações que se dão entre atos de fala distintos;
- No item 4.2., será abordada a ordenação das construções de causalidade e suas implicações na estruturação do discurso argumentativo. Nesse sentido, será analisada a relação coesiva que se estabelece a partir do emprego da construção de causalidade, veiculadora das relações de causa e de explicação, e de que modo contribuem para o fluxo informacional do texto; além disso, estuda-se a relação da posição com o tipo de conector que introduz a construção em tela;
- No item 4.3., tem-se um levantamento de cunho predominantemente quantitativo da correlação modo-temporal que se estabelece no período complexo, a partir da ocorrência de tais estruturas em foco;
- No item 4.4., serão investigadas as estruturas de realce e sua relação com o emprego das construções causais e explicativas nas colunas de Merval

Pereira e, em certa medida, no discurso jornalístico opinativo, as quais contribuem para a argumentatividade. Para tanto, proceder-se-á a subdivisão nos seguintes itens: no subitem 4.4.1., serão contempladas as estruturas presentes no *corpus*, em cuja configuração se percebe a presença de elementos focalizadores; no subitem 4.4.2., analisam-se as ocorrências de estruturas “desgarradas” e seu efeito argumentativo; no subitem 4.4.3., serão contempladas as construções causais e explicativas que ocorrem após um encapsulador anafórico; no subitem 4.4.4, por fim, serão discutidos as ocorrências de tais construções de causalidade pospostas a estruturas não oracionais;

- No item 4.5., estudam-se os casos em que a construção de causalidade (causal ou explicativa) ocorre após advérbios de dúvida e quais os impactos na constituição do discurso argumentativo.

A partir da análise dos dados aqui proposta, pretende-se perceber, em linhas gerais, que o enunciado introduzido por conectores de causa e de explicação é utilizado como uma forma de apresentar um argumento a favor da tese proposta no contexto discursivo em que se insere.

#### 4.1 Tipo de conector X Tipo de construção

Nos 27 textos coletados para a constituição do *corpus* desta pesquisa, contabilizaram-se 79 ocorrências de construções causais conjuntivas, nos termos de Neves (2000), dentre as quais se encontram as que veiculam os valores semânticos de causa e de explicação.

Dentre os dados analisados, estão 41 ocorrências de orações introduzidas pelo conector *porque*, 32 ocorrências de orações encetadas pelo conector *pois*, 4 casos de orações iniciadas pelo conector *como*, 1 ocorrência de oração introduzida por *já que* e 1 ocorrência de oração introduzida por *uma vez que*.

No quadro a seguir, demonstram-se as ocorrências das orações de causa e de explicação em relação ao tipo de conector empregado, no período de dezembro de 2015 a maio de 2016:

Quadro 8- Tipo de conector empregado nas orações causais e explicativas que constituem o *corpus*

Tipo de conector encontrado	Dez. 2015	Jan. 2016	Mar. 2016	Abr. 2016	Mai. 2016	Total de Conectores
Porque	4	4	5	15	13	41
Pois	4	4	1	9	14	32
Como	1	0	0	0	3	3
Já que	0	0	0	1	0	1
Uma vez que	0	0	0	1	0	1
<b>Total de construções coletadas</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>26</b>	<b>30</b>	<b>79</b>

O conector *porque* é o prototípico no estabelecimento de relações semânticas de causa, segundo ressaltam as gramáticas, e, por essa razão, foi o encontrado com maior frequência no *corpus*. Por outro lado, nos termos de Henriques (2005), o conector *pois*, por sua vez, seria a “conjunção-base” para as consideradas explicativas. No entanto, neste estudo, abordaremos tais orações sob a denominação de *construções de causa e de explicação*, a fim de se compreenderem as consideradas orações subordinadas adverbiais causais e as consideradas orações coordenadas sindéticas explicativas pelos estudos gramaticais.

Neste caso, traça-se, nesta abordagem, uma espécie de *continuum*, em que haverá três marcações para a configuração das construções em estudo, no modo de organização argumentativo do discurso de que se constitui o gênero jornalístico opinativo. Convencionou-se, por essa razão, demarcar três subtipos bem delineados na apresentação do *corpus*:

- (i) o primeiro, em que se enquadram as que veiculam uma **causa real**, a qual, por sua vez, pode ser apresentada do ponto de vista lógico, em que há uma relação de causa-consequência ou causa-efeito, sem

apontar envolvimento do enunciador, ou ainda, **causa efetiva**, entre eventos não dinâmicos;

- (ii) o segundo, que engloba as que designam **causa formal**, ou seja, marcada por um conhecimento, crença ou julgamento do falante existentes no domínio epistêmico. Ressalte-se que essas construções, em específico, apontam para a relação entre proposições, considerando, nesse caso, a avaliação do falante e podem abranger as que a gramática tradicional considera explicativas;
- (iii) o terceiro, por fim, abrange as **explicativas**, consideradas assim pela gramática tradicional, porque ocorrem após um ato de fala e funcionam como a causa evidente alegada pelo enunciador, a fim de afirmar sua convicção na verdade da primeira sentença.

Após a análise quantitativa dos dados do *corpus*, tem-se o seguinte perfil das construções analisadas:

Quadro 9- *Continuum* de demarcação das construções de causa e de explicação

Construções que não apresentam envolvimento do enunciador	Construções que apresentam envolvimento do enunciador	Construções que ocorrem após um ato de fala
26	20	33

Com base no quadro acima, tem-se que as construções causais introduzidas pelo conector *porque* foram alocadas em dois grupos: o grupo constituído pelas construções que não apresentam envolvimento do narrador e, portanto, estabelecem relação do tipo lógica entre as orações que compõem o período complexo; e o grupo constituído pelas construções introduzidas por *porque* as quais envolvem a perspectiva do enunciador. As construções introduzidas pelo conector *pois* enquadram-se no grupo daquelas que se pospõem, no período, a um ato de fala, assim como algumas construções introduzidas pelo conector *porque*.

O quadro aponta uma interpretação interessante: nos textos do discurso jornalístico analisados nesta pesquisa, percebe-se que há um nível expressivo de

subjetividade, responsável pelo efeito argumentativo dos textos, verificável pela escolha de construções sintáticas que evidenciam a presença de um enunciador cuja voz é clara na sequência em que ocorrem as construções aqui estudadas, o que totaliza um número de 53 ocorrências, em detrimento de 26 casos em que o enunciador promove um teor argumentativo mais focalizado em razões lógicas ou em estratégias de convencimento por meio de dados empíricos ou reais.

A seguir, descrevem-se algumas das ocorrências de cada um dos grupos apresentados acima, a fim de se traçar um perfil mais detalhado sobre as construções aqui analisadas.

#### 4.1.1 Construções que não apresentam envolvimento do enunciador

Entendem-se como construções que não apresentam envolvimento do enunciador aquelas construções causais, nos termos de Neves (2000), cuja relação estabelecida no período dá-se por meio de razão lógica. Assim, em muitos casos, pode ser entendida como uma relação entre causa e consequência, em que se observa a noção de tempo anterior e tempo posterior entre as orações que compõem o período; ou ainda, como uma relação entre “estados de coisas” não dinâmicos e que, por essa razão, não envolvem noção de tempo entre os enunciados.

O critério primordial para se classificar a construção em análise no *corpus* desse modo, ou seja, por meio do critério de “não envolvimento do enunciador”, pauta-se na ocorrência de um distanciamento do sujeito emissor em relação ao que se diz na oração principal e o que se diz na oração introduzida pelo conector. Por ser demarcada por uma razão ou um argumento baseado em dado empírico ou real, essas construções não são entendidas como explicativas pela gramática tradicional, já que não veiculam opiniões, teses, julgamentos; ao contrário, veiculam fatos ou conteúdos em que não se percebem, linguisticamente, indícios de subjetividade.

Os fragmentos a seguir, pode-se comprovar que a relação causal não promove envolvimento do enunciador, explicitamente, no discurso. No exemplo

abaixo, em especial, a relação causal ocorre entre dois fatos, organizados a partir de uma lógica de causa e efeito, embora isso não seja marcado por uma relação icônica, já que, em primeiro lugar, enuncia-se a consequência e, por fim, a causa.

(1) A definição do recesso do Congresso deve sair nos próximos dias, e o mais provável é que ele se estenda até o final de janeiro. Como o Carnaval é na primeira semana de fevereiro, somente a partir da segunda semana o processo de impeachment será retomado, dessa vez com seu rito devidamente aprovado pelo Supremo, o que significa que não haverá mais espaço para judicializações que posterguem sua tramitação. (Texto 2, Pereira, M., Jornal O Globo, 17/12/15)

A afirmação de que “o Carnaval é na primeira semana de fevereiro”, veiculada na oração subordinada causal, é consensual e, portanto, conhecida por parte dos interlocutores envolvidos no ato discursivo. O calendário do carnaval é algo conhecido por todos e uma realidade inquestionável, de modo que a informação veiculada não pertence ao enunciador, embora seja de sua responsabilidade a sua inserção no contexto. Identifica-se, nessa oração em destaque, o motivo pelo qual o processo de impeachment será retomado apenas a partir da segunda semana do mês de fevereiro, que se dá no plano lógico de argumentação, como causa real (Neves, 2000). Essa última informação veiculada assume o caráter de informação nova no texto, contribuindo para o fluxo informacional. Assim, admite-se que a construção causal apresenta, inclusive, papel coesivo na sequência.

São construções causais dessa natureza que, ao serem verificadas no *corpus*, foram alocadas no grupo daquelas que não apresentam o envolvimento do enunciador no discurso e que, por essa razão, atribuem à sequência argumentativa um efeito maior de convencimento, em detrimento de uma intenção persuasiva, portanto.

Como os textos do gênero jornalístico opinativo coletados para a constituição do *corpus* configuram colunas em que predominam o caráter argumentativo, marcados por um teor subjetivo primordialmente, comprova-se a hipótese de que as construções causais caracterizadas por relação do tipo lógico não seriam encontradas em grande número, como se percebe na quantificação apontada no Quadro 6.

#### 4.1.2 Construções que apresentam envolvimento do enunciador

Há construções de causalidade, como as que são estudadas nesta pesquisa, que ocorrem, no discurso, sob a forma de manifestação de um conhecimento, julgamento ou crença do falante existentes e que, segundo Neves (2000), dão-se no domínio epistêmico. Relacionam, nesse sentido, proposições, as quais veiculam fatos possíveis, passando pela avaliação do falante.

São, por exemplo, as que se observam nos fragmentos abaixo, entendidas como pertencentes ao segundo grupo aqui proposto: o de construções que apresentam envolvimento do enunciador.

(2) Em consequência, o dinheiro para a campanha foi para ela, e não para Temer. Muito mais ainda o dinheiro por fora, proveniente das propinas do petrolão. Logo o TSE tem que julgar, e eventualmente condená-la, não ao Temer. Esse raciocínio levaria a que o PSDB pudesse retirar a denúncia contra a chapa Dilma/Temer, no TSE, uma vez que, pelas próprias palavras da Dilma, a campanha foi dela, porque só ela foi eleita. (Texto 17, Pereira, M., Jornal O Globo, 29/04/16)

Há duas construções causais no fragmento acima, mas descrevemos, neste momento, apenas o comportamento discursivo da construção em grifo. Isso porque a construção decorre de uma crença ou um julgamento por parte do enunciador, a saber, o de que, pelas palavras da presidente Dilma, “a campanha foi dela”. Com base nesse julgamento, tem-se o argumento selecionado pelo enunciador: “porque só ela foi eleita”. Nesse sentido, não se percebe aqui uma relação do tipo lógica, baseada em dados empíricos, mas, ao contrário, uma relação de causalidade marcada pelo envolvimento do falante, em seu discurso, sob a forma da menção de um posicionamento sobre um fato.

(3) Não sabemos na realidade se a educação no passado era muito melhor, porque não temos dados para comparar, mas a professorinha de filha de classe média que se formava pelo Instituto de Educação no Rio de Janeiro provavelmente sabia mais português, matemática e ciências do que grande parte das professoras e professores que hoje se formam nas faculdades de pedagogia. (Texto 18, Pereira, M., Jornal O Globo, 30/04/16)

No exemplo acima, apresenta-se uma ocorrência de construção causal em que se verifica um posicionamento do enunciador, a partir da sentença “Não sabemos na realidade se a educação no passado era muito melhor”. Nesse caso, o que ocorre é que, dentre todas as possibilidades de seleção de um argumento, o enunciador apresenta o fato de que não há dados para comparar. A construção causal não se encontra em um período marcado por relações lógicas de causa e efeito, mas passa por um julgamento do enunciador.

#### 4.1.3 Construções que ocorrem após um ato de fala

Enquadram-se, neste grupo, as construções consideradas explicativas pela gramática tradicional. Isso porque a segunda oração que compõe o período pode ser entendida como uma evidência alegada pelo sujeito enunciador, a fim de afirmar sua convicção na verdade da primeira oração.

Ao observar a constituição do período a seguir, percebe-se que o conector *pois* indica que determinado fato ou ato provoca normalmente outro, em uma relação habitual. Ou seja, verifica-se um ato de fala, expresso por meio da forma verbal “garante”, que aponta para a informação mais relevante, que ocorre na oração subordinada: “que não conversa sobre o tema”. A justificativa apontada para não conversar sobre o tema é o fato de que “não conspira contra o governo Dilma”.

(4)Mas garante que não conversa sobre o tema, pois não conspira contra o governo Dilma, simplesmente aguarda os acontecimentos. (Texto 10, Pereira, M., Jornal O Globo, 03/04/16)

Quando o conector *pois* ocorre no discurso argumentativo, não se evidencia o propósito de se relacionarem fatos, de forma objetiva entre os enunciados que compõem o período complexo, mas, pelo contrário, pretende-se, por parte de um sujeito enunciador relacionar momentos da argumentação.



Nesse sentido, Carone (2005) afirma que a relação de explicação entre enunciados não é expressa por meio de uma construção que é entendida como causa referencial do que veiculado na oração a ela coordenada, mas é causa do ato ou da atitude do locutor ao produzir seu enunciado. Em outras palavras, não se trata de causa do *dictum*, mas do *modus* do falante, “visto que gerou o seu julgamento sobre o fato exposto” (p.73).

Nos dois próximos exemplos, a forma verbal “duvido” enquadra-se no rol dos verbos ilocucionais apontados por Carone (2005), a saber *acho, juro, digo, sei, constato*, os quais são responsáveis por marcar, na sentença, a maneira que o sujeito enunciatador se apresenta no ato de fala, o qual objetiva revelar a sua intencionalidade discursiva. Dessa forma, nas duas sentenças introduzidas pelo conector *porque*, o que se constata é um argumento selecionado pelo enunciatador para corroborar sua concepção ou suspeita do que é dito na oração anterior.

**(5) Duvido** que algum deles mude de posição revoltado com a antecipação de Temer, mesmo porque não há nenhum motivo no discurso que justifique uma reação dessas. (Texto 12, Pereira, M., Jornal O Globo, 12/04/16)

(6) A atitude de Fernando Henrique pode ter sido considerada arrogante por muitos eleitores, mas **duvido** que os deputados que são os eleitores da eleição do próximo domingo se surpreendam ou se indignem com o vazamento do discurso de Temer.

Primeiro **porque** está claro que foi um erro, não uma atitude arrogante. (Texto 12, Pereira, M., Jornal O Globo, 12/04/16)

Nos exemplos, a oração explicativa funciona como um argumento para a suspeita de que “algum deles mude de posição revoltado com a antecipação de Temer” e de que “os deputados que são os eleitores da eleição do próximo domingo se surpreendam ou se indignem com o vazamento do discurso de Temer”, não para o fato em si. Nas ocorrências, percebe-se a noção de suspeita ou de conteúdo eventual / potencial, por meio, inclusive, da seleção do modo verbal das estruturas em análise, como em “mude” e “se surpreendam ou se indignem”, por exemplo<sup>34</sup>.

<sup>34</sup> Ressalte-se que a ocorrência do focalizador *mesmo*, no primeiro caso, e a estrutura formada pela expressão *primeiro*, no segundo caso, serão abordadas em seções seguintes, 4.4.1. e 4.4.4., ainda no Capítulo 4.

No *corpus*, há casos em que a construção, introduzida por *pois*, também veicula um ato de fala cuja função é justificar um ato de enunciação anteriormente praticado, de forma que não há possibilidade de que ocorra no início do período (Vogt, 1978).

Toma-se como tese, no primeiro exemplo, a avaliação de que a carta escrita por Temer à Dilma “tem o tom mais de lamento do que de rompimento”; em seguida, o colunista sustenta a tese com o argumento de que Temer reclama da desconfiança da presidente. O argumento, nesse sentido, decorre de um primeiro ato de fala declarativo e o que se enuncia após o conector *pois* é uma causa conhecida e, portanto, notória, como se observa a seguir:

(7) A carta tem o tom mais de lamento do que de rompimento, pois Michel Temer reclama que desde sempre a presidente Dilma tem demonstrado não confiar nem nele nem no PMDB. (Texto 1, Pereira, M., Jornal O Globo, 08/12/15)

No exemplo abaixo, admite-se um advérbio que pressupõe avaliação por parte do enunciador, na primeira oração do período, a saber: “O ministro Fachin havia avançado corretamente em seu entendimento”, o que configura um ato de fala declarativo. Em seguida, menciona-se, no discurso, não uma causa do que se diz, mas a explicação para a afirmação que se faz. Tal afirmação funciona como um motivo que ninguém poderá ignorar, que é o fato de que “a Constituição é muito clara ao dar ao Senado o papel de ‘julgar’ o presidente”.

(8) O ministro Fachin havia avançado corretamente em seu entendimento, pois a Constituição é muito clara ao dar ao Senado o papel de “julgar” o presidente que a Câmara considerou passível de impeachment, como destacou em seu voto o ministro Dias Toffoli. (Texto 3, Pereira, M., Jornal O Globo, 18/12/15)

No último exemplo desta Seção, considerado a seguir, tem-se, primeiramente, um ato de fala, em que se enuncia uma opinião ou um posicionamento – “Obviamente que os juízes não são escravos da opinião pública” -, seguido da marcação de um ato de fala, em que se verifica a justificativa ou a interpretação diagnóstica que se faz mediante o parecer destacado anteriormente. Assim, o que

se veicula após a menção do conector *pois* é uma justificativa natural, notória, que se sobrepõe a qualquer outra, desconhecida, conforme se observa abaixo:

(9) Obviamente que os juízes não são escravos da opinião pública, **pois se subordinam à Constituição e às leis do país, mas certamente não ignoram as repercussões e consequências sociais, econômicas e políticas de suas decisões.** (Texto 5, Pereira, M., Jornal O Globo, 19/01/16)

É interessante salientar a ideia de que a justificativa, nesse caso em especial, assenta-se a partir de uma construção adversativa, em que se apresenta, em primeiro lugar, um argumento fraco, que poderia funcionar como uma justificativa para o fato de que os juízes pudessem ser considerados escravos da opinião pública: (os juízes) “se subordinam à Constituição e às leis do país”; em seguida, no entanto, veicula-se o argumento que funciona como a explicação da afirmativa que se faz anteriormente: “certamente não ignoram as repercussões e consequências sociais, econômicas e políticas de suas decisões”.

Tal quebra de expectativa, provocada pela menção do conector adversativo, trata-se também de uma estratégia argumentativa de que o enunciador se utiliza para provocar maior expressividade ao seu texto, a fim de conseguir lograr seu propósito de sugestamento.

A oração conjuntiva, por fim, é a razão da asserção que se faz anteriormente, na oração que a ela se relaciona, na sequência discursiva.

#### **4.2 Ordenação das construções causais e explicativas**

A possibilidade de se apresentar em variadas posições na constituição do período complexo é uma das propriedades resguardadas à oração causal, devido ao seu caráter fundamentalmente de adjunto das orações às quais se relaciona. Devido a esse aspecto de informação acessória do período, tais construções apresentam mobilidade posicional; no entanto, essa característica sofre uma espécie de

monitoramento por parte do sujeito enunciador, que a determina em função de sua finalidade comunicativa.

Como já mencionado no item 3.3., Mateus *et alii* (2003) discorreram sobre a noção de mobilidade na arquitetura do período como um dos aspectos estruturais mais importantes no delineamento das distinções entre as orações causais e explicativas. Nesse contexto, Neves (2000) argumenta que a maioria das orações causais ocorrem em posição posposta. Tal fato se justifica por consistir na ordem direta em que os constituintes se apresentam na oração complexa.

Todas as ocorrências de construções causais e explicativas presentes no *corpus* dão-se em posição posposta à oração com a qual se relacionam, salvo os casos em que oração, especialmente causal, é introduzida pelo conector *como*<sup>35</sup>. Há, no *corpus*, quatro ocorrências de anteposição da oração conectiva, casos em que a oração é introduzida por tal conector, como se pode conferir nos exemplos a seguir:

(1)A definição do recesso do Congresso deve sair nos próximos dias, e o mais provável é que ele se estenda até o final de janeiro. Como o Carnaval é na primeira semana de fevereiro, somente a partir da segunda semana o processo de impeachment será retomado, dessa vez com seu rito devidamente aprovado pelo Supremo, o que significa que não haverá mais espaço para judicializações que posterguem sua tramitação. (Texto 2, Pereira, M., Jornal O Globo, 17/12/15)

Ao contrário do que ocorre com as orações de caráter explicativo, a ordenação das construções causais dá-se de modo livre na configuração do período complexo. Na posição em que ocorrem quando introduzidas pelo conector *como*, conforme se verifica no exemplo acima, servem ao propósito de reorientação temática, nos moldes de Azeredo (2010), geralmente marcando, no discurso, rupturas temáticas, uma vez que favorecem a apresentação de informações novas na porção de texto que se denomina, em termos tradicionais, *oração principal*.

---

<sup>35</sup> Ressalte-se que, conforme Bechara (2005), a língua moderna só utiliza o conector *como* com valor causal quando a oração estiver em posição anteposta à principal.

No exemplo seguinte, nota-se a função de operador argumentativo, apresentada pelo conector *como*, em virtude de aclarar relação lógica entre enunciados, o que evidencia a sua função retórica no discurso argumentativo presente no gênero jornalístico opinativo. No exemplo a seguir, percebe-se que o fato de a petição inicial alegar “que a partir do momento em que o STF transformou Cunha em réu ele não poderia mais continuar como presidente da Câmara” é informação dada ou pressuposta, no contexto discursivo, no decorrer de todos os parágrafos anteriores, a qual irá contribuir para a sustentação do que se diz na oração principal: “seria possível uma interpretação de que todos os atos desde então estariam nulos”, entendida, por sua vez, como um impacto ou efeito do que se menciona na oração causal, tal como se vê em seguida:

(10) Como a petição inicial da ADPF<sup>36</sup> alega que a partir do momento em que o STF transformou Cunha em réu ele não poderia mais continuar como presidente da Câmara<sup>37</sup>, seria possível uma interpretação de que todos os atos desde então estariam nulos. (Texto 20, Pereira, M., Jornal O Globo, 06/05/16)

No caso acima, percebe-se que a construção causal envolve posicionamento do enunciador, de modo distinto do que se vê na primeira ocorrência analisada nesta Seção, a qual abordava a data do carnaval, na ocasião, para justificar a retomada do processo de impeachment. A oração causal é entendida, portanto, no exemplo acima, como um fenômeno mental, o qual se sustenta como uma espécie de inferência para o que se apresenta, em nível hipotético, na oração principal, por meio da seleção do tempo futuro do pretérito, na forma verbal “seria” ou, ainda, “estariam”.

Em todos os casos, a construção causal iniciada por *como* encerra uma informação partilhada, consensual e funciona como apoio para a progressão informativa que a oração principal realiza. Tem, portanto, maior relevo discursivo, nos termos de Garcia (2007).

---

<sup>36</sup> Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

<sup>37</sup> Grifa-se, aqui, também a oração subordinada substantiva, a fim de se obter o efeito de sentido pretendido com a leitura da oração subordinada causal, entendendo-a como elemento constituinte da subordinada adverbial.

No exemplo abaixo, percebe-se que a oração causal incide sobre o discurso como estratégia de apresentação de um dado conhecido pelos interlocutores, a saber, o fato de que os dois partidos, PT e PMDB, são cúmplices nas ações corruptas que envolvem a Petrobras. A partir disso, conclui-se que o PMDB, ao assumir o governo, deveria conter as investigações propostas pela Operação Lava-Jato, o que é sugerido como informação nova pela oração principal, em posição posposta.

É interessante observar que o que é veiculado na oração principal apresenta-se sob a forma de conteúdo hipotético, como se vê na expressão “sempre houve a *desconfiança* de que...” e na forma verbal subjuntiva *tentasse*, o que sugere, de forma bem delineada, a posição do sujeito enunciador sobre o conteúdo que se veicula. Por sua vez, a oração causal apresenta um fato real, anterior ao que se pressupõe na oração principal, sugerido pela menção do tempo / modo verbal presente do indicativo. Tal ocorrência demarca relativo distanciamento do sujeito enunciador, nesse momento, em uma relação do tipo lógica. Observe-se a ocorrência do conector, em tal contexto, no *corpus* analisado:

(11) Agora, surge a gravação do ex-ministro do Planejamento Romero Jucá com o ex-senador Sérgio Machado, revelando um desejo de organizar uma grande concertação para delimitar a ação da Lava-Jato e “parar essa sangria”. Como o PT e o PMDB são os grandes cúmplices na partilha da corrupção na Petrobras, sempre houve a *desconfiança* de que, chegando ao governo, o PMDB *tentasse* controlar as investigações. (Texto 25, Pereira, M., Jornal O Globo, 24/05/16)

A anteposição pode ser entendida como uma forma de negociação entre falante e ouvinte, seguindo determinadas finalidades interacionais. Isso porque, quando antepostas, as orações causais veiculam informação conhecida pelo interlocutor, a qual não fica sujeita à contestação, como se percebe em todos os exemplos de construções causais antepostas, analisados nesta Seção.

No exemplo a seguir, parte-se do pressuposto de que o fato de Lewandowski presidir o julgamento da fase final do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff é conhecido por todos e inquestionável do ponto de vista argumentativo, portanto. Assim, parte-se novamente de uma informação comum aos envolvidos no contrato comunicativo, para, então, chegar à ideia de que “fez muito bem de não

conversar com a presidente sobre o tema”, o que configura um posicionamento ou juízo de valor do sujeito enunciatador em relação a tal fato, explícito no teor avaliativo da construção “fez muito bem”.

Nesse caso, a oração subordinada causal apresenta o motivo da apresentação de um ato de fala enunciado na oração principal, a qual contém uma inferência, por parte do enunciatador, conforme se vê em uma construção do tipo: “**Como** o fato X, (**concluo que**) Y”, aplicável ao exemplo a seguir:

(12) Como Lewandowski é quem vai presidir o julgamento da fase final do processo de impeachment no Senado, fez muito bem de não conversar com a presidente sobre o tema. Quem estava beirando a ilegalidade era ela. Restringindo sua conversa sobre o aumento salarial do Judiciário, Lewandowski estava tratando de um tema para o qual está legitimamente credenciado. (Texto 27, Pereira, M., Jornal O Globo, 27/05/16)

O fato de Lewandowski presidir o julgamento da fase final do processo de impeachment no Senado não é, nesse caso, a causa de não conversar com a presidente sobre o tema, mas a razão da inferência de ele ter feito muito bem em não se pronunciar a respeito do impeachment.

A oração subordinada causal, como se verifica no fragmento acima, exprime um caso de referência mental em relação ao qual se deve considerar a validade do conteúdo da oração principal, entendido como a avaliação que se faz sobre o fato de não conversar sobre o tema com a presidente Dilma Rousseff. Na organização textual e discursiva, pressupõe-se que a anteposição promove coerência com o todo discursivo, ao passo que a posposição, como veremos a seguir, limita-se ao que se expressa na oração nuclear.

Nessa perspectiva, a posição posposta da oração causal apresenta valor informacional, segundo Neves (2000). Quando se apresentam em posição posposta, as orações introduzidas por *porque* constituem informação nova, de modo que a oração principal apresenta-se geralmente como não nova. Isso determina uma relação não icônica, já que primeiro se evidencia o efeito (oração principal) e só depois se anuncia a causa (oração causal), o que não obedece à sequência em que os fatos acontecem no fluxo temporal.

Veja-se o exemplo a seguir:

(13) Essa denúncia, mais a nomeação do ex-presidente Lula para o Gabinete Civil, estão sendo investigadas num processo sobre obstrução da Justiça de que a presidente foi acusada pelo Procurador-Geral da República. Delcídio disse também que Dilma, à época presidente do Conselho de Administração da Petrobras, estava a par da compra da refinaria de Pasadena, nos EUA, uma operação superfaturada que deu enormes prejuízos à estatal, mas essa denúncia não será apurada no momento porque o fato aconteceu antes de Dilma assumir a presidência. (Texto 21, Pereira, M., Jornal O Globo, 08/05/16)

Têm-se, nesse caso, dois fatos, no período complexo: um fato enunciado na principal, que compreende “essa denúncia não será apurada no momento”; e um fato enunciado na sequência subordinada, que é “o fato aconteceu antes de Dilma assumir a presidência”. Desse modo, há uma relação do tipo lógica, em que a oração causal representa um acréscimo ou um adendo em seu discurso, uma causa real, a qual determina a consequência ou fato consequente, expresso na oração principal. Logicamente, o motivo ou razão para que o fato de Dilma “estar a par da compra da refinaria de Pasadena” não fosse apurado no dado momento é o acontecimento ter-se dado antes de a presidente assumir o cargo. Essa informação ainda não tinha sido veiculada no texto, de forma que é apontada como informação nova no contexto discursivo, o que justifica a posição posposta.

No exemplo a seguir, recupera-se um emprego de oração posposta introduzida pelo conector *pois*, cujo comportamento sintático, semântico e discursivo é diferente do apresentado pelo conector *porque*:

(14) Já o advogado do senador Romero Jucá, Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, vai pedir a anulação das gravações feitas por Sérgio Machado alegando que, se não houve autorização judicial, os áudios não podem ser usados como prova. A tendência é que não tenha êxito, pois o ministro Teori Zavaski homologou a delação premiada, sinal de que não viu nenhuma ilegalidade. (Texto 27, Pereira, M., Jornal O Globo, 27/05/16)

O conector veicula informações no discurso, em geral, marcadas por julgamentos do sujeito enunciativo. No caso analisado a seguir, tem-se, na primeira



porção do texto que constitui o período, um julgamento do enunciador “a tendência é que não tenha êxito”, deixando claro o seu envolvimento no que se veicula na sequência; em seguida, expressa-se a causa que motivou esse julgamento: “o ministro Teori Zavaski homologou a delação premiada”. Dentre todas as justificativas possíveis, seleciona-se esta sob uma espécie de interpretação diagnóstica, entendida como um argumento ao que se diz na oração a ela relacionada, na configuração do período complexo.

A noção de explicação, nas orações introduzidas pelo conector *pois* e necessariamente em posição posposta, conforme se observou nos dados coletados para este estudo, não é causa referencial do que é veiculado na oração a ela coordenada, mas causa da atitude do enunciador ao proferir seu discurso. A oração explicativa, nesse caso, revela a maneira com que se apresenta no ato de fala, a qual revela a sua intencionalidade discursiva.

No exemplo a seguir, o envolvimento do enunciador está explícito na avaliação “é preocupante”, em se tratando da insistência em afirmar que há um golpe em curso (referindo-se ao processo de impeachment da presidente Dilma), presente na oração assindética. Dessa maneira, a oração introduzida pelo conector *pois* funciona como um argumento selecionado pelo falante para corroborar sua concepção “preocupante”, dita na outra oração.

(15) No entanto, é preocupante essa insistência em afirmar que há um golpe em curso, pois correu o boato recentemente de que um dos recursos de que os petistas cogitavam seria justamente criar um clima político propício à convocação do Estado de Defesa. (Texto 15, Pereira, M., Jornal O Globo, 22/04/16)

Logo, as conjunções são elos coesivos que relacionam uma sequência textual anterior e uma sequência textual posterior ao enunciado por meio de tais mecanismos de coesão. Neves (2000) menciona que não são coesivos por si mesmos, mas indiretamente, devido ao fato de o seu significado decorrer da presença de outros elementos discursivos, como a intenção argumentativa e o fluxo das informações no texto, o qual, em especial, monitora a tendência à posposição ou anteposição das estruturas em análise.

### 4.3 Tempo / Modos dos verbos

Tal como visto em Neves (2000), as construções de causalidade se manifestam no discurso sob a forma de diferentes estruturas, em que se veiculam formas verbais flexionadas em tempos distintos, como se verificou também no *corpus* analisado. A autora relaciona a utilização do modo indicativo em uma causa do tipo real e do modo subjuntivo em uma causa do tipo hipotética. Entretanto, só foram encontradas orações em que o verbo estivesse flexionado no modo indicativo, salvo um caso de construção introduzida por pelo conector *pois*, em que a outra oração que constitui o período ocorreu com verbo em forma subjuntiva.

Foram coletados, neste momento, apenas as estruturas em que a construção se deu de forma relacionada à outra estrutura oracional, de forma que não foram descritos os casos apontados nas Seções 4.4.3 e 4.4.4. Desse modo, a fim de proceder a uma análise de cunho qualitativo sobre a correlação modo-temporal dos verbos das orações que constituem o período complexo, tem-se as seguintes ocorrências, demonstradas a partir da separação pelo tipo de conector que introduz a oração em análise:

Quadro 10- Correlação modo-temporal entre a oração 1 e a oração 2, introduzida pelo conector PORQUE

Oração 1 + Oração 2 (introduzida pelo conector PORQUE)	Número de Ocorrências
Presente + presente	10
Presente + pret. perfeito	2
Presente + fut. presente	1
Presente + fut. pretérito	1
Presente + pret. imperfeito	1
Fut. Presente + pret. perfeito	1
Pret. Perfeito + fut. presente	1
Pret. Perfeito + Pret. imperfeito	5
Pret. Imperfeito + pret. perfeito	1
Pret. Perfeito + pres. Subjuntivo	1
Pret. Perfeito + presente	3
Fut. Presente + presente	3
Pret. Perfeito + pret. Mais-que-perfeito	1
Pret. Perfeito + pret. perfeito	6

O quadro a seguir apresenta a correlação modo-temporal dos verbos das construções que constituem o período complexo, nesses contextos, introduzida pelo conector *pois*. Os dados comprovam que a flexão em tempo presente do modo indicativo é o mais frequente em todas as construções introduzidas pelos conectores *porque* e *pois*, como se verifica também a seguir:

Quadro 11- Correlação modo-temporal entre a oração 1 e a oração 2, introduzida pelo conector POIS

Oração 1 + Oração 2 (introduzida pelo conector POIS)	Número de ocorrências
Presente + presente	17
Presente + pret. perfeito	4
Pret. perfeito + presente	3
Fut. presente + presente	1
Fut. presente + pret. perfeito	1
Fut. pretérito + pret. Imperfeito	1
Pret. imperfeito + pret. mais-que-perfeito	1
Pret. mais-que-perfeito + presente	1
Pres. subjuntivo + pret. perfeito	1
Pret. perfeito + pret. perfeito	1
Fut. pretérito + presente	1

As estruturas a seguir, introduzidas pelo conector *como*, foram discutidas no item 4.2., quanto à propriedade sintática de mobilidade posicional das construções de causalidade. Na ocasião, a análise contemplou a ocorrência das formas verbais listadas a seguir:

Quadro 12- Correlação modo-temporal entre a oração 1, introduzida pelo conector COMO, e a oração 2.

Oração 1 (introduzidas pelo conector COMO) + Oração 2	Número de ocorrências
Presente + fut. do presente	2
Presente + pret. perfeito	1
Futuro do Presente + pret. perfeito	1

No decorrer de todo o Capítulo 4, tais construções serão analisadas a partir de algumas variáveis e as formas verbais, quando necessário, serão tratadas de

modo detalhado, a fim de contribuir para uma análise que vislumbre o teor argumentativo que tais sequências atribuem ao texto em que se inserem.

#### 4.4 Estruturas de realce

Já se sabe que a ordenação das construções de causa e de explicação, na constituição do período complexo, veiculam, no discurso, determinadas intenções comunicativas do enunciador e configuram, nessa perspectiva, estratégias de natureza argumentativa. No entanto, além da questão da posição em que se manifestam no gênero jornalístico opinativo, propõe-se, neste item, analisar recursos linguísticos e estruturais presentes nas construções causais e explicativas que ocorrem nos textos do *corpus*.

Dentre as propriedades estruturais, está (i) a possibilidade de ocorrência de um elemento focalizador de tais estruturas, no discurso, o que se analisa em 4.4.1.; (ii) o fato de serem apresentadas sob a forma de orações “desgarradas” ou sem a oração matriz, no período em que se enquadram, o que se observa em 4.4.2.; (iii) a ocorrência das construções de causalidade em foco após a menção de um encapsulador anafórico, o que será discutido em 4.4.3.; e (iv) construções de causa e de explicação após estruturas não oracionais, o que se evidencia em 4.4.4..

Todos os recursos aqui observados contribuem para a relevância argumentativa dos trechos em que são recorrentes, favorecendo o propósito de sugestionamento, pretendido pelos textos que se enquadram no gênero jornalístico opinativo, aqui abordados.

#### 4.4.1 Elementos focalizadores

Segundo Azeredo (2010), nas orações introduzidas pelo conector *porque*, pode-se perceber a existência de vocabulário de realce, o qual apresenta valor semântico e pragmático-discursivo. Tal recurso de focalização discursiva possibilita a distinção entre essas construções e as introduzidas por outros conectores, que, por sua vez, não admitem tal traço estrutural.

Para Neves (2000), somente as construções causais<sup>38</sup> permitem a focalização, precisão ou restrição, por meio de elementos como *só*, *inclusive*. Azeredo (2010), no entanto, cita outros focalizadores, dentre os quais se citam *até*, *mesmo*, *justamente*. Tais palavras funcionam como reforço e contribuem, juntamente com o conector, para a atribuição da força argumentativa apresentada pela construção de causa, no entorno discursivo.

Das 41 (quarenta e uma) ocorrências de construções de causalidade introduzidas pelo conector *porque*, encontradas no *corpus* analisado, 10 (dez) casos foram destacados, nos quais se identifica a presença de um focalizador, assim distribuídos:

Quadro 13- Frequência de focalizador em orações introduzidas por *porque*

<b>Tipo de focalizador</b>	<b>Número de ocorrências</b>
Inclusive	1
Mesmo	5
Até mesmo	2
Justamente	1
Ainda mais	1

Em todas as ocorrências abaixo, destacadas do *corpus*, constata-se que o emprego de focalizadores aponta maior força argumentativa para o conteúdo

<sup>38</sup> Convém lembrar que, para Neves (2000), a denominação *construções causais* abrange as consideradas coordenadas explicativas, para os estudos tradicionais.

veiculado por meio das construções de causalidade aqui estudadas - a saber, as que designam relações de causa e de explicação, como se pode constatar no fragmento a seguir:

(16) Existe a convicção na direção nacional do partido de que a bancada dividida – Leonardo Picciani foi eleito líder por uma diferença de um voto – não pode ser representada apenas por governistas, inclusive porque o sentimento de oposição ao governo prevaleceria nos 27 diretórios do partido que estão sendo consultados pelo próprio Temer e seus assessores mais diretos como os ex-ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco. (Texto 1, Pereira, M., Jornal O Globo, 08/12/2015)

O fragmento acima, extraído de uma coluna publicada em início de dezembro de 2015 e intitulada “Começou a disputa”, faz referência à ocasião em que houve a disputa para a formação da Comissão da Câmara, a qual analisaria o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Tal Comissão não poderia ser representada apenas por governistas, posição enunciada por parte do colunista sob a forma de um discurso baseado em uma “convicção”, como se percebe no exemplo transcrito. A essa convicção, segue o apontamento de uma razão, no fluxo textual, introduzida por um conector causal (porque), antecedido de um focalizador, que, por sua vez, atribui à causa enunciada uma relevância argumentativa no contexto: “inclusive *porque* o sentimento de oposição ao governo prevaleceria nos 27 diretórios do partido”.

O emprego da forma verbal conjugada no futuro do pretérito, na oração causal, aclara o aspecto de designação de uma situação hipotética, por parte do sujeito enunciativo, sob a forma de uma suposição, no momento em que argumenta. Tem-se, no período, uma asserção, seguida de um motivo para que seja tomada como verdade, no contexto. Tal relação causal envolve um processamento mental por parte do enunciativo, e a oração principal, anteposta, funciona como uma conclusão a respeito do que se afirma na oração que veicula a causa.

Neves (2000), ao propor um amplo estudo a respeito das classes de palavras, argumenta que, do ponto de vista sintático, o advérbio pode exercer a função de elemento satélite ou periférico de um núcleo, cujo emprego, no período, pode incidir sobre diversos aspectos e elementos constituintes de um enunciado ou, ainda, atuar

sobre todo o enunciado ou proposição. Nesse contexto, a autora ressalta que advérbios, como *exatamente*, *somente* e *justamente*, podem atuar como elementos focalizadores, tendo como possibilidade de escopo qualquer constituinte da oração, como se vê no exemplo a seguir:

(17) Os ministros não quiseram pesar essa situação política específica, ou, para os mais céticos, tomaram a decisão justamente porque ela beneficia em tese a presidente Dilma. (Texto 3, Pereira, M., Jornal O Globo, 18/12/15)

Em posposição, é sabido que a oração causal veicula informação nova no texto e, no exemplo anterior, o advérbio *justamente* incide sobre uma oração subordinada causal, realçando o conteúdo nela veiculado, a fim de contribuir para maior relevo argumentativo. O fragmento ocorre no texto 3 do *corpus*, intitulado “Pedras no caminho”, sob a justificativa de que aborda o fato de o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff ter sido contido pelo STF, na ocasião.

A oração “Os ministros não quiseram pesar essa situação política específica, ou, para os mais céticos, tomaram a decisão” refere-se à situação apontada no parágrafo anterior do texto, ou seja, a de que o poder do Senado de rejeitar o processo de impeachment teria relevância política, por conta de que o Senador Renan Calheiros seria um defensor da presidente Dilma dentro do PMDB e ganharia uma capacidade de barganha política muito grande em relação ao Palácio do Planalto. No entanto, o texto apresenta a ideia de que os ministros não consideraram tal fato e tomaram a decisão de dar tal poder ao Senado sob a forma de oração matriz (a consequência ou o efeito) da qual decorre a causa real ou marcada por uma relação lógica entre as sentenças, a saber “porque ela beneficia em tese a presidente Dilma”. O focalizador atribui à oração causal maior relevância, conduzindo o leitor a um argumento que fundamente o fato enunciado na oração principal.

Outros focalizadores também apontam para uma escala de relevância maior, no discurso, das construções de causalidade, aqui estudadas sob a forma de orações causais e explicativas. É o caso de *ainda mais* e *até mesmo*, marcados por maior efeito de argumentatividade se comparados a estruturas como a forma

*mesmo*, presente em várias ocorrências no *corpus* e transcritas ainda neste momento de análise.

Em uma moldura discursiva voltada à maior subjetividade ou ao envolvimento do enunciador, os dois exemplos a seguir demarcam uma relação causal entre sentenças, as quais se dão sob a influência de um viés argumentativo mais voltado à persuasão do que ao convencimento, nos termos estudados no Capítulo 1 desta pesquisa. Isso porque a construção introduzida pelo conector *porque* apresenta um motivo para o que se afirma como verdade na primeira oração do período em que ocorrem.

No primeiro caso, trata-se do texto “Suprema cautela”, publicado em 15/04/16, que tratou do debate no STF, em uma sessão que discutiu a ordem em que os deputados votariam o impeachment da presidente. Assim, o enunciador afirma que “o fantasma de Eduardo Cunha pairou durante toda a sessão”, discurso dotado de efeito subjetivo, por conta, inclusive, da seleção de alguns vocábulos, como “fantasma”, por exemplo. Em seguida, apresenta-se motivo de se declarar isso: a ideia de se começar a votar do sul para o norte favorecia os votos a favor do impeachment.

O emprego da expressão “ainda mais”, analisada em sua propriedade de focalização discursiva, sugere que a ideia veiculada pela forma “fantasma” e da forma “pairar” poderiam ser justificadas por conta de uma série de fatores, dentre os quais o enunciador seleciona o que, para ele, representa maior relevância do ponto de vista argumentativo.

(18) O fantasma de Eduardo Cunha pairou durante toda a sessão, ainda mais porque o rito que ele havia anunciado inicialmente, começando a votação do sul para o norte, tinha a clara intenção de favorecer os votos a favor do impeachment, mais numerosos nas regiões do país mais desenvolvidas. (Texto 14, Pereira, M., Jornal O Globo, 15/04/16)

No exemplo seguinte, em que se analisa a função focalizadora da expressão “até mesmo”, verifica-se o único caso de construção causal intercalada, encontrado no *corpus* analisado. Ainda nesta ocorrência, vê-se a coordenação de uma estrutura subordinada, em que se conjugam uma oração causal desenvolvida (“porque Mariz



assinou manifesto contra as delações premiadas”) e uma oração causal reduzida de infinitivo<sup>39</sup> (“por ser seu amigo”), conectadas por meio da conjunção aditiva E.

O fragmento a seguir encontra-se no texto 25 do *corpus*, intitulado “Todos contra a Lava-Jato”. O texto argumenta sobre a importância de o presidente Michel Temer ganhar a credibilidade da sociedade brasileira, mais importante, naquele momento, do que qualquer interferência em prol do restabelecimento das bases da economia, por exemplo.

Assim, o colunista afirma que o presidente “consertou” decisões equivocadas, como as de ter nomeado políticos investigados, mas ainda admite que muitos deles ainda são contrários à Operação. Com teor de condenação, o enunciador apresenta razões para que Temer seja acusado de saber que, por exemplo, Antonio Mariz tivesse críticas à atuação da Polícia Federal, do Ministério Público e de Moro.

Para enunciar tais motivos, o discurso ganha um efeito argumentativo marcado pela forma “até”, que aponta para uma escala argumentativa que objetiva apresentar à sequência causal uma importância discursiva. Dentre as razões, citam-se o fato de Mariz ter assinado manifesto contra as delações premiadas e de ser seu amigo. A primeira tem base mais lógica, real, assenta-se em um fato; a segunda, configura uma interpretação diagnóstica e de cunho mais subjetivo, portanto.

(19) Ele já deu muitos passos em falso na formação de seu ministério, entre eles nomear políticos que estão sob a mira de investigações, alguns consertou a tempo, mas o que incomoda é que muitos deles se referem à maneira de tratar a Operação Lava-Jato. Quando escolheu o advogado Antonio Mariz para ministro da Justiça, sabia, até mesmo porque Mariz assinou manifesto contra as delações premiadas, e por ser seu amigo, que ele tinha críticas à atuação da Polícia Federal, do Ministério Público e do próprio Sérgio Moro. (Texto 25, Pereira, M., Jornal O Globo, 24/05/16)

As quatro ocorrências de focalizadores antes do conector *porque*, listadas a seguir, apresentam a forma *mesmo*, como a selecionada em maior frequência pelo enunciador, nos textos investigados nesta pesquisa, contabilizando um total de cinco ocorrências.

---

<sup>39</sup> Embora seja identificada, a oração causal na forma reduzida não é objeto de estudo desta pesquisa.

Em todos os casos, não se identifica uma relação marcada por uma causa real, do tipo lógica. Em outras palavras, o focalizador *mesmo*, no *corpus*, contribui para a veiculação de causas formais ou, ainda, explicações para posturas assumidas pelo enunciador, sob a forma de atos de fala, caso discutido no exemplo a seguir:

(20) Duvido que algum deles mude de posição revoltado com a antecipação de Temer, mesmo porque não há nenhum motivo no discurso que justifique uma reação dessas. A fala de Temer, ponderada e conciliadora, deve, ao contrário, ter dado a algum indeciso a garantia de que um eventual novo governo não perseguirá nenhum partido e, mais importante, não exterminará os programas sociais como dizem os governistas. (Texto 12, Pereira, M., Jornal O Globo, 12/04/16)

No exemplo acima, percebe-se a ocorrência de uma construção focalizada por meio do termo “mesmo” acompanhada da conjunção *porque*, a qual introduz uma construção de explicação. O período composto é organizado a partir da menção, em primeiro lugar, de um ato de fala declarativo, a saber “Duvido que algum deles (líderes partidários) mude de posição revoltado com a antecipação de Temer”, em que há explicitamente, por meio da forma verbal “duvido” o envolvimento do narrador com o que é veiculado na sequência de caráter argumentativo.

Entende-se, nesse caso, que a construção introduzida pelo *porque* é classificada como explicativa, dado que funciona como uma justificativa que visa ao consentimento da verdade da primeira afirmação. A expressão “duvido”, no contexto em que é empregada, também reforça a postura argumentativa do sujeito enunciador, visto que a informação que veicula é entendida, pelo próprio enunciador, como inquestionável: nesse sentido, sugere-se, pelo discurso, que os líderes partidários não mudariam, em nenhuma hipótese, de posição, o que contribui, ainda mais, para a relevância argumentativa do texto.

O exemplo a seguir confere outra propriedade dos focalizadores: apresentar uma causa formal:

(21) A tentativa de colocar Cunha como o potencial vice-presidente de Temer parece uma boa sacada, mas é muito rocambolesca para ser levada a sério, mesmo porque caso Temer venha a ser atingido pela ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), provavelmente Cunha já estará fora da

presidência da Câmara [...] (Texto 13, Pereira, M., Jornal O Globo, 13/04/16)

No exemplo anterior, tem-se uma construção de causa marcada por um julgamento do enunciador existente no domínio epistêmico, segundo Neves (2000). Isso se dá porque a causa se baseia em uma relação entre proposições (orações), as quais contemplam fatos possíveis, considerando, nesse caso, a avaliação do falante.

Por exemplo, quando o enunciador diz, na primeira oração, que “a tentativa de colocar Cunha como o potencial vice-presidente de Temer parece ser uma boa sacada, mas é rocambolesca para ser levada a sério”, encontram-se duas avaliações por parte do sujeito enunciador, assim discriminadas: “parece uma boa sacada” e “é muito rocambolesca para ser levada a sério”. Esses são julgamentos aos quais se associam a oração causal, que é entendida, nesse caso, não como veiculadora de uma causa real, mas uma causa formal, nos termos de Neves (2000).

O que se percebe, ao serem analisadas as construções causais que ocorrem acompanhadas de um focalizador, é que, em geral, veiculam motivos que não se enquadram em um discurso lógico, baseado na relação causa-efeito. Ao contrário, fundam-se em uma base discursiva com finalidades comunicativas de persuasão, a fim de se suggestionar um leitor com base em argumentos de ordem avaliativa, em que se pressupõe um envolvimento discursivo do sujeito enunciador, que organiza a sequência com base em um julgamento seguido de uma justificativa, no contexto em que se insere.

O emprego dessas marcas linguísticas focalizadoras é justificável, portanto, no discurso jornalístico opinativo, em que o propósito, nos casos dos textos aqui analisados, é o de, por meio da organização dos elementos estruturais do gênero coluna, comentar fatos políticos em vigor no cenário brasileiro, no período em que foram selecionados.

#### 4.4.2 Orações “desgarradas”

Além da apresentação de um vocabulário de realce, como se vê nos exemplos apontados na Seção anterior, o *corpus* fornece dados em que as construções de causalidade aqui estudadas ocorrem sob a forma de estruturas “desgarradas”, ou seja, sem a oração principal ou matriz, na constituição do período.

Segundo Decat (2008), autora que instituiu o rótulo sob uma análise amparada em princípios de análise funcionalista, as orações subordinadas adverbiais (hipotáticas), tratadas como dependentes ou como subordinadas pelos estudos de base tradicional, ocorrem em português de modo “desgarrado” em relação à estrutura que a antecede. Isso porque são construções que denotam unidades de informação por si mesmas, o que possibilita a apresentação, no discurso, desse tipo de construção sintática. Assim, tais construções assentam-se no discurso separadas da oração matriz por ponto, em contraste com a forma canônica do período complexo formado a partir do processo de estruturação sintática reconhecido como subordinação.

Nos dois exemplos que se seguem, além da presença de um focalizador, existe o fato de apresentar realce na forma como a estrutura causal se estabelece no enunciado: a oração adverbial ocorre isoladamente, também por conta de uma estratégia de focalização.

Nas ocorrências abaixo, como se vê nos dois exemplos a seguir, a construção “desgarrada”, nos termos de Decat (2008), assemelha-se a construções em posição posposta e funciona como adendo, como uma espécie de informação suplementar, por força de pretensões argumentativas que se concretizam, no discurso, por meio de estratégias de focalização ou de realce.

(22) As condições políticas para comandar o partido esvaíram-se diante da constatação de que novas denúncias devem ser apresentadas contra ele proximamente. No momento, ao que tudo indica, o presidente do Senado está mais empenhado em se defender das acusações do que em tentar aumentar seu poder dentro do partido, que, aliás, já foi maior. Mesmo porque a maioria do PMDB prefere se afastar do PT, e não se reaproximar

mais dele, como pretende Calheiros. (Texto 6, Pereira, M., Jornal O Globo, 20/01/16)

O segundo exemplo apresenta um dado novo: além da palavra *mesmo*, ainda se tem o vocábulo *até*, que aponta para uma escala argumentativa mais realçada no discurso. Assim, o argumento de que o “endividamento foi utilizado como forma de financiamento de políticas públicas prioritárias”, isolado na sequência, é a razão que motivou a avaliação, sob a forma de refutação, de Anastasia, a respeito de “não ser razoável a suposição” de que a presidente desconhecesse a dívida a bancos públicos.

(23) Anastasia refutou também como não sendo razoável a suposição de que a presidente da República “não soubesse que uma dívida da ordem de R\$ 50 bilhões junto a bancos públicos federais pairava na atmosfera fiscal da União”. Até mesmo porque, lembrou, esse endividamento foi utilizado como forma de financiamento de políticas públicas prioritárias. (Texto 19, Pereira, M., Jornal O Globo, 05/05/16)

Mesmo sem a presença de elementos focalizadores, como os analisados nesta Seção, no *corpus* investigado, ainda ocorre outra construção desgarrada. Convém acrescentar que a forma de pergunta-resposta permite relacionar a oração introduzida pelo conector *porque* à oração principal, apontada no período anterior, o que garante a coesão textual e seu efeito de argumentatividade, como se pode conferir no exemplo seguinte:

(24) Não seria preciso, portanto, ser tão maquiavélico, bastando apoiar o governo Dilma com Lula de primeiro-ministro. E por que não foi possível essa manobra? Porque os dois foram apanhados com a boca na botija, tentando obstruir a Justiça. (Texto 19, Pereira, M., Jornal O Globo, 05/05/16)

Em outros casos, a construção desgarrada ocorre com um elemento de coesão sequencial, como se vê no exemplo seguinte, extraído do *corpus*. Tem-se, no primeiro parágrafo abaixo, um posicionamento do enunciador, por meio da menção da forma verbal “duvido”, a qual aclara o ato de fala. Para que se mencione um argumento para a opinião aclarada, o enunciador elenca justificativas: a primeira

delas, enunciada a partir do conector “primeiro” é a afirmação de que “está claro que foi um erro”.

(25) A atitude de Fernando Henrique pode ter sido considerada arrogante por muitos eleitores, mas duvido que os deputados que são os eleitores da eleição do próximo domingo se surpreendam ou se indignem com o vazamento do discurso de Temer.

Primeiro porque está claro que foi um erro, não uma atitude arrogante. E o texto é absolutamente conciliatório, humilde até. A indignação dos adeptos da presidente Dilma tem sua razão de ser, faz parte da luta política, e eles têm mesmo que exacerbar a reação para tentar reverter uma situação que parece tender à aprovação do impeachment. (Texto 12, Pereira, M., Jornal O Globo, 12/04/16)

Do total de 79 construções de causalidade conjuntivas analisadas, apenas 4 casos de estruturas desgarradas foram encontrados, todos em construções introduzidas pelo conector *porque*. Tais estruturas quando se apresentam desse modo e, sendo assim, em posição posposta, funcionam como estratégia de focalização discursiva.

As orações analisadas nesta Seção, dessa forma, caracterizam-se por apresentar um maior grau de argumentatividade, o que se legitima com o fato de que possuem a informação de destaque da sequência. As orações aqui transcritas apontam para o envolvimento do enunciador com o propósito argumentativo, a partir da utilização de estratégias linguísticas, por meio da seleção de um tipo de organização sintática diferente e, nesse sentido, mais persuasiva.

Justifica-se, assim, a sua ocorrência nos textos coletados para esta pesquisa, uma vez que se pauta na produção escrita de Merval Pereira, em textos do gênero jornalístico opinativo, que têm no convencimento ou na persuasão o seu objetivo central, essa é uma das estratégias para destacar ou para realçar a argumentação.

#### 4.4.3 Construções causais e explicativas após um encapsulador anafórico

As construções de causalidade introduzidas por *porque* também podem ocorrer em relação a um pronome com função encapsuladora anafórica, o qual remete a toda a sequência anterior de texto e, assim, contribui para o encadeamento das ideias.

O termo “anáfora”, nos termos de Koch (2004), é empregado com o objetivo de designar expressões que, no texto, reportam-se a enunciados, expressões, conteúdos ou contextos textuais, mencionando-os, com o intuito de contribuir para a continuidade tópica referencial. Trata-se de um dos tipos de coesão endofórica, segundo a qual se *aponta* (daí a denominação *fórica*) para elementos referentes ou sequências apresentadas *dentro* do texto, ou ainda, no co-texto (daí o termo *endo*, portanto).

Como recuperam informações já mencionadas, os termos *isso* ou *tudo*, encontrados no *corpus*, denotam o que se pode chamar *informação velha*, conhecida ou pressuposta pelos sujeitos envolvidos no discurso. Assim, a informação nova é veiculada pela oração introduzida pelo conector *porque*. Tal oração, em posição posposta, ganha relevância argumentativa e favorece o alcance dos propósitos pretendidos pelos textos do gênero jornalístico opinativo em questão.

Nesse contexto, após um fenômeno de encapsulamento de informações, focaliza-se o que é enunciado na oração causal, conforme se pode confirmar a partir da análise dos exemplos<sup>40</sup> seguintes:

(26) Mas esse seria um efeito colateral da homenagem, que tem como objetivo central agradar a essa parte da esquerda que será essencial para a luta política da próxima legislatura. Superada essa fase, no entanto, a homenagem a Brizola pode ter uma função política mais ampla, encaixando-se como uma luva em um projeto que vem sendo gestado nos bastidores do PT: a chamada frente popular de esquerda, que substituiria o petismo na disputa presidencial de 2018, mesmo que Lula venha a ser o candidato.

---

<sup>40</sup> Como a oração em análise relaciona-se a uma expressão anafórica, convencionou-se apontar uma sequência anterior de texto à qual o pronome (demonstrativo ou indefinido) faz referência.

Isso porque o PT corre o risco de ser sacrificado na luta da Justiça contra a corrupção, mesmo que apenas simbolicamente. Mas há um risco real de acontecer com o PT o que aconteceu com a Democracia Cristã (DC), o Partido Socialista Italiano (PSI), o Partido Social-Democrata Italiano e o Partido Liberal Italiano depois da Operação Mãos Limpas, todos perderam força política e desapareceram. (Texto 4, Pereira, M., Jornal O Globo, 01/01/16)

Em posição posposta, a construção objetiva apontar, no discurso, o motivo pelo qual a homenagem a Brizola pode ter uma função política de encaixamento em um projeto conhecido como a “frente popular de esquerda”, o que levaria à substituição do “petismo” na disputa presidencial de 2018. Assim, nessa posição posposta, a causa é evidenciada.

Há outros casos de ocorrências no *corpus*, como os transcritos a seguir:

(27) Essa decisão que está prestes a ser tomada de não participar de um eventual governo presidido por Michel Temer em tudo se parece com a atitude criticável do PT, que comandou o processo de impeachment contra Collor em 1992 e depois se recusou a participar de seu governo. Tudo porque Lula considerava que o governo de Itamar Franco fracassaria, e a eleição presidencial de 1994 cairia em seu colo. Há no PSDB quem pense até mesmo em propor a expulsão do tucano que aceitar, mesmo a nível pessoal, participar do governo Temer, a mesma coisa que fez o PT, que expulsou Luiza Erundina por ter aceitado o convite de Itamar para ser sua ministra. (Texto 16, Pereira, M., Jornal O Globo, 24/04/16)

No fragmento transcrito acima, aponta-se o pronome *tudo* como um elemento anafórico que condensa a informação apresentada anteriormente, a fim de marcar a progressão das ideias, por meio da menção de uma oração causal, em posição posposta. O pronome, então, retoma a sequência “comandou o processo de impeachment contra Collor em 1992 e depois se recusou a participar de seu governo”, referindo-se ao PT. A causa para ter comandado o processo de impeachment na ocasião descrita e de se recusar a participar do governo de Collor funda-se na ideia de que “Lula considerava que o governo de Itamar Franco fracassaria”, fragmento realçado no texto por conta da posição posposta que a oração introduzida pelo conector *porque* ocupa, na arquitetura do período.

No exemplo a seguir, o pronome demonstrativo contribui para marcar a sequenciação de ideias e concatenação entre os períodos, pelo fato de que seu uso



evidencia a relação entre partes do texto, por designar um recurso linguístico anafórico. Assim, nessa ocorrência, admite-se que o pedido de afastamento de Eduardo Cunha seria notícia “ruim” para Dilma, no dado momento político. Em seguida, apresenta-se a razão, sob a forma de construção introduzida pelo conector *porque*, para que se tenha esse tipo de posicionamento por parte do enunciador: “a saída de Cunha do comando político da Câmara abre espaço para o processo de impeachment sem a contaminação da sua imagem pública”.

(28) O ano de 2015 chega assim ao fim no calendário oficial, mas suas angústias se prolongarão por 2016, com seus efeitos se fazendo sentir na política e na economia. A notícia de que, ontem ao final do expediente do Supremo, o Procurador-Geral da República Rodrigo Janot encaminhou um pedido de afastamento do presidente da Câmara Eduardo Cunha fecha a série de notícias ruins para a presidente da República. Isso **porque** a saída de Cunha do comando político da Câmara abre espaço para o processo de impeachment sem a contaminação da sua imagem pública, que serve de biombo para reduzir o processo a uma vingança pessoal. O voto do ministro Luiz Fachin, por seu turno, também se encarregou de reduzir a carga da imparcialidade de Cunha nesse processo, ao admitir que sua parcialidade está dentro do que se espera de um processo político, sem invalidar o ato. (Texto 2, Pereira, M., Jornal O Globo, 17/12/16)

A única ocorrência que se dá com o pronome retomando conteúdo no interior de um parágrafo é o que se transcreve a seguir:

(29) Não será surpresa se nos próximos dias, a pedido de Picciani, a própria presidente Dilma ou seu ministro principal Jaques Wagner sejam obrigados a dar declarações favoráveis a Marcelo Castro. Isso **porque** a disputa pela liderança do PMDB está acirrada, e Picciani corre o risco de perder a eleição, o que vai levar novamente o impeachment para o centro do debate político. (Texto 7, Pereira, M., Jornal O Globo, 27/01/16)

Nesse caso, o pronome recupera toda a sequência imediatamente anterior, no mesmo parágrafo. Em um texto intitulado “Causa e consequência”, Merval Pereira aponta a ideia de Dilma ser induzida a dar declarações a favor do então Ministro da Saúde Marcelo Castro, em conivência a um pedido de Picciani, na ocasião Líder do PMDB na Câmara. Um dos motivos selecionados no texto é o fato de que a disputa pela liderança do partido estaria disputada, o que poderia colocar em risco a eleição de Picciani e, por conta disso, retomar as ações a favor do processo de impeachment da presidente. A informação mais relevante não seria,

portanto, a encapsulada por meio do pronome *isso*, mas a subsequente, a qual apresenta a disputa como a razão para o que se diz antes, dando ao discurso um enfoque mais argumentativo.

No *corpus* analisado, contabilizaram-se três ocorrências do pronome demonstrativo ISSO com função anafórica, seguido de construção introduzida pelo conector *porque*, e uma ocorrência do pronome indefinido TUDO, com mesma função coesiva. Em apenas uma das ocorrências de construções dessa configuração no *corpus*, tal construção se dá no interior dos parágrafos, o que pode levar à conclusão de que esse recurso coesivo pode ser produtivo na organização do processo de referenciação textual que prevê a coesão entre parágrafos do texto.

A posposição da construção de causalidade, nesses casos, é entendida como um recurso de focalização argumentativa, a qual realça a razão de um fato ou de um posicionamento, a partir do encapsulamento da sequência anterior.

#### 4.4.4 Construções causais e explicativas pospostas a estruturas não oracionais

A Seção 4.4.2. deste trabalho ocupa-se, como se pode verificar, das estruturas ditas *desgarradas*, que ocorrem isoladas na sequência textual e, portanto, delimitadas, graficamente, por ponto, sem a presença de uma oração principal ou matriz, conforme previsto em estudos de ordem mais tradicional. Por constituírem um período sem relação explícita com outra sequência, funciona tal como uma oração posposta, veicula informação nova e atende aos propósitos de realce discursivo.

Além de tais tipos de construção sintática, no *corpus* em análise, encontram-se expressões não demarcadas por um núcleo verbal e, dessa forma, não entendidas como arranjos do tipo oracionais. No *corpus* coletado, houve cinco ocorrências de estruturas conectivas, quatro delas introduzidas pelo conector *pois* e uma delas introduzida pelo conector *já que*.

Observaram-se construções iniciadas por elementos conectores, como “Além de” e “Apesar de”, articuladores sintáticos que, no primeiro caso, veiculam um núcleo nominal de caráter pejorativo ou com finalidade de condenação, como os termos “desprestígio” ou “ridículo da situação”. Por outro lado, no segundo caso, a locução prepositiva vincula-se à palavra “protesto”, a qual remete a um juízo de valor ou julgamento sobre uma ação da presidente Dilma Rousseff, cuja razão é apontada em seguida e baseada em fatos reais. Todos os casos aqui descritos demarcam a subjetividade do texto, por meio do envolvimento do enunciador, com postura argumentativa.

Nesse contexto, as construções nominais que precedem a construção de causalidade funcionam como veiculadores de um posicionamento do enunciador, de caráter avaliativo a respeito de determinado contexto ou episódio no cenário político brasileiro, no período em tela. Nesse sentido, a construção de causalidade arranja-se ao texto, com o intuito de justificar tal postura do enunciador, como se percebe no fragmento:

(30) Isso porque o PT corre o risco de ser sacrificado na luta da Justiça contra a corrupção, mesmo que apenas simbolicamente. Mas há um risco real de acontecer com o PT o que aconteceu com a Democracia Cristã (DC), o Partido Socialista Italiano (PSI), o Partido Social-Democrata Italiano e o Partido Liberal Italiano depois da Operação Mãos Limpas, todos perderam força política e desapareceram.

Além do desprestígio, pois recente pesquisa mostrou que o PT é o partido que mais perdeu eleitores entre os jovens, há uma multa rigorosa que o Ministério Público pretende aplicar aos partidos envolvidos nos escândalos de corrupção, e não apenas o PT. (Texto 4, Pereira, M., Jornal O Globo, 01/01/16)

A expressão nominal “Além do desprestígio” contém uma avaliação sobre o PT, a qual reflete envolvimento do enunciador, o qual menciona a razão, pautada em um fato: o partido perdeu eleitores entre os jovens. Ressalte-se que a avaliação que se faz em tal expressão nominal refere-se a um dado - ter perdido eleitores entre os jovens, que ainda será mencionado no texto, sob a forma de construção de causalidade. Mais uma vez, a construção posposta ganha relevância argumentativa.

O mesmo fenômeno de construção discursiva ocorre no exemplo a seguir, em que se menciona uma avaliação sobre um fato político envolvendo a presidente

Dilma Rousseff como “ridículo da situação” e se declaram os motivos para se avaliar, dessa maneira pejorativa, a situação, os quais são (i) “o fato de ter viajado em avião oficial do governo que preside, com todo o aparato formal da Presidência da República”; (ii) o fato de que “terá a assessoria dos órgãos diplomáticos que representam o país que ainda governa”; (iii) “e regressará no domingo para reassumir seu posto”. Segundo o sujeito enunciador, todas essas ações levariam a presidente à culpa por manchar “a imagem do país no exterior”.

Todo o desdobramento de orações complexas se dá por meio da combinação de três orações conectivas: a primeira introduzida pelo conector *já que* e as duas outras ocorrências oracionais, em que o conector se dá de modo elíptico e, portanto, aparecem justapostas à primeira. Em extensão, pressupõe-se que as construções causais ocorrem com maior densidade informação e que a avaliação proposta na expressão que inicia o período funcionaria como um mecanismo introdutor de informações novas no texto, que, por sua vez, estariam materializadas, em discurso, sob a forma de construções adverbiais.

(31) Se ainda restar um pouco de juízo à presidente Dilma Rousseff, ela não usará uma tribuna da ONU para denunciar o suposto golpe de que estaria sendo vítima no Brasil. Além do ridículo da situação, já que viajou em avião oficial do governo que preside, com todo o aparato formal da Presidência da República, terá a assessoria dos órgãos diplomáticos que representam o país que ainda governa e regressará no domingo para reassumir seu posto, a presidente Dilma estará se utilizando do cargo de Chefe de Estado para macular a imagem do país no exterior. (Texto 15, Pereira, M., Jornal O Globo, 22/04/16)

No exemplo analisado a seguir, tem-se uma ocorrência caracterizada pela organização de uma sequência argumentativa, a qual se constitui com base em uma estrutura ampla de concessão, dentro da qual se identifica uma construção de causalidade, seguida de oração principal a tal estrutura concessiva, a qual veicula o argumento mais forte da sequência, sob a forma de oração principal.

No interior da estrutura concessiva, atuando como parte de um argumento fraco na sequência argumentativa, tem-se uma estrutura de causalidade. A ideia central que ampara o emprego da construção de causalidade em estudo envolve o fato de a presidente Dilma ter sancionado sem vetos a produção de “pílula do

câncer” (oração matriz), o que gerou protesto da comunidade científica (construção concessiva anteposta), justificado, no texto, pelo fato de não ser aprovada cientificamente (construção de causalidade), conforme verificado a seguir:

(32) Apesar do protesto da comunidade científica, pois a pílula não é aprovada cientificamente, a presidente Dilma Rousseff sancionou sem vetos sua produção. (Texto 21, Pereira, M., Jornal O Globo, 08/05/16)

A posição posposta evidencia a relevância argumentativa que a relação de causalidade apresenta no discurso, mesmo que, neste terceiro dado analisado, ocorra no interior de uma sequência já subordinada a outra oração.

#### 4.5 Construções causais e explicativas introduzidas por advérbios de dúvida

De modo distinto do que se percebe com o emprego dos focalizadores analisados na Seção 4.4.1., quando se tem um advérbio de dúvida, como *provavelmente* ou *talvez*, encontrados no *corpus* e transcritos a seguir, observa-se uma relativização da postura do sujeito enunciador em relação ao que é veiculado na sentença causal. Isso faz com que a sequência causal perca relevância discursiva, com a presença de tais modalizadores.

Castilho (2010) apresenta os modalizadores discursivos como recursos que expressam opinião sobre a crença quanto ao estado de coisas veiculado na construção à qual se relaciona. Ressalte-se, nesse sentido, que os modalizadores discursivos revelam subjetividade porque envolvem a postura do enunciador com relação ao conteúdo objetivo do enunciado, como se verifica a partir da análise dos fragmentos abaixo:

(33) Não é nisso que os petistas acreditam, e nem foi essa a conversa que ele teve com o próprio Lula recentemente, onde se tratou de um futuro sem Dilma. Os deputados e senadores que buscam o melhor preço para seus votos estão atordoados. Não sabem em quem acreditar, se no PT de Lula, que monta um ministério com o baixo clero, mas joga mesmo no apoio dos movimentos sociais, se no PMDB de Temer, que sinaliza para uma direção jamais vista no partido, provavelmente porque o PMDB nunca esteve tão

próximo do poder real do que agora. (Texto 10, Pereira, M., Jornal O Globo, 03/04/16)

No exemplo acima, o uso do modalizador *provavelmente* provoca, no discurso, uma ideia de *incerteza moderada* por parte do enunciador, em relação à atribuição de uma razão para se sustentar a ideia de o PMDB assumir uma direção jamais vista no partido. Assim, o emprego do modalizador indica que o conteúdo veiculado na construção de causalidade não foi totalmente considerado ou assumido pelo enunciador, o que se comprova também no exemplo a seguir, a partir do uso do modalizador *talvez*.

(34) Também o senador Jader Barbalho, que não compareceu por motivo de doença, se puder comparecerá na votação final para apoiar Temer, que colocou seu filho, Hélder no ministério da Integração Nacional. E outro faltante, o senador Eduardo Braga, deve estar magoado, pois, embora fosse o candidato de Renan Calheiros, não entrou no ministério, talvez porque não tenha convencido de que tinha justa causa para faltar. (Texto 22, Pereira, M., Jornal O Globo, 13/05/16)

No exemplo acima, o modalizador *talvez* designa *grande incerteza* em relação ao que se expressa na construção de causalidade, em que ocorre o conector *porque*. A ideia de “não ter convencido de que tinha justa causa para faltar” funciona como uma suposição ou interpretação diagnóstica, marcada por uma relação de subjetividade na seleção de possíveis justificativas para o fato, por parte do sujeito enunciador, a qual, introduzida por um modalizador, perde sua relevância argumentativa, no contexto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As orações subordinadas adverbiais causais e as orações coordenadas sindéticas explicativas receberam, durante muitos anos, um tratamento, por parte dos estudos de base tradicional, voltado, no mais das vezes, para a análise da configuração dos enunciados e de que maneira relacionavam-se na constituição do período composto.

Conforme se apontou no Capítulo 2 desta pesquisa, em que foram retomados os estudos gramaticais sobre a conexão causal e explicativa em compêndios de orientação tradicional, de forma geral, a abordagem de tais estruturas sintáticas era restrita à abordagem da relação sintática que se estabelecia entre enunciados, em detrimento de uma análise que se voltasse a aspectos de ordem discursiva.

Ainda no Capítulo 2, abordaram-se, no entanto, os estudos linguísticos mais atuais, em que tal objeto de estudo teve seu conhecimento mais aprofundado. Inclusive as gramáticas, como as de Bechara (1999) e de Azeredo (2008) ampliam a abordagem para além dos limites da oração complexa. No entanto, é necessário, ainda, que essas abordagens sejam sistematizadas e levadas aos usuários da língua.

Com esta pesquisa, tornou-se possível verificar que a construção de causalidade do português, mais especificamente o seu viés que engloba as noções de causa e de explicação, é uma das formas que conduzem o pensamento em prol de propósitos argumentativos. Sendo forma básica de pensar, contribui para que o enunciador estruture a argumentação que se instaura em seu discurso.

Tomando-se como fundamento as características do gênero jornalístico opinativo, mais especialmente do gênero coluna, aqui elencadas no Capítulo 1 e no momento de Análise dos Dados, no Capítulo 4, tornou-se evidente, neste estudo, que as construções explicativas são as formas mais básicas de apresentação, seguidas das construções causais assentadas em julgamento do enunciador, em detrimento das estruturas de causa baseadas em uma relação lógica entre fatos, em que manifestam noção de causa real. Isso confirma a hipótese de que haveria, nos

textos analisados, maior ocorrência de construções de causa e de explicação que deixassem bem marcada o envolvimento do enunciador no texto, a fim de cumprir a sua característica de persuasão.

Confirmou-se a hipótese inicial de que seriam frequentes os usos de construções de causa e de explicação nos textos coletados, o que se pode afirmar a partir da construção de um repertório considerável de ocorrências de orações que remetesse às noções de causa e de explicação, totalizando-se setenta e nove casos, no *corpus* analisado, composto de vinte e sete textos. Entretanto, é relevante mencionar que as estruturas analisadas não foram observadas várias vezes no mesmo texto. Houve apenas um caso, texto 22, com seis ocorrências desse tipo de construção; nos demais, encontraram-se em torno de 1 a 4 ocorrências.

Nas construções causais e explicativas conjuntivas selecionadas no *corpus*, os conectores *porque* e *pois* foram encontrados com maior frequência, confirmando o que preveem as gramáticas tradicionais. Outros conectores também foram identificados no *corpus*, como *uma vez que*, *já que* e *como*, menos frequentes, conforme se confere no Capítulo 4.

Ressalte-se que os vinte e sete textos que compõem o *corpus* desta pesquisa não foram selecionados de forma aleatória. Procedeu-se, desse modo, a uma coleta de dados de textos do colunista Merval Pereira, em um primeiro momento, nos quais fosse abordado o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Assim, coletaram-se setenta e cinco textos, dos quais apenas vinte e sete textos apresentaram orações causais e explicativas introduzidas pelo conector *porque*, critério utilizado para a seleção dos dados a serem analisados. Nestes vinte e sete textos, convencionou-se contemplar todas as ocorrências de construções de causa e de explicação conectivas.

Segundo os postulados da Análise do Discurso, apontados no Capítulo 1, mais especificamente os da Semântica Argumentativa e os da Análise Semiolinguística do Discurso, defende-se que o emprego das construções causais e explicativas no texto concretizam estratégias discursivas empregadas pelo sujeito enunciador. Isso porque expressam o envolvimento do enunciador ou a



subjetividade, e funcionam como pistas ou argumentos para que se alcance o seu propósito argumentativo.

Essas propriedades discursivas apresentadas pelas construções de causa e de explicação são muito relevantes no processo de comunicação, visto que são instrumentos que a língua oferece ao falante para a construção de um discurso que se pretende argumentativo e que, por essa razão, possa envolver o outro sem que ele perceba. Acrescente-se a isso o fato de que, a partir da observação das estruturas de causa e de explicação, aqui analisadas, pode-se afirmar que constroem uma imagem do sujeito enunciador, no discurso, o que promove o seu teor argumentativo.

No discurso jornalístico opinativo, esse caráter argumentativo dos textos é muito importante, ao se considerar o contrato de comunicação que se estabelece entre o autor e o leitor, emissor e receptor. Cabe a esse sujeito enunciador, no discurso que constrói, envolver a noção de credibilidade e de captação. Para tanto, é preciso desenvolver sua capacidade discursiva, que envolve o uso de estratégias, em que se pode destacar o emprego de construções de causa e de explicação.

A construção causal, ao contrário do que ocorre com a construção explicativa, pode ocorrer em anteposição ou posposição, na constituição do período complexo. Nesse sentido, conclui-se que a posição funciona como um mecanismo linguístico relacionado ao estabelecimento do fluxo informacional do texto. Dessa maneira, a construção de causa pode ora introduzir uma informação nova no texto ora retomar uma informação mencionada ou um conteúdo pressuposto, a depender de sua posição no enunciado.

Assim, quando antepostas, veiculam informação velha, conhecida ou partilhada; em posição posposta, padrão ou canônica, asseguram a menção de um dado novo. A posição anteposta, portanto, constitui um dos mecanismos acionados pelo enunciador para avançar com a informação sobre o seu posicionamento de forma mais respaldada. De modo geral, não se deve dispensar a consideração da mobilidade posicional apresentada pelas construções causais, já que designam um importante recurso para o cumprimento da finalidade argumentativa do texto.

As construções causais e explicativas ganham relevância argumentativa a partir da ocorrência com algumas estruturas de realce, observadas na Análise dos Dados. Entendem-se como estruturas de realce (a) os focalizadores adverbiais; (b) as orações causais e explicativas que ocorrem sem relação imediata com outra oração no período; (c) as construções de causalidade aqui estudadas que ocorrem após um encapsulador pronominal anafórico; e (d) as construções causais e explicativas relacionadas a estruturas não oracionais.

Todas as estruturas de realce apresentadas contribuem para potencializar o relevo argumentativo da sequência em que ocorrem, de modo que contribuem para que haja sinalização argumentativa e destaque para tais estruturas aqui estudadas. Tal recurso torna o discurso mais dinâmico, com quebras da linearidade sintática e textual ou com indícios de apontamento de escala argumentativa.

Em contrapartida, houve duas ocorrências, no *corpus*, de construções causais precedidas de advérbios modalizadores, *talvez* e *provavelmente*, os quais demarcam a subjetividade do discurso, por meio do envolvimento do enunciador, a fim de provocar um efeito relativizado da informação sugerida. Assim, evidenciam que a causa veiculada não consiste em verdade ou informação categórica por parte do enunciador, o que faz com que a sentença em estudo perca relevância argumentativa.

Por fim, cumpre salientar que a importância da gramática é indiscutível e que são as categorias gramaticais as responsáveis por realizar os padrões de significado. No entanto, ambicionou-se, nesta tese, apresentar uma proposta de ampliação da análise das orações subordinadas adverbiais causais e das orações coordenadas sindéticas explicativas, a fim de se partir de uma análise do enunciado para se avaliar a construção discursiva da argumentação, o que sugere uma alteração nos parâmetros de estudo da língua.

Considera-se, nesse sentido, que a disposição das estruturas linguísticas no texto é determinada pela intencionalidade discursiva do falante. Logo, o que se focaliza é o modo como se dá a construção de seu sentido.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, A. S. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 13. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.
- ALI, M. Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- ANSCOMBRE J-C; DUCROT, O. *La argumentación en la lengua*. Madrid: Gredos, 1994.
- AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Fundamentos da gramática do português*. 5 ed. Revista. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BECHARA, Evanildo. *Lições de Português pela análise sintática*. 17. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BELTRÃO, L. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008.
- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral*. V. 2. Campinas: Pontes, 1974.
- BONINI, Adair. Veículo de comunicação e gênero textual: noções conflitantes. D.E.L.T.A., v. 19, n. 1, p. 65-89, 2003.
- BRETON, P. *A argumentação na comunicação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos*. São Paulo: EDUC, 1999.
- CARONE, F. de B. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Morfossintaxe*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2005a.
- CASTILHO, A. T. de. *A língua falada no ensino de português*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CASTILHO, A. T. de; ELIAS, V. M. *Pequena gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.

CHAPARRO, M.C. *Sotaques d'aquém e d'além mar: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro*. Santarém: Jortejo, 1998.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

\_\_\_\_\_. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, H. et.al. *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: FALE - UFMG / Carol Borges, 1999. p.27-43.

\_\_\_\_\_. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M.A.; GAVAZZI, S. (Org.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro, Lucerna, 2005. p.11-27.

\_\_\_\_\_. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

COIMBRA, Osvaldo. *O texto da reportagem impressa: um curso sobre sua estrutura*. São Paulo: Ática, 1993.

COUTINHO, Iluska. O conceito de verdade e sua utilização no jornalismo. *Revista do Grupo Comunicacional de São Bernardo*. ano 1, n 1, jan.-jun. 2004.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 748 p.

DECAT, M. B. N. *A gramática da focalização em português: estruturas "desgarradas"*. In: Congresso Internacional da ALFAL, 15. Projeto de Pesquisa Gramática do Português. Montevideu, 18 a 21 de agosto de 2008. Disponível em: <[www.mundoalfal.org/ProjCamacho.htm](http://www.mundoalfal.org/ProjCamacho.htm)>. Acesso em: 13/01/2016.

DELL'ISOLA, R.L.P. *Retextualização de gêneros escritos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

DUARTE, M. E. L. Coordenação e subordinação. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (Org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 205-224.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Polifonía y argumentación*. Cali: Universidad del Valle, 1988. (Tradução de Ana Beatriz Campo e Emma Rodríguez)

DUCROT, O. Argumentação e 'topoi' argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989. (Tradução de Eduardo Guimarães)

FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2010. 272 p.

FONSECA, J. *Estudos de sintaxe-semântica e pragmática do português*. Porto: Porto Editora, 1993.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais*. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

GABRIEL, Valéria Cristina Barbosa. *O contraste como estratégia discursiva: uma análise de enunciados jurídicos*. 271f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Galichet, Georges. *Grammaire structurale du français moderne*. 4. ed., Montreal, Hurtubise-HMH, 1971.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 26. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2007.

GIVÓN, T. From Discourse to Syntax: Grammar as a processing strategy. In: GIVÓN, T. (Ed.) *Syntax and Semantics 12: discourse and syntax*. New York: Academic Press, 1979.

GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2002.

HALLIDAY, M. A.K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold Publishers, 1994.

HENRIQUES, C.C.H. *Sintaxe*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

HOPPER, Paul J.. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HYELMSLEV, L. *Prolégomènes à une théorie do langage*. Paris, Minuit, 1968.

ILARI, Rodolfo. *Palavras de classe fechada*. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_.A articulação entre orações do texto. In: KOCH, I.V.; BRAGA, M. L. (Org.) *Caderno de Estudos Linguísticos*. Campinas, v. 28, p. 9-18, jan.- jun., 1995.

\_\_\_\_\_; TRAVAGLIA, L.C. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1991.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 2004.

LOBO, M. *Para uma sintaxe das orações causais do português*. Comunicação: Universidade Nova de Lisboa, 2000.

LOPES, Helena Couto. *Aspectos Simbólicos, Semânticos e Pragmáticos das Construções Causais*: contributo para uma reflexão sobre o ensino da gramática. 2004. Dissertação (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras do Porto, Porto, 2004.

LUFT, Celso Pedro. *Gramática resumida*. São Paulo: Globo, 1996.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2007.

MARCUSCHI, L.A.. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P., MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.) *Gêneros textuais x Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

\_\_\_\_\_. *Questão do suporte dos gêneros textuais*, outras palavras 1, João Pessoa: UFPB, 2003.

\_\_\_\_\_. *Hipertexto e gêneros digitais*: novas formas de construção do sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MATTHIESSEN, Christian; THOMPSON, Sandra (1988). The structure of discourse and "subordination". In: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins.

MELO, J.M. de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. Gêneros jornalísticos: uma questão de gênero. In: SIMPÓSIO DE COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE, 7., 2001, Vitória. *Anais eletrônicos*. São Paulo: Intercom, 2001.

MIRA MATEUS, Maria H. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000. 1039p.

\_\_\_\_\_; BRAGA, Maria Luiza. Maria Helena (Org.). *A construção das orações complexas*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016, v. 1.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. *Os gêneros da redação escolar e o compromisso com a variedade padrão da língua*. Artigo correspondente à comunicação feita pelo autor na Mesa Redonda "A Língua Portuguesa e seu Ensino: Restrições e Liberdades", coordenada pela Doutora Maria Teresa Gonçalves Pereira, no VII Fórum de Estudos Linguísticos – UERJ, outubro de 2003.

\_\_\_\_\_. Contribuição ao estudo do modo argumentativo de organização do discurso: análise de um texto jornalístico. In: CARNEIRO, A.D. (Org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996, p.135-141.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (Org.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

\_\_\_\_\_. *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro, Lucerna, 2007.

PAIVA, Maria da Conceição de. *Ordenação de cláusulas causais: forma e função*. 1991. 238 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

PLANTIN, Christian. *La argumentación*. Barcelona, Editorial Ariel, 1998.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

RODRIGUES, V. V. O período composto: subordinação & correlação. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues & BRANDÃO, Silvia Figueiredo (Org.). *Morfossintaxe e o ensino de Português: reflexões e propostas*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2004, p.41-65.

\_\_\_\_\_. Correlação. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (Org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. p.225-236.

SAUTCHUK, Inez. *Prática de morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática*. 2. ed. Barueri: Manole, 2010.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim e colaboradores. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

SILVA, P. H. Os gêneros jornalísticos e as várias faces da notícia. *Anais do SILEL*, Uberlândia. v. 2, n. 2, 2011. EDUFU.

TESNIÈRE, L. *Eléments de syntaxe structurale*. Paris, Klinck-sieck, 1969.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Da distinção entre orações coordenadas explicativas e orações subordinadas causais: uma questão sintática, semântica ou pragmática? *Letras & Letras*, Uberlândia, n. 2, p. 241-286, dez. 1986.

\_\_\_\_\_. Composição tipológica de textos como atividade de formulação textual. *Revista do GELNE*, Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 32-37, 2003.

VALENTE, A. C. Um estudo da correlação In:\_\_\_\_\_. *Língua, Linguística e Literatura: uma integração para o ensino*. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. (Em J. Oiticica e outros autores).

VOGT, Carlos. Indicações para uma análise semântico-argumentativa das conjunções “porque”, “pois” e “já que”. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, 1: 35-50, 1978.



## ANEXOS

### TEXTOS DE AUTORIA DE MERVAL PEREIRA (FONTE: JORNAL O GLOBO)

#### TEXTO 1: Começou a disputa (08/12/15)

A partir da disputa para formar a Comissão da Câmara que analisará o pedido de impeachment da presidente Dilma teremos condições de verificar o balanço das forças políticas em jogo.

Provavelmente a oposição e dissidentes do PMDB e da base aliada governista apresentarão uma chapa alternativa, caso o vice-presidente Michel Temer e seu grupo mais próximo não consigam durante esta noite alcançar o consenso dentro do partido para a indicação no mínimo equilibrada de dilmistas e antidilmistas na Comissão.

Existe a convicção na direção nacional do partido de que a bancada dividida – Leonardo Picciani foi eleito líder por uma diferença de um voto – não pode ser representada apenas por governistas, inclusive porque o sentimento de oposição ao governo prevaleceria nos 27 diretórios do partido que estão sendo consultados pelo próprio Temer e seus assessores mais diretos como os ex-ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco.

A relação deteriorada entre Temer e a presidente Dilma esgarçou-se mais ainda com o episódio da carta enviada, em caráter pessoal, pelo vice à presidente. A carta tem o tom mais de lamento do que de rompimento, pois Michel Temer reclama que desde sempre a presidente Dilma tem demonstrado não confiar nem nele nem no PMDB.

O vice-presidente enumera uma série de fatos que demonstrariam essa falta de confiança, entre eles a interpretação pelo Palácio do Planalto de que o programa partidário “Uma ponte para o futuro” seria mais um instrumento conspiratório do partido do que uma proposta de saída da crise para o governo.

Irritou bastante o vice-presidente a interpretação, que eles atribuem a assessores presidenciais, de que a carta representaria um rompimento de Temer com Dilma. A divulgação dessa interpretação seria mais uma das muitas tentativas de intriga de assessores palacianos.

À falta de demonstrações claras de que a presidente conta com Temer como um aliado, ele próprio e seus assessores mais próximos consideraram “um deboche” a declaração da presidente Dilma de que não desconfia “nem um milímetro” do vice Michel Temer.

O fato de terem lido a carta enviada como um rompimento, e não como um desabafo pessoal de Temer, mostra para o vice-presidente que já não há mais espaço político para uma retomada de diálogo.

O desenlace da crise, com a abertura de prazos para o processo de impeachment, tornou irreversível a situação política, e agora a disputa se dará dentro da Comissão e no plenário da Câmara em sua primeira etapa.

A convocação extraordinária do Congresso por parte da própria presidente Dilma – que ontem ressaltou ser esse um direito seu garantido pela Constituição – é considerada improvável pela oposição. Consideram que o governo não dispõe de uma maioria que lhe garanta o funcionamento do Congresso no recesso, e o mais provável é que os trabalhos sejam obstruídos pela oposição e dissidentes da base governista, desgastando mais ainda o governo.

Há uma alternativa, que também não agrada à oposição, que seria encurtar o recesso, fazendo com que os parlamentares pudessem voltar no início de janeiro, depois de passarem as festas de fim de ano e réveillon. A Oposição e os dissidentes querem manter o recesso até o início de fevereiro, e o governo não parece ter maioria suficiente para aprovar a convocação extraordinária.

Todas as manobras para a formação da Comissão e a convocação extraordinária são como uma prévia do embate que se travará no plenário da Comissão, e obrigarão a que peemedebistas indecisos tenham que assumir suas posições. Mesmo ministros do governo Dilma mais ligados a Temer, como Henrique

Alves e Helder Barbalho, não terão ambiente político para se manter nos dois barcos.

## **TEXTO 2: Caminho livre (17/12/15)**

O dia de ontem adicionou dois dados fundamentais ao caminho do impeachment da presidente Dilma, o relatório do ministro Luiz Edson Fachin, que deve ser aprovado quase que por unanimidade hoje, e o rebaixamento da avaliação do Brasil pela agência de risco Fitch. O STF está dando a chancela democrática e legal ao instituto do impeachment, o que transforma em reles artifício do debate político a acusação de que se trata de um golpe.

O ano de 2015 chega assim ao fim no calendário oficial, mas suas angústias se prolongarão por 2016, com seus efeitos se fazendo sentir na política e na economia. A notícia de que, ontem ao final do expediente do Supremo, o Procurador-Geral da República Rodrigo Janot encaminhou um pedido de afastamento do presidente da Câmara Eduardo Cunha fecha a série de notícias ruins para a presidente da República.

Isso porque a saída de Cunha do comando político da Câmara abre espaço para o processo de impeachment sem a contaminação da sua imagem pública, que serve de biombo para reduzir o processo a uma vingança pessoal. O voto do ministro Luiz Fachin, por seu turno, também se encarregou de reduzir a carga da imparcialidade de Cunha nesse processo, ao admitir que sua parcialidade está dentro do que se espera de um processo político, sem invalidar o ato.

O ministro Teori Zavascki já decidiu que não usará o poder que lhe dá a relatoria para decidir monocraticamente sobre a questão, e é improvável, quase impossível, que o plenário do Supremo decida sobre o afastamento do presidente da Câmara antes do recesso do Judiciário, que começa na sexta-feira depois da última reunião plenária.

Hoje eles se dedicarão a finalizar o julgamento sobre o rito do impeachment, que pode se estender até a sessão de amanhã, e há outros assuntos na pauta. Durante o recesso, que vai até o dia 6 de janeiro, responde pelas decisões do STF o

presidente Ricardo Lewandowski, que também não deve decidir sozinho causa tão delicada politicamente.

A definição do recesso do Congresso deve sair nos próximos dias, e o mais provável é que ele se estenda até o final de janeiro. Como o Carnaval é na primeira semana de fevereiro, somente a partir da segunda semana o processo de impeachment será retomado, dessa vez com seu rito devidamente aprovado pelo Supremo, o que significa que não haverá mais espaço para judicializações que posterguem sua tramitação.

A essa altura, a Câmara já terá um novo presidente, cuja escolha indicará a tendência da maioria, provavelmente favorável ao impeachment. O senador Renan Calheiros, à parte de ter sido atingido por balas perdidas nessa última etapa da Operação Lava-Jato, perdeu o poder de barganha que teria no processo do impeachment, pois o relatório do ministro Fachin não dá ao Senado o poder de rejeitar liminarmente o impeachment aceito pela Câmara.

Calheiros também deve estar ciente de que as investigações sobre ele estão evoluindo, e, bem informado que é, não deve dar muita atenção aos boatos que sugerem que o ministro Teori Zavascki não autorizou a busca e apreensão em sua residência oficial para protegê-lo, e pedido do Palácio do Planalto.

Quem tomou conhecimento do documento do ministro-relator do Lava-Jato sabe que a não permissão deveu-se as questões meramente técnicas, tanto que o diretório do PMDB de Alagoas foi revistado e pessoas próximas a Calheiros, como Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, foram alvos da ação da Polícia Federal. Entre as muitas coisas boas que essa operação Lava-Jato está revelando estão as atuações independentes do Ministério Público, da Polícia Federal e do Judiciário envolvido nas decisões.

Mas, a partir do voto de ontem do ministro Luiz Fachin, é preciso ressaltar a independência com que os ministros do Supremo Tribunal Federal estão atuando, reafirmando a primazia da lei sobre as disputas políticas que marcam as decisões tomadas nessa quadra política atormentada que vivemos.

O ministro Fachin, cuja nomeação provocou muita polêmica e críticas – inclusive minhas - por sua atividade política pública a favor da eleição da presidente Dilma, e sua ligação com movimentos sociais esquerdistas, demonstrou que, como prometeu ao ser sabatinado no Senado, tem condições de atuar com independência no Supremo Tribunal Federal.

### **TEXTO 3: Pedras no caminho (18/12/15)**

As decisões que o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) tomou ontem trazem um alívio momentâneo para a presidente Dilma, que vê aumentarem suas chances políticas de barrar o processo de impeachment, que, mantido o parecer do relator Edson Fachin, estaria muito facilitado. O STF colocou, sem dúvida, pedras no caminho do impeachment, que parecia livre. Mas também retirou a possibilidade de o processo ser acusado de golpista.

A única decisão que me parece exorbitante, no entanto, é a intervenção na Câmara, anulando a eleição da comissão, impedindo que surjam chapas alternativas e determinando que os líderes partidários escolham os representantes, em votação aberta. Ora, se não pode haver disputa, não é eleição, é nomeação.

Agora entraremos em uma disputa política no plenário da Câmara, com o presidente Eduardo Cunha com a espada sobre sua cabeça com o pedido do Procurador-Geral da República para afastá-lo do cargo. Já há deputados pensando em um projeto de resolução que permita a apresentação de chapas avulsas, por exemplo.

A luta interna no PMDB tende a aumentar, com o presidente do Senado Renan Calheiros, agora turbinado pela decisão do Supremo, tentando tomar o controle do partido do grupo de Michel Temer.

Ele aprovou ontem um pedido ao Tribunal de Contas da União (TCU) para analisar os sete decretos que Temer assinou no exercício da presidência, aumentando verbas no Orçamento sem autorização do Congresso, o que fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, mesma acusação que é uma das bases do impeachment contra Dilma.

Assessores de Temer garantem, no entanto, que quando assinou tais decretos, o orçamento ainda estava dentro do previsto, e somente quando as metas já foram estouradas é que eles caracterizam uma quebra da LRF. De qualquer maneira, o gesto hostil de Calheiros demonstra que a divisão do PMDB está cada vez mais acentuada, e aumentará ainda mais com a escolha da nova Comissão.

Se for impossível apresentar uma chapa alternativa, que já tem a maioria do plenário da Câmara, pode ser que a maioria não vote na chapa oficial, derrotando-a politicamente.

Se foi surpreendente que o relator da ação relacionada ao impeachment da presidente Dilma, ministro Edson Fachin, tenha sido derrotado tão largamente na votação do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) ontem, não é surpresa que a decisão da maioria tenha sido manter o rito utilizado em 1992 no afastamento do ex-presidente Fernando Collor.

A preocupação do ministro Luis Roberto Barroso, que liderou a divergência e tornou-se o novo relator do caso, foi seguir as normas já definidas pelo STF como corretas para o afastamento de um presidente, e até mesmo dar ao Senado o poder de não acompanhar a Câmara tem sua origem naquela decisão de 1992.

O ministro Fachin havia avançado corretamente em seu entendimento, pois a Constituição é muito clara ao dar ao Senado o papel de “julgar” o presidente que a Câmara considerou passível de impeachment, como destacou em seu voto o ministro Dias Toffoli.

Os ministros de 1992 alargaram os poderes do Senado naquela ocasião, o que foi confirmado ontem pela maioria do Supremo. Essa questão não chamou a atenção no impeachment de Collor porque havia um consenso sobre seu afastamento e tudo decorreu quase que automaticamente.

Hoje, no entanto, o poder do Senado de rejeitar eventualmente o pedido de impeachment tem um peso político muito diferente, pois o senador Renan Calheiros é, até o momento, um defensor da presidente Dilma dentro do PMDB e ganha uma capacidade de barganha política em relação ao Palácio do Planalto muito grande.

Os ministros não quiseram pesar essa situação política específica, ou, para os mais céticos, tomaram a decisão justamente porque ela beneficia em tese a presidente Dilma. Para desgastar essa tese do deliberado favorecimento à presidente Dilma, no entanto, o ministro Barroso foi quem recusou aumentar o quórum para a aceitação da denúncia no Senado contra a presidente, de maioria simples para 2/3, alegando justamente que em 1992 o quorum não fora qualificado.

E o ministro Teori Zavascki trouxe um argumento considerado “matador” nos debates: o quorum de maioria simples no Senado qualificaria a decisão da Câmara, que terá que ser tomada por 2/3 na etapa anterior.

Os lances políticos ainda estão sendo jogados, e tudo indica que somente depois do recesso e do Carnaval, em fevereiro, novos passos serão dados.

#### **TEXTO 4: Mau-olhado (01/01/16)**

Usar a pulseira de olho grego para espantar o mau olhado, e colocar Leonel Brizola no panteão dos Heróis da Pátria, reduzindo para isso de 50 para 10 anos da morte o prazo para a homenagem, são medidas da presidente Dilma que têm o mesmo objetivo: juntar forças, do além e do pragmatismo político, para enfrentar a batalha do impeachment no Congresso.

Não se deve abstrair o fato de que Dilma, antes de ser petista sempre foi brizolista, e a homenagem a Brizola pode também ser um sutil recado para Lula. A reafirmação da prioridade ao brizolismo pode reabrir feridas dentro do PT, que sempre teve, no seu núcleo duro, um pé atrás com a brizolista Dilma.

Mas esse seria um efeito colateral da homenagem, que tem como objetivo central agradar a essa parte da esquerda que será essencial para a luta política da próxima legislatura. Superada essa fase, no entanto, a homenagem a Brizola pode ter uma função política mais ampla, encaixando-se como uma luva em um projeto que vem sendo gestado nos bastidores do PT: a chamada frente popular de esquerda, que substituiria o petismo na disputa presidencial de 2018, mesmo que Lula venha a ser o candidato.

Isso porque o PT corre o risco de ser sacrificado na luta da Justiça contra a corrupção, mesmo que apenas simbolicamente. Mas há um risco real de acontecer com o PT o que aconteceu com a Democracia Cristã (DC), o Partido Socialista Italiano (PSI), o Partido Social-Democrata Italiano e o Partido Liberal Italiano depois da Operação Mãos Limpas, todos perderam força política e desapareceram.

Além do desprestígio, pois recente pesquisa mostrou que o PT é o partido que mais perdeu eleitores entre os jovens, há uma multa rigorosa que o Ministério Público pretende aplicar aos partidos envolvidos nos escândalos de corrupção, e não apenas o PT.

O próprio presidente Lula, sem nunca admitir, evidentemente que a razão era essa, já defendeu a formação de uma frente de esquerda para apresentar um candidato único na eleição de 2018, e o PDT estará muito bem colocado nessa frente depois da homenagem a seu fundador.

Vê-se pois que a presidente Dilma, nada afeita às negociações políticas no Congresso, começa a ter que assumir novas feições para tentar salvar o mandato, e não será surpresa se, no fim do recesso em fevereiro, estiver atuando ativamente nas negociações para remontar sua base aliada, que no momento ainda está bastante prejudicada pela impopularidade do governo.

O retorno dos congressistas de suas bases eleitorais dará uma boa ideia da influência que os eleitores tiveram, e da capacidade de a presidente Dilma lidar com essas dificuldades presumíveis.

As declarações do ministro-chefe do Gabinete Civil, Jaques Wagner, sobre os erros cometidos no primeiro governo Dilma, dão bem a medida da tolerância que a presidente já apresenta a críticas públicas de aliados à sua atuação.

Em outros tempos seria impensável que um ministro fizesse esses comentários, mas no momento o Palácio do Planalto precisa demonstrar humildade e fazer um mea-culpa para reduzir a pressão. E Jaques Wagner não é um ministro qualquer, é provavelmente o melhor trunfo que o PT tem para apresentar na campanha presidencial de 2018 caso Lula, por alguma razão, não puder concorrer.



Aos que desconfiam que a presidente Dilma estaria alheia à grave crise que a cerca, demonstrando uma despreocupação diante da realidade em que vive, os últimos movimentos mostram que pelo menos ela está tentando unir o pragmatismo ao esoterismo.

Seu comentário ao dizer que vai usar o talismã grego contra o mau olhado é sintomático dessa percepção: "Tem gente que quer que o céu caia sobre a minha cabeça, mas eu aguento bem a pressão". A conclusão da frase é que pode ser preocupante para os que estão a seu lado: "A única pessoa que pode derrotar você é você mesma".

Feliz Ano Novo a todos.

#### **TEXTO 5: Ousadias (19/01/16)**

A reação do vice-presidente Michel Temer ao comentário de Marina Silva de que um governo do PMDB, devido a um eventual impeachment da presidente Dilma, seria uma ameaça à Operação Lava-Jato, dá a dimensão do debate político que se trava no país hoje.

"Fico preocupado com essa manifestação de desconhecimento institucional por uma pessoa que foi candidata a presidente da República por duas vezes. Nenhum presidente tem poder de ingerência nos assuntos de outro Poder", respondeu Temer.

Marina não é a primeira, embora seja até agora a voz mais representativa, a sugerir que uma mudança de governo poderia afetar a Operação Lava-Jato. Sem intencionar, a fundadora do partido Rede Sustentabilidade está avalizando uma lorota governista segundo a qual todas as investigações e punições da Operação Lava-Jato só acontecem porque a presidente Dilma deixa, sem interferir na Polícia Federal e no Ministério Público.

A consequência dessa posição é a esdrúxula atitude do deputado petista Wadih Damous, ex-presidente da OAB, que teve a ousadia de afirmar que "criminalizar Lula" seria "a ousadia das ousadias". Damous só se tornou deputado

por pressão do ex-presidente, que moveu mundos e fundos para mudar a bancada petista na Câmara justamente para que o ex-presidente da OAB tivesse uma tribuna para defendê-lo.

O deputado federal petista Fabiano Horta deixou Brasília contra a vontade para assumir a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário da prefeitura de Eduardo Paes. Damous trata Lula como uma pessoa “intocável”, acima das leis, quando o avanço que está sendo feito pela sociedade desde o mensalão é justamente a constatação de que não há mais aquela pessoa, político ou empresário, “too big to jail” (Muito grande para ir presa).

O fato é que ainda não estamos acostumados a essa mudança fundamental da Justiça brasileira, que desde o julgamento do mensalão pegou de surpresa tanto criminalistas que atuavam no processo quanto políticos envolvidos nele.

Aquela posição de independência de um Supremo Tribunal Federal (STF) nomeado em sua maioria pelo governo Lula foi um momento decisivo na vida brasileira, que vem dando frutos como a Operação Lava-Jato, agora munida de um instrumento que não foi usado no processo do mensalão, a colaboração premiada.

O jurista Ayres Brito, o responsável por colocá-lo em pauta e quem presidiu a maior parte do julgamento do mensalão no STF, chama a atenção para a importância desse mecanismo, destacado entre outros pelo filósofo Norberto Bobbio como “sanção premial”, uma visão moderna da sanção jurídica, que não deve se limitar ao caráter puramente punitivo, mas também prevê a recompensa.

Para os estudiosos do tema, a operação Lava Jato traz inéditos cenários para a advocacia criminal no Brasil, diante dos desafios postos pelos mecanismos investigatórios modernos e pela qualidade dos trabalhos da acusação. Há uma quantidade enorme de informações que circulam em investigações sigilosas.

No plano concreto dos processos e das investigações, sigilos bancários são quebrados internacionalmente; cooperações estreitas são travadas entre autoridades de países onde as contas bancárias antes eram sigilosas e fechadas; colaborações de réus confessos ocorrem, apesar de naturais divergências e contradições, com entregas de provas contundentes contra seus antigos comparsas,

incluindo filmagens, fotos, extratos e valiosas informações sobre o caminho do dinheiro desviado dos cofres públicos.

Todo esse novo contexto de tecnologias avançadas de investigação, e novos institutos como as delações premiadas, ressaltam esses estudiosos, deixam em posição precária a defesa criminal, que deveria adaptar-se às novas tecnologias e tendências. Obviamente que os juízes não são escravos da opinião pública, pois se subordinam à Constituição e às leis do país, mas certamente não ignoram as repercussões e consequências sociais, econômicas e políticas de suas decisões.

A crise ética sem precedentes que vivemos exige transparência de critérios nas decisões, e o Judiciário - como qualquer outro Poder - presta contas de seus parâmetros. Daí a razão pela qual a boa técnica, e o olhar profundo sobre as provas reunidas numa operação do porte da Lava Jato, torna-se imprescindível, prevalecendo o discurso mais consistente de quem conhece os autos.

O certo é que os surrados discursos da presunção de inocência abstrata e sem conexão com análise probatória, pura e simplesmente, já não têm a mesma força, diante das delações premiadas que se fazem acompanhar de provas robustas.

#### **TEXTO 6: Renan perde força (20/01/16)**

A tentativa aparentemente frustrada do presidente do Senado, Renan Calheiros de se tornar presidente nacional do PMDB, ou indicar o substituto de Michel Temer, retira-lhe o trunfo político com que pretendia defender seu mandato, acossado por vários processos.

Tudo indica que o PMDB está se acertando por dentro para manter uma unidade pelo menos formal, que lhe permita negociar com o PT em condições de igualdade. Dono das maiores bancadas da Câmara e do Senado, o PMDB dividiu-se nos últimos meses diante da hipótese de impeachment da presidente Dilma, mas agora volta a se unir em torno de Temer para não perder a força política.

Hoje o vice se encontrará a sós com a presidente, num ambiente menos hostil de parte a parte, cada um com sua prioridade: Dilma precisa de apoio na Câmara para que o processo de impeachment não tenha prosseguimento, e Temer precisa da unidade para se manter na presidência do partido.

O senador Renan Calheiros, em mais um movimento para reforçar seu apoio à presidente Dilma, começou uma negociação interna para derrotar Temer na convenção de março, mas, além dos seis processos a que responde, Renan passou a ser citado em várias delações premiadas como receptor de propinas da Petrobras, da subsidiária BR Distribuidora e da Transpetro, onde um apaniguado seu, o ex-senador Sérgio Machado reinou por 12 anos.

As condições políticas para comandar o partido esvaíram-se diante da constatação de que novas denúncias devem ser apresentadas contra ele proximamente. No momento, ao que tudo indica, o presidente do Senado está mais empenhado em se defender das acusações do que em tentar aumentar seu poder dentro do partido, que, aliás, já foi maior. Mesmo porque a maioria do PMDB prefere se afastar do PT, e não se reaproximar mais dele, como pretende Calheiros.

O presidente do Senado, aliás, faz isso não por afinidades ideológicas com o petismo, mas em interesse próprio. Está convencido de que a proximidade com o governo lhe traz benefícios nos processos a que responde. Se se convencer de que não tirará vantagens concretas dessa aproximação, pode aderir ao impeachment se o ambiente político se alterar a partir do primeiro trimestre, quando o desemprego ameaça ser desastroso.

No processo mais perigoso para Renan, ele luta para se beneficiar da prescrição da pena. O Procurador-Geral da República de então, Roberto Gurgel, denunciou o senador Renan Calheiros pela prática dos crimes de peculato, falsidade ideológica e uso de documento falso, com base no inquérito nº 2593 do Distrito Federal, sobre o rumoroso caso de uma amante do senador que recebia pensão de uma empreiteira.

O inquérito data de 2007, quando Calheiros teve que renunciar à presidência do Senado para não ser cassado, mas a denúncia só foi apresentada em 2013. Gurgel alegou que a demora se deu devido estar assoberbado pelo mensalão, o que

não parece razoável. Essa demora poderá redundar na extinção da punibilidade dos crimes de falsidade ideológica e uso de documento falso, devido à ocorrência da chamada “prescrição retroativa”.

À época vigiam os parágrafos primeiro e segundo do artigo 110, do Código Penal, que rezavam, respectivamente: “§ 1º A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada”, § 2º “A prescrição, de que trata o parágrafo anterior, pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa”. Mesmo a lei tendo sido alterada para definir que não pode, em nenhuma hipótese, “ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou da queixa”, vale o que ela dizia à época.

As penas previstas para os tipos penais de falsidade ideológica – tratando-se de documento público – e uso de documento falso, de natureza particular, são de um a cinco anos de reclusão, e se a pena de cada um daqueles crimes não exceder a quatro anos, será o bastante para a prescrição retroativa operar. Já a pena do crime de peculato é bem mais severa: dois a doze anos de reclusão. Se a pena aplicada for no máximo de quatro anos, o raciocínio é o mesmo. Resta saber qual será a atitude do Supremo Tribunal Federal, cujo plenário deverá julgá-lo por ser presidente do Senado.

### **TEXTO 7: Causa e consequência (27/01/16)**

Toda essa polêmica sobre as gafes cometidas em série pelo ministro da Saúde Marcelo Castro, até chegar ao “sincericídio” de admitir que perdemos a guerra contra o mosquito da dengue, da zika e da chicungunha, só tem importância por um aspecto: a maneira como os cargos são preenchidos.

Juntar causa e consequência não é um esporte muito praticado no Brasil, mas o fato de que a corrupção já aparece como o principal problema do país pode indicar que os brasileiros finalmente estão descobrindo que ela é uma das causas da crise em que estamos metidos.

Não adianta a presidente Dilma ficar nervosa com os desacertos verbais de seu ministro – logo quem –, se o substituto também será escolhido da mesma maneira e, pior que isso, provavelmente não haverá substituto, pois Marcelo Castro foi nomeado por indicação do então líder do PMDB na Câmara Leonardo Picciani, que não pode abrir mão de seu apoio, pois continua lutando para se manter no cargo.

A presidente Dilma sabe que, na atual circunstância, é melhor para ela continuar com um ministro da Saúde ineficiente e boquirroto do que perder o apoio do líder do PMDB. O deputado Hugo Motta, colocado pelo presidente da Câmara Eduardo Cunha na presidência da CPI da Petrobras e agora disputando a liderança na Câmara sob os mesmos auspícios, já saiu em defesa do ministro da Saúde, nomeado pelo mesmo Picciani com quem disputa agora a liderança na Câmara.

Isso quer dizer que Motta já vislumbra na crise da Saúde uma boa oportunidade para arrebanhar alguns votos na bancada peemedebista que apoia o ministro Castro, que deve estar muito irritado com as críticas que vem recebendo do Palácio do Planalto.

Não será surpresa se nos próximos dias, a pedido de Picciani, a própria presidente Dilma ou seu ministro principal Jaques Wagner sejam obrigados a dar declarações favoráveis a Marcelo Castro. Isso porque a disputa pela liderança do PMDB está acirrada, e Picciani corre o risco de perder a eleição, o que vai levar novamente o impeachment para o centro do debate político.

Até aqui, tratamos de dois aspectos da crise brasileira: as negociações internas do PMDB, e a maneira como os governos nomeiam seus principais ministros. Digamos que as áreas da Saúde e da Educação fossem prioritárias para esse governo. Se pegarmos os critérios utilizados nas indicações de seus condutores, veremos que não pode dar certo esse sistema deturpado de presidencialismo de coalizão, que se transforma em cooptação pura e simples.

Em nenhum momento se fala sobre projeto de governo, sobre programa para a Saúde e a Educação. A “Pátria Educadora” não passou de um slogan vazio, e a escolha do filósofo Renato Janine apenas uma propaganda enganosa dessa prioridade. Não havia intenção de implementar nada, nem foi dada ao ministro

condição mínima de atuação nos cerca de 5 meses em que esquentou a cadeira do ministério da Educação.

Logo um arranjo político obrigou a sua saída para acomodar o então Chefe do Gabinete Civil, Aluizio Mercadante, que voltou para a Educação como uma espécie de castigo por má atuação na coordenação política do Palácio do Planalto.

Então, não adianta a presidente Dilma ficar irritada com as tiradas do ministro da Saúde, assim como não deve esperar nada de um ministro como o da Ciência e Tecnologia, Celso Pansera, cujo maior mérito é ser “muito simpático, um gringão”, como o definem no PMDB do Rio, e ter sido dono de um restaurante rodízio na Baixada Fluminense.

Escolhido pelo PMDB do Rio, ele está lá da mesma maneira que Marcelo Castro está na Saúde, escolhido por Picciani para fortalecer a ala do PMDB que é contra o impeachment de Dilma. E como agora vão exigir deles o que não podem oferecer?

Já estamos vendo uma nova edição da mesma novela. Newton Cardoso Junior anuncia que em troca de apoio a Picciani, Minas exige a nomeação do ministro da Aviação Civil “antes da eleição”.

Do jeito como as negociações partidárias são feitas, é impossível imaginar uma saída a curto prazo dessa situação de anomia, onde ninguém é de ninguém e não se sabe quem manda, e com que objetivo.

### **TEXTO 8: Realismo mágico (16/03/16)**

A presidente Dilma, cujo único patrimônio era sua suposta honestidade, vai sendo tragada pela enxurrada de delações premiadas que a colocam no centro das atividades corruptas das administrações petistas, como não podia deixar de ser. Seria estranhável que tantas falcatruas e transações tenebrosas venham sendo praticadas há 13 anos sem que ela, e seu tutor Lula, nada soubessem.

Hoje, os dois alvos preferenciais dos milhões de brasileiros que foram às ruas no domingo dar-se-ão um legítimo abraço de afogados, Dilma abdicando em favor

de Lula, ela para tentar salvar seu governo que caminha para o fim antes do tempo, ele para tentar um salto triplo carpado que possa recolocá-lo na disputa presidencial de 2018, mas, sobretudo, para fugir do alcance do Juiz Moro.

Nunca aquela música cujo refrão dizia “se gritar pega ladrão, não sobra um meu irmão” foi tão apropriada para a trilha sonora desses tempos políticos, em que as ruas sabem o que não querem. Não querem mais essa baixa politicagem, essa permissividade, que abre espaço para todo tipo de mutretagem, apartidariamente.

Mas, mesmo com as acusações sendo espalhadas no ventilador para todos os lados, nunca houve manifestações tão focadas como as de domingo, contra Dilma, contra Lula, contra o PT, pelo impeachment e a favor do Moro. Quer dizer, a favor da decência na vida pública, em todos os seus aspectos.

Provavelmente hoje também o ministro Aloizio Mercadante deixará seu posto, varrido pela revelação de sua tentativa de obstruir a Justiça. Suas explicações foram tão bizarras que nem mesmo a presidente Dilma, sua grande e talvez única aliada – Mercadante não é especialmente gostado no meio político – acreditou.

Se achasse mesmo que seu ministro procurara o assessor de Delcídio com espírito humanitário, em solidariedade ao sofrimento de sua família, por que Dilma emitiria aquela nota extemporânea para afirmar que qualquer coisa que aconteceu não teve nem terá seu apoio? Foi um bilhete azul que Mercadante fingiu não entender, mas a ficha dele cairá mais cedo ou mais tarde, mesmo porque dizem que o novo manda-chuva no pedaço, que nunca engoliu Mercadante, quer vê-lo fora do ministério em que assumirá papel de relevo.

Lula acha que Mercadante prejudica sua imagem, vejam vocês, que triste fim daquele que chegou a almejar ser o candidato governista na eleição de 2018.

O poder quase mágico atribuído pelos petistas a Lula, no entanto, terá que se defrontar com a realidade, que nada tem a ver com o realismo mágico de nossa cena política, onde tudo é possível, inclusive dormir no Brasil e acordar na Venezuela, como definiu uma amiga.

A realidade das ruas clamando por Justiça e honestidade não combina com a nomeação de Lula para obter foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal. O



constitucionalista Gustavo Binenbojm, Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, diz que o propósito indisfarçável de burlar a regra de competência do “juiz natural” deverá desafiar os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Binenbojm entende que há duas possibilidades para o Supremo coibir essa manobra:

(I) A primeira seria adotar o entendimento de que, em relação a fatos pretéritos ao exercício da função ministerial (isto é, quanto a fatos anteriores à nomeação para o cargo de Ministro de Estado), a competência subsiste nas instâncias ordinárias. Tal entendimento importaria a revisão parcial da jurisprudência da Corte, que tem entendido que o foro privilegiado é prerrogativa da função, independentemente do momento em que os fatos em apuração ocorreram.

(II) A segunda solução seria adotar o entendimento da vedação à fraude à lei. O Supremo teria que se posicionar sobre a nomeação de Lula para o Ministério, entendendo que se trata de uma tentativa de burla às normas processuais definidoras de competências – tanto do Judiciário como do Ministério Público – para definir que os procedimentos investigativos ou processos judiciais eventualmente em curso contra o ex-presidente devem prosseguir sob a condução dos promotores e juízes naturais dos casos. Eventual posicionamento do Supremo nessa linha não impediria a nomeação de Lula para o Ministério.

Com a decisão do Supremo Tribunal Federal de desmembrar o processo contra o deputado Eduardo Cunha, mandando para o Juiz Sérgio Moro os casos da mulher e da filha do presidente da Câmara, fica claro que Lula pode até ganhar foro privilegiado, mas Dona Mariza, seus filhos e noras serão julgados por Moro.

### **TEXTO 9: Tentativa de sabotagem (25/03/16)**

A divulgação, sem autorização judicial, de uma lista com centenas de nomes de políticos de diversos partidos que teriam recebido doações da empreiteira Odebrecht, é sinal de que algum grupo dentro da Polícia Federal está querendo

misturar alhos com bugalhos, sabotando as investigações. A lista foi apreendida há um mês, e estava sendo analisada.

O vazamento só ajuda a quem quer melar a Operação Lava-Jato. A Polícia Federal divulgou a “lista da Odebrecht” sem o Juiz Sérgio Moro saber. Ele a colocou em sigilo, porque não havia ainda a definição do que era caixa 2 e o que era contribuição legal. E agora ainda há a dificuldade de distinguir as contribuições legais daquelas que, com ares de legalidade, na verdade proveem de propinas.

A tese dos petistas e seus aliados é que “todo mundo é ladrão”, e esse Congresso não tem legitimidade para aprovar o impeachment da presidente Dilma, pois está “todo mundo na lista da Odebrecht”. Se todo mundo é culpado, ninguém é culpado. A tentativa é chegar a um grande acordo: está todo mundo envolvido, então vamos limpar a pedra e começar tudo de novo.

É uma situação tão surreal quanto a de Lula dizer que a Operação Lava-Jato é responsável pelo desemprego no país. O maior desemprego já registrado no país nos últimos quatro anos foi anunciado por esses dias, e Lula o atribui à Lava-Jato, e tem a coragem de afirmar que o Juiz Sérgio Moro está desempregando as pessoas.

Recentemente Lula fez outro discurso inacreditável defendendo justamente as empreiteiras, que estão no centro desses escândalos de corrupção. Segundo ele, as empreiteiras têm que ser preservadas porque geram empregos. Mas geram também favores à cúpula petista, aos políticos corruptos de maneira geral, e ao próprio Lula, enrolado em diversas denúncias de “presentes” de empreiteiras, como o sítio de Atibaia e o triplex de Guarujá, e outras cositas más.

Numa distorção completa da realidade, quem está tentando limpar a política, quem está tentando coibir a corrupção empresarial no país, é acusado de ter causado o desemprego e a queda da economia. E quem está no governo há 14 anos, que comprovadamente roubou, que quebrou a Petrobras, que acabou com a economia do país utilizando-se de decisões econômicas completamente equivocadas, além de ter permeado a estrutura estatal de métodos corruptos na nomeação de dirigentes e no direcionamento de financiamentos para empresas amigas, levando o país à pior recessão já registrada em sua história republicana,

esses são os coitadinhos, os perseguidos, os defensores dos pobres e dos oprimidos.

Uma versão tão fantasiosa quanto a que vende a falácia do golpe, quando estamos há dois anos nesse processo de investigação de um vasto sistema de corrupção organizado pelo governo petista. Todos os ritos constitucionais estão sendo cumpridos, conforme atesta o próprio Supremo Tribunal Federal, que supervisiona a atuação da Força Tarefa da Operação Lava-Jato e também aprovou o rito do impeachment, corrigindo o que considerou estar errado na decisão do Congresso.

Por outro lado, é muito estranho a empreiteira Odebrecht ter anunciado um acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal que nem sequer está sendo negociado. O PT e seus blogs amestrados acusam a Lava-Jato de não aceitar um acordo com a Odebrecht porque a tal lista inclui políticos da oposição, que estariam sendo blindados pelo juiz Moro.

É evidente que há em gestação um conluio do PT com o governo para tentar melar a Lava-Jato, transformando o Juiz Moro, que agora mesmo foi eleito uma das 50 personalidades mais importantes do mundo pela revista Fortune, em vilão dessa história.

A estranha divulgação da “lista da Odebrecht” pode estar relacionada com uma inscrição encontrada no celular de Marcelo Odebrecht, conforme recorda o site O Antagonista. A inscrição era “Armadilha Bisol/contra-infos”, e se refere a um episódio ocorrido em 1993, quando o Congresso realizava uma CPI sobre empreiteiras.

A Polícia Federal apreendeu 18 caixas de documentos na casa de um diretor da Odebrecht que indicariam “a existência de um cartel das grandes empreiteiras para fraudar as licitações de obras públicas”, inclusive com a relação de políticos que receberiam propinas.

José Paulo Bisol, relator da CPI das Empreiteiras e candidato a vice-presidente na chapa de Lula em 1989, denunciou o fato com estardalhaço, mas na realidade a lista não indicava apenas propinas, mas brindes, como calendários e

agendas, e até doações legais. Ao colocar no mesmo balaio, como agora pode estar acontecendo, inocentes e culpados, a CPI das Empreiteiras, desmoralizada, foi arquivada. E, como vemos hoje, o cartel das empreiteiras continuou a atuar.

### **TEXTO 10: Paradoxos políticos (03/04/16)**

Lula, em sua tentativa de ganhar votos contra o impeachment de Dilma, oferece cargos e salários aos deputados que se dispõem a serem “convencidos” por esses argumentos, mas também adverte: o Temer vai montar um ministério de notáveis, e vocês não terão vez no governo dele.

Estabelece-se assim o primeiro paradoxo dos muitos que infestam a política brasileira atual. Quem pode garantir a permanência de Dilma no Palácio do Planalto é um tipo de político que nada tem a ver com os movimentos sociais que estão nas ruas gritando “não vai ter golpe”.

A virada à esquerda de um futuro governo Dilma, exigida por essa turma, não terá o apoio da turma de políticos que eventualmente garantirá a permanência da presidente no cargo, pelo voto e, sobretudo, pela ausência.

A unir as duas alas, apenas o fisiologismo, explícito dos deputados e senadores que se deixam comprar pelos argumentos de Lula, e envolto em ares de patriotismo por parte dos movimentos sociais e grupos afins, que vivem da verba oficial anunciando-se ativistas políticos.

Já o vice Michel Temer, que precisará do apoio do Congresso caso se torne presidente nesse momento conturbado, confirma Lula em conversas oficiais. Sim, faria um ministério de notáveis, sem ceder a barganhas partidárias menores, caso chegasse à presidência em decorrência da crise em que nos metemos. Mas garante que não conversa sobre o tema, pois não conspira contra o governo Dilma, simplesmente aguarda os acontecimentos.

Não é nisso que os petistas acreditam, e nem foi essa a conversa que ele teve com o próprio Lula recentemente, onde se tratou de um futuro sem Dilma. Os deputados e senadores que buscam o melhor preço para seus votos estão

atordoados. Não sabem em quem acreditar, se no PT de Lula, que monta um ministério com o baixo clero, mas joga mesmo no apoio dos movimentos sociais, se no PMDB de Temer, que sinaliza para uma direção jamais vista no partido, provavelmente porque o PMDB nunca esteve tão próximo do poder real do que agora.

E quando chegar lá, o que será? A Constituição de 1988 é a Constituição cidadã de Ulysses Guimarães, maior referência do MDB histórico. Lembrando isso, o que os seguidores de Temer querem dizer é que as conquistas sociais que ela garantiu não serão abandonadas, ao contrário, o seu aprofundamento é a única saída para um governo que precisará de apoio popular para fazer a transição dando à economia um mínimo de direção.

Os cerca de 50 deputados que transitam hoje na faixa da indecisão para avaliar melhor as perdas e os ganhos do voto que darão, têm ainda um balizamento para avaliar, as eleições municipais deste ano. Por mais animadoras que possam ter sido as manifestações pelo país a favor da presidente Dilma, são minoritárias e refletem apenas o aparelhamento da máquina do Estado brasileiro nos últimos anos.

Os políticos que se deixam levar por esses movimentos sociais já estão devidamente acomodados nos partidos de esquerda que apoiam o governo, como o PT e o PCdoB, ou os do Psol, que são oposição a Dilma, mas apoiam sua permanência no posto. O Psol, que surgiu justamente da revolta de petistas com o mensalão.

Quem decidirá o jogo é o tal “centrinho”, que não se engana com Lula nem o PT: seus membros avaliam apenas se haverá tempo suficiente para dividir o butim, sem esperar nada, nem mesmo solidariedade, caso uma Operação Lava Jato da vida, atual ou futura, revelar o que todos estamos vendo à luz do dia: um novo mensalão sendo negociado até mesmo com políticos em prisão domiciliar.

E assim la nave va. Para onde?

**TEXTO 11: Ato 'incomum e isolado' (05/04/16)**

A permissão para que Lula assuma o Gabinete Civil da Presidência pode até sair, mas dificilmente nessa semana, como Lula anunciou em um palanque no Ceará. O relator no Supremo Tribunal Federal (STF) dos mandados de segurança que impedem o ex-presidente de assumir o cargo, ministro Gilmar Mendes, aguarda parecer da Procuradoria-Geral da República sobre o tema, e ainda ouvirá a defesa de Lula.

O mais provável é que na próxima semana o assunto entre na pauta, às vésperas do início da votação do impeachment na Câmara, que pelo calendário oficial começará na sexta-feira dia 15.

Lula anunciou que assumiria o ministério nesta quinta-feira porque eventual vitória no Supremo dará a ele uma força institucional que hoje não tem, pois foi contestada sua nomeação como se ele fosse um homem comum. E certamente sua afirmativa no palanque não deve ter agradado o STF, que mais uma vez se vê emparedado por ações políticas.

Quando, para salvar a pele, aceitou ser nomeado ministro de Dilma, Lula mostrou-se vulnerável, e seu cacife político reduziu-se. Ao ser impedido de assumir, perdeu ainda mais substância, e hoje ele não passa de um vendedor de ilusões, cujas promessas podem ser colocadas em dúvida por qualquer membro do baixo clero que tente atrair.

Somente vencendo o Supremo, que chamou de “acovardado” numa das conversas gravadas, terá de volta a aura de invencível que faz dele uma arma potente na tentativa de resgatar Dilma. O jurista Joaquim Falcão, diretor da Faculdade de Direito da FGV, lembra Shakespeare para dizer que se a diferença entre o homem comum e o Rei é a coroa, para Lula a diferença hoje é o ministério.

Ontem, o ministro Teori Zavascki, relator do Lava-Jato no Supremo, ao negar duas ações contra a posse de Lula no ministério por considerar que estavam inadequadas formalmente, faz pequenos comentários que remetem à questão criminal que também está sendo analisada no Supremo.

Para retirar o caráter de urgência da questão, pois já existe mandado de segurança em vigor contra a posse, ele considera a nomeação de Lula “um

incomum e inédito ato isolado da Presidência, pelo qual se designou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ocupar cargo de ministro de Estado. Não se tem notícia de outro caso análogo, nem da probabilidade, a não ser teórica, de sua reiteração”.

Além disso, acentua que “eventual embaraço ao exercício da jurisdição penal, com a alteração da competência para os atos de investigação e da ação penal, poderia ser suscitada nos próprios procedimentos criminais alçados ao Supremo Tribunal Federal, forma pela qual controvérsias semelhantes vem sendo historicamente decididas pelo Tribunal”.

O resultado do exame dos mandados de segurança pelo Supremo terá também, portanto, influência numa futura decisão do ministro Zavascki sobre a existência ou não de obstrução da Justiça na decisão de Dilma de nomear Lula para o ministério.

O Procurador-Geral Rodrigo Janot já afirmou em parecer enviado ao STF que a nomeação de Lula para a Casa Civil pela presidente Dilma Rousseff teve o objetivo de influenciar as investigações sobre o ex-presidente na primeira instância da Justiça Federal, mais especificamente na 13ª Vara Federal em Curitiba, onde o juiz Sérgio Moro conduz os processos da Operação Lava-Jato.

Janot classificou de "inegavelmente inusual" e "circunstância anormal" a decisão de Dilma de apressar a posse de Lula no ministério. Ele atribui ao ato um “desvio de finalidade”. Mesmo que o Supremo venha a anular a prova do áudio com a conversa da presidente Dilma com Lula sobre o ato de posse, outras medidas tomadas, como a publicação antecipada no Diário Oficial, e diálogos sobre a necessidade de nomear o ex-presidente, mostram essa situação inusual que tanto Janot quanto Zavascki identificam nessa nomeação.

## **TEXTO 12: O impeachment avança (12/04/16)**

A mancada do vice Michel Temer, deixando vaziar um discurso que preparara para a noite de domingo próximo caso o impeachment seja aprovado no plenário da Câmara, não teve consequência nenhuma na votação de ontem na comissão, que

deu uma vitória folgada à oposição, e provavelmente não terá influência na decisão final dos partidos.

O fato de a oposição não ter alcançado os 2/3 dos votos necessários no plenário não é sintoma de que o número mágico de 342 votos não será atingido. É bom não esquecer que a comissão foi montada de acordo com a indicação dos líderes partidários, que naquela ocasião eram majoritariamente governistas. O que aconteceu de lá para cá é que o governo foi perdendo apoios, o que se refletiu na vitória folgada da oposição.

Duvido que algum deles mude de posição revoltado com a antecipação de Temer, mesmo porque não há nenhum motivo no discurso que justifique uma reação dessas. A fala de Temer, ponderada e conciliadora, deve, ao contrário, ter dado a algum indeciso a garantia de que um eventual novo governo não perseguirá nenhum partido e, mais importante, não exterminará os programas sociais como dizem os governistas.

Ninguém tem dúvida de que o vice Michel Temer há muito negocia nos bastidores apoios ao impeachment da presidente Dilma, assim como todo mundo sabia, na ocasião, que o PT, com o apoio da própria presidente Dilma e do ex-presidente Lula, boicotou a tarefa de negociação política que o vice fazia como ministro-coordenador da política.

Essa disputa entre o PT e o PMDB já vem acirrada desde o início, e não há em Brasília quem não soubesse que Temer trabalhava nos bastidores, o mesmo fazendo Lula. O ex-presidente, aliás, fez gozações com Temer em diversos comícios, dizendo, entre outras coisas, que se ele quisesse ser presidente deveria disputar a eleição no voto.

Como se a chapa Dilma-Temer tivesse recebido 54 milhões de votos apenas de petistas. É claro que o PMDB foi chamado para compor a chapa presidencial porque o partido é o maior do país e tem capilaridade muito maior que o PT, sendo extremamente útil na captação de votos.

Querer transformar Temer em um réles traidor, que mereceria a rejeição da população, é criar artificialmente uma crise política que já se desenrola há muito



tempo. Nem é provável que alguém se desencante com o vice-presidente ao ouvi-lo pronunciar um discurso que, claramente, era uma preparação para o caso de vitória no domingo.

O Palácio do Planalto também quis dar ao gesto a categoria de arrogância, quando está claro que houve mesmo foi uma boa trapalhada com a nova tecnologia, o que só demonstra um amadorismo surpreendente no PMDB. Se Temer não é ágil no manejo dessas novas tecnologias como o WhatsApp, melhor seria que houvesse algum assessor com mais familiaridade para mandar mensagens a grupos.

Uma trapalhada desse tipo pode marcar a imagem de Temer como um político antiquado, mas não como um traidor, pois os dois lados estavam em guerra aberta e de conhecimento público. Ou ninguém ouviu dizer que Lula atraía seus interlocutores ameaçando-os de que Temer estava preparando um ministério de notáveis, e que os políticos do baixo clero não teriam vez?

Nesse enredo novelístico que se desenrola em Brasília, acontece de tudo, e essa gafe do vice é apenas mais um toque inusitado. Comparar a atitude de Temer com a de Fernando Henrique Cardoso, que sentou na cadeira de prefeito de São Paulo como se já estivesse eleito e perdeu a eleição que parecia ganha, não é acurado.

A atitude de Fernando Henrique pode ter sido considerada arrogante por muitos eleitores, mas duvido que os deputados que são os eleitores da eleição do próximo domingo se surpreendam ou se indignem com o vazamento do discurso de Temer.

Primeiro porque está claro que foi um erro, não uma atitude arrogante. E o texto é absolutamente conciliatório, humilde até. A indignação dos adeptos da presidente Dilma tem sua razão de ser, faz parte da luta política, e eles têm mesmo que exacerbar a reação para tentar reverter uma situação que parece tender à aprovação do impeachment.

Mas não creio que essa seja uma razão suficiente para mudar alguma posição partidária. O melhor para Michel Temer é que não tivesse acontecido o

imprevisto, e não creio na versão de que foi um vazamento proposital para tranquilizar certas áreas.

O governo pode até conseguir conter essa tendência, ou até mesmo revertê-la, mas não será por causa dessa mancada.

### **TEXTO 13: O efeito manada (13/04/16)**

O que mais o governo temia está acontecendo: o efeito manada está levando partidos inteiros para o impeachment, tornando inúteis os ministérios, as diretorias, todas as miçangas que o cacique Lula está oferecendo em cena aberta em Brasília.

Já não acreditam que haverá governo na segunda-feira próxima para cumprir o prometido, e mais do que isso, não acreditam que, havendo governo, o prometido será cumprido. Essa desconfiança básica do PT e, sobretudo, da presidente Dilma, é o que move o xadrez em Brasília contra o governo.

Com a decisão do PP de sair do governo, e a tendência do PMDB de fechar questão a favor do impeachment, forma-se a maioria de 342 votos necessários para aprovar o impeachment na Câmara. Isso sem contar com a debandada que pode ocorrer no PSD e no PR, que já liberaram suas bancadas para a votação.

A prisão do ex-senador Gim Argelo, companheiro de caminhadas matinais da presidente, e o veto de uma Juíza federal a que seu novo ministro da Justiça permaneça no cargo, foram duas pedras de bom tamanho surgidas ontem no caminho tortuoso da presidente Dilma.

Indicado com apoio do Palácio do Planalto para uma vaga do Tribunal de Contas da União (TCU), Argelo sofreu um boicote silencioso dos ministros, que ameaçaram nos bastidores rejeitá-lo. Seu nome teve que ser retirado às pressas, num acontecimento inusitado em Brasília.

É claro que faltando algumas horas para a votação final, tudo pode acontecer, numa terra em que tanto vazam gravações feitas para incriminar quanto a que incrimina sem que essa fosse a vontade expressa, embora possa ser a expressão de um ato falho de um vice ansioso para assumir seu lugar na história.

A reação da presidente Dilma, tentando transformar a gafe de Temer em ato de alta traição, é apenas parte da luta política que os petistas cismam de travar, embora a disputa pareça estar se decidindo contra eles.

Nada indica que a população se indignará com a revelação de que o vice-presidente já se prepara para assumir o cargo, mesmo porque já se sabia que ele estava operando nos bastidores.

Numa eleição direta, é possível que a atitude pudesse mudar votos, mas esse eleitorado segregado aos partidos obedece a critérios mais pragmáticos. A pressão das bases é pela saída de Dilma, e poucos são os que, como Marina, se batem por “nem Dilma, nem Temer”.

A realidade se impõe, tanto que a própria Marina tentou levar seu partido para a admissibilidade do impeachment na comissão, e foi boicotada pelo deputado Alessandro Molon, que pressionou o único delegado do partido a votar contra.

Se fosse verdade que os eleitores preferem Dilma a Temer, por causa do histórico fisiológico do PMDB e, sobretudo, devido à ação do presidente da Câmara Eduardo Cunha, as pesquisas de opinião mostrariam isso com clareza, e não indicariam que 60% da população quer o afastamento de Dilma.

A tentativa de colocar Cunha como o potencial vice-presidente de Temer parece uma boa sacada, mas é muito rocambolesca para ser levada a sério, mesmo porque caso Temer venha a ser atingido pela ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), provavelmente Cunha já estará fora da presidência da Câmara, porque o resultado deve acontecer só em 2017, ou foi derrubado pelas diversas ações que correm no Supremo contra ele.

Por fim, as teorias da conspiração dominam Brasília. A falta de garra dos petistas e associados no plenário da Comissão pareceu a muitos sinal de que jogaram a toalha. Gritaram muito, mas não trabalharam para obstruir a votação, coisas em que eram especialistas nos seus bons tempos.

Muitos estranham também que no dia em que começava a ser decidida a sorte do governo na Câmara, Lula tenha ido ao Rio receber as homenagens de artistas e populares na Lapa. Parece já preparado para o pós-impeachment.

**TEXTO 14: Suprema cautela (15/04/16)**

O Supremo Tribunal Federal (STF) passou ontem três horas debatendo a ordem pela qual os deputados votarão o impeachment da presidente Dilma, questão que deveria ter sido resolvida pela interpretação do regimento interno da Câmara por quem de direito, sua direção.

O fantasma de Eduardo Cunha pairou durante toda a sessão, ainda mais porque o rito que ele havia anunciado inicialmente, começando a votação do sul para o norte, tinha a clara intenção de favorecer os votos a favor do impeachment, mais numerosos nas regiões do país mais desenvolvidas.

As pressões, mesmo de seus aliados, fizeram com que o presidente da Câmara mudasse de posição e assumisse o compromisso de fazer a votação alternadamente entre as regiões do país.

A preocupação de impedir novas manobras de Cunha, que já haviam sido limitadas na definição do rito do processo pelo STF, fez com que ministros debatessem questões como latitudes dos Estados e outras regras geográficas, para tentar tirar do regimento interno da Câmara um critério teoricamente equilibrado, sem favorecer um efeito cascata na votação.

O comportamento dos eleitores em uma votação nominal foi analisado com a leitura de diversos especialistas sobre o “efeito manada”, ou o “efeito cascata”. O que fez com que Gilmar Mendes reagisse, dizendo que o STF estava infantilizando os deputados, acreditando que eles votariam sem convicção.

Mas inicialmente coube ao ministro Gilmar Mendes lembrar que não é tarefa do plenário do Supremo evitar que um determinado ponto de vista tenha mais ou menos votos que a posição oposta. Se não se tem votos, é impossível evitar que, em determinado momento da votação, haja uma concentração de posições a favor ou contra o impeachment, lembrou Gilmar.

O ministro Teori Zavascki foi direto: a única maneira de evitar o efeito cascata é não realizar a votação nominal, e usar o placar eletrônico. O que, aliás, era uma

das propostas da ação do PCdoB. O regimento da Câmara, no entanto, prevê a votação nominal em casos excepcionais como é o impeachment.

A rejeição da ação teve também uma definição bastante clara do papel dos partidos políticos num processo de impeachment no Congresso, característica que foi ressaltada inicialmente por Gilmar Mendes.

Ele lembrou que o sentido da palavra “partido” se refere a partes em uma contenda, e exatamente por isso não é possível pedir imparcialidade numa disputa como o impeachment.

O ministro Celso de Mello, indo na mesma direção, destacou que o processo de impeachment é uma questão eminentemente política, e como tal deve ser tratada pelo Supremo, que só deveria interferir caso a Constituição estivesse ameaçada, o que a maioria do plenário não considerou.

O ministro Luis Fux abordou um tema delicado, o da interferência de um Poder em outro, no caso o Supremo interferindo nos processos internos do Congresso. Fux disse que não havia nada nesse processo que justificasse uma interpretação do regimento interno da Câmara pelo STF.

O que ficou claro nesse primeiro momento da sessão extraordinária do Supremo é que os ministros estão cautelosos e tendem a não interferir no mérito das questões envolvendo o impeachment, tanto que as propostas de usar o placar eletrônico, ou fazer a votação por ordem alfabética, nem foram levadas em consideração. Consideram que, ao fixar o rito do impeachment, cumpriram sua missão.

Resta saber como se comportarão ao analisar a ação principal, da AGU, que pede a sustação o processo de impeachment.

#### **TEXTO 15: Bananas (22/04/16)**

Se ainda restar um pouco de juízo à presidente Dilma Rousseff, ela não usará uma tribuna da ONU para denunciar o suposto golpe de que estaria sendo vítima no

Brasil. Além do ridículo da situação, já que viajou em avião oficial do governo que preside, com todo o aparato formal da Presidência da República, terá a assessoria dos órgãos diplomáticos que representam o país que ainda governa e regressará no domingo para reassumir seu posto, a presidente Dilma estará se utilizando do cargo de Chefe de Estado para macular a imagem do país no exterior.

A rigor, estará cometendo novo crime de responsabilidade, pois fere o artigo 85 da Constituição que diz, em seu parágrafo segundo, que "são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra: o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação".

Como bem definiu o ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, a presidente afirmar que está sendo vítima de um golpe é um desacato às instituições brasileiras. O próprio governo se utiliza de todos os meios a seu alcance para se defender das acusações, usando até mesmo o Palácio do Planalto, indevidamente, para fazer comícios partidários.

Na verdade, ao levar essa linguagem de luta política para organismos internacionais, a presidente Dilma está se utilizando de seu cargo para fazer política partidária. A rigor, se estivesse convencida de que há um golpe em curso, a presidente Dilma teria que decretar o Estado de Emergência e combater os golpistas com o auxílio das Forças Armadas, de quem é a Comandante em Chefe.

Não fará isso porque suas fantasias golpistas não passam de figuras de retórica numa luta política que não leva em conta o país, mas apenas seus interesses pessoais e os de seu partido. Além do mais, Dilma já não tem mais apoio parlamentar para aprovar coisa alguma no Congresso, muito menos a convocação de um Estado de Emergência baseada em delírios políticos.

No entanto, é preocupante essa insistência em afirmar que há um golpe em curso, pois correu o boato recentemente de que um dos recursos de que os petistas cogitavam seria justamente criar um clima político propício à convocação do Estado de Defesa.

O governador de Minas e seu amigo pessoal desde os tempos de luta armada, Fernando Pimentel, acossado pela ameaça de impeachment pelas denúncias a ele e a sua mulher na Operação Acrônimo, deu um exemplo, em escala reduzida, de até onde pode levar o pânico petista. Assinou decreto classificando como "área de segurança" o Palácio Mangabeiras e sua residência oficial. O decreto prevê patrulhamento permanente da Polícia Militar, instalação de grades e limitação da circulação em todos os locais em que o governador estiver.

A tentativa de classificar de golpe o processo de impeachment que está sendo conduzido pelo Congresso e supervisionado pelo Supremo Tribunal Federal é querer transformar o país em uma República das Bananas aos olhos do mundo.

Ao contrário, o que está acontecendo no Brasil é uma reação institucional para que não nos transformemos realmente em uma republiqueta, onde um grupo político toma conta do Estado e é capaz de fazer "o diabo" para não abrir mão de suas regalias.

Como já escrevi várias vezes, "República de Bananas" seríamos se continuássemos a aceitar essa imposição de um grupo político sobre o país, e se a Constituição em vigor não pudesse ser utilizada para dar um basta a essa usurpação a que estamos submetidos.

#### **TEXTO 16: A síndrome dos tucanos (24/04/16)**

O PSDB parece que sofre de Síndrome de Estocolmo, definido por alguns como "estado psicológico em que uma pessoa, submetida a um tempo prolongado de intimidação, passa a ter simpatia por seu agressor". Só isso explica que os tucanos volta e meia tenham uma recaída, como agora, e busquem imitar as atitudes do PT quando na oposição.

Essa decisão que está prestes a ser tomada de não participar de um eventual governo presidido por Michel Temer em tudo se parece com a atitude criticável do PT, que comandou o processo de impeachment contra Collor em 1992 e depois se recusou a participar de seu governo.

Tudo porque Lula considerava que o governo de Itamar Franco fracassaria, e a eleição presidencial de 1994 cairia em seu colo. Há no PSDB quem pense até mesmo em propor a expulsão do tucano que aceitar, mesmo a nível pessoal, participar do governo Temer, a mesma coisa que fez o PT, que expulsou Luiza Erundina por ter aceitado o convite de Itamar para ser sua ministra.

É claro que a situação do PSDB tem circunstâncias especiais, como o fato de que o partido entrou com uma ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedindo a anulação da chapa Dilma-Temer por abuso do poder econômico na eleição de 2014. Como apoiar um governo chefiado por um político que o próprio partido está questionando na Justiça?

Nesse ponto, a ex-senadora Marina Silva mostra-se mais coerente, pois desde o início pede novas eleições com base na anulação da campanha de 2014. Não quer nem Dilma nem Temer, e seu partido, a Rede Sustentabilidade, teve posições variadas com relação ao impeachment, embora no final a própria Marina o tenha apoiado sem, no entanto, orientar o partido formalmente, deixando seus representantes no Congresso votarem de acordo com suas consciências.

O PSDB, ao contrário, embora tenha começado o movimento político a favor da anulação da eleição de 2014, acabou sendo levado pelos movimentos sociais a adotar uma posição unânime a favor do impeachment. O melhor caminho que poderia ter no momento é dar uma declaração a favor da separação das contas, solução que parece será a escolhida pelo TSE, e apoiar o governo Temer sem receios do que acontecerá mais adiante.

Mesmo que os tucanos receiem que a cúpula do PMDB possa vir a ser atingida por denúncias da Lava-Jato, não se justifica uma atitude de afastamento antecipado. Como diz o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, a cada dia sua agonia. A obrigação do PSDB é colaborar para que o governo de transição tenha êxito, sem ficar com uma atitude arrogante de quem se considera superior e não quer se macular com a proximidade de um partido fisiológico.

Caberia ao PSDB elaborar um programa de intenções a ser apresentado a Michel Temer como condição para um apoio formal. Aceitas essas condicionantes,



não há razão para evitar o contágio, pois o menor sinal de que o PMDB não está se comportando como deveria seria motivo suficiente para um rompimento justificado.

Romper antes, mesmo que baseado no histórico nada confiável do partido, é antecipar-se aos fatos, o que o momento político não recomenda. É preciso que as forças políticas que se uniram para tirar o PT do governo como meta prioritária se unam novamente para ajudar o país a sair da enrascada em que se meteu.

Pior ainda é a ideia de obrigar quem aceitar ir para um futuro governo Temer a assinar um compromisso de não se candidatar às eleições presidenciais de 2018. A proposta ridícula, atribuída ao governador de São Paulo Geraldo Alckmin, é a prova de que os tucanos só pensam na sucessão presidencial e não se importam com a situação do país.

Como o PT em 1994, poderão ser punidos pelo surgimento de novas alternativas políticas. E, do jeito que se comportam nesse episódio, de maneira errática e indecisa, não será preciso nem mesmo um Plano Real para derrotá-los. Basta que continuem a erodir o capital político que acumularam com atitudes desconexas com os objetivos que marcaram o partido, como já fizeram ao votar contra o fator previdenciário.

#### **TEXTO 17: O fato consumado (29/04/16)**

A presidente Dilma anda trocando os pés pelas mãos nesses seus últimos dias de Palácio do Planalto, e já dá mostras de que não tem senso de história, ou o tem tão distorcido que acha que qualquer ação é válida para manter-se no poder, mesmo quando essa possibilidade se torna quase impossível. Nunca a velha regra política de que somente dois fatos são importantes, o fato novo e o fato consumado, foi tão verdadeira.

A saída de Dilma da presidência da República, pelo menos temporariamente até que seu julgamento seja concluído pelo Senado, é um fato consumado que apenas um fato novo poderia alterar. Mas não há fato novo à vista, e a cada movimento desses que a presidente vem fazendo ultimamente, reduz-se seu campo de manobra.

A campanha política que a presidente e seus aliados vêm desenvolvendo sobre um suposto golpe que estaria sendo arquitetado contra ela, se já era inadequada para um Chefe de Estado que preze seu país, agora que a Câmara dos Deputados aprovou o impeachment por mais de 70% dos seus representantes torna-se um crime de responsabilidade, pois é a própria presidente que estaria tentando interferir no trabalho de outros poderes da República, o Legislativo e o Judiciário.

Também o Advogado-Geral da União, José Eduardo Cardozo, quando for defender a presidente Dilma hoje na comissão de impeachment do Senado, será advertido de que não pode alegar que está em curso um golpe. A AGU tem por missão institucional defender não apenas a presidente da República, mas os demais Poderes da União.

Portanto, Cardozo não pode atacar a Câmara para defender a presidente. Já não deveria fazê-lo anteriormente, mas até que houvesse uma decisão formal da Câmara esse comportamento anômalo foi relevado. Agora, na Comissão do Impeachment do Senado, Cardozo terá que se limitar a uma defesa tradicional, sem adjetivos condenatórios a outro Poder da República.

O discurso de ontem do Prêmio Nobel Esquivel, se referindo ao suposto golpe no Senado, foi repudiado por senadores e sua fala retirada dos anais da Casa. Outro ditado popular diz que quem fala muito dá bom dia a cavalo.

A presidente Dilma tanto falou que o vice Michel Temer não tem votos para assumir a presidência, como se os 54 milhões de votos que a chapa recebeu não tivessem nenhuma parcela do PMDB, o maior partido do país, que está dando argumentos aos que querem separar as contas do vice e as dela, ajudando Temer no processo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Um amigo da coluna manda o seguinte raciocínio: Dilma diz que é golpe porque ela foi eleita, e que só dessa maneira que alguém deve sentar na cadeira da Presidência. Dilma está dizendo que quem foi eleita foi ela, e não Temer. Se a eleição foi dela e não do Temer, a campanha da eleição também foi dela, e não do Temer.

Em consequência, o dinheiro para a campanha foi para ela, e não para Temer. Muito mais ainda o dinheiro por fora, proveniente das propinas do petrolão. Logo o TSE tem que julgar, e eventualmente condená-la, não ao Temer. Esse raciocínio levaria a que o PSDB pudesse retirar a denúncia contra a chapa Dilma/Temer, no TSE, uma vez que, pelas próprias palavras da Dilma, a campanha foi dela, porque só ela foi eleita.

Uma ideia estapafúrdia para se opor à da própria presidente, que quer assumir sozinha, sem o vice, a vitória eleitoral. E quer deixar uma série de pautas-bombas para seu sucessor, equiparando-se ao melhor estilo Eduardo Cunha.

#### Mudança de foco

Em breve teremos uma nova fase da Operação a Lava Jato, com a ampliação dos trabalhos no Rio de Janeiro. Foram distribuídos pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki para a 7 Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, do juiz Marcelo Bretas, alguns termos da colaboração do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró que tratam de contratos internacionais da Petrobras, como compra de empresas, uma de gás uruguaia e outra argentina.

O que há de relevante é que, diferente do que vinha ocorrendo, nem tudo de Petrobras ficará em Curitiba. Há uma mudança na orientação. O ministro Teori Zavascki, que é o relator da Lava Jato no Supremo, também teria declinado da competência para a relatoria no STF de questões ligadas a Belo Monte, que virão para o Rio de Janeiro, junto do Eletrolão, ou para outro lugar, mas não para Curitiba.

#### **TEXTO 18: Desqualificação apartidária (30/04/16)**

Até hoje, passados muitos dias da votação na Câmara da aceitação do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, ecoam nos debates parlamentares a maneira como alguns deputados justificaram seus votos naquele domingo.

Especialmente aos interessados em desqualificar a decisão, "escandalizou" o fato de que houve votos a favor do impeachment evocando a família, a religião, a cidade onde nasceu, o estado onde se elegeu, e assim por diante.

Mas esses votos paroquiais, ou até mesmo esdrúxulos, antes de serem prerrogativa dos opositores da presidente Dilma, o são de políticos de maneira geral, e há muito tempo. O senador Magno Malta lembrou outro dia na comissão do Senado o voto dado pelo atual ministro petista Jaques Wagner, que se pronunciou a favor do impeachment de Collor se referindo aos filhos e à família, comparando a sessão a um jogo de futebol com a torcida confraternizando nas cores verde e amarela.

Também desta vez houve quem se referisse, na hora de votar "não" ao impeachment, aos quilombolas, ao programa Bolsa Família, a Zumbi dos Palmares, ao grande líder Lula. No contraponto do voto mais polêmico, o do deputado Jair Bolsonaro, que evocou o abjeto torturador Brilhante Ustra, um deputado do PSOL dedicou seu voto contrário ao impeachment a Carlos Marighela, guerrilheiro da Ação Libertadora Nacional (ALN) que escreveu um manual de guerrilha em que está dito a certa altura, em defesa da execução sumária de inimigos e traidores: "A execução é uma ação secreta na qual um número pequeno de pessoas da guerrilha se encontram envolvidos. Em muitos casos, a execução pode ser realizada por um franco atirador, paciente, sozinho e desconhecido, e operando absolutamente secreto e a sangue frio".

O detalhe é que o voto do deputado do PSOL foi dado antes do de Bolsonaro. Portanto, a falta de qualidade de nossos representantes é suprapartidária e, querendo testar uma tese, enviei a um grupo de reconhecidos estudiosos uma sondagem. Acho que já tivemos um grupo de políticos mais relevantes no país em outros tempos, e a representação vem decaindo a cada legislatura.

Como dizia Ulysses Guimarães, a próxima será pior. E por que isso acontece? Tenho a impressão de que, assim como já tivemos escolas públicas de boa qualidade, também a representação política tem a ver com a decadência de nosso ensino.

Por que isso aconteceu? Por que melhoramos na abrangência da matrícula escolar, e não melhoramos a qualidade do ensino? Isso tem mesmo a ver com a nossa representação política deformada e decadente? Até onde o sistema eleitoral, a proliferação dos partidos, as coligações proporcionais têm a ver com essa decadência?

O país avançou em vários aspectos, mas piorou, acho, na representação partidária. O que uma coisa tem a ver com a outra? Apenas o sociólogo Simon Schwartzman, do Instituto de Estudo do Trabalho e Sociedade (IETS), especialista em educação, viu “certo paralelo” entre as quedas do sistema educacional e da representação política. “No passado, tanto o sistema educacional quanto o sistema político eram muito fechados, só acessíveis a uma pequena elite. Não sabemos na realidade se a educação no passado era muito melhor, porque não temos dados para comparar, mas a professorinha de filha de classe média que se formava pelo Instituto de Educação no Rio de Janeiro provavelmente sabia mais português, matemática e ciências do que grande parte das professoras e professores que hoje se formam nas faculdades de pedagogia”.

Com a grande expansão do acesso à educação, avalia Schwartzman, o sistema educacional preservou e pode ter até melhorado a qualidade e um número muito pequeno de escolas, sobretudo particulares e cursos universitários muito seletivos, mas a média ficou certamente muito baixa. “Teremos que conviver por muito tempo ainda com muitas pessoas adquirindo educação precária, porque não se melhora um sistema escolar que cresceu de forma muito rápida e atabalhoada em poucos anos”.

Os demais centraram suas análises no sistema partidário, na legislação eleitoral, que debilitam a democracia representativa, como os cientistas políticos Sérgio Abranches e Jairo Nicolau e o sociólogo Francisco Weffort, na ditadura militar, como o historiador José Murilo de Carvalho, na urbanização do país, que levou a que a atividade política seja vista como uma possibilidade de ascensão social por muitos, e no desencanto com a carreira política na juventude, vista como viciada e corrupta, como o sociólogo Bernardo Sorj. Amanhã e na terça-feira me deterei nessas análises.

**TEXTO 19: O peso da História (05/05/16)**

Uma coincidência histórica bem apropriada: ontem, na mesma data em que o senador Antonio Anastasia leu seu relatório a favor do impeachment da presidente Dilma, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que baseou o pedido, fez exatos 16 anos, editada que foi em 2000.

Para o economista José Roberto Afonso, um dos autores da lei, depois de tudo o que aconteceu, o importante agora é refundar a LRF, fechar brechas, e evitar que erros se repitam. Não basta mudar nomes, precisamos mudar regras, diz ele.

“Insisto que urge endurecer a LRF, uma tarefa chave para Temer”. O senador Anastasia chamou a atenção em seu relatório para o espírito da Lei de Responsabilidade Fiscal, que visa especialmente o uso desmedido de força do controlador para se financiar pelos bancos públicos.

Essa é a explicação técnica para o fato de o Tribunal de Contas da União não ter considerado os atrasos pontuais dos governos de Fernando Henrique Cardoso ou Lula como enquadráveis na vedação do dispositivo. A explicação é um contraponto à alegação do Advogado-Geral da União José Eduardo Cardozo de que não há meia operação de crédito, como não há meia gravidez.

José Roberto Afonso vai mais longe, não aceita a tese de que Fernando Henrique "pedalou". Ele diz que tanto FH quanto Lula, “atrasaram dias, quanto muito; e sobrava saldo nos outros dias; no governo Dilma, o atraso foi longo, crescente, e não compensado”.

Como ficou demonstrado no relatório do senador Antonio Anastasia, não faz sentido usar o critério da anualidade para afirmar que a meta fiscal foi cumprida porque, no final do ano, o governo, com maioria no Congresso, conseguiu mudar a meta de um superávit para déficit. Seria dar um cheque em branco para o governante, que poderia estourar todas as metas fiscais e justificar no final do exercício com uma mudança radical de meta.

Da mesma maneira, o senador Anastasia aproveitou o relatório para dar uma lição de democracia ao refutar a tese do golpe. Segundo ele, a responsabilização faz

parte da própria idéia de Estado de Direito e de República. "Se não, teríamos um poder absoluto do governante."

Citando Rui Barbosa, o tucano disse que o impeachment "é um mecanismo que dá ao presidencialismo uma possibilidade – ainda que tímida – de responsabilização política do presidente, sem rupturas institucionais".

Presidencialismo sem impeachment é querer, mais uma vez, o melhor de dois mundos para o governo, ressaltou Anastasia: o Executivo forte do presidencialismo, mas sem a possibilidade de retirada do poder em caso de abuso. "Presidencialismo sem possibilidade de impeachment é monarquia absoluta, é ditadura, por isso que o mecanismo foi previsto em todas as nossas Constituições, e inclusive já utilizado sem traumas institucionais".

Anastasia refutou também como não sendo razoável a suposição de que a presidente da República "não soubesse que uma dívida da ordem de R\$ 50 bilhões junto a bancos públicos federais pairava na atmosfera fiscal da União". Até mesmo porque, lembrou, esse endividamento foi utilizado como forma de financiamento de políticas públicas prioritárias.

"Não se trata, portanto, no presente caso, de se 'pedir um impeachment, porque alguém rouba um grampeador', tal como afirmou o Advogado-Geral da União, rebateu o relator. O relatório, embora se circunscreva aos atos cometidos em 2015, lembra que esses procedimentos vinham de antes.

Apesar da vedação imposta pelo art. 36 da LRF, a União acumulou um passivo de R\$ 17,5 bilhões ao final de 2014 junto ao BNDES. Os montantes devidos continuam a crescer ao longo de 2015 até alcançarem o valor de R\$ 21,3 bilhões em novembro.

Ao contrário do relatório do deputado Jovair Arantes na Câmara, o de Anastasia foi sóbrio e técnico, sem entrar mais profundamente em questões políticas ou se aprofundar no "conjunto da obra", embora a ligação dos atos de 2015 com os de anos anteriores, caracterizando um método de governo, tenha sido ressaltada.

Não ficou muito espaço para os governistas contestarem as razões para a aceitação do impeachment, embora seja previsível que hoje o Advogado-Geral da

União, José Eduardo Cardozo, em mais uma defesa, tentará manter a tese de nulidade das acusações.

Nada, porém, que mude o rumo dos acontecimentos, especialmente depois que o próprio Cardozo, e a presidente Dilma, foram denunciados pelo Procurador-Geral da República por tentativas de obstrução da Justiça nas investigações da Operação Lava-Jato.

### **TEXTO 20: As bruxas estão soltas (06/05/16)**

“Yo no creo en brujas, pero que las hay las hay”. Nunca o ditado galego serviu tanto quanto ontem, em meio ao afastamento de Eduardo Cunha de seu mandato de deputado federal e, em consequência, da presidência da Câmara dos Deputados.

A liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki, mais tarde confirmada por unanimidade pelo plenário do STF, atropelou outra ação impetrada pelo partido Rede Sustentabilidade, que objetivava o mesmo fim, ou seja, tirar Cunha da presidência da Câmara sob a alegação de que, sendo réu no Supremo, não poderia assumir numa eventualidade a presidência da República.

Assim como a ação da Rede, uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) foi colocada na pauta do Supremo pelo presidente Ricardo Lewandowski repentinamente na noite anterior, também a liminar do ministro Teori Zavascki, de madrugada, apanhou de surpresa seus companheiros, como revelou o ministro Marco Aurélio Mello, que relataria a ação a Rede, com um sorriso amarelo.

A partir daí, as teorias conspiratórias tomaram conta de Brasília. O ministro Zavascki me disse que estava se preparando para dar a liminar nos próximos dias, e resolveu antecipá-la porque seu caso era muito mais amplo do que a ADPF da Rede, com o objetivo de impedir que o STF se ocupasse de assuntos semelhantes inutilmente.

Mas a versão conspiratória, que ele nega peremptoriamente, reza que ao notar que a ADPF da Rede podia ser usada para outros fins, Zavascki resolveu se



antecipar para abortar o que seria uma tentativa de anular o processo de impeachment da presidente Dilma.

Qual seria essa manobra? O pedido principal da Rede era o afastamento de Eduardo Cunha da presidência da Câmara, ou que ele fosse impedido de assumir a presidência da República. Uma liminar, como regra, tem efeito para o futuro, mas o problema é que, como qualquer ação de controle de constitucionalidade, o STF pode decidir dar efeito retroativo a ela, desde o surgimento da situação inconstitucional.

Como a petição inicial da ADPF alega que a partir do momento em que o STF transformou Cunha em réu ele não poderia mais continuar como presidente da Câmara, seria possível uma interpretação de que todos os atos desde então estariam nulos.

A petição inicial da Rede considera “lesiva a preceitos fundamentais a interpretação constitucional e a prática institucional, prevalentes na Câmara dos Deputados, pela qual se tem admitido que o Presidente daquela Casa permaneça no exercício de suas funções a despeito de passar a figurar na condição de réu em ação penal instaurada perante o Supremo Tribunal Federal”.

O texto fala de “atos comissivos praticados cotidianamente por agente político que não poderia prosseguir na função de Presidente da Câmara dos Deputados”.

Os advogados fazem a ressalva de que não cogitam “de nulidade dos atos praticados até o reconhecimento da inconstitucionalidade ora questionada”, mas juristas consultados atestam que, mesmo sem que peçam, abrem caminho para que o relator da ADPF, no caso o ministro Marco Aurélio Mello, pudesse eventualmente considerar adequada uma liminar retroativa.

Seria uma solução atípica e de difícil aceitação pela maioria do plenário, pois existem antecedentes de decisões de magistrados, por exemplo, que são mantidas mesmo depois que são considerados incapacitados. Mas o ministro José Eduardo Cardozo, da Advocacia- Geral da União, pretende usar a decisão do STF para anular o impeachment da presidente Dilma Rousseff: "A decisão do Supremo mostra clarissimamente que Eduardo Cunha agia em desvio de poder", disse Cardozo.

A ADPF da Rede Sustentabilidade foi arquitetada na Faculdade de Direito da UERJ, onde o deputado federal Alessandro Molon faz um doutorado com o professor Daniel Sarmento, principal autor da ação no Supremo.

Também o advogado Eduardo Mendonça, que ficou com o escritório de advocacia do hoje ministro do STF Luis Roberto Barroso, assina a ADPF.

O deputado Molon votou contra o impeachment da presidente Dilma, e é um dos principais ativistas contra a permanência de Eduardo Cunha na presidência da Câmara.

Prosseguindo na questão das bruxas, é possível usar uma metáfora, de cunho futebolístico, mais brasileira: pode ter sido bola na mão ou mão na bola. Se foi bola na mão, pode ter sido apenas uma imperícia de advogados que, sem intenção, deixaram uma brecha para especulações.

Mas muita gente que acredita em bruxas acha que foi mesmo mão na bola. Aí é pênalti.

### **TEXTO 21: Mulher honrada (08/05/16)**

A honestidade da presidente Dilma é o argumento mais usado contra o impeachment, e tornou-se comum a imagem de uma mulher honesta sendo sacrificada por um bando de políticos corruptos, a começar por Eduardo Cunha. Essa tese equivocada é apenas aparentemente correta, pois o impeachment não é um instrumento para punir apenas quem roubou dinheiro público em benefício próprio, mas uma penalidade administrativa para o dirigente que descumpriu a lei brasileira, no caso da presidente Dilma a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Considerar “pedaladas” e decretos emitidos sem aprovação do Congresso que causaram rombo nas contas públicas crimes desimportantes, a não merecerem a aplicação da pena máxima da cassação do mandato presidencial, apenas evidencia a desimportância que os petistas e seus aliados dão ao equilíbrio fiscal, como se fosse técnica dispensável, ou simples pretexto para tirar a presidente Dilma do poder, uma mulher “que não roubou nem mesmo um grampeador”.

Mas a fama de “mulher honrada” que a presidente continua ostentando, avalizada até mesmo pelo principal líder opositor do país, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, precisa ser analisada com mais profundidade.

Pelas relações pessoais da presidente Dilma, e sua participação direta ou indireta em fatos controversos, nos quais tinha poder de mando, fica difícil manter a afirmação com tanta segurança. Além das “pedaladas” e a burla à Lei de Responsabilidade Fiscal que a estão levando ao impeachment, há denúncias de diversas fontes na Operação Lava-Jato de que seus principais assessores, como Giles Azevedo e Edinho Silva, achacavam as empreiteiras para financiamentos das campanhas presidenciais de 2010 e 2014 com dinheiro desviado da Petrobras.

Seu marqueteiro João Santana, preso, recebeu milhões de dólares em esquemas paralelos, de acordo com a delação de sua mulher Monica Moura. Acusados na Operação Lava-Jato de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e o marido, Paulo Bernardo, ambos ex-ministros de Dilma, foram denunciados ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela Procuradoria-Geral da República, acusados de corrupção na Operação Lava-Jato.

Dias antes a Procuradoria-Geral da República denunciara ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) o governador petista de Minas, Fernando Pimentel, pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, na Operação Acrônimo, que investiga fatos relacionados a benefícios concedidos a empresas quando Pimentel era ministro do Desenvolvimento no primeiro governo Dilma.

O governador de Minas é ligado à presidente desde os tempos em que os dois participavam da luta armada contra a ditadura, na mesma organização. Outra amiga íntima da presidente Dilma, Erenice Guerra, que a substituiu no Gabinete Civil quando se candidatou a presidente em 2010, teve que deixar o ministério para não atrapalhar a campanha de Dilma, acusada na ocasião de tráfico de influência juntamente com dois filhos.

Hoje, está novamente acusada de envolvimento na Operação Zelotes, que investiga a venda de medidas provisórias para favorecer empresas, no caso a Caea, representante da Hunday no país. No dia da posse de Dilma, Erenice estava entre as primeiras da fila de cumprimentos, e nunca deixou de estar ligada à presidente.

O senador Delcídio do Amaral, líder do governo Dilma no Senado, em sua delação premiada, acusou a presidente de ter tramado a soltura dos donos das empreiteiras Odebrecht e Andrade Gutierrez, nomeando para isso o ministro Marcelo Navarro para o STJ.

Essa denúncia, mais a nomeação do ex-presidente Lula para o Gabinete Civil, estão sendo investigadas num processo sobre obstrução da Justiça de que a presidente foi acusada pelo Procurador-Geral da República. Delcídio disse também que Dilma, à época presidente do Conselho de Administração da Petrobras, estava a par da compra da refinaria de Pasadena, nos EUA, uma operação superfaturada que deu enormes prejuízos à estatal, mas essa denúncia não será apurada no momento porque o fato aconteceu antes de Dilma assumir a presidência.

Por fim, o jornal Estado de S. Paulo informa que o ex-senador Gim Argello, outro político preso, de estreita relação com a presidente a ponto de passearem juntos com cachorros pelas cercanias do Palácio Alvorada, tentou convencer o químico Gilberto Chierice a montar uma sociedade para fabricar a chamada 'pílula do câncer'.

Apesar do protesto da comunidade científica, pois a pílula não é aprovada cientificamente, a presidente Dilma Rousseff sancionou sem vetos sua produção.

A frase atribuída ao ditador romano Julio Cesar vem a calhar: "À mulher de Cesar não basta ser honesta, tem que parecer honesta".

## **TEXTO 22: O número mágico (13/05/16)**

A preocupação explicitada pelo presidente Michel Temer ontem, na sua primeira manifestação pública depois de investido no cargo, foi com os parlamentares, não sem razão. No curto prazo, ele precisará de apoio congressional para desmontar bombas deixadas pelo caminho pela administração afastada, aprovar medidas imediatas, como a mudança da meta fiscal ou a DRU, e também as reformas delicadas que pretende encaminhar para discussão.

Mas, a médio prazo, ele tem outra preocupação, garantir a manutenção dos votos necessários para a retirada definitiva da presidente afastada Dilma Rousseff de seu caminho. Ter tido 55 votos já de saída para a admissibilidade do impeachment indica que a tarefa pode ser mais fácil do que se supunha, pois pelas contas oficiais são necessários pelo menos 54 votos para o afastamento definitivo de Dilma.

Mas, curiosamente, a tarefa pode ser mais fácil ainda, pois, segundo o jurista José Paulo Cavalcanti, ex-ministro da Justiça do governo Sarney e membro da Comissão da Verdade, a interpretação do parágrafo único do artigo 52 da Constituição, que trata do assunto, está sendo feita de maneira equivocada. Diz lá que a condenação “será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal”.

Contam 2/3 do total de 81 Senadores e chegam 54 votos, ironiza José Paulo Cavalcanti, para em seguida explicar “que não é bem assim”. Quóruns constitucionais, diz ele, podem ser calculados relativamente ao número de componentes do colégio eleitoral, ou ao número de presentes.

No primeiro caso, ele cita a Itália, que no artigo 138 da sua Constituição pede aprovação “pela maioria absoluta dos componentes de cada Câmara”. No caso de número de presentes, ele cita os Estados Unidos, cujo artigo V da Constituição exige para proposição de emendas dois terços dos presentes de cada Casa do Congresso, e não dois terços da totalidade dos seus membros.

José Paulo Cavalcanti diz que o problema central para a correta interpretação do artigo 52 da nossa Constituição é entender que ele não pede votos de dois terços dos membros do Senado Federal, e, sim dois terços dos votos dos membros do Senado Federal.

Não é a mesma coisa, explica. “Voto não é o abstrato poder-dever de votar, mas o concreto exercício desse poder-dever”, ressalta. A Constituição não pede, portanto, votos de dois terços dos Senadores, mas dois terços dos votos pronunciados pelos Senadores. Sendo assim, o número mágico para afastar definitivamente a presidente Dilma no seu julgamento no Senado seria 54 votos apenas se todos os 81 Senadores votarem. Sem ausências, nem abstenções.

No caso da votação de quarta-feira, houve 3 ausências e 1 abstenção, a do presidente do Senado Renan Calheiros. Com 77 votantes, o número mágico passaria a ser 51 votos, e não 54. No máximo 52, pois a conta é quebrada. A situação melhora ainda para Temer, pois o suplente do senador cassado Delcídio do Amaral deve votar pelo impeachment, apesar de seu vínculo familiar com o pecuarista José Carlos Bumlai, amigo de Lula: uma filha de Pedro Chaves dos Santos é casada com um dos filhos do pecuarista.

Também o senador Jader Barbalho, que não compareceu por motivo de doença, se puder comparecerá na votação final para apoiar Temer, que colocou seu filho, Hélder no ministério da Integração Nacional. E outro faltante, o senador Eduardo Braga, deve estar magoado, pois, embora fosse o candidato de Renan Calheiros, não entrou no ministério, talvez porque não tenha convencido de que tinha justa causa para faltar.

José Paulo Cavalcanti destaca que o sistema exposto no texto é precisamente o do direito eleitoral brasileiro. Ele lembra que no último segundo turno, Dilma foi eleita não por ter maioria entre os brasileiros, nem mesmo entre os eleitores. Contando os votos dados, ela teve maioria, sem considerar quem não tem título de eleitor, nem as abstenções, nem brancos e nulos. Dilma teve 54.501.111 votos (51,54% dos votos válidos) de um total de 112.683.879 votos apurados, descontando-se 1.921.819 votos brancos; 5.219.787 votos nulos e 30.137.479 abstenções.

### **TEXTO 23: Os escombros (15/05/16)**

Mais difícil que matar um monstro é remover seus escombros. A frase de Ulysses Guimarães que ouvi várias vezes o Jorge Moreno, seu amigo e assessor, repetir, é muito adequada à situação que o governo Temer está vivendo nos seus primeiros dias. Se já esperava tamanha resistência interna, parece que não se preparou para tamanhas ousadias.

Servidores públicos fazerem manifestação contra a extinção do Ministério da Cultura diante do novo ministro da pasta que unificou Educação e Cultura é

compreensível, mas chamar o novo governo de golpista dentro do Palácio do Planalto é um ato político que exige uma reação vigorosa do governo.

A administração aparelhada fará "o diabo" para dificultar o exercício normal do novo governo, e qualquer sinal de fraqueza pode inviabilizá-lo. Já foi vergonhosa a recusa de fazer a transição com os novos ministros, que terão cada qual que abrir a caixa-preta dos ministérios.

Jornalistas contratados pelas empresas de comunicação governamentais estão gastando os últimos dias de contrato para usar seus espaços com críticas duras ao novo governo, como se não houvesse amanhã. A própria presidente afastada já dera o sinal para esses movimentos quando, do nada, afirmou em seus discursos de despedida que o novo governo reprimiria os movimentos sociais com violência.

Ora, não é possível admitir que estradas e avenidas sejam fechadas, e propriedades invadidas e depredadas por manifestantes sem que os governos afetados não reajam, para que a maioria da população possa viver normalmente. Da mesma maneira que os taxistas não podem fechar as ruas em protesto contra o Uber, também os integrantes do MST ou do MTST não têm o direito de perturbar a vida dos cidadãos.

Esses resistentes à nova ordem são capazes de gestos ridículos como o do deputado Jean Willys a pregar a desobediência civil, mas são minoritários na sociedade e no Congresso. Não quer dizer que o governo Temer seja majoritário, pois o presidente interino ainda não é uma figura reconhecida nacionalmente, e dependerá do que fizer a sua popularidade.

Para quem não pode errar, no entanto, já cometeu muitos deslizes desnecessários, como o descuido de não colocar uma mulher ao menos no ministério que substituiu o governo de uma mulher. Essa questão de gênero deveria ser secundária, mas num país que ainda precisa avançar muito no campo da igualdade, sinais simbólicos são importantes.

Quanto ao ministério da Cultura, existem muitos artistas e intelectuais de peso que não consideram sua extinção uma calamidade, ou mesmo discordam da sua

existência, e o governo simplesmente não levou em conta essa disputa política que tem muito mais de simbólica do que de real.

Ainda há tempo para rever certos atos, mas a distribuição de ministérios para partidos já está demonstrando a precariedade da solução. O novo ministro da Saúde Ricardo Barros, que substituiu a primeira escolha do médico Raul Cutait por que seu partido, o PP, não aceitou uma designação técnica, já deu declarações no mínimo polêmicas.

Barros disse que a pílula do câncer pode dar resultado, apesar da críticas dos especialistas, porque "a fé remove montanhas", e admitiu que terá que colocar indicações políticas em setores do ministério, uma das razões pelas quais Cutait acabou sendo rejeitado: ele queria nomear técnicos para as secretarias técnicas, como a sociedade esperava.

Uma coisa é entregar a partidos políticos ministérios, outra é colocar ministros incapazes em lugares estratégicos. O ministério das Relações Exteriores está nas mãos do tucano José Serra, e teve reação imediata à ação dos governos bolivarianos que tentam transformar em realidade a fantasia golpista que veem no impeachment de Dilma.

O Itamaraty, que foi palco nos últimos dias de cenas degradantes como a de um diplomata que enviou mensagens para várias embaixadas brasileiras no mundo denunciando o suposto golpe e não foi punido com o rigor devido, reagiu com firmeza a essa tentativa de desacreditar o país, com o apoio do governo afastado, e reagirá diante da hostilidade do governo venezuelano que retirou seu embaixador para consultas.

Como se vê, o governo já terá muitos problemas com a máquina estatal aparelhada para criar ele mesmo problemas para si. Já será bastante trabalhoso remover os escombros do monstro.

**TEXTO 24: Seguir 'o livrinho' (17/05/16)**



O governo Temer parece andar em ritmos diferentes, mais harmônico na equipe econômica, claramente comandada por Henrique Meirelles e com coerência de objetivos, confuso nos demais setores, onde se destaca no primeiro momento a figura virtuosamente híbrida de José Serra no Itamaraty, que pode atuar bem em setores que não sejam puramente econômicos.

A qualidade diferenciada de Serra, que já havia se mostrado nos poucos meses em que atuou como senador por São Paulo, sobressaiu nos primeiros dias do novo governo com o enfrentamento sereno, porém vigoroso, do movimento político dos países bolivarianos que tentam no plano internacional viabilizar o que os petistas vendem como narrativa real, mas não passa de luta política rasteira.

A ideia de que estamos vivendo um quadro de ruptura institucional só pode ser aceita por ignorância ou má-fé. E acreditar que a presidente afastada Dilma Rousseff nada tem a ver com o escandaloso esquema de corrupção que destruiu a máquina pública, a partir da Petrobras, só pode ser explicado por interesses particulares de corporações ou pessoais.

Todas as acusações contra a presidente afastada que estão surgindo nas delações premiadas da Operação Lava-Jato, de financiamentos ilegais de campanha até envolvimento pessoal em ações de obstrução de Justiça, e que podem chegar à comprovação de sua culpa pela compra da refinaria de Pasadena, só não puderam entrar no processo de impeachment graças a uma interpretação restrita e politicamente benéfica a um presidente reeleito, que impede que crimes cometidos anteriormente, embora no exercício da presidência, sejam cobrados no novo mandato.

Uma legislação aprovada sem que houvesse reeleição é interpretada literalmente, dando assim ao presidente reeleito carta branca para abusar de todo seu poder político e econômico em benefício próprio no ano eleitoral, como aconteceu durante o ano de 2014.

O rombo nas contas públicas nada mais é do que a consequência do uso indevido dos recursos públicos durante justamente o ano da reeleição, último de seu primeiro mandato. Um descuido fez com que as pedaladas e abusos orçamentários,

embora mais contidos, continuassem em 2015, permitindo que processo de impeachment pudesse ser aberto.

Mas quem se arvora a analisar a situação do país para criticar as medidas tomadas, como recente editorial do New York Times, precisa conhecer os detalhes legais e políticos em que os fatos se dão para não tirar uma conclusão equivocada. Ninguém está dando um castigo excessivo a uma mulher honesta, está-se apenas usando a legislação possível para corrigir uma situação insustentável.

É o mesmo que dizer que a condenação de Al Capone por fraudes nos impostos foi um castigo pesado demais para um cidadão comum, sem levar em conta seu passado de crimes. O fato de Eduardo Cunha ser quem é, ou de o ministério Temer ter políticos investigados pelas autoridades, ou o Congresso ter entre seus integrantes centenas de acusados de crimes diversos, sem dúvida é lamentável, mas não pode ser justificativa para perdoar os malfeitos da presidente.

Hoje, na cerimônia de entrega do prêmio Person Of the Year em Nova York, o ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga tocará nessa questão controversa. A certa altura afirmará: “Afortunadamente para o Brasil algumas das instituições básicas como o Judiciário, os promotores públicos, a Polícia Federal, e a imprensa livre estão fazendo a suas partes. À luz de ampla evidência de malfeitos, a presidente Rousseff está agora sendo submetida a um julgamento de impeachment de acordo com a devido processo legal, e com a Constituição do Brasil.”

É o começo de uma reação à campanha de difamação petista. O senador Magno Malta, que hoje pode ser rejeitado pelos petistas, mas já foi um aliado importante, falando sobre a corrupção no PT deu um exemplo claro: podemos perdoar os traficantes porque eles ajudam as famílias carentes das comunidades, pagam os enterros, às vezes até mesmo de quem mandaram assassinar?

Os 300 picaretas um dia identificados por Lula no Congresso passaram a ser cúmplices dos esquemas de corrupção montados pelo PT, e depois se voltaram contra ele, por vingança ou outro motivo qualquer, o que não retira dos fatos ocorridos seu teor ilegal e criminoso.

Se esse mesmo Congresso, ao final do julgamento, por motivos políticos vis ou virtuosos, em revolta contra Temer, absolverem a presidente Dilma e a trouxerem de volta à presidência da República, se transformarão em homens de bem? Voltarão a fazer parte do governo petista, como sempre fizeram?

Que é preciso realizar uma reforma política que reduza a chance de picaretas e bandidos encontrarem no foro privilegiado uma proteção a suas bandidagens, não há dúvida. Mas, enquanto não se torna realidade esse desejo, seguir "o livrinho" (a Constituição) é o melhor caminho.

### **TEXTO 25: Todos contra a Lava-Jato (24/05/16)**

O presidente Michel Temer talvez não tenha entendido ainda, ou não possa entender por circunstâncias de sua vida política passada, que a principal tarefa à frente do país nos próximos anos não é restabelecer as bases de uma economia minimamente organizada, mas é, sobretudo, restabelecer a confiança da sociedade no governo. Sem essa credibilidade, não há medida econômica que dê certo, nem haverá facilidades para aprovar medidas impopulares, mas necessárias, no Congresso.

Ele já deu muitos passos em falso na formação de seu ministério, entre eles nomear políticos que estão sob a mira de investigações, alguns consertou a tempo, mas o que incomoda é que muitos deles se referem à maneira de tratar a Operação Lava-Jato. Quando escolheu o advogado Antonio Mariz para ministro da Justiça, sabia, até mesmo porque Mariz assinou manifesto contra as delações premiadas, e por ser seu amigo, que ele tinha críticas à atuação da Polícia Federal, do Ministério Público e do próprio Sérgio Moro.

Tê-lo escolhido já era uma sinalização contrária ao que queria a sociedade. O recuo não apagou a sensação de que alguma coisa estava errada. A substituição do chefe da Polícia Federal, Leandro Daielo, também chegou a ser cogitada, e houve até listas de candidatos. A repercussão foi péssima, e o novo ministro da Justiça Alexandre Moraes garantiu a permanência de Daielo a frente das investigações.

Mais adiante, Moraes sugeriu que Temer poderia não escolher o primeiro da lista tríplice na definição do futuro Procurador-Geral da República. Foi desmentido, mas ficou no ar a tentativa de incluir na escolha do chefe do Ministério Público critérios que não sigam a tradição republicana utilizada recentemente.

Agora, surge a gravação do ex-ministro do Planejamento Romero Jucá com o ex-senador Sérgio Machado, revelando um desejo de organizar uma grande concertação para delimitar a ação da Lava-Jato e “parar essa sangria”. Como o PT e o PMDB são os grandes cúmplices na partilha da corrupção na Petrobras, sempre houve a desconfiança de que, chegando ao governo, o PMDB tentasse controlar as investigações.

Foi de que o PT acusou o antigo cúmplice, e agora, com a revelação do diálogo entre dois peemedebista de escol – Sérgio Machado foi o homem de Renan Calheiros na Transpetro durante uma dezena de anos -, vem o PT à público reafirmar que o “golpe” está revelado, o impeachment só serviu de pretexto para paralisar a Lava-Jato.

De fato, parece que todos os envolvidos querem, de uma maneira ou de outra, "delimitar" as investigações. Foram encontrados em diversos computadores de empresários presos indícios de tentativa de desacreditar a Lava-Jato. Os petistas fingem esquecer que há conversas gravadas com autorização judicial em que o ex-presidente Lula critica a tentativa da Polícia Federal de buscar “autonomia” e diz que os procuradores da República acham que "são enviados de Deus".

Em uma conversa com o senador petista Lindbergh Farias, o ex-presidente Lula diz a certa altura: “O problema é que nós temos que nos fazer respeitar. Um delegado não pode desrespeitar um político, um senador ou um deputado! Sabe? Não tem sentido! Um cara do Ministério Público tem que respeitar! Todo mundo quer autonomia”.

Com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, Lula diz que "esses meninos da Polícia Federal e esses meninos do Ministério Público [...] se sentem enviados de Deus”, o que classifica de “uma coisa absurda”. Lula se diz, na conversa, “a chance que esse país tem de brigar com eles pra tentar colocá-los no

seu devido lugar. Ou seja, nós criamos instituições sérias, mas tem que ter limites, tem que ter regras”.

A exemplo de Jucá, Lula também queria delimitar o trabalho do Ministério Público e da Polícia Federal. E, por fim, mas não menos importante, a presidente afastada está sendo investigada por obstrução da Justiça, de acordo com a delação premiada do ex-senador Delcídio do Amaral.

Dilma pediu que seu então líder no Senado tivesse uma conversa com o candidato a ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Marcelo Navarro Ribeiro Dantas para que ele se comprometesse a soltar alguns presos da Lava-Jato ligados às empreiteiras Odebrecht e Andrade Gutierrez, entre eles o presidente Marcelo Odebrecht.

Em julgamentos de *habeas corpus* na 5ª Turma do STJ, onde Ribeiro Dantas foi relator dos processos relacionados à Lava Jato, ele votou pela liberdade em cinco casos, e foi derrotado.

Como se vê, só a sociedade quer o sucesso da Operação Lava-Jato, pois vê nela a saída para uma reorganização do esquema político-partidário que comanda esse presidencialismo de coalizão que se arruinou ao longo do tempo pela corrupção.

Se o presidente Michel Temer não entender isso, ou não tiver condições políticas de entender, vai ser tragado pelos acontecimentos, o que não quer dizer que o grupo político afastado do poder deva ser absolvido.

#### **TEXTO 26: Desespero petista (26/05/16)**

É patética a tentativa de petistas e cúmplices de transformar as conversas gravadas pelo ex-senador Sérgio Machado em provas de que o impeachment da presidente Dilma é parte de um complô para acabar com a Operação Lava-Jato.

Não seria preciso tanto maquiavelismo, pois a própria presidente afastada e seu criador, o ex-presidente Lula, estavam empenhados nesse objetivo.

Os dois estão sendo investigados por obstrução da Justiça, ela por denúncias de que tentou interferir nas investigações a favor de empreiteiros presos.

E há gravações em que Lula diz em alto e bom som que era o único capaz de colocar os “meninos” da Polícia Federal e do Ministério Público “nos seus devidos lugares”.

Tanto que o presidente do Senado Renan Calheiros chega a sugerir na conversa gravada por Machado que a solução seria nomear Lula para o ministério, para neutralizar a presidente, que já estava politicamente inviabilizada.

Não seria preciso, portanto, ser tão maquiavélico, bastando apoiar o governo Dilma com Lula de primeiro-ministro. E por que não foi possível essa manobra? Porque os dois foram apanhados com a boca na botija, tentando obstruir a Justiça.

O que as conversas gravadas revelam é que todo o mundo político está mobilizado para, de uma maneira ou de outra, tentar controlar o juiz Sérgio Moro, a Polícia Federal e o Ministério Público.

A proposta de Renan de aprovar uma lei restringindo a delação premiada aos acusados que estiverem soltos foi materializada pelo deputado petista Wadi Damous, muito próximo de Lula.

O Supremo Tribunal Federal (STF), por óbvio, virou o alvo preferencial dos ataques, aproveitando citações laterais, ou de bravatas como as do ex-senador Delcídio do Amaral.

Tanto Romero Jucá quanto Renan Calheiros se referiram de maneira genérica a “ministros do Supremo”, enquanto Delcídio citou nomes, e acabou preso.

O fato é que o Supremo Tribunal Federal, com 8 dos seus 11 ministros nomeados ou por Lula ou por Dilma, tem sido a garantia institucional do processo de impeachment, o que o torna um alvo dos petistas relutantes, que precisam desmoralizá-lo para dar ares de verdade à conspiração que inventaram para justificar a perda do poder central.

Diante desse quadro distorcido por interesses partidários, acabou se mostrando providencial a interferência do ministro Luis Roberto Barroso – criticado por mim na ocasião – no rito aprovado pelo então presidente da Câmara Eduardo Cunha.

Embora considere que o regimento interno da Câmara lhe dava o direito de definir como a comissão do impeachment deveria funcionar, hoje entendo que, ao impor um rito mais restrito, com base no processo de 1992, o STF protegeu-se da acusação, que certamente viria, de que colaborou com Cunha para impor um rito desfavorável à presidente Dilma no julgamento na Câmara.

O ministro Teori Zavascki, por exemplo, é volta e meia acusado por petistas de ter deixado Eduardo Cunha agir livremente até que o impeachment fosse aprovado na Câmara, para só depois apeá-lo do poder.

O que o ministro Teori fez, no entanto, foi esperar, até onde o bom-senso permitiu, que a Câmara tomasse uma atitude, para que o STF não fosse acusado de interferência em outro poder.

É o mesmo Zavascki a quem Romero Jucá admite não ter acesso, por ser “muito fechado”. Então o juiz que estaria envolvido no “golpe” é o mesmo a quem não se tem acesso?

Tudo não passa de uma desesperada tentativa de retroceder um processo que não tem mais volta, pois a presidente afastada, além dos crimes de responsabilidade específicos pelos quais está sendo julgada por uma interpretação legal restritiva, que lhe é favorável, imposta pelo próprio Supremo e pelo Procurador-Geral da República, tem muitos outros crimes a serem investigados, cometidos no seu primeiro mandato.

Diversos delatores já revelaram a ação de seus ministros e assessores em busca de dinheiro desviado da Petrobras para financiamento de sua campanha.

Há indicações “muito claras” nos autos do processo que trata da compra da refinaria de Pasadena de que ela tinha perfeito conhecimento do que estava acontecendo, como presidente do Conselho da estatal.

A coisa é tão sem pé nem cabeça que ao mesmo tempo em que descobrem “provas” do golpe, revela-se que na véspera da votação do impeachment, emissário do futuro presidente teve conversas com Procuradores de Curitiba para garantir inteiro apoio à Operação Lava-Jato.

Se Temer estava chegando ao governo dentro de uma conspirata para controlar as investigações, por que faria um acordo com os investigadores dias antes de assumir?

### **TEXTO 27: O poder do STF (27/05/16)**

Sempre que uma crise ganha dimensões, a judicialização política torna-se inevitável, e não é por acaso, portanto, que o Supremo Tribunal Federal está em destaque no momento, seja pelas decisões que tem que tomar, ou pelas citações em gravações de políticos em que a Operação Lava Jato é o centro das atenções.

O presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, tido como muito ligado ao ex-presidente Lula por proximidades familiares afetivas, ganhou um inesperado selo de independência registrado em uma conversa entre o presidente do Senado e o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, o mais novo delator do Lava Jato.

A certa altura Renan diz que a presidente afastada Dilma Rousseff estava irritada com Lewandowski, pois tentara conversar com ele sobre o processo de impeachment e ele "só queria falar de dinheiro", referindo-se ao aumento salarial do Judiciário.

Como Lewandowski é quem vai presidir o julgamento da fase final do processo de impeachment no Senado, fez muito bem de não conversar com a presidente sobre o tema. Quem estava beirando a ilegalidade era ela. Restringindo sua conversa sobre o aumento salarial do Judiciário, Lewandowski estava tratando de um tema para o qual está legitimamente credenciado.

Ele ontem soltou uma nota afirmando que os ministros do Supremo têm obrigação de receber e conversar com representantes de outros poderes, mas essas conversas não interferem na independência de suas decisões. Tratava de rebater a



tentativa de desmoralizar o STF, que é a garantia institucional de que o processo de impeachment transcorre dentro dos preceitos constitucionais.

As gravações que estão sendo divulgadas, tanto as atuais do ex-senador Sérgio Machado quanto as anteriores, envolvendo a então presidente Dilma e o ex-presidente Lula, voltaram à análise do Supremo, com tentativas das defesas dos envolvidos de anulá-las. O Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, deu um parecer esta semana afirmando que, apesar de as interceptações terem envolvido Dilma, que, devido ao "foro privilegiado" só pode ser investigada no Supremo, o juiz Sérgio Moro não violou a competência do STF porque o alvo das gravações não era a presidente afastada, mas o ex-presidente Lula.

Já o advogado do senador Romero Jucá, Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, vai pedir a anulação das gravações feitas por Sérgio Machado alegando que, se não houve autorização judicial, os áudios não podem ser usados como prova. A tendência é que não tenha êxito, pois o ministro Teori Zavaski homologou a delação premiada, sinal de que não viu nenhuma ilegalidade.

Na verdade, de acordo com trabalho do criminalista João Bernardo Kappen, há uma jurisprudência vasta no STF que diz que gravação ambiental de conversa feita por um dos interlocutores sem o consentimento do outro constitui, para o processo penal, prova documental lícita, aceita também em processos cíveis.

Segundo o Supremo, essa hipótese não é acobertada pela garantia do sigilo das comunicações telefônicas. Em decisão com repercussão geral em várias ocasiões, o STF decidiu que "se qualquer dos interlocutores pode, em depoimento pessoal ou como testemunha, revelar o conteúdo de sua conversa, não há como reconhecer a ilicitude da prova decorrente da gravação ambiental".

Há, no entanto, pareceres de advogados que veem a possibilidade de essas gravações clandestinas serem consideradas "violação de segredo". A professora Ada Pellegrini, por exemplo, defende que elas só podem ser usadas em legítima defesa, e não para acusar alguém. O advogado João Bernardo Kappen ressalta que, segundo a professora Pellegrini, gravações feitas com o propósito deliberado de conseguir documentação de determinadas informações de cunho incriminador, geralmente repassadas às autoridades, não podem ser consideradas legítimas.

Essa interpretação confronta o espírito da delação premiada, e gravações como as que fez o ex-senador Sérgio Machado são muito comuns em outras partes do mundo, servindo de subsídios valiosos para processos contra corrupção, como recentemente aconteceu com as investigações do FBI sobre a Fifa.

O empresário brasileiro J. Hawilla fez um acordo de delação premiada e gravou diversas conversas com pessoas que participavam das negociações. Caberá mais uma vez ao STF definir os limites legais desse tipo de ação.